

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VICTOR SUGAMOSTO ROMFELD

INIMIGAS DA MORAL SEXUAL E DOS BONS COSTUMES:

Um estudo dos discursos jurídico-criminológicos sobre as prostitutas

CURITIBA

2018

VICTOR SUGAMOSTO ROMFELD

INIMIGAS DA MORAL SEXUAL E DOS BONS COSTUMES:

Um estudo dos discursos jurídico-criminológicos sobre as prostitutas

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito do Estado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Katie Silene Cáceres Argüello

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscilla Placha Sá

CURITIBA

2018

R764i

Romfeld, Victor Sugamoto

Inimigas da moral sexual e dos bons costumes: um estudo dos discursos jurídico-criminológicos sobre as prostitutas / Victor Sugamoto Romfeld; orientadora: Katie Silene Cáceres Argüello; coorientadora: Priscilla Placha Sá. – Curitiba, 2018. 236 p.

Bibliografia: p. 219-236.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2018.

1. Prostitutas. 2. Criminologia. 3. Feminismo. I. Argüello, Katie Silene Cáceres. II. Sá, Priscilla Placha. III. Título.

CDU 176.5

**Catalogação na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**

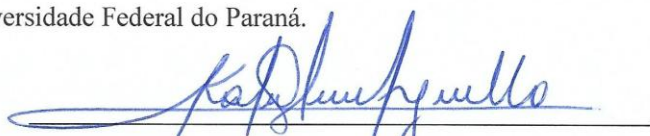
Dedico este trabalho a Gabriela Leite (*in memoriam*), Lourdes Barreto, Monique Prada, Amara Moira e Indianara Alves Siqueira, prostitutas ativistas que, com sua *práxis* militante, desafiam as violentas engrenagens do patriarcado brasileiro.

TERMO DE APROVAÇÃO

VICTOR SUGAMOSTO ROMFELD

INIMIGAS DA MORAL SEXUAL E DOS BONS COSTUMES: UM ESTUDO DOS DISCURSOS JURÍDICO-CRIMINOLÓGICOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO FEMININA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito do Estado, no curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná.



Prof.ª Dr.ª Katie Silene Cáceres Argüello

Orientadora – Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Federal do Paraná



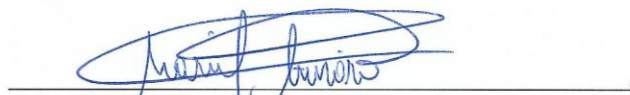
Prof.ª Dr.ª Priscilla Placha Sá

Coorientadora – Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. André Ribeiro Giamberardino

Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Federal do Paraná



Prof.ª Dr.ª Maríel Muraro

Faculdade de Direito – Universidade Federal do Paraná

Faculdade de Direito – Faculdade de Pinhais (FAPI)

Curitiba, 23 de março de 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Programa de Pós-graduação em Direito

Ata da reunião da Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pelo mestrando **Victor Sugamoto Romfeld**, realizada no dia vinte e três de março de dois mil e dezoito, às dezesseis horas e quinze minutos.

No dia vinte e três de março do ano de dois mil e dezoito, às dezesseis horas e quinze minutos, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR – 3.º andar, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pelo mestrando **Victor Sugamoto Romfeld**, sob o título **"Inimigas da Moral Sexual e dos Bons Costumes: um estudo dos discursos jurídicos-criminológicos sobre as prostitutas"**. Comissão esta constituída pelos Professores Doutores Katie Silene Cáceres Argüello (Orientadora-Presidente/UFPR), Priscilla Placha Sá (UFPR), André Ribeiro Giamberardino (UFPR) e Mariel Muraro (FAPI) respectivos Membros, nos termos da decisão do Colegiado deste Programa. Abrindo a sessão, declarou a Senhora Presidente que o exame inicia-se com a exposição sumária pelo mestrando, no prazo máximo de sessenta minutos, sobre o conteúdo de sua Dissertação, em seguida cada examinador arguirá o mestrando, no prazo máximo de trinta minutos, devendo a arguição ser respondida em igual prazo ou sessenta minutos quando haja diálogo na argumentação. Assim sendo, após a exposição oral, o mestrando foi arguido sucessivamente pelos Professores Doutores Katie Silene Cáceres Argüello, Priscilla Placha Sá, André Ribeiro Giamberardino e Mariel Muraro. Em seguida, a Senhora Presidente suspendeu a sessão por dez minutos, passando a Comissão Julgadora, em sessão reservada, ao julgamento da Dissertação, atribuindo cada examinador a sua nota de zero a dez (equivalente de D a A). Reabrindo a sessão, foi, pela Senhora Presidente, anunciado o resultado do julgamento, declarando ter sido aprovada a Dissertação, por unanimidade de votos, sendo-lhe atribuídas as seguintes notas: Katie Silene Cáceres Argüello, 10,00 (dez inteiros), Priscilla Placha Sá, 10,00 (dez inteiros), André Ribeiro Giamberardino, 10,00 (dez inteiros), Mariel Muraro, 10,00 (dez inteiros), resultando a média 10,00 (dez inteiros), equivalente ao conceito A, com indicação da banca para publicação. A seguir, emitiu a Comissão seu Parecer em separado, sendo a sessão encerrada pela Senhora Presidente, a qual agradeceu a presença de todos. Do que para constar, eu, Vanessa Sayuri Umebala Hoshina, Secretária Administrativa, lavrei a presente ata que segue assinada pelos Senhores Membros da Comissão Julgadora.

Praça Santos Andrade, 50 – 3º Andar
Tel.: (41) 3310-2685 e 3310-2739
www.ppgd.ufpr.br/



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Programa de Pós-graduação em Direito

PARECER

A Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pelo mestrando **Victor Sugamoto Romfeld**, sob o título "**Inimigas da Moral Sexual e dos Bons Costumes: um estudo dos discursos jurídicos-criminológicos sobre as prostitutas**", após arguir o candidato e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou aprová-lo por unanimidade de votos, com base nas seguintes notas atribuídas pelos Membros:


Prof.ª Dr.ª Katie Silene Cáceres Argüello - 10,00 (dez inteiros)


Prof.ª Dr.ª Priscilla Placha Sá - 10,00 (dez inteiros)


Prof. Dr. André Ribeiro Giamberardino - 10,00 (dez inteiros)


Prof.ª Dr.ª Mariel Muraro - 10,00 (dez inteiros)

Em face da aprovação, deliberou, ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela **concessão do título de Mestre em Direito ao candidato Victor Sugamoto Romfeld**.

A Comissão Julgadora, do mesmo modo, delibera recomendar ao Colegiado do Programa a dispensa de vinte e três créditos em favor do candidato por ocasião do Doutorado.

É o parecer.

Curitiba, 23 de março de 2018.

Praça Santos Andrade, 50 – 3º Andar
Tel.: (41) 3310-2685 e 3310-2739
www.direito.ufpr.br/ppgd



AGRADECIMENTOS

*Disciplina é liberdade
Compaixão é fortaleza
Ter bondade é ter coragem*

(“Há tempos”, Legião Urbana)

Desde logo, me recuso a encerrar esse ciclo sem olhar para trás. Ainda que nossas existências não sejam resumidas ao passado, as permanências também fazem parte de mim e me acompanham há praticamente trinta anos. Por isso, digo sem hesitar que sou, simultaneamente, passado, presente e futuro.

Por falar em tempo, o Mestrado na UFPR era um sonho que nutria desde a graduação, deixando de ser futuro distante e passando a ser presente a partir da aprovação conquistada num rigoroso e exaustivo processo seletivo. Nessa intensa caminhada de dois anos, muitos foram os momentos de solidão, cansaço e trabalho incessante de pesquisa. Contudo, as afetividades foram elementos fundamentais, responsáveis por me dar abrigo emocional nos episódios mais difíceis do biênio 2016-2018. Com certeza, cheguei até aqui porque várias pessoas, *de carne e osso*, apoiaram meus projetos e acreditaram em mim, muitas vezes mais do que eu mesmo.

Por isso, talvez um dos sentimentos mais nobres seja o da gratidão, certamente pouco presente em sociedades capitalistas e competitivas, nas quais o individualismo e a indiferença protagonizam as relações humanas. No ambiente da academia jurídica, o cenário parece ser ainda mais hostil, marcado por vaidades exacerbadas, autoritarismos e disputas de poder. Na contramão dessa tendência, utilizo o espaço dos agradecimentos – não raro, ocupado por palavras vazias e sintéticas – para reconhecer o valor de cada pessoa que cruzou o meu caminho nessa jornada.

À(s) família(s)

Esclareço, de antemão, que não acredito em um conceito universal de família, muito menos em concepções ultrapassadas de família triangular fundada em laços sanguíneos. A História nos mostra que este ideal serviu para oprimir mulheres, confinadas no espaço doméstico, e marginalizar todas aquelas e aqueles que, desafiando a lógica heteronormativa, não se encaixavam nos papéis estanques de pai e mãe.

Apesar do meu modelo originário tradicional de família, posso dizer seguramente que mãe e pai são os pilares fundantes da minha existência. Alcancei os bancos universitários graças ao esforço conjunto de Maria Cristina e Irineu, que dedicaram suas vidas para dar aos filhos oportunidades que não tiveram. Não sei o que seria de mim nesses anos sem o apoio incondicional de ambos. Pela compreensão, pelos gestos afetuosos, pela presença, pela escuta em momentos de desespero. Por tudo isso, e muito mais, agradeço com meu amor sem ressalvas.

Para além de mãe e pai, sinto-me privilegiado pela convivência com o irmão Rafael, que cuidou de mim desde pequeno. Irmandade compartilhada em quase três décadas, cumplicidade impossível de ser narrada pelas palavras. Obstáculos que pareciam intransponíveis – como as tabelas e gráficos dessa dissertação – foram ultrapassados facilmente com sua ajuda, sempre atento e paciente.

Aos avós, Giuseppa, Quirino e Terezinha, lamento a minha reiterada ausência nos domingos e feriados, na esperança de que um dia possa compensá-la.

Às madrinhas Silvana e Célia, obrigado pela imensidão do carinho que desconheço em outras relações de afilhados. Ao padrinho Aldo, pela preocupação que muitas vezes implica discussões acaloradas. Queria lhe dizer que os anos passaram, estou mais velho e continuo “comunista”. Aproveitando o ensejo, meu abraço de urso para tias e tios queridos, Ângelas (Banzato e Sugamoto), Elyane, Giovanni e Júnior.

Finalmente, não poderia deixar de citar primas e primos especiais: Alexandre, Ariadne, Arthur, Sabrina, Felipe, Isabela, Geórgia, Guilherme (Westphal e Locatelli). Também aquelas que, por coração, considero primas: Renê, Dedy e Nath.

Às amigas e aos amigos

Em ocasiões difíceis da vida, amigas e amigos também foram meu refúgio. Por este motivo, menciono família na sua pluralidade de significados, porque em vocês encontrei alívio, tolerância, euforia, aprendizado e lealdade. Hoje, depois de tanto, tempo, carrego em mim cada uma e cada um, fragmentos guardados num lugar que visito quando estou com saudade.

À família Stella Maris: saibam que, quando me perguntam “depois de todo esse tempo estão juntos?”, eu respondo, convicto e sem titubear: “sempre”. Compreendi, ainda muito jovem, o significado de amizade porque fui compreendido, amado e

acolhido por Ana Paula, Camila, Caroline, Débora, Eduardo, Fabianne, Henrique, Isabella e Mariê. Acrescento a lista Bruna e Lú, presentes que Henrique me deu.

À família Bom Jesus, por me ensinarem que o tempo pode ser relativo: três anos de Ensino Médio foram suficientes para manter, em nós, uma chama acesa que representa cuidado, consideração e afeto por tudo que vivemos: Camila Bonin, Camilinha, irmão Gui Batalha, Jú Bertholdi, Tati e Thyagão.

À minha família jurídica (UFPR), queria dizer que *“Por você, eu voltaria no tempo. Eu não te deixaria desistir tão fácil. E não te negaria nenhum abraço. E de novo, eu voltaria no tempo. Pra voltar pra ontem, sem temer o futuro. E olhar pra hoje, cheios de orgulho”*. Por mais que o tempo insista em colocar cada um de nós em trajetórias distintas, preservo em mim um sentimento transcendental, incapaz de ser desgastado pelas engrenagens do tempo. Companheiras e companheiros de turma: Hugo, Giovanna, Hermínia, Maraísa, Moira, Nikolai, Paula, Poliana, Ricardo, Rodolfo, Stefani e Yuri. Calouros e veteranos: Ananda, Ana Flávia, André, Augusto, Babi, Bruna, Daniel, Dedessa, Eliezer, Gabi Ferreira, Kamila, Kramer, Isa, Irineu, Jú Chevônica, June, Mafra, Maíra, Mariana, Rafa Julião, Rafinha, Verônica e Vítor Dieter.

Alguns amigos, apesar de não pertencerem a uma família propriamente dita, são dignos de menção honrosa. Fernando, Patrícia e Suelen, amigos de academia. Cassiano, Maria Lígia, Alice Dandara e Thiago Vasconcelos: antes, cônjuges de amigos, e depois, amigos do peito. Bruna Sanderson, Lay, João, Lúcio, Mandy, Maria Thereza, amigos que devo ao meu namorado. Ethan e Daniel, amigos cariocas cujos abraços me fazem falta todos os dias. Thiago Bueno, amigo de encontros inusitados da vida. Cristiane Bonin e Cláudia Madruga, afinal, mães dos amigos também podem ser nossas amigas. Adri Schier, um pouco amiga, um pouco mestra, admiração à primeira vista. Denis Radun, amizade promissora que surgiu das relações acadêmicas e das viagens para Joinville/SC.

Aos que amamos

“Ainda que eu falasse a língua dos homens, e falasse a língua dos anjos, sem amor eu nada seria”. No Código Penal da vida, cometi o crime hediondo da homossexualidade, me tornando um criminoso multi reincidente que se libertou das prisões da heteronormatividade. O micro cosmus das minhas vivências compõe, junto

com tantas outras pequenas histórias, uma grande narrativa de resistência e preconceito contra pessoas LGBT.

Mas aqui, a minha escrita abandona o tom de denúncia e adquire outros contornos. Só há espaço para dizer que, depois de conhecer Maurício Branco, nunca mais fui o mesmo. Obrigado por proporcionar o sentimento indescritível de ser amado, compreendido e tolerado, nos meus mínimos defeitos e detalhes. Possivelmente, você é meu maior entusiasta. Além disso, amante, namorado, companheiro, amigo, confidente. Por vezes, não sei discernir o que faz parte de mim e o que faz parte de você. Esta, afinal, é a sensação única de deixar o singular e assumir o plural, onde somente posso falar a partir de “nós”. Diante da sua presença máxima, o mínimo que posso fazer é agradecer por cada abraço, cada palavra de suporte e por cada momento em que você foi meu porto seguro. *“Amor da minha vida, daqui até a eternidade”*. Sei o que vai pensar quando ler essa homenagem. Sou romântico incurável, e um tremendo exagerado.

O amor que já seria suficiente por décadas surpreendeu e se multiplicou, pois você me deu mais uma família. Se para a lógica machista, sogra é sinônimo de um fardo, para mim, foi (e continua sendo) sinônimo de uma constante satisfação. Eguimara, não sou apenas seu fã, mas o genro que estará sempre por perto. Agradeço, também, minha cunhada Gabriela, Matheus e Jeff pelo acolhimento e pelas recepções calorosas, desde o começo.

Às mestras e aos mestres

Tudo começou há muitos anos, no primeiro colégio, com as professoras Lenita e Marília, que identificaram em mim a vocação para os estudos, para redação e para o Direito. Depois, adolescente, fui guiado por professores igualmente brilhantes, com ‘p’ maiúsculo. Tânia e Adriana, pelo cuidado e pelos “puxões de orelha” que qualquer pessoa daquela idade necessitava. Samuel, *in memoriam*, que vibrou desde a aprovação no vestibular, e infelizmente, por razões alheias às nossas vontades, não pôde presenciar o fim do Mestrado, que tanto esperávamos.

Aos meus professores do Direito, acredito que diante do afeto e respeito que nutrimos mutuamente, podemos abrir mão dos formalismos que nos aprisiona em categorias como doutor e excelência. Assim, peço licença para lhes chamar pelo nome.

É imprescindível esclarecer que esta dissertação não seria possível sem as minhas estimadas mentoras. Katie Argüello, orientadora desde a Iniciação Científica,

uma pessoa singular, sensível, atenciosa, que abraçou todos os meus projetos acadêmicos. Não sei se sou capaz de retribuir tudo que já me ensinou e toda a sua gentileza. Priscilla Placha Sá, co-orientadora, embora afirme ser apenas uma ajudante, prestando assistência, você é coautora nessa empreitada delitiva, feminista e transgressora, comigo e com a Katie. Obrigado por colocar um pouco de juízo na cabeça desse orientando megalomaniaco, pela sabedoria de cada conselho e principalmente por trazer moderação no meu modo de escrita. Em qualquer lugar por onde eu andar, vou mencionar o nome de ambas, aquelas que transformaram teoria em *práxis* docente ousada e insurgente.

André Giamberardino e Mariel Muraro, gratidão por terem aceito o convite para compor a banca examinadora. Estimados professores que fazem história na vanguarda da Criminologia brasileira.

Juarez Cirino dos Santos, um gigante do Direito Penal e da Criminologia Crítica. Se decidi ingressar nas rotas turbulentas das ciências criminais, devo ao senhor esta influência, além do gesto grandioso quando me concedeu bolsa de estudos integral para estudar no seu Instituto durante a Especialização (ICPC).

Impossível esquecer as e os docentes que marcaram minha travessia pelas disciplinas cursadas no PPGD/UFPR: Ana Carla Harmatiuk Mattos, Celso Ludwig, Luís Fernando Lopes Pereira, Melina Fachin e Sérgio Said Staut Jr. Por mais que não tenha frequentado sua disciplina, registro agradecimento à professora Angela Fonseca, que me brindou com um espaço em sua disciplina tópica na graduação para apresentar minha pesquisa. Gestos como esse são difíceis de esquecer.

Last, but not least, Rodrigo Xavier Leonardo, que deu o seu nome à minha turma, e mesmo sem querer, se eternizou em nossas histórias. Além de mestre verdadeiramente democrático, um excelente e precioso amigo.

Aos colegas de trabalho

A rotina concomitante de assessor no Tribunal de Justiça e mestrando somente foi possível graças à confiança da Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima, sopro de esperança na magistratura pelo trabalho sério, competente e impecável que desenvolve em seu gabinete. Aliás, também me sinto sortudo por estar ao lado de uma equipe incrível com quem tenho o prazer de compartilhar trinta e cinco horas da minha

semana: Cecília, Jaque, Jurandir, Juliano, Luiz, Mara (de novo!), Márcia, Mayla e Nayane. Mais que colegas, pessoas que tornam o dia-a-dia mais leve e menos tedioso.

*Ao Programa de Pós-Graduação em Direito
(e aos presentes que me deu)*

Sem dúvida, o curso de Direito da UFPR e seu programa de pós-graduação, unidos, formam a minha *alma mater*. Ambiente que definiu as linhas mestras da minha formação: acadêmica, política e humana. Mais do que isso: uma escola jurídica de ensino público, resistindo diante de concepções neoliberais e mercadológicas que tomaram conta da democracia brasileira.

Sem mais delongas, é preciso reconhecer o trabalho dos servidores do PPGD/UFPR, sempre dispostos a auxiliar nos obstáculos da vida acadêmica. Dou destaque especial para a Vanessa, pelos sorrisos contagiantes e pelos cafezinhos entre as aulas.

A vivência acadêmica também me proporcionou amizades inestimáveis, de mestrandos e doutorandos. Jaque e Fran, parceiras que amo tanto, presentes desde as primeiras disciplinas cursadas. Viver um sonho já é bom, melhor ainda é construí-lo coletivamente. Lawrence, um ombro amigo que felizmente recuperei depois de alguns desencontros da vida. Quiçá, aquele que mais me instiga seguir em frente, enxergando em mim um brilho que desconheço. Débora Dossiatti, Melanie, Tani e Tita, obrigado por compartilharem comigo suas experiências e inquietações daquelas que assumem o desafio de desenvolver uma pesquisa feminista.

Finalmente, a todas as gurias do grupo de *whatsapp* “Escravos do capital”, por conduzirem nossa terapia coletiva que ocorria nos meios virtuais, com muitas reclamações e desabafos, mas acima de tudo, esperança de que ao final tudo daria certo.

*Não se assuste pessoa,
Se eu lhe disser que a vida é boa
Não se assuste pessoa,
Se eu lhe disser que a vida é boa
Enquanto eles se batem,
Dê um role e você vai ouvir
Apenas quem já dizia
Eu não tenho nada, antes de você ser
Eu sou, eu sou, eu sou, eu sou amor, da cabeça aos pés*

(“Dê um rolê”, interpretada por Gal Costa)

Afinal, quem explora quem quando a prostituição é exercida sem risco de violência, sem o peso do estigma, com pagamento justo? Fico imaginando o dia em que a palavra “puta” não for mais xingamento, o dia em que as pessoas nem consigam mais imaginar porque um dia ela o teria sido. Mas esse dia está longe. Hora de lutarmos por um feminismo que não deslegitime nossas pautas, que leve a sério a nossa luta, o putafeminismo quem sabe.

“E se eu fosse puta” – Amara Moira

RESUMO

A prostituição feminina é um objeto de estudo pouco explorado pelas ciências criminais. Propõe-se refletir sobre os significados atribuídos à prostituição pelos discursos jurídicos e criminológicos. Se na Criminologia Positivista (lombrosiana) a prostituta era encarada num viés estigmatizante, na Criminologia Crítica é notável a sua ausência, *déficit* que vem sendo paulatinamente suprido pelas Criminologias Feministas. Por outro lado, no Direito, sobretudo na esfera penal, prevalecem entendimentos conservadores sobre o meretrício, tendência que pode ser verificada a partir dos recentes Projetos de Lei que abordaram a prostituição, das obras contemporâneas de penalistas brasileiros e das correntes jurisprudenciais, tanto dos tribunais superiores (STF e STJ) como da corte estadual (TJPR), analisadas no período compreendido entre 2010 e 2016. Confirmando a hipótese inicial, conclui-se que, mesmo após a reforma realizada em 2009 no Código Penal, a maior parte dos juristas (doutrinadores penalistas e magistrados) se mantém vinculada à moral sexual e aos bons costumes. Defende-se, ainda, a descriminalização do entorno da prostituição, regulamentando a profissão como alternativa aos impasses jurídicos vivenciados pelas prostitutas.

Palavras-chave: prostituição; Criminologia Crítica; Criminologia Feminista; regulamentação; feminismo interseccional.

ABSTRACT

Female prostitution is an object of study little explored by the criminal sciences. It is proposed to reflect the meanings attributed to prostitution by legal and criminological discourses. If in the Positivist Criminology (lombrosian) the prostitute was faced with a stigmatizing bias, Critical Criminology is notable for its absence, a deficit that has been gradually supplied by Feminist Criminology. On the other hand, regarding to Law, especially in the criminal sphere, conservative understandings on prostitution prevail, tendency that can be verified from the recent bills that somehow approached sex work, the contemporary books written by criminalists, and the jurisprudential currents (STF, STJ and TJPR), analyzed during the period between 2010 and 2016. Confirming the initial hypothesis, it is concluded that, even after the reform carried out in 2009 in the Penal Code, most of the jurists (criminalists and judges) remain linked to sexual morality and good manners. It is also defended the decriminalization of prostitution, regulating the profession as an alternative to legal obstacles experienced by prostitutes.

Keywords: prostitution; Critical Criminology; Feminist Criminology; regulation; intersectional feminism.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE VOLUMES COM ARTIGOS SOBRE PROSTITUIÇÃO

GRÁFICO 2 – REVISTAS EXAMINADAS

GRÁFICO 1

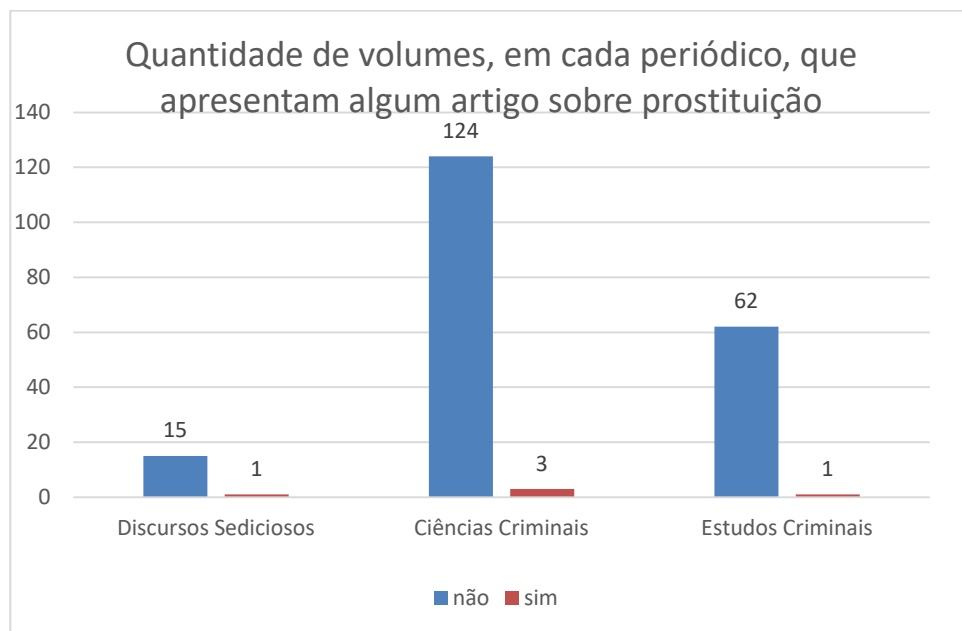
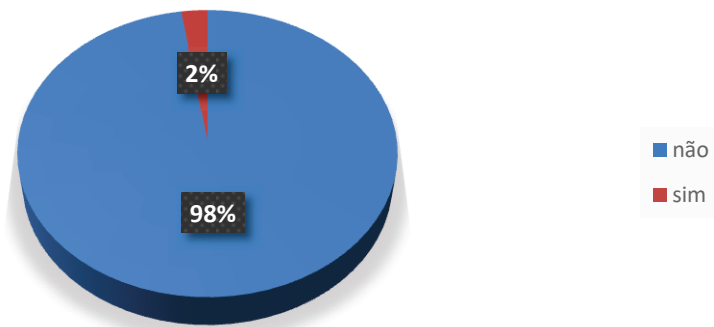


GRÁFICO 2

As revistas examinadas possuem algum artigo sobre prostituição?



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERIÓDICOS CONTENDO ARTIGOS SOBRE PROSTITUIÇÃO

TABELA 2 – RESULTADOS TOTAIS RELACIONADOS AOS PERIÓDICOS

TABELA 3 – JULGADOS ANALISADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

TABELA 4 – JULGADOS ANALISADOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 5 – JULGADOS ANALISADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TABELA 1

NOME DA REVISTA	Nº do periódico	Ano de publicação	Consta artigo sobre prostituição?	Autor(es)	Título
REVISTA DISCURSOS SEDICIOSOS	1	1996 (1º semestre)	Não		
	2	1996 (2º semestre)	Não		
	3	1997 (1º semestre)	Não		
	4	1997 (2º semestre)	Sim	Lená Medeiros de Menezes	*Título 1
	5/6	1998	Não		
	7/8	1999	Não		
	9/10	2000	Não		
	11	2002 (1º semestre)	Não		
	12	2002 (2º semestre)	Não		
	13	2004	Não		
	14	2004	Não		
	15/16	2007	Não		
	17/18	2010	Não		
	19/20	2012	Não		
	21/22	2014	Não		
	23/24	2016	Não		
	0	1992	Não		
	1	1993	Não		
	2	1993	Não		
	3	1993	Não		
	4	1993	Não		
	5	1994	Não		
	6	1994	Não		
	7	1994	Não		
	8	1994	Não		
	9	1995	Não		
	10	1995	Não		
	11	1995	Não		
	12	1995	Não		
	13	1996	Não		
	14	1996	Não		
	15	1996	Não		
	16	1996	Não		
	17	1997	Não		
	18	1997	Não		
	19	1997	Não		
	20	1997	Não		
	21	1998	Não		

22	1998	Não		
23	1998	Não		
24	1998	Não		
25	1999	Não		
26	1999	Não		
27	1999	Não		
28	1999	Não		
29	2000	Não		
30	2000	Não		
31	2000	Não		
32	2000	Não		
33	2001	Não		
34	2001	Não		
35	2001	Não		
36	2001	Não		
37	2002	Não		
38	2002	Não		
39	2002	Não		
40	2002	Não		
41	2003	Não		
42	2003	Não		
43	2003	Não		
44	2003	Não		
45	2003	Não		
46	2004	Não		
47	2004	Não		
48	2004	Não		
49	2004	Não		
50	2004	Não		
51	2005	Não		
52	2005	Não		
53	2005	Não		
54	2005	Não		
55	2005	Não		
56	2005	Não		
57	2006	Não		
58	2006	Não		
59	2006	Não		
60	2006	Não		
61	2006	Não		
62	2006	Não		
63	2007	Não		
64	2007	Não		
65	2007	Não		
66	2007	Não		

67	2007	Não		
68	2007	Não		
69	2008	Não		
70	2008	Não		
71	2008	Não		
72	2008	Não		
73	2008	Não		
74	2008	Não		
75	2008	Não		
76	2009	Não		
77	2009	Não		
78	2009	Não		
79	2009	Não		
80	2009	Não		
81	2010	Não		
82	2010	Não		
83	2010	Não		
84	2010	Não		
85	2010	Não		
86	2010	Não		
87	2010	Não		
88	2011	Não		
89	2011	Não		
90	2011	Não		
91	2011	Não		
92	2011	Sim	Luís Greco	*Título 2
93	2011	Não		
94	2012	Não		
95	2012	Não		
96	2012	Não		
97	2012	Não		
98	2012	Não		
99	2012	Não		
100	2013	Não		
101	2013	Não		
102	2013	Não		
103	2013	Não		
104	2013	Não		
105	2013	Não		
106	2014	Não		
107	2014	Não		
108	2014	Não		
109	2014	Não		
110	2014	Sim	João Paulo Orsini Martinelli	*Título 3
111	2014	Sim	José F. Dias da Costa Lira	*Título 4

112	2015	Não		
	2015	Não		
	2015	Não		
	2015	Não		
	2015	Não		
	2015	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
	2016	Não		
1	2001	Não		
	2001	Não		
	2001	Não		
	2001	Não		
	2002	Não		
	2002	Não		
	2002	Não		
	2003	Não		
	2003	Não		
	2003	Não		
	2003	Não		
	2003	Não		
	2003	Não		
	2004	Não		
	2004	Não		
	2004	Não		
	2004	Não		
	2005	Não		
	2005	Não		
	2005	Não		
	2005	Não		
	2006	Não		
	2006	Não		
	2006	Não		
	2007	Não		
	2007	não		
	2007	não		
	2007	não		
	2008	não		
	2008	não		

REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS	30	2008	não		
	31	2008	não		
	32	2009	não		
	33	2009	não		
	34	2009	não		
	35	2009	não		
	36	2010	não		
	37	2010	não		
	38	2010	não		
	39	2010	não		
	40	2011	não		
	41	2011	não		
	42	2011	não		
	43	2011	não		
	44	2012	não		
	45	2012	não		
	46	2012	não		
	47	2012	não		
	48	2013	não		
	49	2013	não		
	50	2013	não		
	51	2013	não		
	52	2014	não		
	53	2014	não		
	54	2014	não		
	55	2014	não		
	56	2015	não		
	57	2015	sim	Frederico Horta e M. Sarsur	*Título 5
	58	2015	não		
	59	2015	não		
	60	2016	não		
	61	2016	não		
	62	2016	não		
	63	2016	não		

*Título 1 - O tráfico internacional de mulheres no debut e fin-de-siecle

*Título 2 - Jurisprudência comentada sobre casa de prostituição

*Título 3 - Casa de prostituição: adequação social e a moral pública

*Título 4 - O paternalismo jurídico-penal e a (in)constitucionalidade do crime de manter estabelecimento destinado à prostituição

*Título 5 - Entre repressão e tolerância: discursos e práticas de controle social da prostituição na década de 1950

TABELA 2

REVISTAS	Não	Sim
Discursos Sediciosos	15	1
Ciências Criminais	124	3
Estudos Criminais	62	1
TOTAL	201	5

TABELA 3

STF	Classe/ Número	Câmara/ Turma Julgadora	Data de julgamento	Relator	Motivo de Exclusão
Processos Excluídos da Pesquisa	Ext 1391/DF	1ª Turma	22/11/2016	Rosa Weber	Processo de extradição
	Ext 1377/DF	2ª Turma	29/09/2015	Carmen Lúcia	Processo de extradição
	Ext 1348/DF	2ª Turma	23/03/2015	Gilmar Mendes	Processo de extradição
	Ext 1298/DF	2ª Turma	08/10/2013	Rosa Weber	Processo de extradição
	Ext 1252/R.E.	1ª Turma	08/05/2012	Carmen Lúcia	Processo de extradição
	RE 628624/MG	Tribunal Pleno	29/10/2015	Marco Aurélio	Crimes do ECA
	RHC 127757/DF	2ª Turma	02/06/2015	Teori Zavascki	Crimes do ECA
	HC 123465/AM	1ª Turma	25/11/2014	Rosa Weber	Crimes do ECA
	HC 123745 AgR/AM	2ª Turma	04/11/2014	Rosa Weber	Crimes do ECA
	HC 102097 AgR/AM	1ª Turma	25/02/2014	Roberto Barroso	Crimes do ECA
	HC 117227/AC	1ª Turma	10/09/2013	Dias Tóffoli	Crimes do ECA
	HC 116864/RR	2ª Turma	20/08/2013	Carmen Lúcia	Crimes do ECA
	HC 102575/ES	1ª Turma	16/06/2010	Carmen Lúcia	Crimes do ECA
	HC 124901/MG	2ª Turma	27/10/2015	Gilmar Mendes	Crimes diversos
	HC 93570/RN	2ª Turma	02/03/2010	Cezar Peluso	Crimes diversos
	HC 128693 AgR/SP	1ª Turma	04/08/2015	Roberto Barroso	Segredo de justiça
	RHC 117006/ES	1ª Turma	11/06/2013	Dias Tóffoli	Segredo de justiça
Processos Analisados	HC 96986/MG	2ª Turma	15/05/2012	Gilmar Mendes	Xxx
	HC 104467/RS	1ª Turma	08/02/2011	Carmen Lúcia	Xxx

TABELA 4

STJ	Classe/ Número	Câmara/ Turma Julgadora	Data de julgamento	Relator	Motivo de Exclusão
	AgRg no REsp 1518580/RJ	5ª Turma	22/11/2016	Félix Fischer	Crimes do ECA
	HC 347895/GO	6ª Turma	13/09/2016	Antônio S. Pinheiro	Crimes do ECA
	HC 325515/SP	6ª Turma	06/09/2016	Rogério Schietti	Crimes do ECA
	HC 319112 / SP	5ª Turma	23/08/2016	Reynaldo S. da Fonseca	Crimes do ECA
	AgRg no AREsp 859289/MG	6ª Turma	16/06/2016	Sebastião Reis Júnior	Crimes do ECA
	REsp 1401450/GO	6ª Turma	07/06/2016	Rogério Schietti	Crimes do ECA
	AgRg no REsp 1434538/AC	5ª Turma	02/06/2016	Félix Fischer	Crimes do ECA
	HC 345307/AM	5ª Turma	24/05/2016	Reynaldo S. da Fonseca	Crimes do ECA
	RHC 65205/RN	5ª Turma	12/04/2016	Jorge Mussi	Crimes do ECA
	REsp 1543267/SC	6ª Turma	03/12/2015	Maria Thereza de A. Moura	Crimes do ECA
	AgRg no REsp 1508656/GO	6ª Turma	01/12/2015	Rogério Schietti	Crimes do ECA
	HC 240707/MG	5ª Turma	01/10/2015	Félix Fischer	Crimes do ECA
	RHC 57721/PI	5ª Turma	22/09/2015	Gurgel de Faria	Crimes do ECA
	RHC 59161/SP	6ª Turma	04/08/2015	Maria Thereza de A. Moura	Crimes do ECA
	RHC 37606/MT	5ª Turma	30/06/2015	Félix Fischer	Crimes do ECA
	HC 290240/RS	5ª Turma	18/06/2015	Reynaldo S. da Fonseca	Crimes do ECA
	AgRg no HC 318937/PR	6ª Turma	16/04/2015	Ericson Maranhão	Crimes do ECA
	RHC 53944/SP	5ª Turma	10/03/2015	Jorge Mussi	Crimes do ECA
	AgRg no REsp 1334507/MS	5ª Turma	12/02/2015	Félix Fischer	Crimes do ECA
	AgRg no AREsp 355256/GO	6ª Turma	16/12/2014	Ericson Maranhão	Crimes do ECA
	HC 294628/AM	5ª Turma	18/11/2014	Félix Fischer	Crimes do ECA
	RHC 44538/MS	5ª Turma	05/08/2014	Jorge Mussi	Crimes do ECA
	REsp 1390617/SC	5ª Turma	18/06/2014	Laurita Vaz	Crimes do ECA
	REsp 1361521/DF	6ª Turma	05/06/2014	Nefi Cordeiro	Crimes do ECA
	HC 288374/AM	6ª Turma	05/06/2014	Nefi Cordeiro	Crimes do ECA
	AgRg no REsp 1292704/RS	5ª Turma	27/03/2014	Laurita Vaz	Crimes do ECA
	RHC 38418/AC	5ª Turma	20/02/2014	Laurita Vaz	Crimes do ECA
	HC 180840/PR	6ª Turma	05/03/2013	Og Fernandes	Crimes do ECA
	AgRg no Ag 1206993/RS	6ª Turma	05/03/2013	Sebastião Reis Júnior	Crimes do ECA
	AgRg no REsp 1075052/RS	5ª Turma	18/12/2012	Laurita Vaz	Crimes do ECA
	HC 88616/MT	6ª Turma	20/11/2012	Og Fernandes	Crimes do ECA
	HC 228055/SC	5ª Turma	10/04/2012	Laurita Vaz	Crimes do ECA
	REsp 1286947/RS	5ª Turma	20/03/2012	Laurita Vaz	Crimes do ECA
	EResp 1021634/SP	3ª Seção	23/11/2011	Maria Thereza de A. Moura	Crimes do ECA
	HC 295458/SP	5ª Turma	23/08/2016	Reynaldo S. da Fonseca	Tráfico de pessoas

Processos Excluídos da Pesquisa	HC 208663/SP	5ª Turma	02/10/2014	Jorge Mussi	Tráfico de pessoas
	HC 206607/GO	5ª Turma	19/08/2014	Laurita Vaz	Tráfico de pessoas
	REsp 1312620/MG	6ª Turma	10/06/2014	Maria Thereza de A. Moura	Tráfico de pessoas
	HC 205347/ES	6ª Turma	19/09/2013	Og Fernandes	Tráfico de pessoas
	AgRg no REsp 1165812/RS	5ª Turma	06/09/2011	Laurita Vaz	Tráfico de pessoas
	HC 332511/ES	5ª Turma	16/02/2016	Ribeiro Dantas	Questões processuais
	HC 338764/SP	6ª Turma	19/11/2015	Maria Thereza de A. Moura	Questões processuais
	CC 135884/RS	3ª Seção	11/11/2015	Ribeiro Dantas	Questões processuais
	HC 319695/SP	5ª Turma	06/10/2015	Gurgel de Faria	Questões processuais
	AgRg no AREsp 731363/SP	6ª Turma	08/09/2015	Ericson Maranhão	Questões processuais
	HC 326875/SP	6ª Turma	01/09/2015	Rogério Schietti	Questões processuais
	HC 323300/PA	5ª Turma	18/08/2015	Reynaldo S. da Fonseca	Questões processuais
	RHC 50461/CE	5ª Turma	18/06/2015	Leopoldo de A. Raposo	Questões processuais
	AgRg no AREsp 517327/SP	6ª Turma	16/06/2015	Ericson Maranhão	Questões processuais
	AgRg no AREsp 603298/SC	5ª Turma	03/02/2015	Walter de A. Guilherme	Questões processuais
	RHC 41824/AC	5ª Turma	18/12/2014	Félix Fischer	Questões processuais
	HC 286237/RJ	6ª Turma	04/12/2014	Maria Thereza de A. Moura	Questões processuais
	HC 260170/PA	6ª Turma	18/06/2014	Sebastião Reis Júnior	Questões processuais
	HC 276790/SP	5ª Turma	04/02/2014	Laurita Vaz	Questões processuais
	AgRg no HC 268714/AC	5ª Turma	10/12/2013	Laurita Vaz	Questões processuais
	RHC 42569/SP	5ª Turma	05/12/2013	Moura Ribeiro	Questões processuais
	RHC 40468/AC	5ª Turma	03/12/2013	Laurita Vaz	Questões processuais
	RHC 40423/RJ	5ª Turma	22/10/2013	Jorge Mussi	Questões processuais
	HC 177935/MG	6ª Turma	28/05/2013	Maria Thereza de A. Moura	Questões processuais
	HC 210785/MG	6ª Turma	21/03/2013	Maria Thereza de A. Moura	Questões processuais
	EDcl no REsp 1319629/AC	6ª Turma	27/11/2012	Sebastião Reis Júnior	Questões processuais
	CC 38517/RS	3ª Seção	24/10/2012	Assusete Guimarães	Questões processuais
	HC 247833/PB	5ª Turma	18/10/2012	Jorge Mussi	Questões processuais
	HC 244717/ES	5ª Turma	25/09/2012	Marco Aurélio Bellizze	Questões processuais
	EDcl nos EREsp 1021634/SP	3ª Seção	08/08/2012	Gilson Dipp	Questões processuais
	AgRg no HC 151550/RJ	6ª Turma	28/06/2012	Og Fernandes	Questões processuais
	HC 199722/RO	6ª Turma	28/06/2011	Maria Thereza de A. Moura	Questões processuais
	HC 204144/TO	6ª Turma	21/06/2011	Haroldo Rodrigues	Questões processuais
	REsp 1187343/RS	5ª Turma	17/03/2011	Gilson Dipp	Questões processuais
	HC 183707/SP	5ª Turma	22/02/2011	Gilson Dipp	Questões processuais
	RHC 46590/CE	5ª Turma	10/12/2015	Gurgel de Faria	Tráfico de drogas
	AgRg no REsp 1201504/MG	5ª Turma	02/10/2014	Walter de A. Guilherme	Tráfico de drogas
	HC 124938/BA	5ª Turma	02/09/2014	Jorge Mussi	Tráfico de drogas
	REsp 1319629/AC	6ª Turma	02/08/2012	Sebastião Reis Júnior	Fatos anteriores 2009

	REsp 1218392/PR	5ª Turma	17/05/2012	Laurita Vaz	Fatos anteriores 2009
	AgRg no REsp 924750/RS	6ª Turma	15/03/2011	Maria Thereza de A. Moura	Fatos anteriores 2009
	AgRg no REsp 1167646/RS	6ª Turma	27/04/2010	Haroldo Rodrigues	Fatos anteriores 2009
	REsp 1245527/SP	3ª Turma	14/02/2012	Nancy Andrichi	Caso alheio esfera penal
	HC 207720/SP	2ª Turma	01/12/2011	Herman Benjamin	Caso alheio esfera penal
Processos Analisados	HC 326692/RJ	5ª Turma	19/06/2015	Jorge Mussi	Xxx
	RHC 73185/SP	5ª Turma	11/10/2016	Ribeiro Dantas	Xxx
	HC 332512/ES	5ª Turma	16/02/2016	Ribeiro Dantas	Xxx
	HC 211.888/TO	6ª Turma	17/05/2016	Rogério Schietti	Xxx
	AgRg no REsp 1508423/MG	6ª Turma	01/09/2015	Ericson Maranhão	Xxx
	HC 238688/RJ	5ª Turma	06/08/2015	Félix Fischer	Xxx
	REsp 1435872/MG	6ª Turma	03/06/2014	Sebastião Reis Júnior	Xxx
	HC 214445/SP	5ª Turma	17/09/2013	Laurita Vaz	Xxx
	HC 171019/RJ	5ª Turma	13/11/2012	Laurita Vaz	Xxx
	AgRg no REsp 1045907/PR	5ª Turma	25/09/2012	Marco Aurélio Bellizze	Xxx

TABELA 5

TJPR	Classe/ Número	Câmara/ Turma Julgadora	Data de julgamento	Relator	Motivo de Exclusão
	AC 1382190-8	5ª Câmara Criminal	11/08/2016	José Laurindo de S. Netto	Art. 218-B do CP
	AC 1443120-0	5ª Câmara Criminal	09/06/2016	Ruy Alves Henriques Filho	Fatos anteriores 2009
	HC 1510595-8	3ª Câmara Criminal	14/04/2016	João Domingos K. Puppi	Art. 218-B do CP
	AC 1343422-7	3ª Câmara Criminal	07/04/2016	Angela R. Ramina de Lucca	Fatos anteriores 2009
	HC 1487469-0	3ª Câmara Criminal	17/03/2016	Angela R. Ramina de Lucca	Art. 218-B do CP
	AC 1311514-3	5ª Câmara Criminal	13/08/2015	Ruy Alves Henriques Filho	Fatos anteriores 2009
	HC 1353351-6	5ª Câmara Criminal	09/04/2015	Ruy Alves Henriques Filho	Art. 218-B do CP
	AC 1156285-5	5ª Câmara Criminal	12/03/2015	Marcus V. de Lacerda Costa	Fatos anteriores 2009
	AC 1267711-9	5ª Câmara Criminal	04/12/2014	Maria Mercis G. Aniceto	Fatos anteriores 2009
	HC 1301372-2	5ª Câmara Criminal	04/12/2014	Jorge Wagih Massad	Art. 218-B do CP
	AC 1188012-9	3ª Câmara Criminal	05/06/2014	Jefferson A. Johnsson	Fatos anteriores 2009
	HC 1172795-6	4ª Câmara Criminal	27/02/2014	Fernando F. de Moraes	Art. 244-A do ECA
	AC 949746-7	3ª Câmara Criminal	30/01/2014	Benjamin A. de M. Costa	Fatos anteriores 2009
	AC 1052484-0	3ª Câmara Criminal	31/10/2013	Sônia Regina de Castro	Fatos anteriores 2009
	HC 1080975-7	4ª Câmara Criminal	01/08/2013	Carvílio da Silveira Filho	Execução penal
	HC 1046644-9	3ª Câmara Criminal	06/06/2013	Sônia Regina de Castro	Art. 218-B do CP
	HC 991251-6	5ª Câmara Criminal	14/02/2013	Gilberto Ferreira	Art. 244-A do ECA
	Processo nº 975050-9	5ª Câmara Criminal	13/12/2012	Gilberto Ferreira	Segredo de justiça
	HC 981883-5	5ª Câmara Criminal	06/12/2012	Raul Vaz da S. Portugal	Art. 218-B do CP
	HC 945727-6	4ª Câmara Criminal	06/09/2012	Miguel Pessoa	Fatos anteriores 2009
	Processo nº 934626-7	5ª Câmara Criminal	16/08/2012	Jorge Wagih Massad	Segredo de justiça
	Processo nº 896400-7	5ª Câmara Criminal	28/06/2012	Eduardo Fagundes	Segredo de justiça

Processos Excluídos da Pesquisa	Processo nº 900479-3	5ª Câmara Criminal	19/07/2012	Maria José de T. M. Teixeira	Segredo de justiça
	Processo nº 828971-8	5ª Câmara Criminal	14/06/2012	Rogério Etzel	Segredo de justiça
	Processo nº 881526-3	5ª Câmara Criminal	24/05/2012	Maria José de T. M. Teixeira	Segredo de justiça
	Processo nº 861409-1	5ª Câmara Criminal	24/05/2012	Marcus V. de Lacerda Costa	Segredo de justiça
	AC 670436-3	4ª Câmara Criminal	26/04/2012	Márcio José Tokars	Fatos anteriores 2009
	AC 847922-7	3ª Câmara Criminal	19/04/2012	Renato Lopes de Paiva	Questões processuais
	Processo nº 821951-8	5ª Câmara Criminal	12/04/2012	Rogério Etzel	Segredo de justiça
	AC 844381-4	5ª Câmara Criminal	23/02/2012	Jefferson A. Johnsson	Fatos anteriores 2009
	RSE 849083-3	5ª Câmara Criminal	08/03/2012	Eduardo Fagundes	Fatos anteriores 2009
	AC 846253-3	5ª Câmara Criminal	19/01/2012	Maria José de T. M. Teixeira	Fatos anteriores 2009
	HC 857183-3	3ª Câmara Criminal	19/01/2012	Marques Cury	Fatos anteriores 2009
	Processo nº 792545-3	3ª Câmara Criminal	20/10/2011	Marques Cury	Segredo de justiça
	AC 786607-1	4ª Câmara Criminal	15/09/2011	Tito Campos de Paula	Fatos anteriores 2009
	AC 751326-2	3ª Câmara Criminal	18/08/2011	Sônia Regina de Castro	Fatos anteriores 2009
	AC 670415-4	4ª Câmara Criminal	25/05/2011	Antônio Martelozzo	Fatos anteriores 2009
	AC 710238-1	5ª Câmara Criminal	19/05/2011	Eduardo Fagundes	Fatos anteriores 2009
	AC 720001-7	3ª Câmara Criminal	07/04/2011	Edvino Bochnia	Fatos anteriores 2009
	AC 667534-9	4ª Câmara Criminal	07/04/2011	Miguel Pessoa	Fatos anteriores 2009
	Processo nº 720026-4	5ª Câmara Criminal	31/03/2011	Maria José de T. M. Teixeira	Segredo de justiça
	AC 716946-2	5ª Câmara Criminal	31/03/2011	Jorge Wagih Massad	Fatos anteriores 2009
	Processo nº 718650-9	5ª Câmara Criminal	10/02/2011	Eduardo Fagundes	Segredo de justiça
	HC 728696-8	5ª Câmara Criminal	20/01/2011	Jorge Wagih Massad	Questões processuais
	RC 621358-3/01	3ª Câmara Criminal	16/12/2010	Sônia Regina de Castro	Questões processuais
	AC 666375-6	4ª Câmara Criminal	09/12/2010	Antônio Martelozzo	Fatos anteriores 2009
	Processo nº 725684-6	5ª Câmara Criminal	09/12/2010	Marcus V. de Lacerda Costa	Segredo de justiça
	AC 682990-3	3ª Câmara	11/11/2010	Edvino Bochnia	Fatos anteriores 2009

		Criminal			
	AC 656481-6	3ª Câmara Criminal	28/10/2010	Sônia Regina de Castro	Fatos anteriores 2009
	Processo nº 675468-5	5ª Câmara Criminal	30/09/2010	Marco Antônio Massaneiro	Segredo de justiça
	AC 595600-7	5ª Câmara Criminal	23/09/2010	Marco Antônio Massaneiro	Fatos anteriores 2009
	AC 664575-8	5ª Câmara Criminal	05/08/2010	Eduardo Fagundes	Fatos anteriores 2009
	AC 575490-5	4ª Câmara Criminal	10/06/2010	Ronald Juarez Moro	Fatos anteriores 2009
	EDC 607222-6/01	5ª Câmara Criminal	27/05/2010	Marcus V. de Lacerda Costa	Fatos anteriores 2009
	AC 612607-2	5ª Câmara Criminal	13/05/2010	Eduardo Fagundes	Fatos anteriores 2009
	AC 635160-2	4ª Câmara Criminal	15/04/2010	Tito Campos de Paula	Fatos anteriores 2009
	AC 629383-8	3ª Câmara Criminal	15/04/2010	Sônia Regina de Castro	Fatos anteriores 2009
	AC 607222-6	5ª Câmara Criminal	08/04/2010	Marcus V. de Lacerda Costa	Fatos anteriores 2009
	AC 626631-7	5ª Câmara Criminal	08/04/2010	Eduardo Fagundes	Fatos anteriores 2009
	AC 596205-6	3ª Câmara Criminal	25/03/2010	Rui Bacellar Filho	Fatos anteriores 2009
	AC 632948-4	3ª Câmara Criminal	25/03/2010	Rui Bacellar Filho	Fatos anteriores 2009
	AC 585180-7	3ª Câmara Criminal	18/03/2010	Edvino Bochnia	Fatos anteriores 2009
	AC 600783-6	4ª Câmara Criminal	12/03/2010	Luiz Cesar Nicolau	Fatos anteriores 2009
	AC 627231-1	3ª Câmara Criminal	25/02/2010	Rogério Kanayama	Fatos anteriores 2009
	Processo nº 589682-2	3ª Câmara Criminal	11/02/2010	Jefferson A. Johnsson	Segredo de justiça
	AC 592989-1	3ª Câmara Criminal	04/02/2010	Edvino Bochnia	Fatos anteriores 2009
	AC 548231-9	4ª Câmara Criminal	21/01/2010	Domingos José Perfetto	Fatos anteriores 2009
	AC 594024-3	5ª Câmara Criminal	14/01/2010	Raul Vaz da S. Portugal	Fatos anteriores 2009
	AC 614980-4	4ª Câmara Criminal	14/01/2010	Tito Campos de Paula	Fatos anteriores 2009
	RSE 735413-0	3ª Câmara Criminal	05/05/2011	Jefferson A. Johnsson	Xxx
	HC 744358-3	3ª Câmara Criminal	24/03/2011	Jefferson A. Johnsson	Xxx
	AC 774967-1	3ª Câmara Criminal	17/11/2011	Edvino Bochnia	Xxx
	AC 781321-6	3ª Câmara Criminal	08/12/2011	Sônia Regina de Castro	Xxx

Processos Analizados	AC 881045-3	3ª Câmara Criminal	25/10/2012	Rui Bacellar Filho	Xxx
	AC 10027371	4ª Câmara Criminal	07/11/2013	Miguel Pessoa	Xxx
	HC 1151699	4ª Câmara Criminal	12/12/2013	Carvílio da Silveira Filho	Xxx
	HC 11517189	4ª Câmara Criminal	12/12/2013	Carvílio da Silveira Filho	Xxx
	AC 13216956	3ª Câmara Criminal	30/07/2015	Simone Cherem F. de Melo	Xxx
	HC 11515901	3ª Câmara Criminal	12/12/2013	Marques Cury	Xxx
	AC 13900826	Xxx	19/05/2016	Rogério Kanayama	Xxx
	AC 14413000	5ª Câmara Criminal	09/06/2016	Marcus V. de Lacerda Costa	Xxx
	AC 15182575	5ª Câmara Criminal	21/07/2016	Marcus V. de Lacerda Costa	Xxx
	AC 15188099	3ª Câmara Criminal	18/08/2016	Antônio Carlos Choma	Xxx
	AC 15238787	5ª Câmara Criminal	25/08/2016	Marcus V. de Lacerda Costa	Xxx

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	–	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
AC	–	Apelação Criminal
ADC	–	Ação Direta de Constitucionalidade
ADI	–	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	–	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AgRg	–	Agravo Regimental
ANTRA	–	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
Art.	–	Artigo
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATW	–	Coalizão Contra o Tráfico Internacional de Mulheres
CBO	–	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	–	Conflito de Competência
CCJ	–	Comissão de Constituição e Justiça
CDHM	–	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CEDH	–	Corte Europeia de Direitos Humanos
CP	–	Código Penal
CF	–	Constituição Federal
CTASP	–	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
DPU	–	Defensoria Pública da União
ECA	–	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDC	–	Embargos de Declaração
HC	–	<i>Habeas Corpus</i>
IBCCrim	–	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
INSS	–	Instituto Nacional da Seguridade Social
!TEC	–	Instituto Transdisciplinar de Ciências Criminais
MTE	–	Ministério do Trabalho e Emprego
PL	–	Projeto de Lei
PUCRS	–	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBCCrim	–	Revista Brasileira de Ciências Criminais
RBP	–	Rede Brasileira de Prostitutas
RDS	–	Revista Discursos Sediciosos

REC	–	Revista de Estudos Criminais
RE	–	Recurso Extraordinário
REsp	–	Recurso Especial
RHC	–	Recurso Ordinário em <i>Habeas Corpus</i>
RICD	–	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
RITJPR	–	Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
RSE	–	Recurso em Sentido Estrito
STF	–	Supremo Tribunal Federal
STJ	–	Superior Tribunal de Justiça
SUS	–	Sistema Único de Saúde
TJPR	–	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TJRS	–	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	–	Universidade Federal do Paraná
Unicamp	–	Universidade Estadual de Campinas
USP	–	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	34
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	42
2.1 A profissão mais antiga do mundo?	43
2.2 Delimitando o objeto de estudo: por que a prostituição feminina?	48
2.3 A importância de um tema silenciado e ignorado nas ciências criminais	51
3. PROSTITUIÇÃO E CRIMINOLOGIA: ENTRE ESTIGMAS E AUSÊNCIAS	
57	
3.1 Revisitando a criminologia positivista lombrosiana.....	60
3.1.1 Uma radiografia do homem delinquente.....	64
3.1.2 Mergulhando no desconhecido: mulher criminosa, mulher normal e prostituta	69
3.1.2.1 A naturalização dos estereótipos femininos através da “neutralidade” do discurso científico	71
3.1.2.2 Mulher criminosa e prostituta: aspectos anatômicos, biológicos e psicológicos	74
3.1.2.3 Criminosa nata e prostituta nata: semelhanças e diferenças	78
3.1.3 Considerações finais	82
3.2 Criminologia Crítica: rompimento do paradigma etiológico, permanência do paradigma androcêntrico	87
3.2.1 O enfoque prioritário: classe	87
3.2.2 A questão de gênero e sua posição subalterna (ou inexistente) na Criminologia Crítica	93
3.2.3 Prostituição: presente nas ruas, ausente nas reflexões dos criminólogos críticos ..	98
3.3 Criminologias Feministas: avançando na compreensão das desigualdades perante o poder punitivo.....	101
3.3.1 Superando o machismo criminológico e encontrando novos impasses	103
3.3.2 A necessidade do aprofundamento do debate da prostituição na agenda das criminólogas feministas brasileiras	108
3.3.3 Apostando no enfoque interseccional	113

4. PROSTITUIÇÃO E DIREITO PENAL: NOS MEANDROS SEXISTAS DA LEI, DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA..... 127

4.1 Possibilidades jurídicas no Brasil: criminalizar, abolir ou legalizar?.....	128
4.1.1 O Código Penal de 1940: rupturas e permanências.....	130
4.1.2 Criminalização do cliente: Projeto de Lei nº 377/2011	141
4.1.3 Legalização: proteger a prostituição ou as prostitutas?	148
4.1.3.1 Projeto de Lei nº 98/2003	148
4.1.3.1.1 Teor do projeto e justificativa.....	148
4.1.3.1.2 Trâmites legais.....	149
4.1.3.1.3 Críticas	153
4.1.3.2 Projeto de Lei nº 4.244/2004.....	156
4.1.3.2.1 Teor do projeto e justificativa.....	156
4.1.3.2.2 Trâmites legais.....	157
4.1.3.2.3 Críticas	157
4.1.3.3 Projeto de Lei nº 4.211/2012.....	159
4.1.3.3.1 Teor do projeto e justificativa.....	159
4.1.3.3.2 Trâmites legais.....	161
4.1.3.3.3 Críticas	162
4.1.3.4 Considerações finais.....	164
4.2 Penalistas contemporâneos: doutrina “moderna” enraizada na moral sexual e nos bons costumes.....	167
4.2.1 Bem jurídico em disputa: moralidade sexual e bons costumes ou dignidade sexual?	168
4.2.1.1 Mediação para servir à lascívia de outrem	169
4.2.1.2 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	174
4.2.1.3 Casa de prostituição.....	179
4.2.1.4 Rufianismo.....	185
4.2.2 Afinal, o que pensam os penalistas sobre a prostituição?.....	187
4.3 Investigação dos discursos das cortes.....	191
4.3.1 Supremo Tribunal Federal: em defesa da moralidade sexual e dos bons costumes	193

4.3.2 Superior Tribunal de Justiça: tradição e resistência	197
4.3.3 Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: submissão às cortes superiores.....	205
4.3.4 Considerações finais	211
 5. CONCLUSÕES: POR UMA CRIMINOLOGIA DAS OPRIMIDAS.....	 214
 REFERÊNCIAS	 219

1. INTRODUÇÃO

A prostituição é um fenômeno extremamente complexo que perpassa as mais diversas áreas do conhecimento, atingindo aspectos profundos da sociedade, como a economia, o trabalho, a sexualidade, a moral e as relações de gênero. No Brasil, trata-se de uma temática marcada por um incômodo paradoxo.

Por um lado, pouco se fala a respeito: as prostitutas existem, estão nas ruas, nos anúncios de jornal, nos centros das cidades, nas casas de massagem, frequentando cursos universitários e os mais variados ambientes. No entanto, a profissão não é reconhecida como se fosse uma opção digna de subsistência¹, fazendo com que as trabalhadoras sexuais² tenham seus direitos sistematicamente negados. Além disso, não se trata de um tema amplamente debatido, considerado um tabu pela sociedade brasileira. Quando existe alguma abertura para tanto, as possibilidades de avanço são barradas por discursos machistas, moralistas e religiosos, os quais procuram “salvar” essas mulheres da prostituição, ou estigmatizá-las ainda mais, mediante apelos repressivos e punitivistas.

Por outro lado, fala-se muito sobre a prostituição: no cotidiano brasileiro, o pior de todos os xingamentos, seja para homens ou mulheres, consiste em dizer que a pessoa atacada é filho (ou filha) de uma prostituta. Isto é sintomático não apenas de uma ideologia heteropatriarcal, mas também de uma cultura de ódio em relação às prostitutas.³

¹ Não por um acaso, o senso comum machista sempre afirmou que as prostitutas são as mulheres da “vida fácil”, como destaca a criminóloga Roberta Pedrinha: “Embora “mal necessário” à preservação do lar burguês, a prostituição era também vista como um desestímulo ao trabalho e um incentivo ao desregramento. A prostituta tinha uma vida “fácil”, repleta de devassidão, com excesso de atividade sexual, de condutas volúveis, de prazeres mundanos, que corroboravam para estimular o vício, a moleza, o ócio, a promiscuidade e a marginalidade”. PEDRINHA, Roberta Duboc. **Sexualidade, Controle Social e Práticas Punitivas**: do signo sacro religioso ao modelo científico médico higienista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 177.

² Estamos cientes das controvérsias que o termo (trabalhadora sexual/profissional do sexo) gera dentro do próprio movimento de prostitutas, como se mudar o nome “prostituta” fosse um pedido de desculpas ou uma forma de dar “seriedade à profissão”. Neste sentido, ver: LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 158. Porém, mesmo conhecedores de tal divergência, as expressões mencionadas serão utilizadas durante o trabalho, tendo em vista o respeito ao lugar de fala das mulheres que se prostituem e suas demandas por reconhecimentos de direitos.

³ A prostituta ativista Monique Prada, em seus textos, usa o termo “putafobia” para designar este comportamento. PRADA, Monique. **PUTAFOBIA: Segurança diz que matava mulheres porque tinha ódio de prostitutas**. Disponível em: <http://mundoinvisivel.org/putafobia-seguranca-diz-que-matava-mulheres-porque-tinha-odio-de-prostitutas/>. Acessado em: 22/01/2017.

Outro aspecto que persiste – apesar do aparente silêncio sobre a questão – é o constante e corriqueiro julgamento das mulheres a partir de suas sexualidades: na perspectiva heterossexual, se uma mulher tem relações sexuais com vários homens, usa roupas curtas ou justas, será imediatamente rotulada como uma prostituta.⁴ Aquelas que não se encaixam nos padrões ditados pelo machismo (recato, submissão, delicadeza, entre outras características supostamente “femininas”) são colocadas no mesmo grupo desviante (das “putas”),⁵ a partir de uma “lógica da honestidade”⁶ que divide as mulheres. Seguindo esta lógica, algumas serão cobiçadas para fins de matrimônio, enquanto outras servirão apenas para satisfazer desejos sexuais masculinos. Neste grupo específico, há aquelas que cobram por sexo e fazem desta atividade a sua profissão, desafiando o Direito e sua matriz androcêntrica. Desta relação conflituosa, surge uma série de discursos sobre a prostituição, importando para este trabalho os discursos jurídicos e criminológicos, os quais, em suas vertentes hegemônicas, legitimam a ideia de que as prostitutas são inimigas⁷ da moral sexual e dos bons costumes.⁸

Sabe-se que o Código Penal (CP) vigente no Brasil, desde 1940, adotou o sistema abolicionista, criminalizando todas as condutas que estão em seu entorno,

⁴ “Não é incomum se ouvir que fulana é vadia, ou que fulana é vagabunda ou ainda que fulana é biscate. Todos adjetivos pejorativos correlacionados ao exercício da sexualidade por parte da mulher, onde a mulher que é dona do seu próprio corpo e decide sair, usar a roupa que bem entender, colocar maquiagens conforme seu gosto (ou não colocar), beijar, transar, se relacionar com outras pessoas não é uma mulher que está dentro dos padrões aceitos pela sociedade e, portanto, é rotulada e excluída do círculo das ‘pessoas de bem’”. ROSA, Alexandre Moraes da; AMORIM, Fernanda Pacheco. Efetivação dos direitos da mulher no direito penal: a necessária superação da noção autoritária de ‘mulher honesta’. In: DIAS, Renato Duro; BIJOS, Leila Maria Da Juda; IGREJA, Rebecca Forattini Altino Machado Lemos (Coords.). **Gênero, sexualidade e direito II**. Florianópolis: CONPEDI, 2017, p. 216.

⁵ Questionada pela pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus sobre o que é ser puta, a prostituta trans e ativista de direitos humanos Indianara Alves Siqueira afirma que “Você pode ser puta por conta de um padrão social de como as mulheres devem se comportar, e as que não se comportam assim então são putas. Você pode ser porque você decidiu capitalizar o sexo (ato [sexual]) e ganhar dinheiro com isso”. JESUS, Jaqueline Gomes de. “Uma puta educadora: entrevista com Indianara Alves Siqueira”. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, 2013, p. 61.

⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2012, p. 147-148.

⁷ Ao utilizar este termo, não estamos fazendo referência à teoria do Direito Penal do Inimigo, de Gunther Jakobs. O termo “inimiga” é utilizado numa perspectiva mais ampla, sugerida por Leandro Ayres França, segundo a qual é possível identificar em todo agrupamento social a existência de um indivíduo ou grupo de pessoas dotados de alguma característica que os enquadra como inimigos. FRANÇA, Leandro Ayres. **Inimigo**: ou a inconveniência de existir. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 6.

⁸ “Historicamente, o feminino despertou reações antagônicas: a tradição greco-romana relegava a mulher a um *status* de ser inferior, sem exercício da cidadania plena, com finalidades meramente reprodutivas. No período da Inquisição, com o auge do *Malleus Maleficarum*, adota-se uma concepção dicotômica, na qual as mulheres oscilam entre o ápice da virtude ou as profundezas do vício, levando à caça de um número incontável de feiticeiras”. FRANÇA, Leandro Ayres. Obra citada, p. 112, 137 e 148. Essa carga histórica acompanhou a mulher em diversas épocas, em virtude do temor que girava em torno de sua sexualidade, sendo a prostituta o modelo mais radicalizado do qual uma mulher honesta deveria se distanciar. Por isso afirmamos que as prostitutas são inimigas, pois desafiam a moral sexual e os bons costumes de sociedades estruturalmente capitalistas, patriarcais e racistas.

exceto o ato de se prostituir, com o intuito de combater a prostituição e extingui-la. Neste contexto, o título VI do Código previa os “crimes contra os costumes”, entre os quais se inseriam os delitos relacionados ao meretrício. Esta terminologia vigorou até a Lei nº 12.015/2009, que consolidou uma série de reformas importantes, alterando o referido título para os “crimes contra a dignidade sexual”. Esta mudança ocorreu em virtude do bem jurídico tutelado pela norma penal: não mais a moral sexual e os bons costumes, mas, de acordo com o legislador, a dignidade sexual das vítimas desses crimes (estupro, casa de prostituição, rufianismo, etc.), na tentativa de harmonizar este setor do CP com a Constituição Federal (CF).

Diante deste cenário, a hipótese central deste trabalho é de que, mesmo após a reforma legislativa mencionada, a maioria dos juristas (em suma, doutrinadores penalistas e magistrados) continuam imersos na ideologia sexista da moral sexual e dos bons costumes. Significa dizer, portanto, que o sistema abolicionista fracassa em seus objetivos oficiais, tanto no que diz respeito à proteção das prostitutas, como no tocante à abolição da prostituição, a partir da interferência do Direito Penal neste âmbito.

Para desenvolver a referida hipótese, traçamos um percurso dividido em três grandes partes. Primeiro, procuramos esclarecer os aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa e delimitaram o objeto de estudo, apresentando os devidos recortes, sejam eles de ordem histórica, sociológica e epistemológica.

Historicamente, discordamos da concepção de que a prostituição é a profissão “mais antiga do mundo”, que “sempre existiu” em todos os períodos da humanidade, por se tratar de uma perspectiva historiográfica positivista, que encara acontecimentos e fenômenos como decorrência simplista de uma escala linear e evolutiva, desde a Antiguidade (Grécia e Roma) até “os dias atuais”. Além disso, pretendemos estudar o enquadramento jurídico da prostituição tendo como marco temporal e histórico o Código Penal de 1940, excluindo das investigações como o meretrício era tratado nas legislações criminais antecessoras, relativas a outros períodos históricos (tais como o Brasil-Colônia, o Brasil-Império e a República Velha).

Sociologicamente, estamos situados na análise da prostituição feminina, considerando a pluralidade de sujeitos que se prostituem, bem como a própria divisão que existe nos estudos produzidos na área das ciências humanas, de acordo com os protagonistas desse fenômeno (masculina, feminina, travesti e infanto-juvenil). Optamos, assim, pela prostituição feminina adulta, de mulheres cisgênero e transgênero, tendo em vista a preferência, nesta dissertação, por um feminismo inclusivo e

interseccional (atravessado por questões de classe, raça, gênero e sexualidade), sem ignorar, contudo, as divergências que a temática enseja dentro do próprio feminismo (mencionado no singular, mas compreendido no plural diante da diversidade de abordagens teóricas).

Epistemologicamente, nos filiamos à Criminologia Crítica, corrente do pensamento criminológico que surgiu na década de sessenta, inicialmente ancorada no marxismo, englobando uma série de autores que se contrapunham à criminologia tradicional de viés positivista e etiológico, apostando na denúncia do caráter seletivo do sistema penal. Entretanto, ainda que exista afinidade com esta linha teórica, é preciso recordar que a Criminologia Crítica *mainstream* – centrada nos aspectos classistas do sistema penal – sofreu críticas feministas contundentes, as quais questionaram o androcentrismo paradigmático das correntes criminológicas, ruptura que deu espaço para o surgimento da(s) Criminologia(s) Feminista(s). Por isso, é possível dizer que este trabalho está guiado por uma Criminologia Crítica Feminista e Interseccional. Destacamos, desde logo, que a prostituição é um tema silenciado na área das ciências criminais, mesmo em relação às produções teóricas críticas, constatação que será verificada através de pesquisa empírica em três revistas de notoriedade científica na área supracitada.

Na segunda parte, tecemos reflexões sobre a prostituição no âmbito da Criminologia, em especial, fazendo um contraponto entre a abordagem da temática na Criminologia Positivista e na Criminologia Crítica. Se nesta corrente a prostituta está absolutamente ausente dos estudos dirigidos por teóricos progressistas, naquela há uma pesquisa capitaneada por Cesare Lombroso que se debruça sobre a criminalidade feminina e as prostitutas, num viés patológico.

Neste sentido, os manuais de Criminologia costumam mencionar como marco fundacional desta ciência o livro “O Homem Delincente”, cuja autoria é do médico italiano nomeado anteriormente. No entanto, poucos criminólogos analisam o discurso lombrosiano sobre a criminalidade feminina, presente no livro “A mulher criminosa, a prostituta e a mulher normal”. Segundo a narrativa de Lombroso, existem caracteres bioantropológicos que determinam a criminalidade feminina, bem como a existência de uma “prostituta nata”. Sendo assim, abordamos essa obra avaliando até que ponto o discurso defendido pelo criminólogo positivista é reproduzido pela ideologia patriarcal dominante, reforçando as concepções patológicas sobre a prostituição e a estigmatização social deste grupo de mulheres.

Noutro extremo do pensamento criminológico, é possível dizer que se a Criminologia Crítica teve o mérito de romper com o paradigma etiológico (voltado ao criminoso e às causas da criminalidade), há um notável déficit quanto à incorporação do paradigma de gênero. Este descompasso pode ser explicado pelas influências do marxismo no surgimento da Criminologia Crítica e do predomínio de uma interpretação marxista ortodoxa, tendo como consequência a priorização da desigualdade (econômica) entre as classes sociais, no tocante às análises dos processos de criminalização e do funcionamento do sistema penal. Isto fez com que a questão de gênero se tornasse subalterna (ou inexistente) dos discursos criminológicos tidos inicialmente como emancipatórios. Seguindo esta tendência, a prostituição não passa de mais um tópico silenciado e marginalizado, demonstrando que há uma dívida da criminologia crítica com as reivindicações feministas, sobretudo em relação aos estudos de gênero e sexualidade.

Em vista disso, consolidamos o entendimento de que, em grande parte das correntes criminológicas, ou a prostituição é vista sob um olhar discriminatório, ou está omissa, oscilando entre estigmas e ausências. Nesta conjuntura, as criminologias feministas vêm justamente para superar o machismo criminológico, encontrando novos impasses diante de assuntos até então pouco explorados, tais como o encarceramento feminino, a violência doméstica, o feminicídio, dentre outros problemas que fazem parte da agenda feminista. Destacamos, nesta seara, a urgência de essas criminologias absorverem as demandas dos movimentos de prostitutas, transformando-as em argumentos convincentes para os obstáculos enfrentados por essas mulheres. Lacuna que pretende ser parcialmente preenchida através do presente trabalho, reconhecendo desde logo a insuficiência de uma abordagem universalista das mulheres que se prostituem. Por esta razão, apostamos num enfoque interseccional, percebendo a existência de segmentações entre as próprias prostitutas, relacionadas às diferenças de classe (prostitutas do baixo meretrício e prostitutas de luxo), de gênero (mulheres cisgênero e mulheres transgênero), de sexualidade (heterossexuais, bissexuais e homossexuais) e de raça (brancas e negras).

Seguindo para a terceira parte, passamos a esmiuçar a relação entre prostituição e Direito, explorando as possibilidades de enquadramento jurídico deste fenômeno no Brasil, assim como os discursos sustentados pela doutrina (penalistas) e pela jurisprudência (dos tribunais superiores e da corte estadual paranaense).

Primeiramente, é indispensável explicar o modelo eleito pelo Código Penal para disciplinar a prostituição, chamado de “sistema abolicionista”, incluindo rupturas e permanências desde a sua criação em 1940. Ou seja, discorrendo sobre as diretrizes que orientaram a codificação mencionada quanto ao meretrício (tutelando a moral sexual e os bons costumes) e comentando reformas importantes na seara dos crimes sexuais, a exemplo da retirada da expressão “mulher honesta” e da mudança do bem jurídico amparado (dignidade sexual) decorrente da Lei nº 12.015/2009. Na sequência, serão examinados, sob um viés crítico, recentes projetos de lei acerca da prestação de serviços sexuais: um deles tem como escopo criminalizar o cliente que contrata esses serviços, enquanto os demais almejam legalizar o trabalho dos profissionais do sexo. O horizonte desta abordagem consiste em apontar qual a melhor estratégia jurídica a ser adotada, levando em consideração a perspectiva das mulheres que se prostituem.

Saindo da esfera legislativa, passamos a investigar os posicionamentos da doutrina a respeito dos crimes previstos no Título VI, Capítulo V do Código Penal (arts. 227 a 230), isto é, delitos relativos ao lenocínio (exploração da prostituição). A partir da seleção de obras recentes de penalistas brasileiros, publicadas depois da reforma de 2009, observa-se que a maioria destes criminalistas continua atrelada ao paradigma da moral sexual e dos bons costumes, não obstante a reforma supramencionada. Assim, constata-se que parcela expressiva dos autores, em seus cursos e manuais, se limita a reproduzir o senso comum machista e conservador que paira sobre a prostituição.

Por derradeiro, a mesma tendência pode ser detectada na jurisprudência brasileira, especialmente quando se leva em consideração os julgados dos tribunais superiores e da corte estadual local. Para alcançar estes resultados, a pesquisa valeu-se de alguns critérios de busca, referentes basicamente a aspectos espaciais, temporais e materiais.

O espaço amostral foi restringido ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) – pela relevância que as cortes superiores adquiriram no sistema jurídico brasileiro – e ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) – pela impossibilidade de analisar todas as cortes das unidades federativas do Brasil durante o período de pesquisa do mestrado, optando por uma delas.

No que tange aos critérios temporais, foram examinadas as decisões proferidas entre 2010 e 2016, justamente por se tratar de um período posterior à reforma de 2009, comprovando a hipótese inicial de que mesmo com esta mudança legislativa, a mentalidade dos julgadores continua enraizada na moral sexual e nos bons costumes.

Quanto ao enfoque material, utilizou-se a palavra-chave “prostituição”, limitando a busca para os julgados que versassem sobre a seara criminal, principalmente, aqueles em que fossem discutidos os seguintes crimes: mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227 do CP), favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228 do CP), manter casa de prostituição (art. 229 do CP) e rufianismo (art. 230 do CP).

Ao final, trilhando rumo às conclusões, confirmamos a hipótese de que a mudança legislativa de 2009 não foi capaz de alterar significativamente o cenário jurídico da prostituição, no qual doutrina e jurisprudência – em suas vertentes hegemônicas – convergem ideologicamente, no sentido de que a prostituição é um mal necessário, ofensivo à moral sexual.

Esta mentalidade traz repercussões negativas dentro do Direito, que, ao reprimir a exploração da prostituição sem atender as demandas dos movimentos organizados de prostitutas (por direitos sexuais e trabalhistas), acaba legitimando o estigma social que as trabalhadoras sexuais carregam. A manutenção de uma política criminal fracassada em seus objetivos oficiais (sistema abolicionista), conjuntamente com a rejeição de todos os recentes projetos que tentaram regulamentar a prestação de serviços sexuais no Brasil, colocam as prostitutas num limbo jurídico, num *status* de subcidadania. Por mais que o modelo vigente não criminalize quem presta esses serviços, ele também não reconhece nem garante direitos historicamente reivindicados, dando a impressão de que o exercício do meretrício não passa de uma profissão indigna, imoral e ilícita.

Verifica-se, portanto, que a perspectiva estigmatizante é reforçada pela Criminologia Positivista lombrosiana, ao tratar a prostituta e o seu comportamento como desviante e anormal, posição validada por um discurso científico que naturaliza desigualdades de gênero, transformando o preconceito socialmente construído em patologia cientificamente comprovada e classificada. Se esta corrente criminológica investiu esforços teóricos para estigmatizar ainda mais a prostituição, de outra parte, a criminologia crítica praticamente ignorou este fenômeno. A partir do momento em que se tornou algo secundário (ou inexistente) nos estudos de viés crítico, esta vertente manifestou sua conivência (ou indiferença) quanto à produção de discursos patológicos sobre as prostitutas, levados a cabo pela criminologia etiológica. Assim, permaneceu intacta a tese de que a prostituta seria uma criminosa nata, exercendo uma atividade sempre vinculada à criminalidade.

Diante das insuficiências da própria Criminologia Crítica, defendemos uma releitura feminista e interseccional desta corrente teórica, sem menosprezar os seus avanços, mas reconhecendo suas falhas, especialmente em relação às vítimas do sistema penal num país como o Brasil, colonizado, heteropatriarcal, fundado em desigualdades sociais, raciais e econômicas.

Para tanto, não basta recorrer a um feminismo essencialista, que compreenda a vivência feminina sob um único prisma (dominação homem x mulher), pois isto implicaria num silenciamento de mulheres marginalizadas, como as prostitutas. Mesmo neste grupo discriminado, é preciso compreender o complexo emaranhado de desigualdades que perpassam a própria prostituição, de acordo com hierarquias de classe social, raça, gênero e sexualidade. Somente nesta perspectiva, desde o ponto de vista de uma criminologia das oprimidas, será possível pensar em alternativas reais para as prostitutas, fortalecendo lutas históricas por direitos humanos e consolidando propostas legislativas num horizonte para regulamentar a profissão.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Normalmente, os textos científicos na área do Direito (artigos, livros, monografias, dissertações e teses) não se atentam para uma questão importantíssima da pesquisa: a explicação da metodologia utilizada. Não basta que seja apresentado o percurso seguido pelo trabalho – o que costuma ser feito na introdução –, mas expor os pressupostos teóricos que o guiaram e possibilitaram obter determinados resultados.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é explanar os aspectos metodológicos da dissertação, justificando os recortes (históricos, sociológicos e epistemológicos) que delimitaram o objeto de estudo. Se a prostituição está em destaque nesta pesquisa, é preciso esclarecer qual o período histórico analisado, em suas dimensões espacial e temporal. Isto porque buscamos discorrer sobre a prostituição exercida em determinado lugar (Brasil, e não em todos os países do mundo) e numa determinada época (a partir da adoção do Código Penal vigente, e não em todos os períodos da história brasileira).

Uma vez firmadas essas premissas, é necessário fundamentar a escolha de uma prostituição em detrimento das outras, segundo os sujeitos que a exercem. Em outras palavras, dizer por que optamos pela prostituição feminina e adulta, e elucidar se, nesta perspectiva, estão abarcadas apenas mulheres cisgênero, ou se estão incluídas as mulheres transgênero. Demarcar estas escolhas é primordial diante dos estudos conduzidos pelas Ciências Sociais (em especial, na Sociologia), nos quais se costuma segmentar a prostituição de acordo com os seus protagonistas. Assim, basicamente, pode-se falar na prostituição masculina, feminina, transgênero e infanto-juvenil.

Finalmente, se as investigações estão voltadas aos discursos jurídicos e criminológicos sobre as prostitutas, então é indispensável explanar a qual (ou a quais) corrente(s) nos filiamos no Direito Penal e na Criminologia. Ressalta-se, ainda, que nestas duas áreas das ciências criminais, o tema abordado (prostituição) é absolutamente invisível e silenciado,⁹ o que torna esse desafio ainda mais instigante.

⁹ A marginalidade e a ausência das questões feministas também podem ser constatadas numa perspectiva mais ampla, para além da prostituição nas ciências criminais, como bem recordam Miguel e Birolí: “Teorias da democracia, teorias da justiça, teorias que estariam centradas na problemática da liberdade e da autonomia dos indivíduos passam ao largo dessas questões quando silenciam sobre o impacto do gênero na posição social dos indivíduos e sobre a relação estreita entre as hierarquias em diferentes esferas da vida. O silêncio sobre o impacto causado das relações de poder no mundo doméstico, no mundo do trabalho e no mundo da política é particularmente “produtivo”, isto é, define o limite para

2.1 A profissão mais antiga do mundo?

Pode-se dizer que a maioria dos operadores do Direito não tem percepção de que estão imersos naquilo que Warat chamou de “senso comum teórico dos juristas”,¹⁰ fundado em “opiniões costumeiras” que conduzem a uma uniformidade de pontos de vista sobre o Direito.¹¹ Partindo deste conceito, discursos jurídicos são produzidos legitimando lugares comuns, o que é bastante perceptível quando os penalistas brasileiros contemporâneos se manifestam sobre os crimes envolvendo a exploração do meretrício (localizados no Título VI, Capítulo V, do Código Penal).

Apesar de divergirem em nuances dogmáticas, parece haver consenso absoluto na doutrina por meio de frases de efeito, como: a prostituição é a profissão mais antiga do mundo, uma fatalidade da vida social¹² (ou um vício?)¹³ que sempre existiu,¹⁴ acompanhando o homem em sua longa jornada até os dias atuais.¹⁵ Seria um fenômeno facilmente verificável, desde os tempos mais remotos,¹⁶ inseparável da vida humana,¹⁷

muitas reflexões e as coloca numa posição em que acabam por justificar as coisas como elas são”. MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 13.

¹⁰ WARAT, Luís Alberto. Saber crítico e senso comum teórico dos juristas. **Revista Sequência**. Florianópolis: UFSC, v. 3, n. 5, p. 51, 1982.

¹¹ WARAT, Luís Alberto. Obra citada, p. 54.

¹² “A prostituição é uma fatalidade da vida social, sendo conhecida desde os mais remotos tempos. Nem por isso deixa de ser preocupante, sendo causa de grande inquietação”. JESUS, Damásio de. **Direito penal, parte especial**: crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública (v. 3). 23. ed. São Paulo, Saraiva, 2015, p. 185.

¹³ “A prostituição [...] é um vício social tão velho como a própria humanidade e que até agora não pôde ser totalmente abolido, não obstante as tentativas de proibi-lo”. PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. **Crimes sexuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015, p. 104.

¹⁴ “A prostituição é considerada uma das “profissões” mais antigas da história da humanidade. Alguns chegam até mesmo a dizer que se trata de um “mal necessário”, pois sua existência impede, por exemplo, o aumento do número de casos de violências sexuais”. GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial, volume III. 13. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016, p. 149. No mesmo sentido Bittencourt: “Com efeito, a *prostituição*, desde os primórdios da civilização humana, sempre existiu e, sem dúvida, pode-se afirmar com segurança que uma de suas características sempre foi a *clandestinidade*, e, por essa razão, os locais de suas instalações ou explorações nunca primaram pela transparência, legalidade e oficialidade”. BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, 4**: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fê pública. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 169.

¹⁵ “A dita ‘mais antiga das profissões’, na verdade, sempre acompanhou o homem na sua longa viagem até os dias de hoje. A prostituição, nesse andamento histórico, foi tida das mais diferentes formas, ora mediante paga, ora por mera graça aos hóspedes, ora ainda por necessidade sacra (tais como a prostituição sagrada, prostituição hospitaleira e prostituição legal)”. SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Por um novo direito penal sexual – A moral e a questão da honestidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Ed. RT, ano 9, v. 33, jan-mar, 2001, p. 148.

¹⁶ “Na Antiguidade, o Estado chegou a manter, ou pelo menos regulamentar, os lupanares, hospedarias ou banhos públicos onde se instalava a prostituição. Modernamente, porém, pune-se, como forma especial de favorecimento à prostituição, o fato de se manter locais para encontros libidinosos”. MIRABETE, Julio

citado inclusive em passagens bíblicas¹⁸ e exercido por indivíduos sem freios morais.¹⁹ Afirmam, ademais, que esta prática se estende a todos os povos,²⁰ em todos os cantos do mundo.²¹

Para legitimar esta posição, os autores buscam no passado elementos que legitimem a existência da prostituição, que teria se perpetuado em todos os demais períodos históricos subsequentes, da Antiguidade à Modernidade. Pierangeli e Souza, por exemplo, alegam que na Grécia o *dicterion* era um local destinado às práticas sexuais regulamentadas pelo Estado e submetidas à tributação, ao passo que em Roma os prostíbulos concorriam com banhos públicos e hospedarias, concluindo que a exploração sexual permanece atualmente, com pequenas mudanças.²² Não é diferente a orientação de André Estefam, que dedica um capítulo de sua obra para abordar aspectos históricos da prostituição – cuja origem se reporta a um contrato verbal, entabulado entre pessoas livres –, desde a Antiguidade (Egito e Mesopotâmia), passando por Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna, e finalizando com o Brasil (Colônia, Império, República e “panorama contemporâneo”).²³ Caminho igualmente seguido por outros penalistas que se debruçaram sobre o tema.²⁴

Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal, volume 2**: parte especial (arts. 121 a 234-B do CP). 33. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016, p. 459-460.

¹⁷ “A prostituição, por si só, não constitui crime ou contravenção penal. Cuida-se de atividade lícita, embora normalmente seja rotulada de imoral. E por mais contundente que essa afirmação possa se revelar, a prostituição é inseparável da vida humana. Sempre existiu e sempre existirá. A atração carnal, a necessidade de relacionamentos sexuais, a busca desenfreada por companhias capazes de proporcionar prazer, satisfação ou mesmo consolo, sem dúvida alguma a mantém inabalada ao longo de toda a história da humanidade”. MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**: parte especial, arts. 213 a 359-H (vol. 3). 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016, p. 105.

¹⁸ “A prostituição, a seu turno, acompanha a história da humanidade e é citada até mesmo em passagens bíblicas, como dão mostras, por exemplo, escritos do Novo Testamento a respeito de Maria Madalena, sobre ‘Sodoma e Gomorra’, etc.”. MARCÃO, Renato. Casa de prostituição – O Crime do Artigo 229 do Código Penal. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**. Porto Alegre: Magister, v. 38, out-nov 2010, p. 32.

¹⁹ “A prostituição, a luxúria, a concupiscência, a lascívia que reclama desafoço nas mais diversas formas, boa parte delas abjeta, sempre acompanharam a história da humanidade, desde seus tempos mais remotos. Habitam no recôndito de seres desprovidos de freios morais, desejos sexuais e libidinosos impraticáveis sob a ótica da atividade sexual regular, segundo os padrões socioculturais dos dias que correm”. MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual**: comentários ao Título VI do Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 300.

²⁰ FAYET JÚNIOR, Ney. A prostituição: considerações sócio-jurídicas. In: FAYET JÚNIOR, Ney (Org.). **Ensaio Penais em Homenagem ao Professor Alberto Rufino Rodrigues de Souza**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2003, p. 623.

²¹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas**: aspectos constitucionais e penais. São Paulo: RT, 2014, p. 111.

²² PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. Obra citada, p. 113-114.

²³ ESTEFAM, André. **Homossexualidade, prostituição e estupro**: um estudo à luz da dignidade humana. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 149-180.

²⁴ Nucci, além de apostar no percurso da Antiguidade para a Idade Moderna, inclui a história da prostituição em alguns países (Portugal, Espanha, Japão, França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos).

A pretensão desses autores é de abarcar o fenômeno em sua amplitude máxima, no Brasil e no estrangeiro, desde a antiguidade até a atualidade.²⁵ Anseio que revela a vocação universalista da dogmática jurídica,²⁶ libertando-se da estrutura histórica na qual foi desenvolvida, descontextualizando o Direito Moderno e encontrando institutos jurídicos onde sequer existiam²⁷ (a exemplo do contrato, do casamento e do Estado).

A abordagem adotada é surpreendente, na medida em que resume séculos de história em poucas páginas, transformando esta área do conhecimento em um ornamento da pesquisa jurídica, que não raro, tem feito vistas grossas à necessidade de “respeitar a história”,²⁸ ignorando a impossibilidade de tratar de determinadas épocas como se constituíssem um todo uniforme e coerente.²⁹ Esta aproximação assumida pelos penalistas mencionados recai num positivismo histórico, segundo o qual a história evolui em escala linear a partir do encadeamento lógico dos acontecimentos.³⁰ Assim, a prostituição de hoje não passaria de mera “evolução” daquilo que já existia em tempos longínquos, e por isso, é classificada como a mais antiga das profissões, na contramão

NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 47-61. Renato Silveira, por sua vez, em duas páginas e nove parágrafos, aborda a prostituição enquanto um fenômeno observável desde a Fenícia, passando pelo Egito antigo, pelos textos bíblicos, por Roma, até as chamadas “épocas modernas”. SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Obra citada, p. 148-149.

²⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 17.

²⁶ Em obra imprescindível para a Teoria do Direito, o filósofo Michel Miaille explica muito bem este *approach* universalista, empregado por parcela considerável dos juristas: “Que entender pela fórmula, aparentemente complexa, de universalismo a-histórico? Muito simplesmente o efeito pelo qual, tornando-se as ideias explicação de tudo, **elas se destacam pouco a pouco do contexto geográfico e histórico no qual foram efectivamente produzidas** e constituem um conjunto de noções universalmente válidas (universalismo), sem intervenção de uma história verdadeira (não história). [...] É sobre o térreo histórico, na verdade sobre a sua ausência real, que este universalismo mais claramente se manifesta. De facto, da mesma maneira que ele se desenvolve no espaço, o idealismo jurídico invade o tempo: o direito é uma essência idêntica a si mesma, apenas assumindo aspectos diferenciados ao longo da história. Deste modo, será possível designar instituições muito afastadas no tempo como sendo antepassados de instituições actuais, invocar testemunho de uma evolução para explicar a situação actual” (grifo nosso). MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, p. 53-54.

²⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Dogmática jurídica**: esboço de sua configuração e identidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 26.

²⁸ Neste sentido, a oportuna advertência de Salo de Carvalho: “O primeiro alerta que gostaria de fazer é o da necessidade de se *respeitar a história*. Impressiona como nossos trabalhos acadêmicos conseguem percorrer séculos em páginas, movidos pelo sincero sentimento de que estão narrando o desenvolvimento histórico do tema escolhido. Esta questão atingiu níveis tão severos que não me surpreenderia encontrar trabalhos com capítulos denominados ‘As interceptações telefônicas no Código de Hamurábi’ ou ‘Os crimes ambientais nas Ordenações Filipinas’”. CARVALHO, Salo de. **Como (não) se faz um trabalho de conclusão**: provocações úteis para orientadores e estudantes de Direito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 22-23.

²⁹ CARVALHO, Salo de. Obra citada, p. 23.

³⁰ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à história do direito**. 3. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012, p. 60.

das reflexões conduzidas por vertentes críticas da História do Direito³¹ e por sociólogos brasileiros que estudam a prostituição.³²

Evidente que este *modus operandi* intelectual representa um fetiche pela origem³³ dos fenômenos disciplinados pelo Direito Moderno e de seus institutos. Mas também retrata uma forma equivocada de interpretar o passado com as ferramentas teóricas que dispomos no presente, reduzindo a História a uma entidade sem vida, alheia à realidade.³⁴

Como se tais incongruências não bastassem, as afirmações que insinuam um caráter perpétuo da prostituição trazem dois desdobramentos preocupantes.

Primeiro, esvaziam as possibilidades de questionamento deste fenômeno como uma das engrenagens integrantes do patriarcado,³⁵ pois se sempre existiu, continuará existindo, pouco importando as lutas por transformações de longo prazo, pensando em sociedades nas quais as relações sexuais ocorram livremente, sem necessidade de mercantilizá-las.

Segundo, deixam a impressão de que a prostituição é dotada do mesmo significado,³⁶ seja na Antiguidade, seja na contemporaneidade, como se essas pessoas

³¹ “O mito da tradição, no que ele implica de redução da história a uma narrativa linear e orientada para a justificação do presente, é um dos fatores mais importantes de falsificação da história da cultura jurídica. Daí que muitas questões de teoria da história jurídica tenham que ser explicitadas para que uma exposição do direito do passado não o reduza a uma antecipação do direito de hoje”. HESPANHA, Antônio Manuel. **Como os juristas viam o mundo (1550-1750)**: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa: Edição do Autor, 2015, p. 19-20.

³² “Tornou-se rotineiro, tanto no senso comum, quanto no meio acadêmico, associar a prostituição à “profissão mais antiga do mundo”. Ocorre que não se pode olhar para essa atividade apenas como se fosse algo natural ou um fenômeno que vem acompanhando a humanidade ao longo da história, sob o risco de não compreender as dinâmicas de funcionamento que se alteram historicamente”. ALVES, Fábio Lopes. **Noites de cabaré**: prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona de meretrício. 2. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2012, p. 14.

³³ CARVALHO, Salo de. Obra citada, p. 24.

³⁴ CARVALHO, Salo de. Obra citada, p. 25.

³⁵ Estamos cientes das controvérsias que envolvem o uso do termo “patriarcado” na teoria feminista, conforme anotação pertinente realizada por Luis Felipe Miguel. MIGUEL, Luis Felipe. “O feminismo e a política”. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 18. Entretanto, persistimos com o uso do referido conceito, concordando com a socióloga Rose Marie Muraro quando sustenta que o patriarcado, enquanto sistema consolidado, apropria-se da dominação masculina (já existente), não apenas tornando-a um fato natural e biológico, mas também organizando a vida humana através da combinação com outros sistemas de exploração-dominação, produzindo múltiplas formas de violência. MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 6ª tiragem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000, p. 61.

³⁶ Na contramão deste raciocínio simplista que esvazia os significados da prostituição, vale mencionar as reflexões da historiadora Magali Engel: “De qualquer forma, é preciso não perder de vista que os significados dos comportamentos que nos habituamos a identificar como prostituição possuem uma especificidade que só pode ser resgatada e compreendida se levarmos em conta a sua inserção num dado imaginário social. **Aparecendo em sociedades diversas no espaço e no tempo, tais práticas estão evidentemente ligadas a atitudes e necessidades sexuais e psicológicas da sociedade no conjunto, que**

sempre buscassem nela uma forma de subsistência. O termo “profissão” (ocupação do indivíduo perante a sociedade) é igualmente problemático, pois o seu sentido varia de acordo com o período histórico analisado. Veja-se que desde o surgimento do capitalismo, esse conceito está intimamente ligado às relações de trabalho, nas quais existe exploração de uns (proprietários dos meios de produção) sobre outros (proprietários da sua força de trabalho), ao menos numa perspectiva marxista. Observe-se, ainda, que a prostituição sempre esteve vinculada à repressão sexual, sendo necessário cuidado redobrado ao historicizar essa relação, como nos alerta Marilena Chauí:

Um outro cuidado teórico preliminar, que seria bom termos ao tratar desse assunto, é lembrar que a repressão sexual se diferencia bastante no tempo e no espaço, estando articulada às formas complexas de simbolização que diferentes culturas elaboram das suas relações com a Natureza, o espaço, o tempo, as diferenças sexuais, nas relações interpessoais, com a vida e a morte, o sagrado e o profano, o visível e o invisível. Nenhuma cultura lida com o sexo como um fato natural bruto, mas já o vive e compreende simbolicamente, dando-lhe sentidos, valores criando normas, interditos e permissões.³⁷

Diante de todos esses impasses, rechaçamos o pensamento acrítico e positivista de que a prostituição é uma profissão ancestral, e assim, buscamos delinear nosso objeto de estudo, devidamente inserido nas dimensões temporal e espacial. Isto porque não pretendemos estudá-la em todas as fases históricas, muito menos em todos os países do mundo. Com esta orientação, procura-se evitar estudos superficiais de Direito Comparado,³⁸ reduzindo o fenômeno jurídico (prostituição) a um trabalho descritivo da legislação estrangeira,³⁹ ignorando os estágios de interpretação e aplicação das regras que se dão em realidades completamente diversas.

Desta maneira, discutimos a prostituição no Brasil (critério espacial) a partir de 1940 (critério temporal), considerando que o Código Penal atualmente vigente foi

são variáveis historicamente” (grifo nosso). ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 27.

³⁷ CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 22.

³⁸ Novamente, nos valem das lições de Salo de Carvalho: “Assim, o que normalmente vemos nestas exposições são *descrições legislativas*, sem uma maior compreensão de como os dispositivos legais são interpretados e qual o seu real impacto no país analisado. (...) Não restam dúvidas de que entre o direito legislado e o direito vivo existem lacunas e contradições muitas vezes insuperáveis. Todavia, esquecendo esta premissa básica ensinada pela sociologia do direito e embriagados pelo fetiche legalista, inúmeros trabalhos de conclusão expõem a lei vigente no país como se refletisse sua eficácia” CARVALHO, Salo. Obra citada, p. 28.

³⁹ Esta postura pode ser verificada na obra de Nucci, penalista que em 15 (quinze) páginas, pretende abordar a “atualidade da prostituição na legislação comparada” em 31 (trinta e um) países diferentes. Ver: NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 72-86.

criado logo no início da década de quarenta, durante o governo de Getúlio Vargas (Ditadura do Estado Novo). Assumimos, desde logo, que esta legislação passou por uma série de mudanças, especialmente no tocante aos “crimes sexuais”, setor específico do código que será examinado em suas rupturas e permanências.

Formuladas as críticas oportunas e fixadas parte das diretrizes metodológicas, passamos a expor os motivos pelos quais as considerações deste trabalho estão adstritas à prostituição feminina.

2.2 Delimitando o objeto de estudo: por que a prostituição feminina?

Conforme mencionamos anteriormente, os teóricos costumam investigar a prostituição de acordo com aquelas ou aqueles que protagonizam este fenômeno. Sendo assim, os estudos (nas Ciências Sociais) se dividem em nichos de pesquisa, sendo possível apontar uma vasta gama de “prostituições”: feminina, masculina,⁴⁰ travesti⁴¹ e infanto-juvenil,⁴² para citar alguns exemplos, já que também pode ser dividida em seus modos de exercício segundo cada classe social.⁴³ Nesta dissertação, optamos por examinar os discursos jurídicos e criminológicos sobre a prostituição feminina, recorte de gênero que representa uma opção de pesquisa, diante da diversidade de manifestações desse fenômeno.

A escolha se deu por conta de dois fatores. Quando se fala em prostituição, o imaginário social é habitado pela imagem de que uma prostituta vende seus serviços a

⁴⁰ PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. Trata-se de um livro pioneiro, fruto de dissertação de mestrado em antropologia social defendida em 1986, apresentada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realizada de março de 1982 a janeiro de 1986, a pesquisa de campo utilizou a observação participante como metodologia, analisando os prostitutos masculinos de características viris em São Paulo, que estão nas ruas para atrair clientes homossexuais mais velhos com melhores condições econômicas.

⁴¹ KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. O livro se baseia em pesquisas de campo realizadas em 1996 e 1997, consolidando uma etnografia sobre as travestis de Salvador.

⁴² GOMES, Romeu. **O corpo na rua e o corpo da rua**: a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996. Nesta obra, o autor conduziu pesquisa qualitativa desenvolvida no município do Rio de Janeiro entre dezembro de 1993 e março de 1994, valendo-se de técnicas de história de vida e observação participante em dois grupos de meninas: aquelas atendidas institucionalmente e outras que não participavam de programas específicos para o gênero feminino.

⁴³ “Embora sejam universalmente lastimadas através dos tempos, as prostitutas estão inseridas numa escala social. Na base estão as de rua que se oferecem às claras em algumas áreas das grandes cidades; acima dessas, encontramos as garotas de bar que frequentam boates ou bares, onde induzem os clientes a gastar em bebidas, enquanto outras trabalham em casa de massagem, que são bordéis disfarçados. No topo da pirâmide estão as *call girls* que atendem a uma clientela rica em suas casas”. KOZOSVKI, Ester. Prostituição: Uma Forma de Vitimização. In: KOZOSVKI, Ester; PIEDADE JÚNIOR, Heitor (Coords.). **Temas de Vitimologia II**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001, p. 31.

um homem, dando a ideia de que a prostituição feminina é predominante em virtude dos significados desta associação,⁴⁴ qual seja, de um corpo que é interpretado como feminino e a venda de prazeres a um cliente masculino. A grande dificuldade, neste cenário, é verificar numericamente essa impressão que permanece no imaginário social, encontrando documentos – seja de órgãos estatais, entidades da sociedade civil ou de centros de pesquisa – que reúnam informações sobre a prostituição exercida no Brasil. Isto é, coletar dados sobre as e os profissionais do sexo (quantidade de pessoas que exercem a profissão, gênero, faixa etária, raça, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros aspectos) que possam fornecer um panorama confiável, traduzindo a realidade brasileira e o perfil (ou os perfis) do meretrício no país.

Além da questão comentada – e da carência empírica que a acompanha –, a escolha se deu tendo em vista os desdobramentos da prostituição no feminismo, que até hoje não apresenta consensos acerca da temática. Na mesma linha defendida por Sandra Azeredo, entendemos que a prostituição necessariamente faz parte da agenda feminista: vivemos em uma sociedade androcêntrica, voltada aos desejos masculinos, que ainda insiste em dividir as mulheres entre boas para casar e boas para transar.⁴⁵ Esta linha de separação, que define quem é honesta e quem é puta interessa às feministas por todas as suas repercussões, especialmente no campo da sexualidade.⁴⁶

Se o recorte sociológico adotado diz respeito à prostituição feminina e adulta, então é cabível o seguinte questionamento: em se tratando de mulheres que se prostituem, estão contempladas nas análises apenas mulheres cisgênero, ou mulheres cis e transgêneros?

Para responder adequadamente esta indagação, nos valem do repertório teórico da psicanalista Leticia Lanz, que procura desenvolver estes conceitos atinentes ao gênero e às sexualidades. Desta forma, uma pessoa cisgênero é aquela cuja identidade e/ou expressão de gênero está em conformidade com o que a sociedade espera de indivíduos do seu sexo biológico. Ou seja, trata-se de alguém que está em

⁴⁴ “O debate sobre a prostituição se estabelece sobre a premissa de que, ainda que exista prostituição masculina e de transgêneros, a situação típica é a de uma mulher que vende seu corpo a um homem. Ou seja, a posição de prostituta é uma posição feminina, revestida socialmente dos significados a ela associados, mesmo que eventualmente seu praticante possua sexo biológico e/ou gênero diverso”. MIGUEL, Luís Felipe. “O debate sobre prostituição”. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Obra citada, p. 139.

⁴⁵ AZEREDO, Sandra. Sexo como arma e corpo como alvo: assédio sexual, prostituição e crimes sexuais. In: DORA, Denise Dourado (Org.). **Feminino, masculino: igualdade e diferença na justiça**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 98.

⁴⁶ AZEREDO, Sandra. Obra citada, p. 98-99.

perfeita harmonia em relação ao dispositivo binário de gênero, que hierarquiza seres humanos tendo como referência o seu órgão genital quando nasce.⁴⁷

Por outro lado, uma pessoa transgênero é aquela cuja identidade e/ou expressão de gênero apresenta alguma espécie de dissonância, ou estranhamento com as normas socialmente aceitas para a categoria de gênero em que foi inserida ao nascer.⁴⁸ Trata-se de um grupo de pessoas que sofre vários constrangimentos por frustrarem as expectativas sociais, sobretudo por transgredirem normas de gênero socialmente construídas, rompendo as fronteiras entre o que é masculino e o que é feminino.

A hostilidade social pode ser tamanha que esses indivíduos se tornam vítimas de um ciclo de violências, sendo uma delas a exclusão completa do mercado de trabalho. Isto faz com que o “leque” de opções de profissão seja bastante restrito, sendo uma delas – senão a principal – a prostituição.⁴⁹ Esta especificidade, por si só, seria suficiente para incluir as mulheres trans nas reflexões deste trabalho,⁵⁰ mas é possível ir além dessa constatação.

Considerando que nesta dissertação reivindicamos um feminismo interseccional, atento às múltiplas diferenças existentes entre as mulheres – em especial, aquelas que se prostituem –, seria absolutamente incoerente ignorar a existência de prostitutas transgênero. Principalmente porque as pessoas que transgridem o binarismo de gênero, não raro, estão fadadas a exercer a prostituição, já que a própria sociedade costuma fechar as portas do mercado de trabalho formal para as pessoas trans.

Neste contexto, segundo dados amplamente divulgados pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil), 90% da população composta por travestis e transexuais se dedicam à prostituição para obter alguma fonte de renda,⁵¹ diante das escassas oportunidades de ingresso ao mercado de trabalho. Da mesma forma, nota-se acentuada exclusão social quando nos deparamos com o

⁴⁷ LANZ, Leticia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015, p. 72.

⁴⁸ LANZ, Leticia, Obra citada, p. 69.

⁴⁹ Como diz a ativista e prostituta trans, Amara Moira, a sociedade vincula as pessoas transgênero automaticamente à prostituição: “Sou tratada igual puta bem antes de me assumir puta, quase uma tatuagem na testa: bastou me verem travesti e já começa o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto eu posava de homem”. MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo, 2016, p. 33.

⁵⁰ Para além do enfoque desta dissertação, conferir o seguinte artigo, que articula a militância travesti com as demandas envolvendo a prostituição: LIMA, Francielle Elisabet Nogueira; ROMFELD, Victor Sugamoto. Regularizar a prostituição: possíveis mediações através do ativismo de prostitutas travestis. In: CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; SILVA, Elisa Maria Taborda da; SANTOS, Polianna Pereira dos. (Org.). **Mulheres na sociedade**: desafios para a visibilidade feminina. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, p. 515-542.

⁵¹ AGÊNCIA BRASIL. **Dossiê: Eu, Trans**. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/trans>. Acessado em: 10/10/2017.

percentual de homicídios desse grupo vulnerável: de acordo com a Transgender Europe, entre os anos de 2008 e 2014, o Brasil foi o país no qual se constatou o maior número de assassinatos de pessoas trans.⁵² Preconceito e transfobia mostram-se, assim, grandes obstáculos na luta por tolerância, respeito e dignidade dessas pessoas, direitos básicos que lhes são negados.

Por isso, ao menos conforme nosso posicionamento, os feminismos precisam assumir um caráter cada vez mais inclusivo, aberto às nuances da prostituição e sensível às demandas das prostitutas, que podem ser cis ou transgênero. Há, neste sentido, a corrente do transfeminismo, linha de pensamento que, basicamente, questiona a conformação do gênero aos sexos.⁵³ Sua importância parece irrefutável para qualquer teoria que se intitule de “crítica” ao *status quo*, ou que apresente objetivos de transformação da sociedade. Sobretudo, porque o transfeminismo se coloca contra as tentativas de hierarquizar as opressões, dentre elas, as que subalternizam a divisão entre trans e cis.⁵⁴

Explicitados os argumentos que sustentam a escolha de pesquisa pela prostituição feminina e adulta – englobando mulheres cis e trans –, passamos à terceira etapa metodológica, que se propõe a retratar como o tema está inserido nas ciências criminais.

2.3 A importância de um tema silenciado e ignorado nas ciências criminais

Neste tópico, ressaltamos que a prostituição é um fenômeno pouco explorado pelo Direito, sobretudo nas ciências criminais, área na qual vigora um silêncio eloquente, mesmo quando se trata de uma temática relevante e atual. Pretendemos demonstrar esta carência a partir de pesquisa empírica realizada em três revistas brasileiras da área (Revista Discursos Sediciosos, Revista de Estudos Criminais e Revista Brasileira de Ciências Criminais), todas elas com circulação nacional e destaque

⁵² TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring 2015**. Disponível em: <http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>. Acessado em: 10/10/2017.

⁵³ “O transfeminismo (...) pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina (...)”. JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de...[et al.]. **Transfeminismo: teorias e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 19.

⁵⁴ JESUS, Jaqueline Gomes de. Obra citada, p. 23-24.

acadêmico. Detectado este *déficit* de produção científica, é necessário explicitar os marcos teóricos que nos guiam dentro das ciências criminais, ou seja, esclarecer qual a concepção adotada acerca do Direito Penal e quais as correntes criminológicas que embasam as reflexões desenvolvidas neste trabalho.

A despeito do consenso entre os penalistas de que a prostituição seria a profissão mais antiga do mundo, ela é um tema absolutamente marginalizado⁵⁵ nos debates jurídicos brasileiros.⁵⁶ Se por um lado, as ciências humanas já estão habituadas a enfrentar a temática (conforme as obras que citamos anteriormente), por outro, os juristas de um modo geral manifestam postura hesitante diante do assunto, o que se confirma pela escassez de estudos jurídicos da prostituição,⁵⁷ em relação ao cenário nacional.⁵⁸

A título de reforço argumentativo, uma rápida consulta no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵⁹ reforça o que foi dito no parágrafo anterior. Inserindo a palavra “prostituição” no campo de busca, obtivemos 667 resultados, dos quais 228 estudos se

⁵⁵ KOSOVSKI, Ester. Obra citada, p. 37.

⁵⁶ “O debate jurídico sobre a prostituição em nosso país é pequeno. Uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto revela a existência de poucos trabalhos a respeito do tema, não obstante a prostituição ser indicada, pelo senso comum, como “a mais antiga profissão da história da humanidade”. **Dentre os estudos existentes, predominam algumas páginas espalhadas pelos livros que comentam o Código Penal, mais especificamente o Capítulo V da Parte Especial do Código Penal (...)**” (grifo nosso). RIOS, Roger Raupp. Prostitutas, Michês e Travestis: uma análise crítica do discurso jurídico sobre a prostituição e de suas consequências práticas. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel; BENEDETTI, Marcos Renato (Orgs.). **Na batalha: Identidade, Sexualidade e Poder no Universo da Prostituição**. Porto Alegre: Dacasa Palmarica, 2000, p. 81.

⁵⁷ “Vislumbramos o espaço vago do jurista nesse debate específico, ocupado por quase todos os profissionais das ciências humanas, menos do Direito”. NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 7-8.

⁵⁸ A necessidade de pesquisas nesta área também é percebida em outros países já acostumados a estudar a prostituição na academia, como os Estados Unidos. Ronald Weitzer, Professor de Sociologia na Universidade de George Washington, destacou, em obra organizada no início dos anos 2000, algumas lacunas que ainda precisavam ser preenchidas: “This book is only a beginning, but we need even more research on telephone sex work, off-street prostitutes of all stripes, the porn industry generally, and gay and lesbian pornography in particular (its actors, organization, and reception in the gay community), legal prostitution systems, the dynamics of law enforcement, and changes in law and public policy and the social forces shaping such changes. We know precious little about contemporary brothels, transgender prostitutes, and those who work as call girls or escorts. We need much more research on the men involved at all levels – costumers, workers, managers, producers, owners” (No original). WEITZER, Ronald. “Why we need more research on sex work”. **Sex for sale: prostitution, pornography and the sex industry** (edited by Ronald Weitzer). Routledge: New York, 2000, p. 13. Tradução livre: “Este livro é apenas um começo, mas nós precisamos ainda mais pesquisa em tele-sexo, prostitutas de rua de todas as classes, a indústria pornô no geral, e a indústria pornográfica gay e lésbica em particular (seus atores, organização e recepção na comunidade gay), sistemas de enquadramento jurídico da prostituição, as dinâmicas de endurecimento legal, mudanças na lei e nas políticas públicas e as forças sociais que embasam essas mudanças. Nós sabemos pouco sobre bordéis contemporâneos, prostitutas transgênero, e aquelas que trabalham como *call girls* ou acompanhantes. Nós precisamos muito mais pesquisa quanto aos homens envolvidos em todas as posições – clientes, trabalhadores, gerentes, produtores, proprietários”.

⁵⁹ Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acessado em: 13/10/2017.

referem à grande área das ciências humanas, enquanto que 58 trabalhos são relacionados às ciências sociais aplicadas. O que demonstra a disparidade mencionada, ainda mais gritante quando se observa que somente 27 dos estudos são da área do Direito, contando com somente 3 dissertações na área de concentração relativa ao Direito Penal e ao Sistema Penal.

Para além destes dados, nos valem os de investigação realizada em três revistas especializadas, nas quais são publicados artigos referentes às ciências criminais (Direito Penal, Processo Penal, Criminologia e Política Criminal): i) Revista Brasileira de Ciências Criminais (RBCCrim), publicação bimestral do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), cuja sede está localizada na cidade de São Paulo (SP); ii) Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade, publicada pelo Instituto Carioca de Criminologia (ICC), sediado no Rio de Janeiro (RJ); e iii) Revista de Estudos Criminais (REC), organizada trimestralmente pelo Instituto Transdisciplinar de Ciências Criminais (!TEC), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), instituto situado em Porto Alegre (RS).⁶⁰

Trata-se, portanto, de periódicos oriundos de três estados brasileiros (RJ, RS e SP) que possuem destaque acadêmico na área em comento e contam com artigos de autoras e autores nacionais e internacionais.

A pesquisa das revistas foi feita durante o ano de 2016 nas bibliotecas da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR). Para os periódicos não encontrados nestes locais, recorremos ao endereço eletrônico da RBCCrim,⁶¹ que conta com ferramenta de visualização dos títulos dos artigos e seus autores em edições anteriores. Foram analisados, no total, 206 volumes das revistas selecionadas desde o ano em que foram lançadas até 2016, a partir do seguinte questionamento: há, neste espaço amostral, algum volume que contenha artigo abordando a temática da prostituição? A tabela 2 demonstra totalidade das informações coletadas e sistematizadas:

Os resultados finais apresentados são impressionantes, na medida em que revelam um movimento simultâneo de omissão e (até mesmo) menosprezo pela

⁶⁰ Observe-se que tanto a RBCCrim quanto a REC, segundo o Qualis – sistema de avaliação de periódicos mantido pela CAPES – apresentam a nota mais elevada (A1). Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acessado em: 13/10/2017.

⁶¹ Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/rbccrim_edicoes_anteriores. Acessado em: 14/10/2017.

temática desenvolvida neste trabalho. Neste sentido, os números supramencionados comprovam o silêncio de penalistas e criminólogos que sistematicamente têm ignorado as pautas feministas relacionadas às ciências criminais.⁶² No caso da prostituição, esta postura é evidente: não raro, influenciados por uma interpretação ortodoxa do marxismo, consideram, em geral, que as questões de gênero são subalternas diante do caráter essencialmente seletivo e classista do sistema de justiça criminal.⁶³

Retomando os dados colhidos, confira-se o gráfico 1. É surpreendente que, num total de 206 volumes de revistas, apenas em 5 deles se encontre algum artigo tangenciando a prostituição, o que representa um tímido percentual de 2%, conforme o gráfico 2.

Segundo nosso entendimento, os números e os percentuais desta pesquisa são reveladores do machismo que, de forma direta ou indireta, norteiam a produção científica nas ciências criminais. O senso comum teórico dos juristas, ao qual nos referimos anteriormente, atinge parcela expressiva de criminólogos e penalistas, que apesar de considerar a prostituição uma profissão milenar, entende que não merece ocupar lugar de destaque nos debates jurídicos. Aqui, novamente se manifesta o paradoxo comentado outrora (Introdução), no sentido de que pouco se fala e muito se fala a respeito das prostitutas na sociedade brasileira. Entretanto, a par destas contradições, é inegável a posição subalterna da prostituição, tanto nas discussões dogmáticas como nas criminológicas.

O esforço desta dissertação consiste justamente em superar este *déficit* teórico, e por isso, além de denunciar as influências sexistas que atingem a produção acadêmica nas ciências criminais, é indispensável esclarecer quais linhas teóricas nos guiam em relação ao Direito Penal e à Criminologia.

Quando falamos de Direito Penal, trata-se de um setor do ordenamento jurídico disposto pelo Estado com a missão política de realizar o controle social, tipificando crimes aos quais são cominadas determinadas sanções.⁶⁴ Apesar de suas contradições

⁶² Este comportamento possui outro efeito, que é a ausência das mulheres como palestrantes nos grandes eventos, absolutamente desconsideradas enquanto pesquisadoras, constatação feita pela criminóloga feminista Soraia da Rosa Mendes: “Para alguns, simplesmente não existimos enquanto juristas. E isso tem se tornado flagrante desde que começamos a apontar para as mesas dos grandes congressos e lá encontramos (quando encontramos) somente uma ou duas mulheres”. MENDES, Soraia da Rosa. “Criminologia feminista: invisibilidade(s) e crítica ao pensamento criminológico desde uma nova ética”. In: GOTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda. **Estudos feministas por um direito menos machista**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 150.

⁶³ Aspecto que será devidamente explorado na sequência (pontos 3.2 e 3.3).

⁶⁴ BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 20-24.

denunciadas pela literatura crítica – fundadas nas disparidades entre objetivos declarados e objetivos reais⁶⁵ –, nos aproximamos do Direito Penal Mínimo (minimalismo), que reúne princípios definidores do programa de política criminal da Criminologia Crítica, sintetizado nas diretrizes de descriminalização, despenalização e humanização das condições de vida no cárcere.⁶⁶ Importante esclarecer, neste sentido, que defender o minimalismo penal não significa, necessariamente, encará-lo como um fim em si mesmo, pois pode representar uma estratégia de luta cujo horizonte político reside no fim das prisões como meio de controle social.⁶⁷

Noutro giro, quanto à Criminologia, destacamos a existência de várias teorias criminológicas, distintas entre si, algumas delas explicitamente conflitantes em relação aos seus pressupostos, metodologias, objetivos e conteúdo científico, sendo usual a dicotomia entre os positivismo (biológico e sociológico) – formando uma criminologia do consenso social – e as concepções radicais do comportamento desviante – definidas como críticas.⁶⁸ Contudo, mesmo que seja colocada esta suposta bipartição, apesar do esforço intelectual que unifica as correntes críticas – negando os fundamentos que sustentam o paradigma etiológico (positivista) –, não há unidade de pensamento entre os criminólogos denominados “críticos”, sendo mais adequado falar em Criminologias Críticas, diante da pluralidade de perspectivas adotadas.⁶⁹

Tendo em vista o amplo leque de possibilidades teóricas, nos identificamos com as correntes críticas da Criminologia, que se desenvolveram a partir da década de sessenta, influenciadas pelo marxismo, empreendendo as corajosas tarefas de questionar o poder punitivo e desmascarar o funcionamento seletivo e classista do sistema de justiça criminal.

Ocorre que, desde uma perspectiva de crítica da própria Criminologia Crítica, os feminismos passaram a entrar em cena, impactando a releitura dessa vertente, que

⁶⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal – Parte Geral**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 4-18.

⁶⁶ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Criminologia e política criminal. In: BITTAR, Walter Barbosa (Coord.). **A criminologia no século XXI**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 114-115.

⁶⁷ Conforme os ensinamentos de Vera Andrade: “Como perspectiva teórica, o minimalismo apresenta profunda heterogeneidade, denotando que há diferentes minimalismos. Desta forma, proponho a seguinte categorização: há **minimalismos como meios para o abolicionismo**, que são diferentes de **minimalismos como fins em si mesmos** e de **minimalismos reformistas**”. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 257-258.

⁶⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão: uma crítica ao positivismo em criminologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 1-2.

⁶⁹ CARVALHO, Salo de. Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 104, p. 288, set./out. 2013.

resultou na formulação de Criminologias Feministas. Assim, colocam-se interrogações sobre o modo sexista de se fazer ciência, o qual contamina praticamente todas as linhas criminológicas, desde as mais conservadoras até as mais progressistas. É neste ponto que sublinhamos a importância das críticas feministas, que a um só tempo, duvidaram dos postulados da criminologia positivista (sobretudo lombrosiana) representados em concepções estereotipadas sobre criminalidade feminina, e também evidenciaram certo descaso das correntes críticas ao ocultar de suas análises as questões de gênero.

No entanto, considerando a pluralidade dos feminismos, apostamos numa criminologia que seja não apenas crítica e feminista, mas também interseccional, atenta às múltiplas desigualdades (classe, raça, gênero, sexualidade, etc.). Mesmo porque, em um tema como a prostituição de mulheres, não há como abordá-la unicamente pelo viés econômico, ou exclusivamente enquanto decorrência do patriarcado, sendo imprescindível uma orientação teórica que permita compreendê-la sob os mais diversos ângulos.

Sedimentadas as premissas metodológicas que guiam este trabalho, passamos à pesquisa propriamente dita, que em duas grandes partes, versará sobre a prostituição nos discursos criminológico e jurídico-penal.

3. PROSTITUIÇÃO E CRIMINOLOGIA: ENTRE ESTIGMAS E AUSÊNCIAS

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo o custo a satisfação do prazer?⁷⁰

Neste capítulo, abordaremos os discursos criminológicos e sua relação com a temática da prostituição. Demonstraremos que estas narrativas oscilam entre duas tendências: ou as prostitutas são estigmatizadas (como na criminologia etiológica), ou praticamente ignoradas nas reflexões sobre o sistema penal (como nas criminologias de viés crítico). Apesar de mencionarmos os discursos criminológicos no plural, é oportuno ressaltar que as análises não contemplarão a totalidade dos referidos discursos, desde a Escola Clássica até as Criminologias Críticas. Isto se deve tanto ao espaço de pesquisa delimitado nesta dissertação quanto à rejeição de interpretações universalistas,⁷¹ como se fosse possível detectar e descrever o *modus operandi* de cada escola criminológica no tocante à prostituição a partir de um denominador comum.

Desta forma, procuramos investigar como a prostituta é tratada na Criminologia Positivista lombrosiana, sobretudo porque Cesare Lombroso dedica um de seus livros especificamente para estudar e classificar mulheres: aquelas que são “normais”, aquelas que delinquem, e aquelas que se prostituem, divisão estereotipada que está acompanhada e validada por um discurso empírico-científico, reforçando concepções estigmatizantes a respeito da prostituição feminina.

No contraponto à Criminologia Positivista, temos as Criminologias Críticas, que de um modo geral, mesmo partilhando de um propósito emancipatório, não se ocuparam da prostituição em seus estudos e reflexões. Este silêncio pode ser explicado

⁷⁰ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidadã disciplinar e a resistência anarquista* (Brasil 1890-1930). 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 115.

⁷¹ Conforme descrito no capítulo anterior, referente aos aspectos metodológicos da pesquisa empreendida nesta dissertação.

pelas matrizes teóricas que propiciaram o surgimento da Criminologia Crítica nos anos sessenta, em especial, o marxismo. Assim, a prevalência de interpretações ortodoxas, caracterizadas por um determinismo econômico-social, fez com que as análises do funcionamento dos órgãos repressivos do Estado estivessem condicionadas unicamente aos interesses de classes dominantes. Mesmo com as críticas feministas a essa corrente do pensamento criminológico – responsáveis por denunciar o seu androcentrismo e a ausência da categoria de gênero –, permaneceu um *déficit* no que tange às prostitutas, marginalizadas e esquecidas no grupo oprimido do qual fazem parte (mulheres).

Tais explanações mostram que, neste capítulo, a prostituição será examinada dentro da dicotomia mais acirrada dos discursos criminológicos, que se contrapõem ideologicamente: de um lado, a Criminologia Positivista (lombrosiana) e seus efeitos perversos em relação às prostitutas e, de outro, as Criminologias Críticas, que deixaram de lado as mulheres e um dos seus setores mais oprimido (as prostitutas). Em razão disso, argumentamos que esses discursos variam entre estigmas e ausências.

Antes de adentrar nos subcapítulos propriamente ditos, é necessário discorrer sobre pressupostos que orientam a utilização de determinados conceitos, tais como discursos e estigmas.

Muito embora esta dissertação não assuma integralmente os marcos teóricos foucaultianos como integrantes de sua identidade acadêmica, nos valemos do conceito de discurso elaborado por Michel Foucault, quiçá um dos autores da Filosofia que mais se debruçou sobre a seara discursiva.

Para além de um mero conjunto de signos manifestados por um sujeito pensante e conhecedor daquilo que fala, o filósofo francês entende os discursos enquanto práticas que constroem os objetos de que falam,⁷² constituindo-se um espaço de exterioridade em que se detecta a dispersão do sujeito, inserido em redes de lugares distintos.⁷³ Foucault é relevante para a presente pesquisa porque permite reconstituir outro discurso, ou seja, buscar os fundamentos que sustentam, ainda que de forma sutil, determinado pensamento.⁷⁴ Esta compreensão acerca dos discursos é fundamental,

⁷² “Certamente os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar as coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 56.

⁷³ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 61-62.

⁷⁴ “[...] de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma”. FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 31.

sobretudo quando pretendemos investigar as relações entre saberes jurídicos e criminológicos voltados às prostitutas, isto é, se há correlação (ou exclusão) entre eles, e se por detrás desses saberes existem outros discursos que os informam.

Quanto aos estigmas, recorremos ao clássico de Erving Goffman, no qual aborda as interações entre estigma e desvio.⁷⁵ O sociólogo relata que quando um estranho é apresentado, os primeiros aspectos permitem prever sua identidade social, baseada em pré-concepções que são transformadas em expectativas normativas.⁷⁶ Basicamente, o termo estigma é usado pelo autor em relação a um atributo profundamente depreciativo,⁷⁷ que pode ser dividido em três tipos: i) abominações do corpo (deformidades físicas); ii) culpas de caráter individual (vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, desonestidade); iii) estigmas tribais de raça, nação, religião, transmitidos através de linhagem.⁷⁸

A prostituta, a princípio, encaixa-se na segunda categoria de estigmas, representando um grupo de mulheres desviante no que diz respeito ao padrão hegemônico da moral sexual, naturalizado pelo manto do discurso científico. Entretanto, visamos compreender o estigma que essas mulheres carregam (putas) imerso numa determinada sociedade (brasileira) e num determinado período histórico (posterior à aprovação do Código Penal em 1940). Assim, discordamos das análises universalistas de determinados autores, os quais pretendem – numa perspectiva histórica positivista – averiguar a origem remota de todos os estigmas,⁷⁹ que supostamente influenciaram “(...) toda a história da humanidade e o seu direito”,⁸⁰ como se fosse imprescindível recuar no tempo para justificar o seu caráter perpétuo.⁸¹

⁷⁵ Aqui, também é possível mencionar o conceito de desvio, formulado por Howard Becker: “(...) o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros da aplicação de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal”. BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 22.

⁷⁶ GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015, p. 12.

⁷⁷ GOFFMAN, Erving. Obra citada, p. 13.

⁷⁸ GOFFMAN, Erving. Obra citada, p. 14.

⁷⁹ BACILA, Carlos Roberto. **Criminologia e estigmas: um estudo sobre os preconceitos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 53-54.

⁸⁰ BACILA, Carlos Roberto. Obra citada, p. 23.

⁸¹ “Com efeito, era costume dos gregos da Antiguidade marcar as pessoas com fogo ou cortes no corpo, sinais estes que identificavam que o portador era mau, ou seja, mais especificamente um escravo, um criminoso, ou um traidor. E a pessoa marcada estaria contaminada e deveria ser evitada. **Mas há que retroceder mais no tempo, pois a origem dos mais importantes estigmas é bem mais antiga do que o apogeu grego**” (grifo nosso). BACILA, Carlos Roberto. Obra citada, p. 55.

Concluídas as explicações conceituais preliminares, passamos a analisar a prostituição nos discursos criminológicos, seja a partir de um viés estigmatizante (Criminologia Positivista lombrosiana), seja numa perspectiva que, apesar de seus méritos teóricos, ignorou o tema (Criminologias Críticas).

3.1 Revisitando a criminologia positivista lombrosiana⁸²

A dicotomia mãe-puta é traçada artificialmente sobre o corpo das mulheres, como fizeram com o mapa da África: sem levar em consideração a realidade do terreno, mas unicamente os interesses de seus ocupantes. Ela não acontece a partir de um processo “natural”, mas de uma vontade política. As mulheres são condenadas a serem cindidas em duas opiniões incompatíveis. E os homens se encontram presos dentro de outra dicotomia: o que os excita deverá continuar sendo um problema. Sobretudo sem reconciliação possível, isso é um imperativo. Eles se excitam com aquilo que os envergonha, num desacordo fundamental consigo mesmos.⁸³

É possível afirmar, inicialmente, que não existe consenso entre os teóricos das ciências criminais sobre o surgimento da Criminologia, delimitando o período (ou momento) histórico em que isto ocorreu. Uma das principais referências utilizadas para estabelecer o marco fundante da Criminologia é Cesare Lombroso, representante da Escola Antropológica Italiana, embora não se considerasse efetivamente um criminólogo.⁸⁴ De acordo com esta perspectiva,⁸⁵ a Criminologia nasce enquanto ciência

⁸² O subcapítulo 3.1 foi redigido durante o biênio 2016/2017, no ciclo de estudos e debates do Núcleo de Criminologia e Política Criminal (NCPC), coordenado pelas professoras Katie Argüello e Priscilla Placha Sá. O texto, em sua primeira versão, foi apresentado perante uma banca externa (formada pelas professoras Michelle Cabrera e Taysa Schiocchet), no evento organizado pelo núcleo intitulado “Criminologias: feminismos, mídia e protestos sociais”, que ocorreu nos dias 25 e 26 de outubro (2017), na sala de vídeo conferências do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD/UFPR). Ademais, importante ressaltar que o trabalho foi publicado como capítulo de livro: ROMFELD, Victor Sugamoto. A prostituta na obra de Cesare Lombroso. In: ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres; SÁ, Priscilla Placha (Coords.); SIMÕES, Heloísa Vieira; ROMFELD, Victor Sugamoto (Orgs.). **Criminologias: feminismos, mídias e protestos sociais**. Curitiba: Editora Virtual Gratuita (EVG), 2018, p. 326-357. Disponível em: <http://editoravirtualgratuita.com.br/wp-content/uploads/2018/03/criminologias-feminismos-midia-e-protestos-sociais.pdf>. Acessado em: 18/03/2018. A versão final que consta nesta dissertação está acrescida de todas as críticas e contribuições realizadas nesse período.

⁸³ DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 70.

⁸⁴ “[...] muitos são os autores que, de alguma forma, tangenciaram a questão sem se dar conta de que faziam de seu objeto de estudo aquilo que, hoje, convencionamos chamar criminologia. Lombroso, por exemplo, uma das mais lembradas referências para se indicar o termo inicial do estudo criminológico, intitulava-se da Escola Antropológica italiana e não se dizia criminólogo”. SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 5. ed. rev. São Paulo: RT, 2013, p. 70.

⁸⁵ Outro ponto de controvérsia tido como referência do “nascimento” da criminologia diz respeito ao Iluminismo: em especial, com a obra de Beccaria, que entende o problema criminológico como uma questão política, vinculada à estrutura do Estado. RAMÍREZ, Juan Bustos. A Criminologia. In: BERGALLI, Roberto; RAMÍREZ, Juan Bustos (Orgs.). **O Pensamento Criminológico I: uma análise**

com o positivismo,⁸⁶ desenvolvendo a ideia de que a criminalidade seria um dado ontológico, anterior à existência do Direito Penal e da reação social.⁸⁷

Lombroso está inserido como um dos autores representantes dos modelos biológicos, que explicam o comportamento delinquente a partir de um método experimental (observação e experimentação), fundado em determinados caracteres: determinismo causal, objetividade da ciência e quantificação da conduta. Nos termos deste procedimento, a tarefa do cientista seria detectar as causas responsáveis pela deformação da conduta humana, ligadas ao desvio das normas sociais, investigação possibilitada através da postura neutra do sujeito investigador (despida de interesses, afinidades e preconceitos).⁸⁸

Não obstante as divergências que a investigação histórica deste ramo do conhecimento enseja, para a maioria dos autores, Lombroso é considerado o fundador da Criminologia moderna.⁸⁹ A disputa acirrada para definir quem seria o “pai” da ciência criminológica⁹⁰ é um aspecto sintomático do seu caráter masculino,⁹¹ indicando que se trata de um discurso de homens, para homens e sobre homens.⁹²

Certamente, o livro mais famoso de Lombroso é “O Homem Delinquente” (*L’Uomo Delinquente*), publicado pela primeira vez em 1876, quando o delito era compreendido como um ente natural determinado por causas biológicas de natureza

crítica. Tradução de Roberta Duboc Pedrinha e Sérgio Chastinet Duarte Guimarães. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 31-36.

⁸⁶ Idem, p. 36.

⁸⁷ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 40.

⁸⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 21-22.

⁸⁹ SHECAIRA, Sérgio Salomão. Obra citada, p. 71-72.

⁹⁰ Lombroso é considerado o fundador da criminologia não somente pelos livros acadêmicos, mas também pelos manuais destinados à preparação de candidatos para concursos públicos, aspecto mencionado nos capítulos de “evolução histórica” da criminologia, cuja história é tratada na perspectiva positivista, valorizando-se a linearidade e a progressividade deste saber. Conferir: PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 28.

⁹¹ Neste sentido, as reflexões certeiras de Priscilla Placha Sá: “O saber jurídico, ao lado de outros ditos essenciais, por excelência (ou talvez por arrogância), com os significantes do masculino (diga-se, um masculino bem específico), deriva do poder e da inserção no espaço público (tal como na *ágora* grega, na arena romana e na democracia contemporânea), na formulação da lei e no domínio do mundo. Nas Ciências Penais, quicá a mais masculina do “mundo do Direito”, isso vem como *natural* por remeter – tanto no real quanto no simbólico – ao que é viril e forte. O simbólico da Lei, que remete ao pai, bem como o real da prisão, evidenciam esse fato”. SÁ, Priscilla Placha. As ciências penais têm sexo? Têm, sim senhor!. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**. Ano 24, nº 280, mar/2016, p. 9.

⁹² A princípio, tal constatação pode soar como uma indevida generalização. Contudo, a título de exemplo, nas 444 páginas da obra de Álvaro Mayrink da Costa – Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) –, utilizada nesta dissertação, somente são retratadas imagens e referências bibliográficas de pensadores (criminólogos, sociólogos, filósofos) do sexo masculino. Este livro, ao lado de muitos outros, reforça a tese da Criminologia Feminista acerca do caráter androcêntrico das ciências criminais.

hereditária do indivíduo.⁹³ Este, por sua vez, cometia crimes de acordo com a sua própria natureza, conclusão alcançada pelo médico italiano a partir do estudo empírico⁹⁴ de diversos crânios, cérebros e vísceras de “criminosos”, comparados com aqueles dos “homens normais”.⁹⁵

Desse modo, Lombroso elabora sua tese central a respeito do “delinquente nato”, analisando seus aspectos psíquicos, morais e intelectuais.⁹⁶ Teoria que é explicada com maestria por Juarez Cirino dos Santos:

Sob o influxo das ideias evolucionistas predominantes na segunda metade do século XIX, que explicavam certas disposições individuais como regressões a estados anteriores do desenvolvimento biológico, Cesare Lombroso elaborou uma teoria radical (e, sob outras formas, persistente) do comportamento criminoso, cuja ideia central aparece em todas as formulações posteriores do positivismo biológico: a noção do criminoso nato.

Essa teoria, como desenvolvimento criminológico de uma intuição darwiniana, supõe que o crime é o produto de fixações atávicas do criminoso: o comportamento anti-social é definido como uma forma de regressão ao estado selvagem, produzido por degenerações biológicas identificáveis por estigmas (caracteres físicos) do sujeito, tais como, face assimétrica, dentição anormal, dentes ou dedos extranumerários, orelhas grandes, olhos defeituosos, características sexuais invertidas, etc. A base empírica dessa afirmação foi extraída do estudo da estrutura anatômica de alguns desviantes da época, e ampliada pela comparação das características físicas de grupos de detentos e de soldados.⁹⁷

Há, portanto, uma linha divisória que faz um contraste entre o homem comum e o homem criminoso, cujo comportamento delinquente é explicado num viés patológico. Assim como qualquer doença mental, o crime pode ser descrito por um conjunto de causas antropológicas individuais, e por isso, o positivismo criminológico foi acusado de ter mascarado problemas sociais, políticos e econômicos que estão intimamente relacionados à questão criminal.⁹⁸

⁹³ BARATTA, Alessandro. Obra citada, p. 38-39.

⁹⁴ As pesquisas de Lombroso geraram uma infinidade de debates, tanto na época em que foram publicadas, como recentemente. Neste cenário, a Criminologia Crítica destaca o caráter vicioso dos dados obtidos por Lombroso, na medida em que os indivíduos examinados já teriam sido atingidos pela seletividade do sistema penal. Nas palavras de Baratta: “Os sujeitos que observava clinicamente para construir a teoria das causas da criminalidade eram indivíduos caídos na engrenagem judiciária e administrativa da justiça penal, sobretudo os clientes do cárcere e do manicômio judiciário, indivíduos selecionados daquele complexo sistema de filtros sucessivos que é o sistema penal”. BARATTA, Alessandro. Obra citada, p. 40.

⁹⁵ COSTA, Álvaro Mayrink da. **Raízes da Sociedade Criminógena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 4.

⁹⁶ COSTA, Álvaro Mayrink da. Obra citada, p. 5.

⁹⁷ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 55.

⁹⁸ ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 302.

Uma parcela considerável dos criminólogos geralmente limita suas investigações à obra mais conhecida de Lombroso, ignorando a existência de outro importante livro, qual seja, “A Mulher Criminosa, a Prostituta e a Mulher Normal” (*La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*), publicado inicialmente em 1893.⁹⁹

Escrito em conjunto com o marido de sua filha,¹⁰⁰ Guglielmo Ferrero, os autores apostam na ideia da inferioridade feminina até mesmo para o cometimento de delitos, já que as mulheres encontravam-se num degrau rebaixado da escala evolutiva. Tal defeito seria balanceado com a piedade, a maternidade a necessidade de paixão, entre outros estereótipos que são atribuídos às mulheres. Não por acaso, a fama de Lombroso decorre do simplismo de suas primeiras teorias.¹⁰¹

Neste contexto, a prostituição não poderia ficar de fora do catálogo de condutas femininas delinquentes, sendo causada, em linhas bastante gerais, por uma predisposição orgânica à loucura moral, que decorre de processos degenerativos nas linhas hereditárias antecedentes da prostituta.¹⁰² Este é o motivo pelo qual Lombroso e o seu genro vão além da criminalidade masculina, ingressando num terreno até então desconhecido (a criminalidade feminina), com o desenvolvimento da tese da “prostituta nata”.

Feitas as devidas considerações iniciais, pretendemos revisitar neste subcapítulo (3.1) a criminologia lombrosiana, principalmente a partir do livro “O Homem Delinquente”, buscando compará-lo com as concepções a respeito da mulher criminosa e da prostituta, apresentadas na obra “A mulher criminosa, a prostituta e a mulher normal”. Além disso, tem como objetivo verificar se, em alguma medida, o discurso de Lombroso sobre as prostitutas apresenta permanências históricas, relacionadas ao estigma social que ainda carregam.

⁹⁹ Se para juristas e criminólogos, este livro é praticamente desconhecido, para historiadoras feministas como Margareth Rago, trata-se da mais influente teoria que se elaborou na escola da Antropologia Criminal. Segundo a referida autora: “Cesare Lombroso e G. Ferrero, autores da principal obra sobre a condição da meretriz (...) procuraram dar uma base ainda mais fixa ao perfil-tipo da prostituta do que as teorias que explicam a existência da prostituição baseando-se na miséria econômica e nas influências do meio. Em detrimento dessa forma de explicação, privilegiaram as tendências hereditárias natas, irreversíveis na formação do seu caráter, descartando, nesta lógica, qualquer possibilidade de alteração de seu destino condenável”. RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 184.

¹⁰⁰ Gina Lombroso.

¹⁰¹ ANITUA, Gabriel Ignacio. Obra citada, p. 306.

¹⁰² ANITUA, Gabriel Ignacio. Obra citada, p. 306-307.

3.1.1 Uma radiografia do homem delinquente

O primeiro capítulo d'O Homem Delinquente demonstra, com precisão, as bases teóricas lombrosianas, calcadas no determinismo biológico, no darwinismo e em suas relações com o fenômeno criminal, inaugurando um dos principais marcos teóricos do positivismo criminológico.¹⁰³ Partindo do pressuposto de que o estudo da zoologia foi aplicado às ciências sociológicas, econômicas e psicológicas, Lombroso afirma que seria natural cogitar a sua aplicação na antropologia criminal, de tal maneira que atos reputados pelos seres humanos como os “mais criminosos”, podem ser verificados com frequência nas espécies animais, e até mesmo nas plantas.¹⁰⁴

No Reino Vegetal, o médico italiano cita determinadas plantas que assassinam insetos (insetívoras), ao passo que no Reino Animal, tal analogia se tornaria ainda mais clara através dos chamados “crimes de morte”. Estes são divididos em categorias de delitos no mundo zoológico: i) morte para o uso das fêmeas (leões, tigres, jaguares e leopardos seriam supostamente “terríveis nas lutas amorosas”, travando lutas entre machos para satisfazer o instinto de procriação); ii) morte por defesa (abelhas de uma certa colmeia costumam aniquilar aquelas “estrangeiras” que não pertencem ao meio); iii) morte por cobiça (invasão de formigas em outros ninhos para assaltar o maior número possível de crisálidas – isto é, estágio de pupa de alguns insetos – para que sejam convertidas em formigas escravas); iv) mortes belicosas (guerras travadas entre animais pela sua sobrevivência); v) canibalismo (por motivo simples ou em virtude de infanticídio e parricídio).¹⁰⁵

Em seguida, a atenção é voltada para as tatuagens nos delinquentes, característica mais psicológica do que anatômica, segundo um estudo realizado pelo autor e uma equipe de pesquisadores com pouco mais de nove mil pessoas.¹⁰⁶ Um indício examinado consiste na região do corpo em que a tatuagem é feita,¹⁰⁷ sendo que

¹⁰³ Segundo Vera Malaguti Batista, “O positivismo é uma grande permanência no pensamento social brasileiro, seja na criminologia, na sociologia, na psicologia ou no direito. Muito mais do que uma escola de pensamento, constitui-se numa cultura”. BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 45.

¹⁰⁴ LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2013, p. 21-22.

¹⁰⁵ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 23-27.

¹⁰⁶ “Consegui alcançar isto com o estudo de 9,234 indivíduos, dos quais 3.886 soldados honestos e 5.348 criminais, ou meretrizes ou soldados delinquentes, entre eles 200 mulheres, 378 franceses e isso graças a ajuda e paciência de mais de uma dezena de médicos”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 30.

¹⁰⁷ Conforme a linha de raciocínio adotada no livro, a multiplicidade – ou seja, ter tatuagens em todas as partes do corpo – seria a prova de pouca sensibilidade à dor dos delinquentes que apresentassem esta característica, aproximando-os dos selvagens. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 34-36.

alguns homens tinham tatuagem no seu pênis, o que revelaria “[...] não só a impudicícia, mas a estranha insensibilidade deles, por ser esta uma das regiões mais sensíveis à dor”.¹⁰⁸ Embaixo dos umbigos, foram observadas frases como “torneira do amor” e “prazer das mulheres”, cujo teor conduz à seguinte conclusão de Lombroso: “Tão variado é o sentimentalismo que faz as mulheres histéricas babarem-se todas”.¹⁰⁹ Os pederastas também não escapam dos comentários ácidos do autor, grupo que seria portador de mais tatuagens do que o comum, geralmente contendo as iniciais do amante, ou, em casos específicos, uma serpente que se dirigia ao ânus.¹¹⁰

Prosseguindo com o seu propósito de esquadriñar o fator das tatuagens, Lombroso tenta buscar as causas pelas quais as tatuagens se mantêm nas classes baixas e nas criminosas. Para tanto, elenca uma série de motivos, dentre eles: religião, imitação, espírito de vingança, ociosidade, vaidade, espírito gregário (identificando pertencimento a determinado grupo ou facção), paixão e pichação.¹¹¹

Ainda que houvesse reconhecimento expresso de que marinheiros e prostitutas¹¹² seriam os mais afeitos ao uso das tatuagens,¹¹³ a primeira causa da sua difusão seria o atavismo, como se fosse um caractere específico, hereditário, do homem primitivo e do homem em estado de selvageria, mencionando costumes históricos do antigo Egito, dos assírios, dos fenícios, dos hebreus, e até mesmo dos povos negros africanos.¹¹⁴

Esta predileção averiguada nos criminosos poderia, conforme a linha de raciocínio adotada na obra, ser indicativo de uma menor sensibilidade à dor se comparados às demais pessoas comuns. Valendo-se desta suspeita, médicos e carcereiros interrogados por Lombroso relatam diversos casos de analgesia (insensibilidade à dor), os quais foram supostamente confirmados através do método de algometria (pressão dolorosa sobre o dorso da mão), questionando a sensibilidade geral

¹⁰⁸ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 33.

¹⁰⁹ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 34.

¹¹⁰ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 34-35.

¹¹¹ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 37-41.

¹¹² As prostitutas não estariam somente propensas ao uso de tatuagens, mas também fichadas enquanto portadoras de um maior número de cicatrizes: “Outro sinal que pode tornar-se precioso ao médico legista por distinguir um malandro e um ladrão de um homem honesto e pacífico cidadão é a frequência das cicatrizes na cabeça e nos braços. [...] E isso também se aplica às prostitutas”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 45.

¹¹³ “Pode-se talvez, entre os nossos, e certamente nos selvagens, a nudez como forma de manto e ornamento. Realmente, **os marinheiros**, que vão nus no peito e braços, e **as meretrizes** que frequentemente se despojam de suas vestes, **são aqueles que mais preferem esse uso**; e também os mineiros e os caipiras. Por outro lado, em um homem vestido, a vantagem da tatuagem não teria razão de existir, não seria observada”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 41.

¹¹⁴ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 43.

dos delinquentes averiguados pela pesquisa, desde a acuidade visual deficitária, até o comprometimento da força muscular.¹¹⁵

Destaca-se, ademais, a ausência de sensibilidade afetiva, confirmada pela indiferença em relação às vítimas, pelo relato “sanguinário” do delito cometido e pela apatia mesmo quanto à própria morte.¹¹⁶

Após percorrer três capítulos versando sobre o delito praticado por crianças – em especial, aquelas do sexo masculino –, Lombroso se debruça sobre as origens (ou primórdios) das penas: como antigamente não havia uma compreensão conceitual do delito, a vingança era não somente permitida, mas vista como um dever, citando como exemplos a administração da justiça nas ilhas Caraíbas (onde a pena se reduzia à vingança pessoal do ofendido) e os indígenas da Califórnia.¹¹⁷ Embora a vingança pudesse ser analisada sob diversos aspectos (privado, religioso e jurídico), era aplicada de acordo com os impulsos e os instintos de cada um.¹¹⁸ Em síntese, o autor sustenta que a atitude vingativa foi o impulso que mais contribuiu para a reação contra o delito.¹¹⁹

Complementando suas considerações acerca da sensibilidade (geral e afetiva) do delinquente, o médico italiano tenta aprofundar a questão dos afetos e das paixões neste grupo, reconhecendo que alguns sentimentos ainda estariam remanescentes entre os criminosos, mencionando vários casos concretos que demonstrariam um lado afetivo dos delinquentes.¹²⁰ Mesmo que tivesse verificado afetividades pontuais, apresentadas pelo autor num sentido relativamente positivo, salienta que prevalecem traços doentios, excessivos e instáveis no que diz respeito aos sentimentos dos criminosos.¹²¹ Outras tendências relacionadas a esta esfera foram encontradas em seus estudos empíricos, tais como a vaidade (consideração excessiva pela própria pessoa que superaria à dos

¹¹⁵ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 48-51.

¹¹⁶ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 54-55.

¹¹⁷ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 87.

¹¹⁸ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 91.

¹¹⁹ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 97.

¹²⁰ Veja-se que, novamente, a prostituta é aludida no texto lombrosiano: “Parent Duchatelet mostrou que se muitas prostitutas perdem inteiramente laços de família, há algumas que provêm, **mesmo com desonra**, o pão dos filhos, de seus velhos pais ou seu companheiro. **Têm portanto verdadeira, excessiva paixão por seus amantes**. Uma dessas infelizes, após ter quebrado uma perna saltando de uma janela para furtar-se aos golpes de seu amante, retornou a ele. Agredida de novo, teve um braço fraturado, mas não perdeu o intenso afeto” (grifo nosso). LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 112.

¹²¹ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 113.

artistas),¹²² a vingança por causas mínimas,¹²³ a crueldade (sanguinários que matam por matar) e o vício por bebidas alcoólicas¹²⁴ e jogatinas.¹²⁵

Neste contexto, Lombroso discute, específica e minuciosamente, as paixões das prostitutas, as quais seriam distintas das “mulheres normais”. Os trechos destacados na sequência ilustram a visão lombrosiana a respeito do assunto:

As prostitutas têm um amor que as distingue das mulheres normais. São apaixonadas pela dança, pelas flores e pelo jogo. São dadas ao tribadismo. Entretanto, esses prazeres do jogo, da gula, do sexo, etc., e até o da vingança, são intermediários de um máximo, que mais do que todos predomina o da orgia. Esses seres tão avessos à sociedade têm uma estranha necessidade de vida social, uma vida de alegria, barulhenta, agitada, sensual, no meio de seus cúmplices, a verdadeira vida de orgia. Creio que os prazeres da gula e do vinho sejam um pretexto para dar-lhes desafogo, por isso, malgrado o evidente perigo, apenas cometido um homicídio, ou efetuada uma evasão após uma longa prisão, retornam àquele lugar.¹²⁶

Admite-se, em seguida, que as paixões dos delinquentes podem ser encontradas nas pessoas normais; todavia, o que as distinguiriam no primeiro grupo seria a forma volúvel e agressiva com que são satisfeitas.¹²⁷

Encerrando os aspectos sentimentais e afetivos, o objeto de análise passa a ser a inteligência e a instrução dos criminosos, as quais, segundo o autor, apresentam anomalias sugestivas, encontrando-se uma média inferior ao normal.¹²⁸ Dotados de um intelecto escasso, em geral, também estão acometidos pela preguiça, que resultaria na aversão a qualquer forma de trabalho.¹²⁹ O traço de suposta demência poderia ser

¹²² LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 113-114.

¹²³ Mais uma vez, os holofotes se direcionam à prostituta: “A cólera é frequente nas meretrizes e por causas mais leves, por uma censura, por exemplo, de alguma coisa que ficou feia; são, quanto a essa questão, **mais infantis do que as próprias crianças**; sentir-se-iam desonradas se não reagissem” (grifo nosso). LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 116.

¹²⁴ “A paixão pelo álcool é porém muito complexa, por ser causa e efeito do crime. [...] Alguns delinquentes para embriagar-se, ou porque, com a bebedeira, os velhacos procuram a coragem necessária aos atos nefandos, depois um argumento para futura justificação, e com a precoce embriaguez seduzem os jovens ao delito. Porém, mais do que tudo, porque o bar é o ponto de encontro de seus cúmplices, sua sede natural, em que não só se projeta mas se usufrui o delito, e para muitos é o único e verdadeiro domicílio. [...] Em 1860, em Londres, contavam-se 4.938 bares, em que eram encontrados só ladrões e prostitutas”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 118.

¹²⁵ “As prostitutas são apaixonadas pelo jogo das cartas, especialmente pela tômbola”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 119. Esta paixão dos delinquentes é explicada, por um lado, através do desejo que têm pelos bens alheios, e por outro, pela irresponsabilidade em dilapidar o dinheiro facilmente conquistado.

¹²⁶ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 123.

¹²⁷ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 124.

¹²⁸ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 133.

¹²⁹ “A aversão ao trabalho é uma das características também das prostitutas; nove em dez nada fazem durante o dia”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 135-136.

apurado em diversas classes de delinquentes: envenenadores, pederastas,¹³⁰ estupradores,¹³¹ ladrões, estelionatários, assassinos e vagabundos. Contudo, não obstante a constância deste atributo (inteligência inferior), Lombroso reconhece a existência de “delinquentes geniais”, isto é, aqueles altamente refinados, conhecedores de idiomas, ciências biológicas, e até mesmo do saber jurídico.¹³²

Ao lado de todos os atributos até então mencionados – tatuagens, menor sensibilidade à dor, ausência de sensibilidade afetiva, paixões exacerbadas e inteligência deficitária –, o médico italiano resalta as particularidades da linguagem utilizada pelos delinquentes, principalmente através das gírias. Faz parte da construção deste arcabouço léxico o uso de palavras estrangeiras, arcaísmos e sinonímias, amplamente difundidas em cada país, cuja função e origem se explicariam pela necessidade de fugir das investigações policiais.¹³³ Lombroso entende que as causas do surgimento do jargão dos criminosos seriam não apenas o atavismo,¹³⁴ como também a influência das prostitutas,¹³⁵ que desde os tempos antigos tinham um linguajar próprio.

Note-se que as características até então exploradas dizem respeito ao delinquente considerado na sua individualidade, sem interagir com outros criminosos. Desse modo, o positivista italiano dedica um capítulo inteiro de seu livro para falar sobre a “associação para o mal”, um dos fenômenos mais importantes do “mundo do

¹³⁰ “Os pederastas frequentemente de elevada cultura e talento (funcionários, mestres), ao contrário dos primeiros, têm uma estranha necessidade de associar-se no delito e formar verdadeira congregação, que se reconhece, num olhar, ainda que viajando em país estrangeiro. Os atentados deles quase nunca se concentram sobre um indivíduo só; às vezes, ao contrário, entre muitos e quase contemporaneamente. Menos estranho é ver como esses delinquentes, se forem de classes elevadas, amam os trabalhos e as roupas femininas. Os uniformes e a postura ornada de bijuterias, com os ombros descobertos e com cabelos encaracolados, se ligam aos maus hábitos. Também gestos esquisitos pela arte fazem recolher quadros, flores, estátuas, perfumes, quase extraindo por atavismo, junto com vícios e gostos da antiga Grécia. São muitas vezes honestos ao menos, e cômicos de serem culpados até ante si mesmos, lutam longamente com infames inclinações, lamentam-nas, deploram-nas e as escondem. Os de classe inferior amam a vida de baixo nível, preferem odores fortes, adotam nomes femininos e são o instrumento dos furtos mais vulgares, mais atrozes assassinatos e chantagens”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 140-141.

¹³¹ “Muitos estupradores têm os lábios grossos, cabelos abundantes e negros, olhos brilhantes, voz rouca, alento vivaz, **frequentemente semi-impotentes e semi alienados**, de genitália atrofiada ou hipertrofiada, crânio anômalo, dotados muitas vezes de cretinice e de raquitismo” (grifo nosso). LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 141.

¹³² LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 144-147.

¹³³ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 173-177.

¹³⁴ “Acima de tudo pode o atavismo. Eles falam diversamente porque sentem diversamente; falam como selvagens porque são selvagens, vivendo no meio da florescente civilização europeia”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 180-181.

¹³⁵ “A língua erótica do século XVI era verdadeiro jargão das prostitutas: o ato sexual tinha 300 sinônimos, as partes sexuais 400, prostituta 103 e era nos tempos da antiga Roma, onde elas tinham um jargão de gestos. [...] Alguma parte do jargão é usada, ainda, hoje, nos prostíbulos: bastaria recordar a frequência de palavras que aludem a coito”. LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 182.

crime”, resultante da união de almas perversas com tendências selvagens.¹³⁶ O escopo dessa comunhão de esforços seria, em regra, apropriar-se de bens alheios (criminalidade patrimonial), embora fosse possível constatar associações para abortos, para envenenamentos e para homicídios sem fins lucrativos, todas elas chefiadas majoritariamente por homens.¹³⁷ Para ilustrar os delitos associativos, Lombroso cita dois exemplos: a Camorra – organização criminosa que dominava Nápoles, formada por um grupo hierárquico de presidiários e ex-presidiários – e a Máfia – atuando fora das prisões, com incidência nas classes superiores –, ambas variantes de uma “malandragem vulgar”, mostrando-se implacáveis com os seus inimigos.¹³⁸

Resumidamente, estas são as reflexões centrais da obra mais famosa de Lombroso, que se ocupou da classificação e da mensuração de indivíduos encarcerados, explicando a causalidade do comportamento criminal através dos caracteres daqueles que foram selecionados pelas instituições penais da época.¹³⁹ Uma vez que eram portadores de determinados atributos biológicos, estariam predestinados a cometer crimes.¹⁴⁰ Assim, pode-se dizer que o pensamento lombrosiano é responsável por separar a criminalidade da normalidade em dois mundos distintos: o primeiro, habitado por uma minoria de sujeitos anormais e patológicos, enquanto que o segundo, formado pela maioria da sociedade, completamente isenta e alheia à prática de delitos.¹⁴¹

3.1.2 Mergulhando no desconhecido: mulher criminosa, mulher normal e prostituta

É possível afirmar que a obra *La Donna Delinquente* é praticamente desconhecida entre os criminólogos brasileiros, talvez por não ter sido traduzida para o português. Uma breve leitura do seu prefácio – redigido unicamente por Lombroso, sem o genro Guglielmo Ferrero – demonstra que se trata de um livro ainda mais instigante que o anterior.

O problema central é explicar porque mulheres apresentam taxas de criminalidade menos expressivas do que as masculinas. Se n’O Homem Delinquente sustentou-se que os delinquentes natos eram menos evoluídos que o homem “normal”,

¹³⁶ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 185.

¹³⁷ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 186.

¹³⁸ LOMBROSO, Cesare. Obra citada, p. 187-190.

¹³⁹ BATISTA, Vera Malaguti. Obra citada, p. 45.

¹⁴⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. 3. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015, p. 72.

¹⁴¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Obra citada, p. 74.

no livro examinado neste tópico, os estudiosos italianos argumentam que as mulheres se encontram em um patamar inferior da escala evolutiva em relação aos homens. Estando em um patamar rebaixado, os críticos de Lombroso apontam que elas deveriam delinquir ainda mais do que os homens. Porém, o médico italiano esclarece nas páginas subsequentes que fatores como a maternidade, inteligência debilitada e fraqueza atuariam como um contrapeso, diminuindo a criminalidade entre mulheres.¹⁴²

A abertura do prefácio indica as influências positivistas do autor, alegando que entre os estudos de antropologia criminal, aqueles sobre a mulher criminosa e a prostituta, mais do que quaisquer outros, reconfirmam a vantagem de observar cegamente os fatos. A objetividade seria o segredo de seu triunfo em relação a seus adversários (Escola Clássica), que empregam uma metodologia dedutiva de princípios universais.¹⁴³

É notável a postura defensiva que Lombroso assume neste texto prefacial, em virtude dos ataques que sua teoria (do criminoso nato) sofreu no Segundo Congresso Internacional de Antropologia Criminal, em 1889. O autor explica que a menor frequência da criminalidade feminina parece contradizer o princípio fundamental da teoria do delinquente nato, mas na realidade ela é reforçada: mulheres estão menos propensas a serem criminosas natas do que prostitutas natas, por conta de sua baixa incidência no cometimento de crimes, de questões atávicas e da voracidade dos instintos sexuais masculinos.¹⁴⁴

Prosseguindo em suas considerações, assume que o equivalente feminino do delinquente nato seria a prostituta, que compartilha da mesma origem atávica, muito embora elucide que ela é menos perversa e menos perigosa para a sociedade, servindo, não raro, como uma válvula de escape moral que não existiria sem o vício masculino.¹⁴⁵

Surpreendentemente, Lombroso diz que nenhuma linha de seu trabalho justifica a tirania que continua vitimizando as mulheres, impedidas de estudar e exercer

¹⁴² Alguns destes esclarecimentos são prestados pelas tradutoras (Nicole Hahn Rafter e Mary Gibson) em notas explicativas interessantíssimas, relativas ao prefácio de Lombroso (p. 263-265).

¹⁴³ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman**. Translated by Nicole Hahn Rafter and Mary Gibson. London: Duke University Press, 2004, p. 35. Note-se que foi utilizada a obra traduzida (do italiano para o inglês), não apenas pela dificuldade de encontrá-la no original, mas também pela facilidade do autor desta dissertação com o idioma (inglês).

¹⁴⁴ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 36.

¹⁴⁵ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 36-37. No original: “Although I argue that the female equivalent of the born criminal is the prostitute and that she shares the same atavistic origin, I certainly need to state, very clearly, that she is less perverse and less harmful to society. While every crime involves calamity, prostitution can be a moral safety valve. In any case, it would not exist without male vice, for which it is a useful, if shameful, outlet”.

uma profissão. Cita uma série de mulheres valiosas (dentre elas, sua filha Gina, sua inspiração e principal colaboradora)¹⁴⁶ que, entendendo suas ideias melhor, providenciaram documentos, informações e conselhos relacionados à pesquisa.¹⁴⁷ Acrescenta, ao final, que as partes mais trabalhosas do livro foram desenvolvidas pelo coautor, Guglielmo Ferrero, admitindo o seu papel de suposto coadjuvante na obra.¹⁴⁸

A divisão se dá, basicamente, em quatro partes: a primeira, sobre a mulher normal, a segunda, a respeito da criminalidade feminina, a terceira, abordando os aspectos anatômicos patológicos na mulher criminosa e na prostituta, e a última, versando sobre caracteres biológicos e psicológicos neste mesmo grupo de mulheres.

3.1.2.1 A naturalização dos estereótipos femininos através da “neutralidade” do discurso científico

Os autores entendem, de início, que no estudo da mulher criminosa, é imprescindível a análise não apenas da mulher normal, como também da posição feminina na hierarquia do mundo animal. Entre os animais que estão na base da escala evolutiva, a superioridade feminina (inclusive em tamanho e força) é necessária para garantir a reprodução das espécies.¹⁴⁹ Ainda que seja possível verificar a predominância masculina já entre as aves, o domínio torna-se definitivo nos mamíferos, sempre maiores e mais fortes do que as fêmeas.¹⁵⁰

Na raça humana, as fêmeas apresentam uma singela vantagem quanto aos homens durante a fase da puberdade, fenômeno que se deve à precocidade típica de seres inferiores, já que os organismos mais evoluídos no mundo animal têm o seu desenvolvimento mais tardio. Contudo, assim que a idade avança, o homem passa a ser

¹⁴⁶ Nesta passagem, a forma com que Lombroso fala de sua filha levanta uma suspeita de que, possivelmente, a “principal colaboradora” do livro talvez tenha sido aquela que mais trabalhou para finalizá-lo, sendo digna de elogios e agradecimentos, mas não de figurar expressamente como colaboradora (ou mesmo coautora) da obra.

¹⁴⁷ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 37.

¹⁴⁸ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 38.

¹⁴⁹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 42. Observe-se que tais afirmações nunca são feitas sem o necessário respaldo “científico” exigido pela época em que o livro foi escrito. Os autores citam vários exemplos da escala zoológica para embasar suas alegações, referentes a espécies de crustáceos, insetos e aracnídeos, discutindo individualmente cada um desses casos, a partir de um trabalho descritivo do comportamento de machos e fêmeas. Além disso, fazem referências exaustivas a Darwin e Spencer, o que se justifica pelo período histórico no qual a os estudos foram realizados.

¹⁵⁰ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 43. No Original: “[...] the male lion has a mightier mane, muscles, paws, and canines than the female; in the roar it has another powerful weapon for breeding fear which female lacks”. Tradução livre: “[...] o leão macho tem juba, músculos, patas e dentes caninos mais poderosos do que a fêmea; no rugido, há outra arma mais poderosa para gerar medo, que as fêmeas não têm”.

superior, em peso, em altura e em outros aspectos anatômicos (estrutura óssea e muscular, crânio e cérebro).¹⁵¹ Os sentidos das mulheres (visão, olfato e audição) também são afetados, tendo em vista que elas possuem olhos, narizes e orelhas menores do que os homens,¹⁵² além de serem muito menos sensíveis à dor.¹⁵³

A sexualidade também comparada entre os dois sexos. A frigidez e a passividade da fêmea durante o coito é comum entre todos os animais, resultante da natureza dos óvulos, mais pesados e com menos mobilidade que o espermatozoide. Assim, a menor sensibilidade sexual é explicada pelo amor platônico (mais aceito entre mulheres do que entre homens), pela facilidade com que aceitam e se adaptam à poligamia e pela necessidade de satisfazer o instinto maternal.¹⁵⁴ Outra prova da libido feminina, menos acentuada, seria o próprio fenômeno da prostituição, que existe em função das necessidades sexuais masculinas, naturalmente distintas das femininas.¹⁵⁵

Avançando no senso moral feminino, os autores defendem que a mentira é habitual entre as mulheres, instinto confirmado cientificamente e através dos ditados populares, tanto que sua incapacidade para responder criminalmente foi reconhecida por leis das antigas Grécia e Roma.¹⁵⁶

Lombroso e Ferrero listam causas pelas quais as mulheres desenvolveram a habilidade de mentir: i) a fraqueza, pois não sendo detentoras de poder, precisam recorrer a este artifício; ii) a menstruação, escondida e disfarçada por ser um objeto de desgosto dos homens; iii) a vergonha de demonstrar seus sentimentos, os quais, se revelados abertamente, poderiam ferir sua reputação; iv) a luta sexual, ou seja, a necessidade de ocultar qualquer qualidade (como inteligência) que possa cair no desgosto dos homens; v) o desejo de serem interessantes, para chamar a atenção masculina; vi) os deveres da maternidade, que as obriga a mentir para crianças em sua criação.¹⁵⁷

A vaidade é mais um traço marcante nas mulheres, de acordo com a narrativa dos médicos legistas, decorrente de um impulso egoístico manifestado especialmente

¹⁵¹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 46-52. Os comentários são sempre seguidos de tabelas, as quais contêm dados sistematizados, fruto das pesquisas realizadas que supostamente comprovariam as diferenças anatômicas entre homens e mulheres.

¹⁵² LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 58.

¹⁵³ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 61-64.

¹⁵⁴ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 60.

¹⁵⁵ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 61.

¹⁵⁶ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 77.

¹⁵⁷ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 78-79.

nas vestimentas, uma verdadeira arma utilizada na “luta sexual”.¹⁵⁸ Por isso, os autores concluem que o senso moral feminino é igualmente deficitário, ampliando o mesmo raciocínio no que se refere à inteligência tida como insuficiente¹⁵⁹, pela falta de poder criativo e de originalidade.¹⁶⁰ Os pesquisadores têm como indiscutível que o desenvolvimento inferior da inteligência feminina é causado parcialmente pela inércia imposta pelos homens, mas seria ao mesmo tempo um erro rotular esta causa como exclusivamente masculina, por se tratar de uma inferioridade natural, verificada como uma tendência generalizada entre todos os animais, na qual o macho é aquele que mais luta para defender a existência de sua espécie.¹⁶¹ Isto significa que a causa principal, relativa à inteligência inferior, tem um caráter biológico:

A inteligência do macho, como sua estrutura orgânica, tem uma potencialidade primitiva maior do que qualquer fêmea, graças a seu papel menos expressivo na reprodução da espécie. Como eu já demonstrei, a inteligência varia inversamente em relação à fecundidade em todo reino animal; há um antagonismo entre as funções reprodutiva e intelectual. Hoje, o trabalho de reprodução tem sido desenvolvido principalmente pelas mulheres, e por esta razão biológica ela tem sido deixada para trás no desenvolvimento intelectual.¹⁶²

Assim, Lombroso e Ferrero completam a moldura das características do que entendem ser uma “mulher normal”.

¹⁵⁸ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 79-80.

¹⁵⁹ Aqui, os autores não ignoram a existência de grandes mulheres intelectuais, mas reconhecem que a frequência de gênios entre os dois sexos é muito maior entre os homens: “There is no lack of names of illustrious women: in poetry, Sappho, Corinna, Telesilla, Browning, David Johan, Gauthier, Ackermann; in literature, Eliot, Sand, Stern, DeStael [sic]; in art, Bonheur, Lebrun, Maraino, Sirani; in science, Sommerville, Royer, Tarnowsky, Germain. Yet it is clear that we are far from the greatness of male geniuses such as Shakespeare, Balzac, Aristotle, Newton, Michelangelo. With respect to the frequency of geniuses in the two sexes, the man’s superiority is widely recognized as immense”. LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 83.

¹⁶⁰ Mesmo entre as mulheres consideradas pela sua notável inteligência, Lombroso e Ferrero afirmam que elas têm a aparência masculina, como se fossem homens disfarçados. Para tanto, citam um caso estudado por Charles Darwin, no qual a coloração de certos pássaros fêmeas assemelha-se àquela do macho de sua espécie.

¹⁶¹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 87.

¹⁶² Idem. No original: “The intelligence of the male, like his organic structure, has a primitive potentiality greater than of the female thanks to his lesser role in the reproduction of the species. As I have demonstrated, intelligence varies inversely to fecundity in the entire animal kingdom; there is an antagonism between the reproductive and intellectual functions. Today, the work of reproduction has for the most part developed onto the woman, and for this biological reason she has been left behind in intellectual development”.

3.1.2.2 Mulher criminosa e prostituta: aspectos anatômicos, biológicos e psicológicos

Uma análise do universo zoológico faz com que os autores constatem menos crimes praticados pelas fêmeas quando comparadas com os machos, com exceção de algumas espécies de abelhas e formigas.¹⁶³

A par deste capítulo introdutório, Lombroso confessa na sequência que, quando começou a estudar criminosos há trinta anos, professava uma fé absoluta na antropometria dos crânios, a qual se revelou pouco precisa para detectar diferenças entre homens criminosos e normais. Nesta passagem autobiográfica, Lombroso parece admitir o caráter falho de uma de suas ferramentas de pesquisa, embora denuncie o uso abusivo desta técnica pelos demais antropólogos e revele que já estava alcançando esta conclusão entre a segunda e a terceira edição d'O Homem Delinquente.¹⁶⁴ Mesmo assim, sustenta que a medição dos crânios não deveria ser completamente abandonada, mas mantida como o símbolo e a bandeira de uma escola (a antropologia criminal), pois a medição em alguns poucos casos ainda seria capaz de confirmar as anomalias do delinquente.¹⁶⁵

Os autores registram que há um número muito maior de anomalias no crânio de prostitutas do que no crânio de mulheres criminosas: 51,5% das prostitutas apresentam mais de cinco anomalias, ao passo que o mesmo número se verifica em 27% das delinquentes, embora estas estatísticas sejam insignificantes quando comparadas ao crânio masculino, nos quais há uma frequência muito maior.¹⁶⁶ Esta parte do estudo de Lombroso e Ferrero é repleta de tabelas e de fotografias dos crânios e das próprias criminosas examinadas, com algumas informações traduzidas em números, de difícil compreensão pelo uso recorrente de termos médicos, em especial, da Anatomia.

As conclusões antropométricas caminham no seguinte sentido: i) mulheres criminosas são mais baixas do que as mulheres normais; ii) a capacidade cranial das prostitutas é inferior à das mulheres honestas;¹⁶⁷ iii) cabelos cinzas, que são raros nas mulheres normais, abundam entre as criminosas.¹⁶⁸ As anomalias descritas pelos autores podem ser observadas visualmente pelas fotografias, anexadas à pesquisa, de criminosas

¹⁶³ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 94.

¹⁶⁴ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 107.

¹⁶⁵ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 108.

¹⁶⁶ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 114-115.

¹⁶⁷ Os autores parecem utilizar “mulher honesta” como um sinônimo da “mulher normal”.

¹⁶⁸ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 125-126.

francesas e russas.¹⁶⁹ Cada uma das imagens é comentada, abordando detalhadamente o crime cometido pela mulher condenada e as características que se destacam, como a assimetria facial, o tamanho da mandíbula, lábios finos, entre outras.

Lombroso e Ferrero afirmam que, das cem prostitutas estudadas, todas da cidade de Moscou, é possível notar beleza generalizada.¹⁷⁰ Isto pode causar dúvidas sobre a teoria desenvolvida, de que prostitutas não são apenas equivalentes do homem delinquente, mas apresentam as mesmas características de forma exagerada. Entretanto, embora se verifique que mulheres criminosas são muito menos feias do que suas contrapartes masculinas, entre as prostitutas há mulheres mais jovens nas quais a “beleza do diabo” mascara as anomalias.¹⁷¹

Adiante, os autores elucidam que a mera frequência de traços degenerativos é insuficiente para dar uma ideia exata sobre o tipo criminal entre mulheres, que apenas se manifesta na sua forma completa quando são encontrados quatro ou mais caracteres degenerativos. De acordo com os estudos estatísticos realizados: i) o tipo criminal é uma raridade entre mulheres se comparados aos homens delinquentes; ii) prostitutas diferem de maneira notável das mulheres criminosas, por apresentarem o tipo completo com frequência muito maior; iii) a mulher criminosa parece quase normal em relação ao homem delinquente, o qual apresenta anormalidades abundantes.¹⁷²

Acrescentam, ainda, que o atavismo ajuda a explicar a raridade do tipo criminoso entre mulheres,¹⁷³ pois tanto fêmeas selvagens como civilizadas são menos ferozes do que os machos. É possível encontrar, em sua maioria, criminosas ocasionais, já que as mulheres primitivas raramente eram assassinas, mas quase sempre prostitutas.¹⁷⁴

Finalizada a parte referente aos aspectos anatômicos e antropométricos da pesquisa, Lombroso e Ferrero ingressam na última etapa da pesquisa, abordando

¹⁶⁹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 135-142. Os autores esclarecem, quanto à nacionalidade das mulheres delinquentes, que a Itália não permitia fotografar indivíduos condenados à prisão. Por isso, contaram com a cooperação do colega russo Tarnowski, que providenciou as imagens.

¹⁷⁰ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 140.

¹⁷¹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 142-143.

¹⁷² LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 144-146.

¹⁷³ Outra ausência nas mulheres criminosas diz respeito às tatuagens. Se n’O Homem Delinquente, Lombroso dedica um capítulo inteiro analisando as tatuagens nos homens, neste livro as considerações sobre as mulheres criminosas são bastante sucintas, constatando a baixa frequência de tatuagens nesse grupo, contando com uma média um pouco maior entre as prostitutas, mais uma prova da suposta inferioridade feminina, quanto à inteligência, imaginação, criatividade e monotonia. LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 151-156.

¹⁷⁴ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 148.

questões biológicas (sexualidade, fecundidade, sentidos, vitalidade e força) e psicológicas (insanidade e histeria) de criminosas e prostitutas.

Entre esses dois grupos de mulheres, os autores detectam a precocidade sexual, isto é, as relações sexuais iniciam muito cedo entre elas, uma tendência natural verificada pelas investigações de Téophile Roussel, que estudou a prostituição em Paris.¹⁷⁵ Os dados alcançados são os seguintes: 29% das mulheres ladras iniciaram a vida sexual antes dos 15 (quinze) anos, e 67% começaram entre 16 (dezesesseis) e 19 (dezenove) anos, sendo que tais percentuais são ainda mais acentuados em relação às prostitutas.¹⁷⁶

Um padrão oposto é obtido quando se fala em fecundidade: as taxas baixas entre as prostitutas se justificam pela suscetibilidade às doenças – que afetam os órgãos sexuais –, pelo uso abusivo de álcool, e pela vida agitada que levam, comprometendo o desenvolvimento do óvulo e dificultando a criação de eventuais filhos.¹⁷⁷

No que tange à vitalidade, citam o consenso científico segundo o qual as mulheres vivem mais do que os homens, tendência que se confirma igualmente entre criminosas, algumas das quais são capazes de aguentar anos de reclusão nas penitenciárias, sem danos significativos à saúde.¹⁷⁸ Embora constatada a longevidade, os autores arrematam que tanto criminosas como prostitutas são menos sensíveis à dor, quando comparadas com as mulheres honestas.¹⁷⁹

No campo da sexualidade, a perversão (como o lesbianismo) é mais frequente entre as prostitutas; mesmo aquelas que são frígidas encontram prazer na masturbação do clitóris ou no sexo oral, práticas que acabam preferindo em detrimento da penetração heterossexual.¹⁸⁰ Ademais, Lombroso e Ferrero apontam, neste grupo específico, a existência de psicopatas sexuais que têm prazer não apenas em desempenhar o papel do macho (inversão), mas também em torturar, agredir, lesionar e torná-los escravos, ações típicas do masoquismo.¹⁸¹

Neste contexto, curioso notar que os autores dedicam praticamente três tópicos inteiros para discutir o lesbianismo e suas causas, encarado enquanto uma perversão

¹⁷⁵ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 160.

¹⁷⁶ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 161.

¹⁷⁷ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 161-162.

¹⁷⁸ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 162.

¹⁷⁹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 166-167.

¹⁸⁰ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 173-174.

¹⁸¹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 174.

sexual, fenômeno intimamente relacionado com a prostituição feminina.¹⁸² Valendo-se das informações coletadas por Parent-Duchatelet,¹⁸³ o comportamento seria comum em bordeis e prisões, causado primeiramente por excesso de luxúria, e sucessivamente, pela influência do meio.¹⁸⁴ Outras três causas são elencadas: i) o modo de aglomeração das mulheres – especialmente se o grupo conta com prostitutas e mulheres lascivas –, provocando mimetismo de comportamento; ii) a idade avançada tende a trocar as características sexuais, encorajando inversões sexuais entre mulheres; iii) a apatia e o nojo pelos homens diante de abusos físicos e sexuais.¹⁸⁵

Entretanto, os médicos italianos afirmam que as tendências eróticas entre as mulheres são menos expressivas do que nos homens, demonstrando a escassez, entre elas, quanto às psicopatias sexuais.¹⁸⁶ Além disso, reconhecem que circunstâncias como a prostituição estimulam o lesbianismo entre mulheres mais do que a pederastia entre homens. O termo “estimular” é utilizado propositalmente, pois os autores sustentam que a maioria das lésbicas não são assim desde que nasceram, mas lésbicas ocasionais que emprestam os traços viris, tanto de criminosas como de prostitutas, e mesmo assim

¹⁸² LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 176.

¹⁸³ Lombroso cita este autor diversas vezes, seja n’O Homem Delinquente, seja n’A Mulher Criminosa. A influência deste médico francês ultrapassa a Europa, chegando ao Brasil. É muito interessante observar que a historiadora Margareth Rago, em seus estudos, destaca a repercussão do autor mencionado no tocante ao controle social das prostitutas: “Alexandre Parent-Duchâtelet é a influência predominante no meio médico-sanitarista e entre a polícia de costumes brasileira, preocupada em conhecer de forma minuciosa e controlar rigidamente a vida cotidiana das prostitutas. Herdeiro da tradição agostiniana, este médico francês, especialista em esgotos e na higienização da cidade de Paris, identifica a prostituição às imundícies do submundo e reflete a nova obsessão com os miasmas e com o lixo, que apavoram as classes dominantes. [...] Seguindo seus passos, muitos sanitaristas brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres “degeneradas”, investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social. Nos laboratórios de estudo em que são transformados os bordeis, os hospitais e as prisões das “perdidas”, elaboram-se simultaneamente técnicas de saber e estratégias de poder destinadas a enclausurar e a domesticar as práticas sexuais extraconjugais”. RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 116-117.

¹⁸⁴ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 177. No original: “In prisons some women, being unable to satisfy themselves with a man, throw themselves on other women and become a center of corruption that spreads from the prisoners all the way to the nuns. This is why the majority of prisoners, even though they are only criminaloids and thus not oversexed, will become lesbians under the influence of extremely lascivious born criminals. As Parent-Duchatelet noted, prison is the great school of lesbianism”. Tradução livre: “Nas prisões algumas mulheres, estando impossibilitadas de se satisfazerem com um homem, atiram-se em outras mulheres e se tornam o centro da corrupção que se espalha desde as prisioneiras até as freiras. Isto porque a maioria das prisioneiras, mesmo sendo criminaloides, e portanto, não hiper-sexualizados, se tornarão lésbicas sobre a influência extrema de criminosas natas lascivas. Como Parent-Duchatelet notou, a prisão é a maior escola do lesbianismo”.

¹⁸⁵ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 177-178.

¹⁸⁶ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 179.

inspiram o amor masculino, o que seria impossível para uma lésbica de nascença, já que estas têm nojo de homens assim como os pederastas têm das mulheres.¹⁸⁷

3.1.2.3 Criminosa nata e prostituta nata: semelhanças e diferenças

O ápice da obra de Lombroso e Ferrero encontra-se nos capítulos finais, os quais versam sobre mulheres que teriam nascido criminosas e/ou prostitutas.

Os autores assinalam que, enquanto a maioria das mulheres criminosas é levada a delinquir por um terceiro ou por tentação irresistível, há um pequeno subgrupo no qual as propensões à criminalidade são mais intensas e perversas, mesmo se comparado às suas contrapartes masculinas. Este pequeno grupo é formado pelas criminosas natas, cuja maldade é inversamente proporcional à sua quantidade.¹⁸⁸

Segundo os estudos realizados, a perversidade extrema de criminosas natas se manifesta em duas características: a variedade dos delitos cometidos e sua crueldade. Elas acabam se especializando em dois ou mais tipos diferentes de crimes, que entre os homens seriam mutuamente excludentes.¹⁸⁹ Além disso, as integrantes desse grupo ultrapassam os homens no que tange à refinada e diabólica crueldade com que praticam crimes.¹⁹⁰

Afinal, qual seria a explicação que justifica, ao mesmo tempo, o número inferior de criminosas natas¹⁹¹ e o comportamento mais feroz do que os homens que nasceram delinquentes? Nas palavras de Lombroso e Ferrero:

Vimos que a mulher normal é naturalmente menos sensível à dor do que um homem. [...] Também constatamos que as mulheres têm muitos traços em comum com as crianças; que elas são deficitárias quando ao senso moral; e que elas são vingativas, ciumentas e inclinadas a uma crueldade refinada quando se vingam. Esses defeitos geralmente são neutralizados por sua piedade, maternidade, frigidez sexual, fraqueza física, e inteligência pouco desenvolvida. Entretanto, quando uma atividade patológica dos centros psíquicos intensificam seus defeitos, as mulheres procuram alívio em atos perversos. Quando piedade e sentimentos maternos são substituídos por

¹⁸⁷ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 181.

¹⁸⁸ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 182.

¹⁸⁹ Estas características são extraídas de uma série de casos relatados pelos médicos italianos, nos quais determinadas criminosas natas são, simultaneamente, prostitutas, ladras, vigaristas e caluniadoras. Citam, como um dos diversos exemplos, a terceira esposa do imperador romano Cláudio, Messalina, tida como prostituta, adúltera, cúmplice de homicídio e ladra.

¹⁹⁰ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 182-183.

¹⁹¹ Lombroso e Ferrero esclarecem que, dentre as mulheres criminosas, a maior parte delas praticam delitos de forma absolutamente casual, destinando um capítulo específico para estudá-las. LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 193-200.

paixões fortes e erotismo intenso, força muscular e inteligência superior, então a inofensiva semi criminoso que está sempre presente na mulher normal é transformada numa criminoso nata, mais terrível que qualquer contraparte masculina.

[...]

Além do mais, a criminoso nata é duplamente excepcional, primeiro como uma mulher, e depois, como uma criminoso. Isto ocorre porque criminosos são exceção entre pessoas civilizadas, e mulheres são exceções entre os delinquentes, sendo a forma natural de regressão feminina a prostituição, e não o crime. Mulheres primitivas foram prostitutas, ao invés de criminosas. Como uma dupla exceção, a mulher criminoso é um verdadeiro monstro. As mulheres honestas são mantidas na linha por fatores como maternidade, piedade e fraqueza; quando uma mulher comete um crime apesar dessas restrições, este é um sinal de que o seu poder diabólico é imenso.¹⁹²

Os autores prosseguem no extenso rol que demarca os outros caracteres das criminosas natas: i) a sexualidade exagerada, assim como nos delinquentes natos, fazendo com que criminosas natas sejam sempre prostitutas; ii) a falta do instinto maternal; iii) inteligência superior, necessária para a consecução dos crimes e os meios complexos escolhidos para cometê-los; iv) o uso constante da sexualidade (lascívia) para atingir os seus fins; v) a forma obstinada pela qual negam a autoria dos crimes.¹⁹³

A par das investigações sobre a mulher criminoso, a prostituta é estudada numa categoria separada, rotuladas como frígidas e precoces no campo da sexualidade. Há, segundo Lombroso e Ferrero, um emaranhado de contradições em relação a estas mulheres: uma profissão eminentemente sexual exercida por mulheres nas quais a sexualidade está quase extinta; e mulheres que, a despeito dos fracos impulsos sexuais, se entregam para o vício numa idade em que mal estão preparadas fisicamente para a relação sexual.¹⁹⁴

¹⁹² LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 183-185. Tradução livre. No original: "We have seen that the normal woman is by nature less sensitive to pain than a man. [...] We also seen that women have many traits in common with children; that they are deficient in the moral sense; and that they are vengeful, jealous, and inclined to refined cruelty when they take revenge. Usually these defects are neutralized by their pity, maternity, sexual coldness, physical weakness, and undeveloped intelligence. However, when a morbid activity of the physical centers intensifies their bad qualities, women seek relief in evil deeds. When piety and maternal feelings are replaced by strong passions and intense eroticism, muscular strength and superior intelligence, then the innocuous semicriminal who is always present in the normal woman is transformed into a born criminal more terrible than any male counterpart.

[...]

In addition, the female born criminal is, so to speak, doubly exceptional, first as a woman and then as a criminal. This is because criminals are exceptions among civilized people, and women are exceptions among criminals, women's natural form of regression being prostitution, not crime. Primitive woman was prostitute rather than a criminal. As a double exception, then, the criminal woman is a true monster. Honest woman are kept in line by factors such as maternity, piety, and weakness; when a woman commits a crime despite these restraints, this is a sign that her power of evil is immense".

¹⁹³ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 185-191.

¹⁹⁴ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 213.

Qual seria então, a origem da prostituição? De acordo com os autores, não seria a luxúria, mas sim a insanidade moral,¹⁹⁵ verificada com grande frequência entre as prostitutas, diante da falta de sentimentos de afeição familiar, em detrimento da perversidade, da inveja e de uma predileção cruel por vingança. Outra prova da insanidade moral reside no fato de que, segundo as estatísticas, poucas prostitutas entram para a profissão por motivos nobres: para a maioria delas, pobreza e abandono são apenas catalisadores, enquanto a causa subjacente é sua falta de pudor e a insanidade moral, fatores que as empurram primeiro para a devassidão, e depois para os bordéis.¹⁹⁶

Um dos sérios indícios de insanidade moral nas prostitutas é a falta de sentimentos maternos, fazendo da prostituta nata irmã gêmea da criminosa nata. Em especial, as lésbicas são completamente indiferentes à maternidade, e de fato, têm repulsa à gravidez. Assim como a insanidade moral, a criminalidade (furto, extorsão e esfaqueamento), o alcoolismo e a ganância estão frequentemente vinculados à prostituição.¹⁹⁷

Esses aspectos resolveriam a aparente contradição entre a profissão das prostitutas e a sua sexualidade frígida. A ausência de recato e a indiferença à infâmia de seu vício fazem com que se entreguem à prostituição, como um meio de sobrevivência sem a necessidade de trabalhar. Assim, a frigidez acaba sendo uma vantagem para elas – inclusive num sentido darwiniano –, pois para uma mulher sexualmente ativa, a prostituição seria uma atividade exaustiva. Para prostitutas, o coito é um ato insignificante: elas se vendem aos homens somente para ter o dinheiro em troca.¹⁹⁸

Muito embora a origem da prostituta nata esteja na insanidade moral, Lombroso e Ferrero descrevem uma série de traços secundários, quais sejam: i) inteligência comprometida (a maioria das prostitutas teriam dificuldades de aprendizado na infância); ii) o uso de um jargão próprio; iii) a religiosidade; iv) a afeição por animais (contrastando com a escassez de amor por seres humanos, já que o amor por um animal

¹⁹⁵ Este conceito é mencionado em diversas passagens da obra, sem explicações mais detalhadas. No entanto, as tradutoras da obra (versão inglesa), Nicole Hahn Rafter e Mary Gibson redigiram um glossário ao final do livro, explicitam que a insanidade moral é uma condição na qual um indivíduo permanece sadio intelectualmente, mas falta-lhe consciência ou senso moral, tratando-se de um termo que antecedeu o estudo das psicopatias, muito debatido durante o século XIX. Conforme anotam as tradutoras, Lombroso encara a insanidade moral como um atavismo associado ao criminoso nato (p. 288).

¹⁹⁶ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 213-214.

¹⁹⁷ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 214-215.

¹⁹⁸ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 216.

é um sentimento egoísta); v) a dependência afetiva com os seus amantes;¹⁹⁹ vi) vaidade; vii) preguiça;²⁰⁰ viii) o apreço pela mentira (por estarem sempre fugindo, seja da autoridade patriarcal, seja de investigações policiais e também por conta de sua posição social desonesta).²⁰¹

Os autores finalizam suas considerações analisando a relação tão debatida entre prostituição e criminalidade. Tanto a prostituta nata como o homem delinquente não são providos de senso moral, alheios à opinião pública; são inquietos, ociosos, simpatizantes de orgias e bebidas alcoólicas. Neste cenário, dizem que a prostituição não seria nada mais do que a forma feminina de criminalidade: aquelas que nascem meretrizes, embora não sejam numerosas, são mais perversas do que homens criminosos. Não obstante o discurso estigmatizante defendido pelos médicos, eles reforçam a tese de que as prostitutas raramente são perigosas para a sociedade, e que a prostituição, por sua vez, é socialmente útil como uma válvula de escape para a sexualidade masculina, sendo inclusive uma das maneiras de prevenir o crime entre os homens. Desse modo, concluem que o comportamento criminoso e a prostituição são duas formas de criminalidade: masculina e feminina, respectivamente.²⁰²

¹⁹⁹ Aqui, os autores traçam diferenças entre as prostitutas e as mulheres criminosas, considerando que esta categoria seria incapaz de estabelecer laços afetivos (procurando amantes que sejam seus escravos), comportamento que decorre da forte personalidade. LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 218.

²⁰⁰ A explicação que os autores dão para a preguiça é emblemática: “Uma das maiores paixões das prostitutas é a preguiça. Indiferentes ao tédio, elas gastam dias inteiros nas suas casas ou bordeis, esticadas em suas camas ou sentadas, fazendo nada e mesmo assim não se cansam dessa inércia, que para uma mulher normal seria pior do que um trabalho duro. De fato, elas são avessas ao trabalho, e este é um dos fatores que as levam para a prostituição, associado ao gosto pela diversão e por orgias. Sua incapacidade para o trabalho contínuo e controlado está ligada à sua necessidade obsessiva de distração com orgias, que por sua vez está vinculada à paixão pela dança. Para quase todas as prostitutas, dançar foi o primeiro passo para a vida infame. Para dançarem, elas fogem de casa e abandonam seus trabalhos; ao estarem acompanhadas na dança, elas iniciam um relacionamento com um estranho e acabam se entregando a ele. Esta alternância entre os extremos da preguiça e da agitação é característica de degenerados, lembrando a vida preguiçosa típica dos selvagens”. No original: “One of the prostitute’s dearest loves is laziness. Insensible to boredom, they spend entire days in their homes or brothels, stretched out on the bed or seated, doing nothing and remaining unwearied by this inertia that for a normal woman would be worse than hard labor. In fact, they loathe work, and and this is one of the factors that pushes them into the life of prostitution, together with that fondness for diversion, good times and orgies which they share with the criminal. Their incapacity for continuous and regulated work is linked to their obsessive need to distract themselves with orgies, which in turn is linked to their passion for dancing. For nearly all prostitutes, dancing was the first step toward their life of infamy. To go dancing they will run away from home and abandon their jobs; to be accompanied to a dance, they will strike up a relationship with a stranger and end up by giving themselves to him. This alternation between the extremes of laziness and agitation is characteristic of degenerates and recalls the lazy life preferred by the savages [...]”.

²⁰¹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 217-219.

²⁰² LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. Obra citada, p. 221.

3.1.3 Considerações finais

O primeiro apontamento a ser feito consiste no fato de que a Escola Positivista – na qual se inserem tanto Lombroso como Ferrero – é resultante do período histórico em que se desenvolveu (final do século XIX), condicionada a uma série de fatores que dão conteúdo às diretrizes fundantes desta corrente do pensamento criminológico.²⁰³ Se por um lado, as obras analisadas devem ser compreendidas no contexto histórico-social no qual foram pensadas e redigidas – evitando anacronismos –, por outro, isto não significa que as teses lombrosianas estão isentas de objeções, não apenas por parte das Criminologias Críticas, mas principalmente numa perspectiva feminista.

Observe-se que, mesmo n’O Homem Delinquente, Lombroso faz várias referências às prostitutas, diagnosticadas como mais infantis do que as próprias crianças, viciadas em bebidas alcoólicas, jogatinas, dança, orgias e, como é de se imaginar, completamente avessas ao trabalho, características extraídas de pesquisas que, acima de tudo, expressam e reforçam estereótipos desse grupo de mulheres.²⁰⁴ Mesmo que se trate de um estudo a respeito dos homens criminosos, a prostituta é citada paralelamente em uma quantidade expressiva de passagens textuais, indicando que poderia se tornar objeto de estudo do médico italiano.

Tal expectativa se concretiza posteriormente, n’A Mulher Criminosa, livro escrito para comprovar e atestar sua teoria inicial, qual seja, da criminalidade como um fenômeno masculino, verificando-se a presença feminina nesta seara somente em caráter excepcional. O prefácio desta obra demonstra com exatidão as pretensões de Lombroso: não para fazer um estudo global e “coerente” da prática do crime entre seres humanos (abarcando homens e mulheres, igualmente), mas para encontrar argumentos que justificassem a prevalência masculina no cometimento de delitos, o que ocorre entre as mulheres em hipóteses bastante pontuais e remotas. Não por acaso, o médico italiano sentenciava que o delinquente nato, entre as mulheres, corresponderia à prostituta.

Os fundamentos utilizados para evidenciar a posição subalterna e coadjuvante na prática de crimes indicam, de maneira gritante, o machismo metodológico daquela

²⁰³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Obra citada, p. 68.

²⁰⁴ Pertinente a constatação de Roberta Duboc Pedrinha neste aspecto: “O caráter preconceituoso e seletista predominou em Lombroso, que estigmatizavam em nome da ciência categorias de indivíduos, como: prostitutas, pederastas, vagabundos, preguiçosos e anarquistas”. PEDRINHA, Roberta Duboc. **Sexualidade, controle social e práticas punitivas**: do signo sacro religioso ao modelo científico médico higienista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 101.

época,²⁰⁵ responsável por conferir rótulos perversos de fraqueza, docilidade, inteligência limitada, todos eles mascarados por um discurso pretensamente científico, resultante da mera “observação cega” dos fatos.²⁰⁶ Assim, completa-se o ciclo de naturalização do mito da inferioridade feminina – uma verdadeira “profecia auto-realizadora” –,²⁰⁷ sempre contando com respaldo empírico, um disfarce bem sucedido que legitima o discurso da supremacia masculina, facilmente constatável na natureza.

Não obstante determinadas incoerências discursivas,²⁰⁸ Lombroso e Ferrero passam todas as páginas apostando numa classificação tripartida das mulheres: normais, criminosas e prostitutas. As primeiras – também chamadas de honestas – são aquelas que correspondem ao “ideal feminino” de fraqueza, passividade, frigidez sexual, sentidos pouco aguçados, mentirosas e vaidosas. Veja-se que a figura da “mulher honesta” foi reproduzida em uma quantidade inestimável de legislações e códigos penais; mesmo quando ela é completamente retirada do ordenamento jurídico, a “lógica da honestidade” continua prevalecendo no funcionamento dos sistemas de justiça criminal, determinando qual perfil de mulher pode se encaixar enquanto vítima de um crime, e quais modelos de feminilidade são excluídos da tutela penal.

Curioso notar que todo o discurso de Lombroso e Ferrero é construído para comprovar a baixa frequência de criminalidade entre as mulheres, cuja tendência seria muito mais acentuada para a prostituição do que para a prática de delitos. Chegam a

²⁰⁵ “Assim, a mulher carregou uma longa tradição cultural que a desqualificou como pessoa, subordinando-a à sua “matriz biológica”, procriadora. **O século XIX, em especial, reforçou muitas concepções negativas e estigmatizantes sobre a condição feminina**, principalmente ao recorrer a métodos supostamente científicos para provar sua inferioridade física e mental em relação ao homem” (grifo nosso). RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 175.

²⁰⁶ “Sendo a concepção positivista de Ciência condicionada por uma percepção do universo como um conjunto de fatos, casualmente determinados, a função daquele método é descobrir, na realidade factual, as Leis gerais através das quais o determinismo se manifesta”. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Obra citada*, p. 70.

²⁰⁷ Nas palavras da feminista e socióloga brasileira, Heleieth Saffioti: “Também se está no terreno do pré-conceito quando se diz que a mulher é mais fraca ou menos inteligente que o homem. Objetivamente, nada há que prove estas afirmações. Mas como elas são úteis aos poderosos! Em primeiro lugar, elas são úteis porque impedem, ou pelo menos dificultam, a entrada de negros e mulheres em certos mercados e ambientes, que os machos brancos desejam conservar como espaços de sua propriedade, uma vez que foram por eles culturalmente apropriados. Em segundo, lugar, estes pré-conceitos são úteis porque acabam atuando como “profecia auto-realizadora”. **Ou seja, negros e mulheres, assim como todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e aos homens, passam a acreditar em sua própria “inferioridade”**” (grifo nosso). SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1987, p. 29.

²⁰⁸ Por exemplo, Lombroso afirma em seu prefácio que nenhuma linha de seus escritos pode ser usada para justificar a tirania que vitimiza a população feminina, impedindo-as de estudar e trabalhar. No entanto, os seus apontamentos científicos são responsáveis não somente por fortalecer o *status* “natural” de inferioridade, mas também por delimitar o “lugar” social que deve ser ocupado pelas mulheres.

afirmar que a mulher criminosa pareceria normal perto do homem delinquente, repleto de anormalidades biopsíquicas.

A par desta questão, uma constante verificada no livro diz respeito à sexualidade feminina, sempre colocada em xeque pelos autores, que procuram tornar patológico tudo aquilo que destoa do padrão imposto pela normalidade científica,²⁰⁹ cujas raízes são heteronormativas. Neste sentido, é notável a estigmatização da homossexualidade, seja ela masculina (pelos breves comentários sobre pederastia), seja feminina (lesbianismo). Esta prática, considerada uma perversão sexual, é atribuída às prostitutas, que a disseminariam nos bordéis e nas prisões, intituladas como as verdadeiras “escolas do lesbianismo”.

Entendemos que, para além de classificar, rotular, estigmatizar e inferiorizar, trata-se de um investimento teórico contra as mulheres, consubstanciado num discurso de ódio em relação àquelas que não se encaixam no padrão de honestidade, às prostitutas e aos homossexuais. Tudo isso referendado pela autoridade científica das pesquisas realizadas e dos “dados empíricos” obtidos.

Mais uma evidência desta constatação reside nas considerações sobre a criminosa nata e a prostituta nata. Uma mulher que nasce delinquente é duplamente excepcional: primeiro, porque criminosos não são a regra entre pessoas civilizadas; segundo, pois de acordo com a herança do atavismo, mulheres primitivas não seriam criminosas, mas sim prostitutas.

Enfim, a figura da criminosa nata (dotada de um “poder diabólico imenso”) parece causar pavor em Lombroso e Ferrero, justamente porque são aquelas mulheres que romperam todas as amarras e padrões de feminilidade “normal”: têm sexualidade livre (exagerada, segundo a visão dos autores), rejeitam a ideia de que a maternidade é a razão de sua existência (e assim, também acabam por questionar o matrimônio enquanto instituição) e são inteligentes (na contramão do estereótipo da futilidade feminina). Desse modo, são demonizadas porque, ao cometerem um crime, ultrapassam a linha ideológica invisível que separa o espaço privado (lugar feminino, por excelência) do espaço público (destinado historicamente aos homens, onde ocorre a maioria dos

²⁰⁹ Trata-se de um discurso resultante do século em que foi gestado (século XIX). Como relata a historiadora Michelle Perrot a respeito do século mencionado, a mulher está no âmago de um discurso excessivo, repetitivo e obsessivo, “que toma de empréstimo as dimensões dos elementos da natureza”. PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 199.

crimes), manifestando um comportamento transgressor em relação ao papel passivo, atribuído às mulheres desde as primeiras páginas de uma das obras analisadas.

A rebeldia comportamental das prostitutas – destoante daquilo que se entendia como “natural” para as mulheres – certamente chamou a atenção dos autores, que apresentam uma visão ambígua da prostituição. Em alguns momentos, demonstram tolerância, e em outros, exteriorizam os seus preconceitos camuflados com pesquisas, dados e estudos, todos “rigorosamente científicos”.

Se as prostitutas são identificadas pelo positivismo criminológico italiano como sexualmente frígidas, como conciliar esta constatação com a profissão que exercem, de cunho eminentemente sexual?

Ao tentarem resolver o enigma criado pela própria teoria defendida, os autores recorrem aos “saberes psi”,²¹⁰ alegando que a origem da prostituição está na insanidade moral.²¹¹ Apesar da aparente nebulosidade, pode ser traduzida como a ausência, por parte das mulheres que se prostituem, de apreço familiar, recato e sentimento materno. Em outras palavras, extrai-se um conceito psicológico a partir da negação de uma série de estereótipos femininos, acobertados pelo manto de uma ciência escancaradamente machista.

Nestas circunstâncias, é possível concluir que Lombroso e Ferrero são responsáveis por reproduzir muitas das ideias que concretizam o senso comum machista acerca das prostitutas.²¹²

²¹⁰ Esta terminologia é utilizada pela criminóloga Vera Malaguti Batista, que discorre sobre as influências da psicologia e da psiquiatria no desenvolvimento do positivismo criminológico. Segundo a autora, “A psicologia e a psiquiatria positivistas foram disciplinas fundamentais para o controle social ao longo do século XIX. Como vimos anteriormente, a própria criminologia surge, historicamente, a partir da psiquiatria criminal, com seus antecedentes históricos de estudos do cérebro. O importante é compreender a ‘individualização dos sintomas’ como um momento do determinismo biológico que iria fornecer argumentos para esse discurso legitimador de desigualdade e neutralizador dos movimentos liberatórios e revolucionários que assombraram o mundo das elites europeias. **O positivismo criminológico que se instaura na segunda metade do século XIX é produto direto dos saberes psi** desenvolvidos a partir do grande internamento do século XVIII: aquele olhar que só poderia provir do poder médico exercido dentro dos muros da prisão, do manicômio e do asilo” (grifo nosso). BATISTA, Vera Malaguti. Obra citada, p. 51.

²¹¹ O criminólogo argentino Gabriel Anitua analisa exatamente este ponto da obra lombrosiana: “Como no caso da delinquência masculina, **a prostituição era causada por uma inevitável predisposição orgânica à loucura moral devida a processos degenerativos nas linhas hereditárias antecedentes da prostituta**. Porém, existia, sem dúvida, uma diferença entre a delinquência masculina e a prostituição feminina. Esta era menos perversa, menos daninha e menos temível que a primeira. **Eles não só afirmavam que a prostituição raramente era perigosa para a sociedade, como chegavam a afirmar que ela realizava uma função de válvula de escape da sexualidade masculina** que podia, inclusive, evitar delitos” (grifo nosso). ANITUA, Gabriel Ignacio. Obra citada, p. 306-307.

²¹² Desse modo, parece-nos correto afirmar que as diretrizes centrais do positivismo criminológico encontram-se difundidas na sociedade e no sistema de justiça criminal. Algumas vezes, de maneira explícita; outras, de forma mais sofisticadas, conforme adverte Roberta Duboc Pedrinha: “Os valores do

Primeiro, a conexão imediata da prostituição com a prática de outros crimes (atualmente, crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas), insinuando que estaria sempre vinculada a algum tipo de criminalidade.

Segundo, e não menos importante, a desconsideração da prostituição como uma atividade laboral, fazendo com que as mulheres de “vida fácil” sejam tidas como preguiçosas, avessas ao trabalho produtivo, lícito e honesto.

Por último, a prestação de serviços sexuais não se mostra verdadeiramente perigosa à sociedade, podendo revelar até mesmo sua utilidade na contenção dos instintos sexuais masculinos. Como se diz até hoje, trata-se de um “mal necessário” atribuído às mulheres que exercem o meretrício, numa lógica perversa e machista que blinda a sexualidade masculina de quaisquer críticas, utilizando as prostitutas como bodes expiatórios de uma moral sexual dominante, masculina, monogâmica (em tese) e heteronormativa. Assim, são culpadas por todos os males que orbitam a prostituição²¹³ (especialmente pela transmissão de doenças),²¹⁴ figurando como objeto de intenso controle social (formal e informal).²¹⁵

De todo o exposto, nota-se que a criminologia positivista lombrosiana esteve preocupada em explicar, individual e causalmente, tanto o comportamento do criminoso

Positivismo Criminológico estão espalhados, quer seja no preconceito, quer seja na forma de rotular e estigmatizar os indivíduos, quer seja pelo desenvolvimento do modelo científico, quer seja pelo ideal de superioridade, higiene e beleza, finalmente, quer seja na dicotomia dos gêneros, de seus papéis sociais e sexuais, apoiados em “verdades biológicas”. É imprescindível percebermos, que um século após o apogeu do Positivismo Criminológico, ainda persistem formas mais refinadas de resgate das teorias lombrosianas, que contaminam o Ordenamento Jurídico Penal, pelo uso do direito penal do autor e suas sofisticadas construções teóricas pelo direito penal do inimigo. Esta influência, carregada de preconceito, seletividade e estigmatização, impregna os legisladores – na escolha das condutas a serem incriminadas; os policiais – na persecução ao crime; aos magistrados – na prolação de sentenças condenatórias. **O olhar lombrosiano está introjetado na subjetividade das pessoas, e acompanha, sobretudo, a população dos seus baixos substratos sociais, os negros, as mulheres, os homossexuais e os travestis. Assiste-se à permanência dos desdobramentos do Positivismo Criminológico, de onde se constata que, em pleno século XXI, ainda não morreu**” (grifo nosso). PEDRINHA, Roberta Duboc. Obra citada, p. 111.

²¹³ “Na esteira daqueles pensadores [Comte, Spencer e Lombroso], definiu-se a prostituta como “mulher anormal”, “delinquente nata”, proveniente das classes pobres e deslumbrada com as atrações do mundo moderno. Sua debilidade psíquica, associada a uma constituição orgânica deficitária, explicaria em primeiro plano a existência da prática da comercialização sexual do corpo. **Assim, as teorias científicas sobre a condição feminina, marcadamente biologizantes, culpabilizaram a mulher pela existência da prostituição**” (grifo nosso). RAGO, Margareth. Obra citada, p. 165.

²¹⁴ No Brasil, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, a obra de Lombroso teve grande influência na forma pela qual a polícia e a medicina percebiam a prostituição, cada vez mais associada à noção de doença, inserida numa verdadeira “guerra sanitária”. RAGO, Margareth. Obra citada, p. 161-162.

²¹⁵ Mais uma vez, são pertinentes as palavras de Anitua: “Isso não seria apenas uma mostra do machismo persistente nas teorias positivistas, mas igualmente de uma profunda preocupação com uma questão que adviria do higienismo do século XIX: a repressão da prostituição e a tarefa de evitar contágios. Nesse caso, tratava-se das doenças venéreas, contra as quais legislou-se amplamente e nem sempre com critérios eficientes de um ponto de vista sanitário, embora bem mais repressivo; Essa repressão era aplicada sobre as mulheres, **nunca sobre os homens**” (grifo nosso). ANITUA, Gabriel Ignacio. Obra citada, p. 307.

(homem) como o modelo mais radicalizado do desvio feminino (prostituta), ignorando a influência de fatores estruturais na conduta humana (econômicos, sociais, políticos, ideológicos, entre outros).

Por isso – sem excluir outras hipóteses e motivos igualmente plausíveis –, os autores não foram capazes de ultrapassar a neutralidade de seus argumentos e a autoridade científica que os permitiu dividir, classificar, rotular e hierarquizar homens e mulheres, inseridos numa ordem de gênero social, histórica e ideologicamente construída.

3.2 Criminologia Crítica: rompimento do paradigma etiológico, permanência do paradigma androcêntrico

Os homens denunciam injustiças sociais ou raciais com virulência, mas se mostram indulgentes e compreensivos quando se trata da dominação machista. Muitos desejam explicar que o combate feminista é secundário, um esporte de ricos, sem pertinência nem urgência. É preciso ser um cretino ou alguém asquerosamente desonesto para considerar uma opressão insuportável e outra, cheia de poesia.²¹⁶

3.2.1 O enfoque prioritário: classe

Roberto Bergalli afirma, com razão, que os fundamentos das teorias criminológicas são produzidos como consequência de um determinado contexto histórico-cultural.²¹⁷ Quanto à Criminologia Crítica – também chamada de “nova criminologia” no período de sua emergência –,²¹⁸ trata-se, em linhas bastante gerais, de um movimento do pensamento criminológico contemporâneo que nasceu na década de

²¹⁶ DESPENTES, Virginie. Obra citada, p. 22.

²¹⁷ BERGALLI, Roberto. O Pensamento Crítico e a Criminologia. In: BERGALLI, Roberto; BUSTOS-RAMÍREZ, Juan (Org.). **O Pensamento Criminológico I: uma análise crítica**. Tradução Roberta Duboc Pedrinha e Sérgio Chastinet Duarte Guimarães. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 265.

²¹⁸ Um histórico detalhado pode ser conferido em: LARRAURI, Elena. **La herencia de la criminología crítica**. 2. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1992, p. 101-142.

sessenta,²¹⁹ almejando estruturar uma teoria materialista do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização.²²⁰

O termo que adjetiva esta vertente teórica (“crítica”) foi inspirado na tradição da Escola de Frankfurt,²²¹ nomeando a mobilização que englobou desde posições interacionistas até materialistas.²²² Apesar das divergências existentes na Criminologia Crítica em relação às propostas de superação do paradigma etiológico, pode-se dizer que existe convergência no sentido de adotar o modelo do conflito em oposição ao do consenso. Como bem apontou Lola Aniyar de Castro, o paradigma conflitual questiona o suposto consenso social que estaria sintetizado em legislações penais, baluartes dos interesses da classe dominante: desde esse ponto de vista, a Criminologia deveria se libertar da “camisa-de-força dos códigos penais”, firmando seu objeto de estudo de forma autônoma.²²³

Pode-se dizer que a maioria das vertentes críticas da Criminologia reconhece em sua matriz teórica uma origem comum marxista,²²⁴ muito embora a abordagem da questão criminal se dê a partir de prismas diversos.²²⁵

Não há como mencionar um único livro que inaugure a Criminologia Crítica, considerando a pluralidade de autores e orientações teóricas. Shecaira defende que sua origem se deu com “Punição e Estrutura Social” (1939), de Georg Rusche e Otto Kirchheimer,²²⁶ mas outras obras fundamentais podem ser citadas, como “Vigiar e

²¹⁹ “É provável que um motivo desencadeador desta rápida difusão fosse a união que *A nova criminologia* realizou da perspectiva do etiquetamento com abordagens marxistas em um momento de efervescência política, produto ainda da agitada década de sessenta” (Tradução livre). LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 114. No original: “Es probable que un motivo desencadenante de esta rápida difusión fuese la unión que *La nueva criminología* realizó de la perspectiva del etiquetamiento con planteamientos marxistas en un momento de efervescencia política, producto aún de la agitada década de los sesenta”.

²²⁰ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 159.

²²¹ Não obstante a pluralidade de posturas epistemológicas e políticas entre os autores desta escola específica, e da Teoria Crítica como um todo, o ponto fundamental que as une, segundo Celso Ludwig, consiste em mostrar como as coisas realmente são, numa perspectiva de como deveriam ser. LUDWIG, Celso. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. 2. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2011, p. 152.

²²² ANITUA, Gabriel Ignacio. Obra citada, p. 657.

²²³ ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da Libertação**. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005, p. 81.

²²⁴ Importante diferenciar Marx dos marxistas, os quais, não raro, interpretam sua obra em perspectivas absolutamente distintas. Como nos adverte Alysson Mascaro, o Marx filósofo deve ser compreendido “(...) não pelo movimento marxista e proletário, nem pelos pensadores marxistas, mas por meio de seus próprios textos e de suas ideias”. MASCARO, Alysson. **Filosofia do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 267.

²²⁵ BERGALLI, Roberto. Obra citada, p. 271.

²²⁶ SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 5. ed. rev. São Paulo: RT, 2013, p. 279.

Punir” (1975), de Michel Foucault, “Cárcere e Fábrica” (1977), de Dario Melossi e Massimo Pavarini, e “*The new criminology*” (1973), de Taylor, Walton e Young.

Quanto a esta obra, seu objetivo principal foi criticar as posturas tradicionais da Criminologia, incapazes de compreender a totalidade do fenômeno criminal,²²⁷ trazendo a política ao debate teórico, até então limitado às questões técnicas.²²⁸ Segundo os criminólogos ingleses, não se trataria de uma “nova criminologia”, mas sim de uma “velha criminologia”, que deveria encarar os mesmos problemas já abordados no âmbito sociológico, especialmente por Karl Marx.²²⁹

Isto significa que o marxismo está nas bases fundantes da Criminologia Crítica, responsável por repolitizar a questão criminal, rompendo com o paradigma da criminologia positivista. Nesta ótica, Vera Malaguti Batista sustenta que a transição mencionada confere à criminologia o *status* de ciência do controle social, valendo-se dos conceitos de hegemonia, dominação e luta de classes.²³⁰

Evidente que o desenvolvimento da Criminologia Crítica não se deu de maneira uniforme em todos os países, sendo possível relatar os meandros históricos das diversas regiões mundiais (Estados Unidos, Europa, Inglaterra, América Latina, e assim por diante). Apesar de cada uma delas apresentar suas particularidades, estas não serão objeto deste subcapítulo, uma vez que sua finalidade consiste em expor o predomínio das análises classistas no momento inicial de surgimento da Criminologia Crítica, quando ainda podia ser mencionada no singular.²³¹

Veja-se, por exemplo, que na década de setenta Jock Young pautava uma criminologia da classe trabalhadora, que desafiaria o criminólogo socialista a assumir uma série de tarefas, tais como a adoção de paradigmas desenvolvidos em torno dos interesses de classe.²³² O desvio, portanto, deve ser situado historicamente, em termos

²²⁷ SHECAIRA, Sérgio Salomão. Obra citada, p. 282.

²²⁸ TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **The new criminology: for a social theory of deviance**. London: Routledge & Kegan Paul, 1973, p. 278.

²²⁹ TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. Obra citada, p. 278-279.

²³⁰ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 80.

²³¹ Atualmente, não se pode mais falar em uma única Criminologia Crítica, considerando que os autores críticos, não raro, partem de pressupostos teóricos distintos do marxismo. Quando mencionamos essa corrente criminológica no singular, estamos nos referindo tanto aos pensadores que a inauguraram como àqueles que seguem uma tradição criminológica marxista. Apesar de tal advertência, reconhecemos que o agrupamento de criminólogos em determinadas correntes pode implicar excessiva simplificação. Neste sentido: LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 199.

²³² YOUNG, Jock. Criminologia da classe trabalhadora. In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock (Orgs). **Criminologia crítica**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 106.

de uma luta de classe,²³³ exigindo uma estratégia criminológica radical de denúncia da natureza da lei, verdadeiro instrumento de dominação.²³⁴

Nas palavras do sociólogo americano Richard Quinney, uma teoria crítica do controle do crime na sociedade capitalista, baseada no pensamento marxista, encara o Direito Penal como aparato estatal coercitivo utilizado pela classe dominante para manter o *status quo* da ordem social e econômica.²³⁵ Neste sentido, o Estado é compreendido enquanto organização política criada por aqueles que têm o poder de impor sua vontade sobre o resto da sociedade, protegendo interesses privados – daqueles que possuem e controlam os meios de produção – diante da necessidade de conter a ameaça de que classes oprimidas eventualmente se tornem poderosas.²³⁶

Elena Larrauri relata que a criminologia estruturada sobre esses pressupostos normalmente recebe críticas de outras correntes por incorrer num determinismo econômico-social e por apresentar uma concepção instrumentalista e funcionalista do Direito. Este caráter costuma ser atribuído diante de uma interpretação específica do marxismo, que encara a superestrutura (instituições jurídicas, meios de comunicação, cultura) como mero reflexo da base econômica da sociedade.²³⁷

Outro aspecto do determinismo econômico mecanicista seria quando as causas da criminalidade são explicadas a partir das falhas estruturais do sistema capitalista (desigualdade material, desemprego, pobreza, etc.).²³⁸ Ou seja, o capitalismo, ao marginalizar determinados setores da população do mercado de trabalho, seria responsável por fomentar situações de miséria econômica e social, fazendo com que os indivíduos integrantes desses grupos passassem a delinquir.²³⁹

Não obstante as objeções formuladas contra a Criminologia Crítica, a criminóloga espanhola entende que a versão economicista/determinista do marxismo não foi adotada pela “nova criminologia” nem pela Criminologia Crítica que se desenvolveu na sequência. Primeiro, porque os teóricos representantes dessas vertentes – em especial, Taylor, Walton e Young – afirmariam a existência de relações dialéticas entre infra e superestrutura, influenciadas reciprocamente, sem que uma pudesse

²³³ YOUNG, Jock. Obra citada, p. 109.

²³⁴ YOUNG, Jock, Obra citada, p. 110.

²³⁵ QUINNEY, Richard. O controle do crime na sociedade capitalista: uma filosofia crítica da ordem legal. In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock (Orgs). **Criminologia crítica**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 236.

²³⁶ QUINNEY, Richard. Obra citada, p. 236-237.

²³⁷ LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 118-119.

²³⁸ LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 119.

²³⁹ LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 120.

prevalecer sobre a outra. Segundo, porque os autores mencionados recomendavam estudos criminológicos focados simultaneamente em fatores estruturais (macro sociais) e microssociais, que contemplassem as subjetividades dos indivíduos.²⁴⁰

Esses debates, inicialmente travados nos Estados Unidos e nos países europeus, repercutiram no Brasil: penalistas e criminólogos, ao entrarem em contato com as obras e os autores destacados, passaram a examinar o sistema de justiça criminal a partir da elaboração de vertentes críticas. Juarez Cirino dos Santos, por exemplo, foi responsável por trazer as reflexões da Criminologia Radical para a realidade brasileira, valendo-se dos aportes oferecidos por Taylor, Walton e Young (entre outros teóricos).

Para o referido autor, o compromisso primário da Criminologia Radical seria a abolição das desigualdades sociais (entre riqueza e poder), de tal sorte que a solução para o problema do crime dependeria necessariamente do fim da exploração econômica e da opressão política de classe.²⁴¹ Ao lado de tal compromisso, menciona tarefas complementares, tais como a produção de teorias capazes de auxiliar a classe trabalhadora e o conjunto de setores sociais subalternos e marginalizados, na tentativa de fundar uma sociedade verdadeiramente democrática, desmistificando o sistema de controle social penal e sua natureza classista.²⁴² Trata-se, portanto, de uma corrente criminológica que, em seu projeto científico, tem a finalidade de produzir uma teoria materialista do Direito e do Estado nas sociedades capitalistas, centrada na contradição fundamental entre capital e trabalho assalariado.²⁴³

Ao estudar o papel do Direito como a fonte de controle social dos processos de trabalho e das práticas criminosas, a Criminologia Radical emprega as categorias fundamentais da teoria marxista, definindo-o como instituição superestrutural de reprodução das relações de produção.²⁴⁴ Nas palavras de Cirino:

O estudo do crime e do controle social no capitalismo se baseia na divisão da sociedade em classes (estrutura econômica) e na reprodução das condições de produção, fundadas na separação capital/trabalho assalariado, pelas instituições jurídicas e políticas do Estado, que proíbem práticas contrárias às relações de produção e de reprodução social. Assim, o estudo do crime e do controle social não se reduz aos tipos legais de crimes, mas compreende o tipo *social* de autor (posição de classe), o tipo de sociedade (formação econômico-social), seu estágio de desenvolvimento (nível

²⁴⁰ LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 120-121.

²⁴¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**. 2. ed. Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2006, p. 36.

²⁴² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 36-37.

²⁴³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 38.

²⁴⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 39.

tecnológico), o papel da formação econômico-social no mercado mundial (posição na relação imperialismo/dependência), as funções na divisão internacional do trabalho (fornecedor de matéria-prima e de mão-de-obra ou exportador de capitais) etc.²⁴⁵

Ainda que não se declare expressamente como representante da Criminologia Radical, as críticas feitas por Nilo Batista são similares, ao expor a relação entre capitalismo e sistema penal: historicamente, o primeiro teria recorrido ao segundo para realizar duas operações essenciais, quais sejam, a garantia de mão-de-obra e o impedimento da cessação do trabalho. Assim, em suma, criminalizava-se o pobre que não se convertesse em trabalhador (através do delito de vadiagem) e, ao mesmo tempo, o trabalhador insatisfeito com o seu labor (mediante o delito de greve).²⁴⁶ Embora esta constatação pareça excessivamente genérica, seria possível verificá-la em diversos períodos da história brasileira,²⁴⁷ os quais demonstram que o sistema penal e o funcionamento de suas punições encontram-se intimamente vinculados à questão da pobreza.²⁴⁸

Veja-se, desta forma, que a origem da Criminologia Crítica está associada aos conceitos do marxismo (capital, luta de classes, proletariado, etc.), os quais interferiram diretamente nas conclusões dessa teoria criminológica. Significa dizer que, por muitos anos, os estudos críticos acerca da questão criminal se concentraram em dois fatores interligados: a divisão da sociedade em classes e a essência seletiva do sistema de justiça criminal.

Contudo, esta orientação prioritária – de viés econômico e classista – teve como consequência a invisibilidade de outras esferas de opressão e discriminação, tais como a de gênero e sexualidade, aspecto que será abordado no tópico adiante.

²⁴⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 40.

²⁴⁶ BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p. 35.

²⁴⁷ “No Brasil, abolida a escravidão, e proclamada a república, o Código Penal de 1890 trazia a mesma receita: em seu artigo 399 punia a *vadiagem*, e em seu artigo 206 punia a *greve* (...)”. BATISTA, Nilo. Obra citada, p. 36.

²⁴⁸ “Para a maioria dos brasileiros – do escravismo colonial ao capitalismo selvagem contemporâneo – a punição é um fato cotidiano. (...) Os brasileiros pobres conhecem bem isso. Ou são presos por vadiagem, ou arranjam rápido emprego e desfrutam do salário mínimo (punidos *ou* mal pagos). Depois que já estão trabalhando, nada de greves para discutir o salário mínimo (punidos *e* mal pagos)”. BATISTA, Nilo. Obra citada, p. 38-39.

3.2.2 A questão de gênero e sua posição subalterna (ou inexistente) na Criminologia Crítica

Pode-se dizer que os estudos de gênero, partindo de tradições teóricas diversas, enfrentaram (e ainda enfrentam) temas extremamente complexos que dizem respeito ao sexo biológico, à atribuição de papéis masculinos e femininos – construídos cultural e socialmente –, às suas identidades de gênero e sexualidades. Quando se fala em gênero, partimos do conceito de Joan Scott, delimitando-o como: i) elemento constitutivo das relações sociais, fundadas nas diferenciações apreendidas entre os sexos; e ii) forma de conferir significado às relações de poder.²⁴⁹

O tópico anterior demonstra que a categoria “gênero” não foi recepcionada pelos criminólogos (nacionais e estrangeiros) que inauguraram o paradigma crítico em Criminologia. Ao denunciarem o caráter classista do funcionamento do sistema de justiça criminal e sugerirem o fim da exploração econômica como solução para os problemas que pairam sobre os processos de criminalização, esses autores acabam ignorando outras desigualdades, para além da dominação de classe. Mesmo considerando o grupo formado pelo proletariado em determinada sociedade, deve-se reconhecer que há diferenças – por vezes, gritantes – entre os próprios indivíduos que são explorados.

É justamente neste ponto que trazemos a questão de gênero, pois uma análise restrita à exploração de classe não é capaz de explicar os seguintes impasses: i) as disparidades salariais entre homens e mulheres ocupantes do mesmo cargo no mundo do trabalho; ii) os motivos pelos quais o trabalho doméstico é realizado majoritariamente por mulheres; iii) o cumprimento de uma jornada de trabalho feminina dupla (ou tripla), inevitavelmente vinculada às tarefas domésticas; iv) o número pouco expressivo de mulheres em posições de poder e comando, seja em empresas, seja em órgãos públicos.

Os estudos criminológicos exclusivamente marxistas, ao que parece, também são insuficientes em relação aos temas apontados pelas Criminologias Feministas. Por exemplo, o aumento exponencial das taxas de encarceramento feminino no Brasil,²⁵⁰ especialmente quanto ao crime de tráfico de drogas, não pode ser compreendido como uma mera decorrência da pobreza daquelas que foram selecionadas pelo sistema penal,

²⁴⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 86.

²⁵⁰ Em dezesseis anos (2000-2016), o encarceramento feminino cresceu 700%. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/26/populacao-carceraria-feminina-cresce-700-em-dezesseis-anos-no-brasil.htm>. Acesso em: 18/11/2017.

mas como uma combinação de fatores de classe, gênero e raça. A violência contra mulheres, em suas múltiplas formas, atinge a população feminina como um todo, inclusive aquelas pertencentes a grupos sociais economicamente abastados, embora existam esferas e níveis distintos de opressão de gênero.

Entendemos que os discursos criminológicos críticos, de orientação estritamente marxista, ao utilizarem as categorias fundamentais desta teoria (capitalismo, luta de classes, proletariado, entre outras), acabam universalizando os sujeitos que integram as classes exploradas.²⁵¹ Consequentemente, desigualdades e discriminações internas aos estratos sociais subalternos (raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, etc.)²⁵² são ofuscadas ou subordinadas diante da primazia do enfoque classista.²⁵³ É como se a seletividade do sistema penal moderno, nascido numa sociedade capitalista, atingisse os indivíduos de classes sociais inferiores de forma indistinta e homogênea. Posição que, a nosso ver, encontra sérias dificuldades quando confrontada com a realidade brasileira, na qual raça e pobreza são sinônimas,²⁵⁴ alcançando complexidade ainda maior quando se faz a intersecção destas desigualdades com a de gênero.²⁵⁵

Apesar de ter se empenhado corajosamente na desconstrução dos pressupostos teóricos da Criminologia Positivista, este mérito da Criminologia Crítica não pode ser usado como um escudo que blinde autores clássicos e renomados de terem compactuado com o paradigma androcêntrico nas ciências criminais, ocultando questões de gênero a

²⁵¹ Imprescindíveis as considerações de Alda Facio e Rosalía Camacho: “(...) a criminologia crítica assume que se pode fazer generalizações sobre os participantes de cada classe social, como se os homens e mulheres de uma mesma classe social tivessem o mesmo poder, defendessem os mesmos interesses e sentissem as mesmas necessidades. (...) E, como os interesses dos homens são os registrados, porque a eles têm se reservado o campo do público (...), poderemos aclarar que, quando os criminólogos críticos falam de adotar o ponto de vista das classes marginalizadas, estão falando de adotar o ponto de vista dos homens das classes marginalizadas”. FACIO, Alda; CAMACHO, Rosalía. Em busca das mulheres perdidas – ou uma aproximação – crítica à criminologia. In: CLADEM-Brasil. **Mulheres: vigiadas e castigadas**. São Paulo: KMK, 1995, p. 62-63.

²⁵² A intersecção entre essas desigualdades será analisada no subcapítulo 3.3.

²⁵³ Para além dos debates criminológicos, existem feministas que defendem a classe social como elemento principal da luta pela liberação das mulheres: “Portanto, *classe contra classe* deve ser a linha mestra da luta pela libertação da humanidade em geral, e da mulher em particular. Somente uma vitória revolucionária sobre o capitalismo, dirigida pelos homens e mulheres trabalhadoras e apoiadas por todos os oprimidos, pode resgatar as mulheres de seu estado de opressão e garantir-lhes uma vida melhor numa nova sociedade. Esta afirmação teórico-política marxista foi confirmada pela experiência de todas as revoluções vitoriosas, como as da Rússia, China, Cuba”. REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 87.

²⁵⁴ CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 60.

²⁵⁵ “(...) constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração”. CARNEIRO, Sueli. Obra citada, p. 127-128.

partir de uma grande narrativa focada unicamente no capitalismo e na luta de classes.²⁵⁶ Não por acaso, Elena Larrauri frisa que uma das falhas da Criminologia Crítica foi ter se voltado apenas ao surgimento do capitalismo sem perceber que a origem da opressão das mulheres não pode ser reduzida à sociedade capitalista,²⁵⁷ sendo anterior e distinta da exploração econômica.²⁵⁸ De acordo com a criminóloga mencionada:

Certamente, a sociedade capitalista oprime a mulher. Mas sua opressão é anterior e distinta, produto da estrutura patriarcal da sociedade. As criminólogas feministas destacaram que distinguir ambos aspectos é importante porque as estruturas – capitalista e patriarcal – não operam sempre de modo análogo, enquanto determinadas leis podem beneficiar somente a classe dominante, outras beneficiam *todos* os homens em detrimento das mulheres. Além disso, determinados mecanismos como o medo, a violência, a sexualidade, a ideologia que atribui um determinado papel à mulher na sociedade, etc., são mecanismos de controle social peculiares, dirigidos às mulheres. Todas essas particularidades são próprias de uma sociedade patriarcal, a divisão em gêneros, as distinções entre a esfera pública e privada, as formas específicas de controle dirigidas à mulher, as suposições que pairam sobre o discurso do crime e da vítima relacionados à mulher, etc., eram as que a criminologia crítica havia ignorado.²⁵⁹

²⁵⁶ Como destacou oportunamente Carmen Hein de Campos, “A análise marxista da nova criminologia entende que a lei é um meio de controle social e uma ferramenta da classe dominante e por isso presta pouca atenção no controle sexual das mulheres, já que do ponto de vista criminal, as mulheres seriam menos criminalizadas que os homens. **Mas esta análise superestrutural da lei ignora que as estruturas econômicas também são erigidas e sustentadas no gênero**” (grifo nosso). CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia feminista: teoria feminista e crítica às criminologias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 256.

²⁵⁷ LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 194.

²⁵⁸ Esta constatação também é feita por feministas marxistas, como a argentina Andrea D’Atri: “(...) defendemos que apesar de não ter surgido com o capitalismo, a opressão das mulheres adquire sob este modo de produção traços particulares, convertendo o patriarcado em um aliado indispensável para a exploração e a manutenção do *status quo*. O capitalismo (...) introduziu as mulheres e as crianças em sua maquinaria de exploração. Ainda que tenha colocado milhões de mulheres no mercado trabalhista destruindo os mitos obscurantistas que as condenavam a permanecer exclusivamente no âmbito privado da casa, dá as condições para explorá-las duplamente, com salários menores que os dos homens para que, desse modo, possam diminuir também o salário dos outros trabalhadores”. D’ATRI, Andrea. **Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo**. São Paulo: Iskra, 2008, p. 25.

²⁵⁹ LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 194-195 (Tradução Livre). No original: “Ciertamente la sociedad capitalista oprime a la mujer, pero su opresión es anterior y distintiva, producto de la estructura patriarcal de la sociedad. Las criminólogas feministas destacaron que distinguir ambos aspectos es importante porque ambas estructuras – capitalista y patriarcal – no operan siempre de modo análogo, en tanto determinadas leyes pueden beneficiar sólo a la clase dominante, otras benefician a *todos* los hombres en detrimento de las mujeres. Adicionalmente, determinados mecanismos como el miedo, la violencia, la sexualidad, la ideología que asigna un determinado papel a la mujer en la sociedad, etc., son mecanismos de control social peculiares, dirigidos a las mujeres. Todas estas particularidades propias de una sociedad patriarcal, la división en géneros, las distinciones entre la esfera pública y privada, las formas específicas de control dirigidas a la mujer, las asunciones que rodean el discurso del delito y de la víctima referidas a la mujer, etc., eran las que la criminología crítica había pasado por alto”.

As ressalvas colocadas até este momento de forma alguma representam descrédito ao marxismo e aos avanços teóricos encabeçados por criminólogos críticos, muitos dos quais se valeram de Marx para compreender o caráter seletivo do sistema de justiça criminal (como fez Juarez Cirino dos Santos, através d'A Criminologia Radical). Essas observações apenas têm a finalidade de demonstrar que a Criminologia Crítica, quando é pensada e desenvolvida unicamente pelo viés de classe, oculta e silencia questões de gênero,²⁶⁰ dando respostas insuficientes no tocante à opressão das mulheres. Veja-se que Taylor, Walton, Young e Quinney, ao desenvolverem perspectivas radicais da nova criminologia, não foram atentos quanto à distinção entre homens e mulheres na sociedade capitalista, permanecendo cegos às condições femininas.²⁶¹

Por conseguinte, ainda que os representantes dessa vertente criminológica critiquem o sistema penal num horizonte de emancipação e/ou libertação de grupos sociais vulneráveis, a ausência da categoria “gênero” em suas análises acaba reproduzindo um modo sexista de produzir conhecimento. Neste sentido, partimos da premissa de que há um profundo *déficit* teórico da Criminologia Crítica,²⁶² sendo inaceitável que um modelo de pensamento que se intitule desta forma seja indiferente aos danos causados às mulheres, quando autoras ou vítimas de crimes.²⁶³

Todavia, é preciso distinguir as críticas feministas de outras críticas, nem sempre atentas às nuances do debate criminológico. O fato de a Criminologia Crítica (sobretudo, aquela de viés marxista) ter suas insuficiências teóricas apontadas numa perspectiva feminista não significa que sua produção acadêmica seja simplesmente descartada ou considerada ultrapassada. Pelo contrário: pode-se dizer, num sentido amplíssimo, que a(s) desigualdade(s) perante o poder punitivo é um tema central das Criminologias Críticas (marxista, feminista, abolicionista, entre tantas outras linhas de pensamento). Se por um lado, questiona-se que as obras dos principais criminólogos

²⁶⁰ Segundo Carmen Hein de Campos, “A crítica ao marxismo também é incorporada no debate feminista da criminologia, correspondendo à incorporação do marxismo à criminologia. As análises feministas sobre a sociedade patriarcal, anterior ao capitalismo, colocaram em xeque a perspectiva marxista da criminologia crítica, ou as afirmações “cegas de gênero””. CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 219.

²⁶¹ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 257.

²⁶² “Embora esta constatação gere desconforto a indignação, é preciso dizer que mesmo as correntes da criminologia crítica, formuladas a partir dos “marginalizados”, costumam não fazer referências às mulheres das classes subalternas, contrariando seus princípios fundantes a partir de um discurso que não contempla a totalidade dos indivíduos vulneráveis numa sociedade capitalista-racista-patriarcal”. ROMFELD, Victor Sugamoto. Criminologia Crítica e Lei Maria da Penha: uma relação (in)conciliável?. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 24, vol. 129, maio-jun/2016, p. 396.

²⁶³ CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de (coord.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris: 2011, p. 165.

críticos tenham, muitas vezes, silenciado a respeito do paradigma de gênero – recaindo inevitavelmente numa perspectiva androcêntrica²⁶⁴ – por outro, é necessário reconhecer sua relevância teórica, principalmente quando se leva em conta as críticas contundentes direcionadas à Criminologia Positivista e às formas de controle social.

Insistimos, portanto, que as críticas feministas à Criminologia Crítica não podem ser confundidas com críticas realizadas pela Dogmática penal. Busato, por exemplo, parte da premissa de que a exploração do trabalho não mais interfere no cotidiano das pessoas, de tal sorte que as sociedades do século XXI são moldadas por duas características essenciais: consumo e comunicação.²⁶⁵ A partir deste raciocínio, o autor defende que a Criminologia, desempenhando seu papel de crítica à violência do controle social, deve perceber que “(...) o mundo já ultrapassou a etapa marxista da divisão entre capital e trabalho e das classes divididas entre industriais e trabalhadores, passando para o mundo da excedência, que divide as pessoas basicamente entre os que consomem e os que não consomem”.²⁶⁶ Trata-se de um posicionamento que não está limitado ao Direito, acusando o marxismo de ser uma teoria superada,²⁶⁷ caracterizada por análises anacrônicas. Não comungamos dessa visão, por diversas razões.

Criticar o marxismo e seus desdobramentos na Criminologia Crítica, como fizemos neste tópico, não implica sua rejeição ampla e irrestrita. Mesmo porque, esta dissertação parte de um enfoque interseccional, necessariamente vinculado às desigualdades econômicas de sociedades capitalistas. Por isso, as reflexões marxistas – seja na Criminologia, seja em outras áreas do conhecimento – não podem ser

²⁶⁴ Novamente, realçamos as considerações lúcidas de Carmen Hein de Campos: “Na perspectiva da criminologia marxista, o crime é materialmente construído, isto é, os elementos produtores do crime, no capitalismo contemporâneo, estão ligados às inequidades e às divisões da produção material e na propriedade. O direito existe para assegurar o privilégio das classes favorecidas e impedir que os subalternos mudem de posição. Assim, a lógica que permeia a criminologia é a sua preocupação com o processo estrutural da definição do crime. A criminalidade feminina, com o ingresso feminino tardio na força de trabalho feminina, era considerada ‘complementar’. **Assim, as mulheres só secundariamente interessariam às análises da nova criminologia.** Por outro lado, a análise a partir de uma perspectiva de classe deveria ser mais refinada para incluir as mulheres. **O sexismo tem um papel diferenciado sobre o processo de criminalização.** Homens e mulheres têm diferentes posições sociais dentro do capitalismo e a opressão sexual é suportada pelas mulheres em todas as classes, ao contrário da opressão econômica de homens (e mulheres) e isto deveria figurar em uma compreensão da criminalidade” (grifo nosso). CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 255-256.

²⁶⁵ BUSATO, Paulo Cesar. **Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013, p. 248.

²⁶⁶ BUSATO, Paulo Cesar. Obra citada, p. 249.

²⁶⁷ Apesar de ser uma crítica exaustivamente feita contra o marxismo, tanto à esquerda como à direita, os argumentos utilizados para tanto são frágeis, como bem relata Leandro Konder: “O marxismo notoriamente é uma filosofia incômoda, questionadora. Irritante, mesmo. Compreende-se, portanto, que seus adversários reajam com acrimônia às suas proposições polêmicas. O que é mais difícil de compreender é que certas críticas ao marxismo sejam sempre retomadas, apesar da fragilidade que revelam em seus desenvolvimentos”. KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 31.

classificadas como obsoletas. Seria um verdadeiro contrassenso rotular o marxismo dessa forma, pois o mundo capitalista globalizado, em vários aspectos, foi antecipado por Marx no “Manifesto Comunista”.²⁶⁸ Ainda que o cenário atual do capitalismo seja bastante diverso daquele em que os textos de Marx foram escritos, vários aspectos centrais de sua análise continuam válidos e relevantes, tais como a dinâmica global do desenvolvimento econômico e o mecanismo de crescimento capitalista pela geração constante de contradições internas.²⁶⁹

As críticas feministas tecidas neste trabalho fazem um contraponto à Criminologia Crítica e sua base marxista não a partir de sua essência, equivocadamente tachada enquanto corrente teórica defasada. Para além desta simplificação, sustentamos que o enfoque classista – eleito como prioritário pelos expoentes da Criminologia Crítica brasileira e estrangeira –, não é suficiente diante da complexidade de determinados problemas sociais, como a violência (e suas vítimas), a criminalidade e o controle social (formal e informal). Além disso, demonstramos que a posição subalterna ocupada pelas questões de gênero na Criminologia Crítica traduz, fatalmente, uma epistemologia indiferente às disparidades entre homens e mulheres (mesmo que num modelo binário), e de certa forma, complacente com as mais variadas formas de violência que atingem a população feminina. Esta carência é ainda mais gritante quando se leva em conta o fenômeno da prostituição, ponto que será explanado a seguir.

3.2.3 Prostituição: presente nas ruas, ausente nas reflexões dos criminólogos críticos

Comprovamos empiricamente no capítulo 2, mediante análise dos principais periódicos de ciências criminais, que penalistas e criminólogos brasileiros não encaram a prostituição como um objeto de estudo relevante, o que pode ser percebido por uma incômoda ausência nos volumes examinados. Embora tenham sido pesquisados artigos em apenas três periódicos, os resultados obtidos são indicativos de uma postura que atinge a maioria dos pensadores da Criminologia Crítica no Brasil. Gênero e sexualidade foram – e de certa forma, ainda são – temas constantemente marginalizados

²⁶⁸ Neste sentido, os apontamentos do historiador Eric Hobsbawm. HOBBSAWN, Eric. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 15 e ss.

²⁶⁹ HOBBSAWN, Eric. Obra citada, p. 22-23.

nas discussões criminológicas,²⁷⁰ cenário que está sendo modificado pela Criminologia Feminista.²⁷¹

Entretanto, o fato de a prostituição ser um fenômeno que, em alguma medida, faz parte do cotidiano de grandes metrópoles não parece ter despertado a atenção das ciências criminais brasileiras. Por mais que, em centros urbanos, seja público e notório o funcionamento de bordéis, o exercício da prostituição de rua ou mesmo a divulgação dos serviços de “acompanhantes” em jornais de grande circulação, tratam-se de condutas relativamente toleradas desde que permaneçam ocultas, na marginalidade. Em vista disso, o tema carece de estudos criminológicos críticos, o que acaba contribuindo para perpetuar a vitimização de um grupo social vulnerável.

É possível que essa omissão seja uma decorrência da relação turbulenta entre Vitimologia e Criminologia Crítica, na medida em que esta corrente apenas passou a enfrentar o problema das vítimas na década de oitenta. Neste período, houve um esforço para compensar tal esquecimento, principalmente diante das acusações de grupos feministas de que as mulheres eram vítimas invisíveis atingidas por um maior número de crimes, constatação que seria dificultada pela cifra oculta da criminalidade.²⁷² Parece-nos fundamental averiguar o papel da vítima, justamente para analisar como as relações de poder funcionam no contexto social e como a falta de poder é um elemento vitimizador.²⁷³

Apesar de tal importância, a Criminologia Crítica no Brasil não parece ter sido capaz de compreender a complexidade dos processos de vitimização,²⁷⁴ sobretudo quando suas análises estão centradas somente na classe social dos indivíduos. Para além desta dimensão econômica, questões de raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade – entre tantas outras – também estão em jogo, gerando múltiplas formas de violência e discriminação. Não raro, sobre uma mesma vítima podem incidir simultaneamente diversos fatores dentre aqueles elencados, sendo difícil precisar qual é preponderante numa determinada situação violenta e/ou discriminatória.²⁷⁵

²⁷⁰ De acordo com Alda Facio e Rosalía Camacho: “Na maioria dos tratados ou manuais de criminologia, a figura masculina e/ou sua problemática é central, enquanto a figura feminina e/ou sua problemática é completamente ausente ou periférica”. FACIO, Alda; CAMACHO, Rosalía. Obra citada, p. 45.

²⁷¹ Mudança que será comentada na sequência (subcapítulo 3.3).

²⁷² LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 231-232.

²⁷³ LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 234.

²⁷⁴ Conforme os ensinamentos de Larrauri, podemos entender a vítima num espectro amplíssimo: aquele que comete um crime pode ser tido como vítima, a vítima é vítima deste que delinque, bem como da própria estrutura social que favorece sua vitimização. LARRAURI, Elena. Obra citada, p. 235.

²⁷⁵ Este aspecto será abordado na sequência (subcapítulo 3.3), quando tratarmos das possibilidades de um enfoque interseccional na Criminologia Feminista.

De qualquer forma, é sintomático que a Criminologia Crítica brasileira ainda não tenha se debruçado sobre a prostituição. A despeito de parcela considerável dos criminólogos desta vertente utilizar o conceito marxista relacionado à luta de classes, as reflexões certamente ignoram as prostitutas, aquelas que estão nas trincheiras desta luta, atacadas pela direita e pela esquerda do espectro social e político. Tal lacuna, longe de ser accidental, é resultante do descaso em relação às temáticas feministas.²⁷⁶ Assim, prevalecem narrativas repletas de generalizações que ocultam a dimensão de gênero.

Vera Malaguti Batista, por exemplo, ao buscar as permanências do autoritarismo absolutista na história da programação criminalizante no Brasil – articulando os conceitos de mais-valia e de biopoder –, sentencia que a teoria criminológica tem duas direções, diametralmente opostas: ou serve ao povo brasileiro, ou ao capital.²⁷⁷ Maurício Dieter, por sua vez, afirma que o ponto de partida necessário para qualquer nova teoria criminológica consiste em resistir contra a tentativa de ocultar a luta de classes, resgatando o protagonismo da classe trabalhadora.²⁷⁸

É curioso, contudo, que parcela majoritária dos autores da Criminologia Crítica brasileira tenha interpretado o povo brasileiro e as classes trabalhadoras somente pelas lentes da exploração econômica, quando na verdade, a pobreza em nosso país também tem contornos específicos, sobretudo de gênero e de raça.²⁷⁹ Se a teoria criminológica de viés crítico em nosso país pretende tomar partido do referido povo, então deveria compreendê-lo em suas múltiplas desigualdades, que não se restringem à posição de classe social que ocupam. Caso este reconhecimento não ocorra, a Criminologia Crítica

²⁷⁶ Longe de ser uma acusação infundada, Carmen Hein de Campos afirma que a omissão atinge também as abordagens críticas da Criminologia: “Temas como violência sexual, assédio sexual e violência doméstica contra mulheres **não eram apenas minimizados como não faziam parte das explicações da criminologia dominante e nem das abordagens críticas**” (grifo nosso). CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia feminista**: teoria feminista e crítica às criminologias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 251.

²⁷⁷ BATISTA, Vera Malaguti. Marx com Foucault: análises acerca de uma programação criminalizante. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 31, jul/dez 2005.

²⁷⁸ DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial**: a criminologia do fim da história. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 268.

²⁷⁹ Interessantíssimas as considerações de Jessé Souza, que tem o mérito de fazer uma leitura específica da realidade brasileira: “Se pensarmos nas empregadas domésticas, temos uma ideia de como a classe média brasileira, por comparação com suas similares europeias, por exemplo, tem o singular privilégio de poder poupar o tempo das repetitivas e cansativas tarefas domésticas, que pode ser reinvestido em trabalho produtivo e reconhecido fora de casa. Como não pensar também nos serviços sexuais de baixo preço – não só de prostitutas, mas de todos os indivíduos em situação de dependência – de uma classe a outras? Como não pensar também na “naturalização” de serviços de saúde de primeira qualidade para as classes privilegiadas – classes média e alta – e de segunda qualidade para os mais pobres? O mesmo acontece com a escola, com o acesso à justiça, etc. **Essa é a nossa verdadeira “luta de classes” intestina, cotidiana, invisível e silenciosa**, que só ganha as manchetes sob a forma “novelizada” da violência transformada em espetáculo e alimentada pelos interesses comerciais da imprensa”. SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 29-30.

estará adotando postura meramente retórica, alheia ao perfil da classe que diz defender, deixando de lado a perspectiva de gênero em suas análises.

Em sentido semelhante, citamos as afirmações categóricas das criminólogas latino-americanas, Alda Facio e Rosalía Camacho:

Mesmo as teorias sobre o controle social que são escritas a partir “dos marginalizados” não fazem referência às mais marginalizadas dos marginalizados, nem às relações de poder que se dão entre homens marginalizados por classe, etnia, idade, preferência sexual, deficiência visível, etc., e mulheres dessa mesma classe, setor ou grupo discriminado, contribuindo assim à marginalização e silenciamento das mulheres desses grupos, mas, pior ainda, contradizendo seus próprios princípios de partir do ponto de vista do marginalizado e, por fim, caindo no erro de não ver a totalidade da realidade.²⁸⁰

Tendo em vista a herança do paradigma científico moderno das ciências criminais – em suma, androcêntrico, racista e homofóbico²⁸¹ – talvez os criminólogos críticos não considerem as prostitutas como integrantes do povo brasileiro que pretendem defender, nem como trabalhadoras de uma classe social. Quem terá a audácia de defender o protagonismo das prostitutas, que se organizam e se intitulam enquanto uma classe de trabalhadoras sexuais? Será que esta Criminologia Crítica está preparada para servir a esta parcela brutalmente estigmatizada do povo brasileiro? Considerando que a maioria dos teóricos representantes dessa corrente se mostra resistente em levar a sério as críticas feministas, a resposta à indagação realizada é negativa, indicando certa reticência no que diz respeito a outros grupos oprimidos. Postura que, a nosso ver, só pode ser superada a partir das Criminologias Feministas.

3.3 Criminologias Feministas: avançando na compreensão das desigualdades perante o poder punitivo

Porque o ideal de mulher branca, sedutora mas não puta, bem casada mas não nula, que trabalha mas sem tanto sucesso para não esmagar seu homem, magra mas não neurótica com a comida, que continua indefinidamente jovem sem se deixar desfigurar por cirurgias plásticas, uma mamãe realizada que não se deixa monopolizar pelas fraldas e pelos deveres de casa, boa dona de casa sem virar empregada doméstica, culta mas não tão culta quanto um homem; essa mulher branca e feliz, cuja imagem nos é esfregada o tempo todo na cara, essa mulher com a qual deveríamos nos esforçar para parecer – tirando o fato de que elas devem ficar de saco cheio com qualquer coisa –,

²⁸⁰ FACIO, Alda; CAMACHO, Rosalía. Obra citada, p. 63.

²⁸¹ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 279.

devo dizer que jamais a conheci, em lugar algum. Acredito até que ela nem mesmo exista.²⁸²

A Criminologia Feminista pode ser entendida, de maneira elementar, como um ramo da Criminologia que trouxe as críticas feministas para o terreno masculino das ciências criminais, tensionando todas as suas perspectivas, desde as Escolas Clássicas e Positivistas até as Criminologias mais progressistas, de viés crítico.²⁸³ Se há uma multiplicidade de feminismos, então não se pode falar apenas em uma Criminologia Feminista, mas várias possibilidades teóricas que se amoldam ao feminismo adotado por determinada corrente, seja ele filosoficamente estruturalista ou pós-estruturalista; sociologicamente, marxista, foucaultiano, negro (*black feminism*), entre tantas outras combinações.

Um dos motivos determinantes para o surgimento do Feminismo (no singular) e seu posterior desenvolvimento (no plural) reside na seguinte constatação: as mulheres – em sentido amplíssimo – foram excluídas da História,²⁸⁴ o que refletiu negativamente na falta de reconhecimento de seus direitos.²⁸⁵ Logo, a constante marginalização e invisibilidade fizeram com que as mulheres se voltassem contra o silenciamento de suas vivências, tecendo novas narrativas até então desconhecidas. A historiadora francesa Michelle Perrot descreve esse processo de supressão com maestria, que teve o positivismo como importante aliado:

Da História, muitas vezes a mulher é excluída. Primeiramente o é ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. O positivismo opera um verdadeiro

²⁸² DESPENTES, Virginie. Obra citada, p. 11.

²⁸³ Concordamos, neste sentido, com Soraia da Rosa Mendes, quando sustenta que “De etiológicos a críticos todos incorrem em alguma forma de sexismo”. MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 161.

²⁸⁴ Neste sentido, as palavras de Priscilla Placha Sá: “O lugar obscuro que as mulheres ocupam não as coloca com a mesma potência nos livros de história, não raro, seu aparecimento é pelo avesso. Suas histórias são as micro-histórias, não contadas em uma perspectiva macro-histórica universal de atos grandiosos e guerreiros, de conquistas e travessias de mares, de inventos tecnológicos e construções monumentais, feitos que mata(ra)m muitas vidas e muitas mulheres cujas histórias, provavelmente, nunca serão conhecidas”. SÁ, Priscilla Placha. O sistema penal e suas *inimigas*: o controle dos corpos *femininos* de presas comunistas e traficantes. **Boletim do IBCCrim**. São Paulo, ano 23, n. 274, p. 18, set./2015.

²⁸⁵ “Os direitos humanos são frutos, das lutas políticas travadas em vários momentos da história, que, por sua vez, trouxeram conteúdos jurídicos. Mas, como já foi dito, houve a negação histórica dos direitos humanos das mulheres. No campo jurídico, espaço relevante de consolidação do poder, a situação das mulheres foi negligenciada ou até mesmo ignorada. Criaram-se leis e normas de fundo preconceituoso para indicar que elas seriam “incapazes” e “inferiores”. Com a aplicação do conceito de gênero, introduziu-se a possibilidade de adoção de ações afirmativas, com a formulação de uma legislação de reconhecimento formal e de proteção dos direitos das mulheres, respeitando suas especificidades”. TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 58.

recalcamento do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano. [...] O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História!²⁸⁶

Conforme discurremos nos tópicos anteriores, a mulher (inclusive a prostituta) foi retratada de forma estigmatizante pela Criminologia Positivista, especialmente aquela desenvolvida por Cesare Lombroso. Mesmo com o questionamento desta vertente, empreendido pela Criminologia Crítica, prevaleceu o enfoque classista e o consequente descaso em relação à criminalidade/vitimização feminina. A narrativa crítica, enquanto discurso instituído, dissimulou a existência de outras dominações, que extrapolavam a subordinação de classe.²⁸⁷

Sendo assim, neste subcapítulo, serão apresentados os avanços das Criminologias Feministas em relação à Criminologia Crítica *mainstream*, a urgência de incorporar os debates que dizem respeito à prostituição brasileira e a importância do olhar interseccional sobre essas questões.

3.3.1 Superando o machismo criminológico e encontrando novos impasses

É difícil precisar o exato momento em que surgiram críticas feministas à Criminologia. Mas no âmbito internacional, uma das obras de destaque é aquela de autoria da britânica Carol Smart, intitulada *Women, Crime and Criminology: a feminist critique*, publicada em Londres em 1976, com o intuito de suprir a falta de interesse de criminólogos e estudiosos do desvio acerca da criminalidade feminina.²⁸⁸ À época, a maioria das pesquisas que a criminóloga inglesa encontrou se referiam à mulher em termos biológicos, com visões distorcidas relacionadas a uma suposta passividade, aos instintos maternos e impulsos hormonais.²⁸⁹

²⁸⁶ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 197.

²⁸⁷ MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: invisibilidade(s) e crítica ao pensamento criminológico desde uma nova ética. GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda (Orgs.). **Estudos feministas**: por um direito menos machista. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 166.

²⁸⁸ SMART, Carol. **Women, crime and criminology**: a feminist critique. London: Routledge & Kegan Paul, 1976, p. xiii.

²⁸⁹ SMART, Carol. Obra citada, p. xiv.

Significa dizer que as mulheres não foram inteiramente ignoradas no estudo do crime e do desvio, mas que os trabalhos produzidos oscilavam entre percepções equivocadas sobre natureza/comportamentos femininos e análises em que mulheres eram implicitamente consideradas, como categoria pontual de menor importância.²⁹⁰ Smart é contundente ao alegar que as mulheres não são levadas em conta porque os livros de Criminologia, em sua maioria, são escritos por homens, sobre homens e destinados a uma audiência masculina.²⁹¹

No Brasil, Julita Lemgruber,²⁹² Vera Andrade, Carmen Hein de Campos e Ana Lúcia Sabadell foram pioneiras em Criminologia Feminista, abordando tanto a criminalidade feminina como a vitimização das mulheres, não obstante a constatação de um *déficit* de recepção da referida corrente criminológica.²⁹³ Neste contexto, Vera Andrade afirma que a entrada de mulheres num universo de homens criminólogos contribuiu para ampliar o objeto de estudo da Criminologia Crítica, a qual não contemplava a desigualdade de gênero na sua tese central da seletividade,²⁹⁴ excluindo praticamente metade da população formada por mulheres.²⁹⁵ Para além do capitalismo (como sistema econômico explorador e opressor) e da luta de classes, a Criminologia Feminista como um todo foi responsável por introduzir no campo criminológico as

²⁹⁰ SMART, Carol. Obra citada, p. 176-177.

²⁹¹ SMART, Carol. Obra citada, p. 178.

²⁹² Destacamos seu livro “Cemitério dos vivos”, no qual fez pesquisa empírica num presídio feminino no Rio de Janeiro (Instituto Penal Talavera Bruce) entre 1973 e 1976, concluindo, dentre outras questões, que as mulheres ali encarceradas eram negras provenientes de classes sociais inferiores economicamente. Ver: LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

²⁹³ Segundo Vera Andrade: “Ao que tudo indica, há no Brasil um profundo déficit de recepção da Criminologia crítica e da Criminologia feminista e, mais do que isso, há um profundo déficit de produção criminológica crítica e feminista”. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 111. Ainda que o cenário detectado em 1999 tenha mudado parcialmente, com o aumento quantitativo e qualitativo da produção acadêmica feminista nas ciências criminais brasileiras, o *déficit* permanece. Primeiro, porque muitas áreas de estudo (por exemplo, aborto, estupro e feminicídio) carecem de pesquisas empíricas; segundo, porque grande parte dos criminólogos críticos mostra-se absolutamente resistente às abordagens feministas, fazendo com que permaneçam em zonas de conforto criadas por seus nichos acadêmicos alheios às perspectivas de gênero.

²⁹⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016, p. 87.

²⁹⁵ “A principal contribuição do movimento de criminólogas feministas foi identificar que a tese da seletividade não contemplava, em sua origem, a desigualdade de gênero nos diversos grupos sociais. Ao excluir a especificidade do gênero mulher do seu objeto, a Criminologia crítica excluía metade da população composta por mulheres”. CAMPOS, Carmen Hein de. A contribuição da Criminologia feminista ao movimento de mulheres no Brasil. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de (Org.). **Verso e Reverso do Controle Penal: (Des)Aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, v. 2, 2002, p. 140.

categorias patriarcado e relações de gênero,²⁹⁶ sustentando que a gênese da opressão das mulheres não pode ser reduzida à sociedade capitalista.²⁹⁷ Assim, passa-se a compreender que o sistema de justiça criminal atua nos marcos de uma ideologia capitalista e patriarcal.²⁹⁸

Portanto, a adoção do paradigma feminista nas Criminologias (sobretudo, críticas) representou um verdadeiro giro epistemológico: neste sentido, a perspectiva de gênero – longe de encará-lo como mero “aditivo” – toma como ponto de partida a realidade vivida pelas mulheres, sejam elas vítimas, rés, condenadas,²⁹⁹ alvos do controle social formal e informal, o que forçou uma intensa revisão teórica.³⁰⁰ Se por um lado, o paradigma da reação social (*labelling approach*) impulsionou a primeira virada paradigmática na Criminologia, o gênero (ou o feminismo) corresponderia à segunda virada, justamente por questionar os seus fundamentos e adentrar numa seara pouco conhecida, referente à criminalidade e às demandas femininas até então ignoradas.³⁰¹

Carmen Hein de Campos discorre que as contribuições feministas à Criminologia podem ser divididas em duas fases.³⁰² A primeira abrange os trabalhos produzidos no início da década de 1960 até 1980, nos quais a preocupação era denunciar o caráter androcêntrico da disciplina, dar visibilidade às mulheres que praticam delitos, demonstrar o sexismo institucional do estudo do crime e problematizar a conformação do comportamento feminino como se fosse natural e autoexplicativo.³⁰³ Em suma, foi detectada a fragilidade da Criminologia por ter investido seus esforços unicamente concentrados na criminalidade masculina, de tal sorte que a crítica ao

²⁹⁶ Entretanto, Carla Marrone Alimena, numa abordagem pós-moderna, questiona esses conceitos fechados sugerindo que um encontro entre criminologias e feminismos requer abertura à transdisciplinariedade de sexos, gêneros e sexualidades. ALIMENA, Carla Marrone. **A Tentativa do (Im)Possível: Feminismos e Criminologias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 199-206.

²⁹⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Obra citada, p. 88.

²⁹⁸ MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 62.

²⁹⁹ MENDES, Soraia da Rosa. Obra citada, p. 158.

³⁰⁰ CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia feminista: teoria feminista e crítica às criminologias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 219.

³⁰¹ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 221.

³⁰² Outras autoras, como Odete Maria de Oliveira, sugerem a existência de cinco grandes períodos históricos, desde uma etapa pré-científica (final do século XIX) em que a mulher era vista como corrupta e diabólica, até aquela que ultrapassa os anos sessenta, focalizando a posição social da mulher, sua criminalidade e vida dentro das prisões. OLIVEIRA, Odete Maria de. A mulher e o fenômeno da criminalidade. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de (Org.). **Verso e Reverso do Controle Penal: (Des)Aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, v. 1, p. 167-169.

³⁰³ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 223.

androcentrismo criminológico estava alinhada aos discursos radicais da segunda onda feminista.³⁰⁴

A segunda fase da Criminologia Feminista, por sua vez – localizada entre os anos oitenta e noventa –, está intimamente relacionada às teorias feministas pós-estruturalistas, questionando o termo mulher enquanto categoria universal para desconstruir conceitos essencialistas formulados pelo próprio feminismo, numa visão unitária do patriarcado (a vítima, a criminosa, a opressão masculina, etc.).³⁰⁵ Busca-se, assim, articular as questões de gênero com o racismo, a heterossexualidade, as masculinidades, na tentativa de colocar em evidências as mulheres “reais”, sujeitos de suas próprias histórias.³⁰⁶

Independentemente das etapas dos estudos acerca da criminalidade/vitimização feminina, é possível dizer que a chegada dessa nova vertente criminológica gerou pontos de tensão absoluta com a Criminologia Crítica, sendo o principal deles aquele relacionado às pautas feministas por reconhecimento e proteção mediante o Direito Penal.³⁰⁷ Alguns autores chegam a definir um “Direito Penal dos Vulneráveis”, “(...) fruto da mobilização de segmentos que buscam legislar no Direito Penal, a afirmação de suas especificidades e a satisfação da necessidade de reconhecimento de sua identidade demandas por proteção”.³⁰⁸ Em nosso país, a polêmica – ao menos no âmbito acadêmico – teve seu pontapé inicial com um famoso texto de Maria Lúcia Karam,³⁰⁹ no qual alguns setores da esquerda (incluindo grupos feministas) foram tachados de punitivistas por trazerem demandas com caráter penal.³¹⁰

³⁰⁴ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 224-225.

³⁰⁵ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 229-230.

³⁰⁶ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 230.

³⁰⁷ Ao se manifestar sobre a questão, Zaffaroni releva interessante posicionamento: “A pergunta chave parece ser, em quase todos os casos, se as pessoas discriminadas podem usar do poder punitivo, ou melhor, que outra coisa podem fazer frente à flagrante vitimização. A resposta não pode ser nem jurídica nem ética, mas simplesmente tática. Sem dúvida, nada impede que façam aquele uso, e nisto não radica o problema, mas em que esse uso signifique mais que um recurso tático conjuntural, ou seja, em que se converta num fortalecimento do mesmo poder que discrimina e submete. Não há a respeito disto resposta válida para todos os casos, mas sim que qualquer tática deve definir-se frente a cada caso concreto”. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A mulher e o poder punitivo. In: CLADEM-Brasil. **Mulheres: vigiadas e castigadas**. São Paulo: KMK, 1995, p. 38.

³⁰⁸ BARRETO, Daniela Lima. **O direito penal dos vulneráveis: uma análise crítica da busca do reconhecimento por meio do direito penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 23.

³⁰⁹ KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. **Revista Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, v. 1, n. 1, p. 79-92, jan/jun, 1996.

³¹⁰ Para uma revisão teórica do conceito “esquerda punitiva”, conferir: GERMAN, Mariana David; ROMFELD, Victor Sugamoto. Esquerda punitiva e criminologia crítica: um diálogo possível? **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol 134, ano 25. São Paulo: RT, ago/2017, p. 411-434.

É notável que o incômodo dos criminólogos críticos tenha recaído justamente sobre uma conquista feminista, concretizada através da Lei Maria da Penha (LMP – Lei nº 11.340/2006), cujas insuficiências não são capazes de desmerecer os inúmeros avanços que essa legislação representou.³¹¹ O referido inconformismo – traduzido em simplificações e reducionismos inadequados que se limitam a rotular determinadas ativistas de punitivistas – é sintomático da resistência quanto à incorporação das críticas feministas.³¹²

Isto porque o diálogo entre Feminismos e Criminologia (sobretudo, crítica) ocorreu de forma bastante tímida. Em artigo específico sobre o tema, Alessandro Baratta é categórico ao afirmar a impossibilidade de analisar a questão criminal sem que se tenham presentes as variáveis de gênero, de tal maneira que a Criminologia Crítica e a Feminista não poderiam ser diversas, constituindo uma única corrente de pensamento.³¹³ Some-se a isto a aposta do criminólogo italiano na transversalidade das lutas de todos os excluídos, sem que isto implicasse a fragmentação e a perda das especificidades.³¹⁴ Contudo, apesar de reconhecer sua importância, Baratta insiste que “uma criminologia feminista pode desenvolver-se de modo oportuno, somente na perspectiva epistemológica da criminologia crítica”³¹⁵, indicando que aquela corrente deveria se guiar pela Criminologia Crítica *mainstream* – ou *malestream*, como nomeiam as criminólogas feministas. A essa aparente resistência de Baratta, Soraia da Rosa Mendes responde que “a criminologia crítica somente poderá sobreviver na perspectiva epistemológica de uma criminologia feminista”.³¹⁶

Além das tensões externas – entre Criminologia Feminista e a Criminologia Crítica hegemônicas nos nichos acadêmicos –, existem divisões internas, considerando a diversidade de perspectivas feministas em Criminologia³¹⁷ e a postura refratária de

³¹¹ Neste sentido, conferir: ROMFELD, Victor Sugamoto. Lei Maria da Penha: avanços e insuficiências. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 140, ano 26. São Paulo: RT, fev. 2018, p. 109-137.

³¹² “No Brasil, as resistências à incorporação da crítica feminista foram visíveis quando dos debates sobre a criminalização da violência doméstica. Desta forma, mesmo que teoricamente seja possível uma aproximação, a não incorporação das análises feministas pelo *malestream* da criminologia no Brasil é sintomático de uma não abertura aos novos horizontes. A Lei Maria da Penha permitiu visualizar essa resistência”. CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 284.

³¹³ BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 43.

³¹⁴ BARATTA, Alessandro. Obra citada, p. 63.

³¹⁵ BARATTA, Alessandro. Obra citada, p. 39.

³¹⁶ MENDES, Soraia da Rosa. Obra citada, p. 163.

³¹⁷ Carol Smart, por exemplo, defende uma antirriminologia, em constante diálogo com outras disciplinas. Maureen Cain, por sua vez, aposta em uma criminologia transgressora, enquanto Katheleen Daly investe numa terceira via epistemológica, atuando dentro e fora da criminologia. Para conferir detalhes dessas correntes, ver: CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 262-275.

muitos autores em relação a esses novos caminhos.³¹⁸ Não obstante tal resistência, o cenário brasileiro contemporâneo exige uma renovação criminológica, que, num viés multidimensional, esteja atenta: i) aos sujeitos invisíveis, como mulheres negras e pobres que vivem nas favelas, vítimas do racismo institucional que está nas bases de nossa sociedade; ii) à violência homofóbica contra mulheres lésbicas e mulheres trans; iii) à magnitude da violência doméstica, que vem assumindo proporções preocupantes.³¹⁹

As advertências feitas por Carmen Hein de Campos, quanto a determinadas mulheres esquecidas pelos feminismos, são pertinentes. No entanto, acrescentamos a urgência de dialogar com as pautas daquelas que, dentre as mulheres, também são estigmatizadas: as prostitutas.

3.3.2 A necessidade do aprofundamento do debate da prostituição na agenda das criminólogas feministas brasileiras

A Criminologia Feminista no Brasil, no estágio atual, parece ter impactado de tal forma que gerou um movimento irreversível: se outrora, nas décadas de oitenta e noventa, os estudos feministas em Criminologia eram escassos – e as autoras, em número reduzido –, a partir do século XXI houve uma expansão inquestionável das pesquisas. Algumas delas, ainda que abordassem um problema criminal relacionado às mulheres, foram produzidas fora da Criminologia, por historiadores, cientistas sociais e antropólogos.

As mobilizações dos movimentos feministas na década de oitenta pela criação das Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher (DEAM), interligadas ao caso de violência brutal contra Maria da Penha, fizeram com que o combate à violência doméstica fosse uma das pautas prioritárias desses movimentos.³²⁰ No âmbito acadêmico, a preferência reverberou em uma série de estudos criminológicos sobre

³¹⁸ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 283-284.

³¹⁹ CAMPOS, Carmen Hein de. Obra citada, p. 284-285.

³²⁰ Evidente que, por trás dessa demanda, está o tratamento diferenciado que o sistema de justiça criminal confere às mulheres, autoras ou vítimas de delitos. As legislações criminais no Brasil dão pistas a respeito dessas práticas, principalmente com o conceito de mulher honesta, presente em nosso Código Penal até 2005. Para uma análise da tutela penal das mulheres, ver: BAKER, Milena Gordon. **A tutela da mulher no direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

violência contra a mulher³²¹ e sobre a LMP criada em 2006, no tocante à sua efetividade³²² e aos avanços que proporcionou na esfera da legislação e da política criminal.³²³ Apesar do pouco tempo de vigência (praticamente doze anos), a lei continua sendo objeto da atenção de juristas das mais diversas áreas, os quais assumem o desafio de diagnosticar o alcance das conquistas legislativas e as insuficiências que devem ser supridas.³²⁴

Sabe-se que a violência doméstica faz parte do controle social informal que incide sobre as mulheres, e que esta forma de vigilância ocupou (e ainda ocupa) posição de destaque nos movimentos feministas e nas pesquisas científicas. Contudo, também passou a ser examinada a dimensão do controle social formal, realizado pelo Estado, diante do crescimento preocupante das taxas de encarceramento feminino no Brasil. Por conseguinte, desenvolveram-se estudos sobre o surgimento dos presídios femininos³²⁵ e sobre os efeitos do cárcere quando mulheres são submetidas ao poder punitivo e à execução da pena.³²⁶ Algumas investigações contam com relatos interessantíssimos que exploram a subjetividade daquelas que estão reclusas nas prisões,³²⁷ mulheres que compartilham histórias relativamente semelhantes³²⁸ quanto à precarização de suas vidas.³²⁹

³²¹ Por exemplo: MIRANDA, Isabella. **“Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?”**: uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

³²² Neste sentido, o interessante estudo de Marília Montenegro, que realizou pesquisa empírica, antes e depois da aprovação da Lei Maria da Penha. MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

³²³ Aqui, destacamos a obra fundamental organizada por Carmen Hein de Campos, que reúne artigos e comentários à LMP numa perspectiva feminista. CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

³²⁴ Conferir: PRATEANO, Vanessa Fogaça; ROMFELD, Victor Sugamoto. Dez anos de Lei Maria da Penha: conquistas e desafios. **Captura Críptica**: direito, política, atualidade. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Direito, v. 5, n. 1. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016, p. 133-155.

³²⁵ ANGOTTI, Bruna. **Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus**: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2012.

³²⁶ ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

³²⁷ PEIXOTO, Paula Carvalho. **Vítimas encarceradas**: histórias de vida marcadas pela violência doméstica e pela criminalidade feminina. São Paulo: IBCCRIM, 2017.

³²⁸ Nesta seara, imprescindível citar o Dossiê organizado pela professora Priscilla Placha Sá, resultante do Projeto “Mulheres pelas mulheres”, voltado à reflexão crítica e à atuação política para o enfrentamento do preconceito, da violência e da discriminação de gênero. As participantes do projeto envolveram-se diretamente com os mutirões carcerários femininos, atividade extensionista fundamental histórias reais de mulheres vítimas de violência. SÁ, Priscilla Placha (Org.). **Dossiê: as mulheres e o sistema penal**. Curitiba: OABPR, 2015. Disponível em: <http://www2.oabpr.org.br/downloads/dossiecompleto.pdf>. Acesso em: 02/12/2017.

³²⁹ Neste contexto, vale mencionar dois excelentes trabalhos produzidos no âmbito do Jornalismo e da Antropologia, cujas autoras são, respectivamente, Nana Queiroz e Débora Diniz. Embora não se intitulem criminólogas, trata-se de obras indispensáveis para a Criminologia Feminista brasileira, na medida em que as referidas autoras procuraram dar voz às mulheres que entrevistaram nas penitenciárias (Porto

Neste universo do encarceramento feminino, foi detectada uma particularidade, qual seja, de que parcela considerável das mulheres presas estava de alguma forma envolvida com o tráfico de drogas. Assim, a Lei nº 11.343/06 e o seu rigor punitivo foram responsáveis por engrossar a massa carcerária feminina no Brasil, o que rendeu estudos específicos acerca da questão.³³⁰ Igualmente notáveis os estudos empíricos locais que se proliferaram em alguns Estados brasileiros (Paraná³³¹, Santa Catarina³³² e Distrito Federal³³³, por exemplo), na tentativa de traçar um perfil daquelas que participam (direta ou indiretamente) do tráfico de drogas. Além disso, existem outras peculiaridades que dizem respeito ao encarceramento feminino, tais como a questão da maternidade, a saúde das detentas e o direito de visita íntima, não raro violado pela administração das penitenciárias.

Verifica-se, desta forma, que os estudos criminológicos feministas no Brasil orbitam entre a criminalidade feminina (questões gerais de encarceramento e particularidades como o tráfico de drogas e as violações de direitos decorrentes da execução de pena) e a vitimologia (violência doméstica, aborto, estupro³³⁴). Neste campo em especial, existem novas abordagens relacionadas a violências que atingem tanto a esfera de gênero como a da sexualidade feminina. Investigações indispensáveis

Alegre e Distrito Federal). O mérito dos relatos colhidos consiste em romper uma “coleção de silêncios” que paira sobre prisões femininas brasileiras. No caso de Nana Queiroz, os resultados são ainda mais instigantes, pois manteve, na escrita, a gramática das cadeias e o idioma das periferias. QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. Também conferir: DINIZ, Débora. **Cadeia**: relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

³³⁰ HELPES, Sintia Soares. **Vidas em jogo**: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

³³¹ Sobressai-se a pesquisa coordenada pela professora Katie Argüello, inscrita no CNPq sob o título “O tráfico de drogas e as mulheres condenadas: estudos sobre a população prisional feminina na cidade de Curitiba e Região Metropolitana”. Foram entrevistadas 132 (cento e trinta e duas) mulheres presas por tráfico de drogas no Presídio Feminino de Piraquara. Os resultados foram divulgados através de dois artigos: i) ARGÜELLO, Katie; MURARO, Mariel. Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas en Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres. **Oñati Socio-Legal Series**, v. 5, p. 389-471-471, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2611052. Acessado em: 02/12/2017; ii) TELES, Gabriela Caramuru; ROMFELD, Victor Sugamoto. Penitenciária Feminina de Piraquara: um ensaio sobre vida e tráfico. **Anais da XIV Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba: Grupo PET Direito e Centro Acadêmico Hugo Simas, 2012, p. 83-105.

³³² JACINTO, Gabriela; MANGRICH, Cláudia; BARBOSA, Mario Davi. Esse é o meu serviço e eu sei que é proibido: mulheres aprisionadas por tráfico de drogas. **Captura críptica**: direito, política, atualidade. Revista Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito, n. 2., v. 2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, jan-jun/2010, p. 51-78.

³³³ TAVARES, Andrea Souza. **Mulheres e tráfico de drogas no Distrito Federal**: entre os números e a invisibilidade feminina. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

³³⁴ Ver: ROSSI, Giovana. **A culpabilização da vítima no crime de estupro**: os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica. Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

que se debruçam sobre o feminicídio³³⁵ – qualificadora prevista no art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal – e sobre a criminalização da LGBTfobia³³⁶, pois existem mulheres lésbicas, bissexuais e transgênero que sofrem diretamente as consequências dessa discriminação específica, a qual não faz parte da realidade de mulheres cisgênero e heterossexuais.

É impactante, contudo, a constatação de que as prostitutas não tenham sido abordadas pelas Criminologias Feministas no Brasil.³³⁷ Não há resposta única que justifique este silêncio, mas possivelmente, uma delas seja o fato de que a prostituição é um tema altamente controverso no feminismo, o que poderia ter afastado penalistas, criminólogas e criminólogos.

Não é o que ocorre em outros países, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde as criminologias efetivamente se preocupam em estudar a prostituição. Entrevistada por Siobahn Brooks, Angela Davis narra que as discussões feministas a respeito da prostituição, nos anos sessenta e setenta foram dominadas por uma lógica *mainstream*, ou seja, prevalecendo um discurso de mulheres brancas de classe média que enxergavam o trabalho sexual como algo que objetifica e desumaniza as mulheres.³³⁸ Na contramão dessa tendência, criminólogos como Carol Smart e Roger Matthews buscaram analisar o fenômeno numa perspectiva realista.

Smart aponta que os sistemas jurídicos costumam definir a prostituição referindo-se a uma mulher que vende sua sexualidade, ignorando por completo a existência da prostituição masculina.³³⁹ Isto ocorre porque esses sistemas são informados por uma moral sexual que projeta expectativas comportamentais dicotômicas: a um só tempo, restringe a sexualidade feminina e encoraja que o homem seja sexualmente ativo.³⁴⁰ Evidências do padrão moral mencionado podem ser

³³⁵ MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio**: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

³³⁶ MASIERO, Clara Moura. **O movimento LGBT e a homofobia**: novas perspectivas de políticas sociais e criminais. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

³³⁷ O Banco de Teses e Dissertações da CAPES indica poucos trabalhos sobre o tema na área do Direito (menos ainda nas ciências criminais), conforme já destacamos anteriormente, no capítulo 2. Sublinhamos a existência de duas relevantes dissertações que representam exceção à regra mencionada: i) “A atividade profissional da mulher prostituta: referencial político criminal e para formulação de políticas públicas”, defendida por Heloisa Barbosa Pinheiro Rodrigues na Universidade de São Paulo (USP); ii) “A inconstitucionalidade da criminalização das casas de prostituição e demais atividades de lenocínio”, defendida por Alessandra Margotti dos Santos Pereira na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

³³⁸ BROOKS, Siobahn. Sex Work and Feminism: Building Alliances Through A Dialogue Between Siobahn Brooks and Professor Angela Davis. **Hasting Women’s Law Journal**. San Francisco, vol. 10, 1999, p. 181.

³³⁹ SMART, Carol. Obra citada, p. 77.

³⁴⁰ SMART, Carol. Obra citada, p. 77-78.

encontradas nas leis que punem o estupro. Longe de representar a proteção das mulheres e o reconhecimento do direito sobre os seus próprios corpos, a severidade da pena em determinadas leis está muito mais relacionada à violação da virgindade, que é considerada implicitamente como propriedade masculina.³⁴¹

Além de rejeitar categoricamente a tese lombrosiana acerca da prostituição, denunciando suas incongruências,³⁴² Smart realiza apontamentos intrigantes quando discorre sobre aspectos econômicos da temática. Neste sentido, para a autora, rejeitar a prostituição como consequência da pobreza extrema seria uma tendência aplicável somente a países desenvolvidos, onde a pobreza absoluta é incomum.³⁴³ Em sociedades prósperas, explicações econômicas da prostituição não dizem respeito à necessidade, mas às oportunidades limitadas para mulheres conseguirem um salário digno, alcançarem segurança na carreira e serem economicamente independentes dos homens. Não surpreende o fato de que, mesmo nos referidos países, uma jovem possa lucrar muito mais sendo prostituta do que exercendo um trabalho socialmente aceito, e este é um dos atrativos para a carreira.³⁴⁴

Matthews, por sua vez, investe em estudos empíricos que examinam a vitimização de mulheres que se prostituem e a relação do meretrício com a polícia. Nesta abordagem, realizada na Inglaterra, o criminólogo constatou que houve uma mudança notável entre 1970 e 1990 quanto à natureza da intervenção policial: se antes as ações estavam voltadas à patrulha e ao enquadramento de prostitutas, posteriormente as polícias passaram a contar com o auxílio de outras agências e organizações, enxergando prostitutas mais como vítimas do que como criminosas. Estratégia reveladora de uma série de problemas inerentes à indústria do sexo (tráfico de pessoas e exploração sexual infanto-juvenil).³⁴⁵

O autor aponta, em outro estudo, que as mulheres envolvidas na prostituição estão entre o grupo mais atingido por múltiplos padrões de vitimização: i) violência de cafetões e clientes, com maiores riscos de morte; ii) a experiência de abuso sexual quando eram crianças; iii) exploração associada ao tráfico de pessoas, promovido por redes e organizações internacionais; iv) o comprometimento da saúde mental e sexual,

³⁴¹ SMART, Carol. Obra citada, p. 78.

³⁴² SMART, Carol. Obra citada, p. 79-81.

³⁴³ SMART, Carol. Obra citada, p. 87.

³⁴⁴ SMART, Carol. Obra citada, p. 87-88.

³⁴⁵ MATTHEWS, Roger. Policing prostitution: ten years on. **British Journal of Criminology**. London: Oxford University Press, n. 45, may/2005, p. 877-895.

relacionada à AIDS, outras doenças sexualmente transmissíveis, transtornos de depressão, ansiedade e stress.³⁴⁶

Os textos citados demonstram que, no Brasil, a prostituição deve ser incluída com urgência na agenda das criminólogas feministas, diante da necessidade de combater políticas criminais repressivas e estigmatizantes e formular alternativas jurídicas condizentes com os anseios daquelas que se organizam pela conquista de direitos. Ademais, é preciso recorrer a um feminismo que seja sensível ao protagonismo e à realidade das prostitutas, as quais devem ser compreendidas não apenas como mulheres que se prostituem, mas como indivíduos imersos em interseccionalidades.

3.3.3 Apostando no enfoque interseccional

Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli observam que o feminismo ultrapassa questões meramente pontuais. Isto porque as relações de gênero, que atravessam toda a sociedade, perpassam outras desigualdades: para além da compreensão de homens/mulheres e suas experiências no mundo social, o gênero apresenta vínculos com classe, raça e sexualidade.³⁴⁷ Trata-se, portanto, de um feminismo que assume o compromisso de enfrentar as causas estruturais das diversas desigualdades que delimitam diferentes posições entre as próprias mulheres.³⁴⁸ A abordagem combinada com outras categorias sociais permite desmascarar ideologias e mentalidades que forjam uma série de disparidades,³⁴⁹ bem como as situações de violência e/ou discriminação,³⁵⁰ experimentadas por determinado grupo.

Por essas razões, as discussões a respeito da interseccionalidade têm ocupado um espaço importante nos estudos de gênero. Surge, desta forma, o conceito de discriminação interseccional, elaborado pelo feminismo negro estadunidense (*black*

³⁴⁶ MATTHEWS, Roger. Female prostitution and victimization: a realist analysis. **International Review of Victimology**. London: SAGE, vol. 21, 2015, p. 85-100.

³⁴⁷ MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 8.

³⁴⁸ “Não é preciso diluir as especificidades das formas de opressão existentes em dada sociedade, mas reconhecer que o foco no indivíduo ou nos ganhos restritos de um grupo (como as mulheres brancas, de classe média e profissionalizadas) pode ofuscar as causas estruturais das desvantagens de muitos indivíduos e grupos em posição subalterna”. MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Obra citada, p. 148-149.

³⁴⁹ TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 50-51.

³⁵⁰ Sobre o ramo do Direito que combate as discriminações (direito da antidiscriminação), conferir a seguinte obra (em especial, seu primeiro capítulo): RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação**: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

feminism) ao verificar as formas de discriminação sofridas pelas mulheres negras, em contraposição às mulheres brancas.³⁵¹ Não se trata de simplesmente somar estruturas de subordinação (capitalismo + sexismo + racismo + homofobia), num viés essencialista e reducionista,³⁵² mas interpretá-las simultaneamente, inseridas num determinado contexto.

Como bem explica Rodrigo da Silva:

A discriminação interseccional ocorre quando dois ou mais critérios proibidos interagem, sem que haja possibilidade de decomposição deles, em uma mesma situação discriminatória. A discriminação interseccional implica análise contextualizada, dinâmica e estrutural, a partir de mais de um critério proibido discriminação. A discriminação baseada em mais de um critério deve ser vista sob a perspectiva qualitativa e considerando as experiências específicas do grupo subordinado. Assim, a discriminação interseccional fornece ferramentas para a identificação de estruturas de subordinação que ocasionam determinadas invisibilidades que perpetuam injustiças.³⁵³

Significa dizer que os sistemas de subordinação podem se intersectar como fenômenos de poder complexos e entrelaçados, em múltiplas formas de combinação. Por exemplo, quando racismo e sexismo se cruzam, são produzidas dimensões dessa interação, que podem ser epistêmica (relacionada a discursos e saberes), institucional (arranjos nas instituições que produzem estruturas hierárquicas e discriminatórias) e pessoal (que reverberam nas identidades e subjetividades dos indivíduos pertencentes a grupos majoritários e minoritários, no tocante ao sexo e à raça).³⁵⁴

Ainda que este modelo – de análise interseccional – se mostre bastante sedutor por reunir simultaneamente uma série de categorias separadas pelas ciências humanas (classe, raça, gênero, sexualidade, idade, entre outras), há um risco de se multiplicarem particularidades que isolam e singularizam os sujeitos, perdendo-se a possibilidade de conceber uma ação política verdadeiramente transformadora e transversal a todas as referidas desigualdades. Assim, ao invés de pensar as injustiças sob a ótica de sistemas de subordinação, cada indivíduo seria pensado isoladamente em suas idiossincrasias.³⁵⁵

Algumas feministas marxistas, como Heleieth Saffioti, já haviam percebido as insuficiências de compreender as relações de poder somente numa perspectiva. As

³⁵¹ SILVA, Rodrigo da. **Discriminação múltipla como discriminação interseccional**: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 44.

³⁵² SILVA, Rodrigo da. Obra citada, p. 43.

³⁵³ SILVA, Rodrigo da. Obra citada, p. 45.

³⁵⁴ KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos**, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, n. 93, jul/2012, p. 56.

³⁵⁵ MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Obra citada, p. 151.

sociedades não podem ser interpretadas em dicotomias, visto que existem homens que dominam outros homens, mulheres, que dominam outras mulheres, e mulheres que dominam homens. Isto porque o patriarcado não é o único sistema que garante e estrutura a subordinação: a supremacia masculina e a discriminação racial perpassam todas as classes sociais.³⁵⁶ Há, portanto, uma simbiose entre os sistemas elencados, que atuam ao mesmo tempo na concretude das relações sociais, dominando e explorando através do patriarcado-racismo-capitalismo.³⁵⁷

A despeito do empenho louvável de Saffioti, socióloga indispensável para compreender a condição feminina no Brasil, seus escritos apenas detectaram a incidência concomitante de sistemas de dominação e exploração, mas não foram capazes de explicar como se dá a interação entre eles – num âmbito macrosociológico – e como interferem na formação das subjetividades – numa esfera microsociológica. Para suprir essa lacuna, duas autoras são fundamentais: Angela Davis e Kimberlé Crenshaw.

Em obra fundamental para compreender as nuances das opressões (sobretudo, gênero, raça e classe social), Davis recorre ao histórico de escravidão nos Estados Unidos e os seus efeitos, especialmente levando-se em consideração a mulher negra: em meados do século XIX, o sistema escravista norte-americano explorava as escravas na mesma intensidade que os homens, e ao mesmo tempo, dominava em virtude do gênero, sendo vítimas de abuso sexual, estupro e maus-tratos.³⁵⁸ Desta forma, a autora relata que o referido sistema explorava as pessoas negras sem distinção de sexo, embora a punição contra as mulheres negras fosse mais intensa e severa, ultrapassando açoites e mutilações na medida em que adquiria caráter sexual.³⁵⁹ Mesmo num contexto pós-escravidão, a filósofa e feminista denuncia que a população negra continuou representando os papéis que a escravidão havia lhe atribuído, por meio do sistema de contratação de pessoas encarceradas.³⁶⁰ No caso das mulheres desse grupo específico, ou estavam sob a custódia e o trabalho forçado do sistema carcerário, ou se submetiam como serviçais domésticas, desempenhando funções rejeitadas pelas mulheres brancas,

³⁵⁶ SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 16.

³⁵⁷ SAFFIOTI, Heleieth. Obra citada, p. 60.

³⁵⁸ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 19-20.

³⁵⁹ DAVIS, Angela. Obra citada, p. 35-36.

³⁶⁰ DAVIS, Angela. Obra citada, p. 96.

tais como babás, cozinheiras, camareiras, enfim, ocupações muito próximas daquelas que marcaram o período da escravidão.³⁶¹

Nas situações narradas por Davis, verifica-se que racismo e sexismo convergem, pois praticamente até o advento da Segunda Guerra Mundial, as mulheres negras estiveram aprisionadas ao trabalho doméstico, sempre ganhando salários inferiores se comparados às mulheres brancas.³⁶² Esse processo – de exploração e dominação – chega em seu ápice no século XX, havendo uma união ideológica sólida entre racismo e sexismo: a promoção de ideias racistas foi acompanhada de ideais machistas que consolidaram o mito da inferioridade feminina. Mesmo movimentos feministas (como o sufragista) abandonaram o questionamento radical da supremacia branca,³⁶³ indicando o êxito absoluto da combinação mencionada.³⁶⁴

Interessante notar que, além de intersectar as opressões elencadas, o ativismo de Davis também está concentrado na abolição das prisões, diante do fracasso de suas funções anunciadas, incapazes de solucionar os problemas sociais cada vez mais complexos gerados pelo capitalismo.³⁶⁵ Segundo a autora, a lei está completamente alheia à vulnerabilidade dos indivíduos atingidos pelo sistema de justiça criminal, isto é, se tiveram acesso a uma boa educação (ou não), se vivem sob condições de pobreza extrema, entre outras questões.³⁶⁶ Segundo Davis, “(...) a chamada cegueira da justiça possibilita que o racismo latente e preconceitos de classe resolvam a questão de quem tem que ser preso ou não”.³⁶⁷ A nosso ver, um dos méritos da autora em destaque consiste em historicizar a intersecção entre sistemas de exploração-dominação, compreendendo-os de forma dinâmica no contexto norte-americano.

³⁶¹ DAVIS, Angela. Obra citada, p. 98.

³⁶² DAVIS, Angela. Obra citada, p. 102.

³⁶³ Ao que tudo indica, tal lógica persistiu no movimento feminista norte-americano nos anos sessenta. Angela Davis, entrevistada por Siobahn Brooks, confirma essa tendência: “Muitas de nós sentimos como se estivéssemos sendo compelidas a escolher entre raça ou gênero, e nós quisemos chamar a atenção para ambos, ao mesmo tempo. Nós nos sentimos marginalizadas em nossos movimentos por igualdade racial, e da mesma forma marginalizadas em movimentos por equidade de gênero. Se os movimentos feministas, branco e de classe média, tendiam ser racistas, então muitos esforços anti-racistas tendiam ser machistas” (Tradução Livre). BROOKS, Siobahn. Sex Work and Feminism: Building Alliances Through A Dialogue Between Siobahn Brooks and Professor Angela Davis. *Hasting Women’s Law Journal*. San Francisco, vol. 10, 1999, p. 184-185. No original: “Many of us felt as if we were being asked to choose either race or gender, and we wanted to address both at the same time. We felt marginalized in movements for gender equality. If white, middle-class feminist movements tended to be racist, then many anti-racist efforts tended to be masculinist”.

³⁶⁴ DAVIS, Angela, Obra citada, p. 127-128.

³⁶⁵ DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. Tradução Artur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, p. 85-86.

³⁶⁶ DAVIS, Angela. Obra citada, p. 110.

³⁶⁷ DAVIS, Angela. Obra citada, p. 111.

Suas reflexões trazem à tona um tema muito estimado pelos feminismos e pelas teorias do direito: pensar a respeito da igualdade e da diferença, principalmente em relação a grupos historicamente oprimidos. Neste sentido, é pertinente estabelecer um diálogo com a jurista Kimberlé Crenshaw, expondo que algumas vertentes feministas nem sempre estão atentas às diferenças entre as próprias mulheres, em especial, aquelas que são negras e pobres.³⁶⁸ Isto ocorre porque nas relações de gênero existem formas distintas de vivenciar a discriminação: uma mulher da elite certamente não compartilha da mesma experiência de vida de uma mulher pobre, o que evidencia a necessidade de teorizar de maneira sofisticada as intersecções do poder,³⁶⁹ em termos de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais, “diferenças que fazem a diferença”³⁷⁰, nas palavras da própria autora.

A importância de Crenshaw reside na formulação de categorias para repensar determinadas diferenças intragrupo, que não raro, são ofuscados nos discursos sobre direitos. Desse modo, é possível falar em superinclusão e subinclusão. O primeiro conceito designa a situação em que um problema ou condição é definido de modo genérico³⁷¹ como se atingisse todas as mulheres, quando na realidade, desconsidera o papel que o racismo ou outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância.³⁷² Por outro lado, a subinclusão se dá quando um setor de mulheres enfrenta um problema³⁷³ que não é percebido como uma questão de gênero, por não fazer parte da experiência de mulheres dos grupos dominantes.³⁷⁴ Estas categorias colocam o desafio de identificar as discriminações interseccionais, pois em cada contexto específico, mulheres estão submetidas à atuação simultânea de sistemas de subordinação, extrapolando dimensões exclusivamente raciais ou de gênero.³⁷⁵

As categorias descritas estão relacionadas a um conceito mais amplo desenvolvido por Crenshaw, que procura analisar a interação entre estruturas de subordinação e como elas são capazes de gerar desigualdades múltiplas, tornando

³⁶⁸ CRENSHAW, Kimberlé. A construção jurídica da igualdade e da diferença. In: DORA, Denise Dourado (Org.). **Feminino masculino: igualdade e diferença na justiça**. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 24.

³⁶⁹ CRENSHAW, Kimberlé. Obra citada, p. 25.

³⁷⁰ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, v. 7, n. 12, p. 173, jan/2002.

³⁷¹ Crenshaw cita o exemplo do tráfico de mulheres, fenômeno que ultrapassa questões de gênero, pois se encontra estreitamente vinculado à marginalização racial e social das vítimas.

³⁷² CRENSHAW, Kimberlé. Obra citada, p. 174.

³⁷³ Crenshaw menciona como exemplo a esterilização de mulheres marginalizadas, fenômeno mundial que predominou em 1950.

³⁷⁴ CRENSHAW, Kimberlé. Obra citada, p. 175.

³⁷⁵ CRENSHAW, Kimberlé. Obra citada, p. 176.

determinadas “minorias” mais vulneráveis do que outras.³⁷⁶ Trata-se, portanto, de lidar com dinâmicas que não são estáticas nem apartadas dos contextos histórico, social e identitário. Significa dizer que o paradigma interseccional, além de se debruçar sobre as subjetividades, se ocupa das relações entre hierarquias que estruturam a vulnerabilidade dos sujeitos quanto ao exercício do poder na esfera pública e privada, repercutindo inclusive em termos de vigilância e punição.³⁷⁷

Diante das abordagens e conceitos engendrados pelas teóricas elencadas, seria possível questionar a relevância da interseccionalidade para o Brasil e quais suas repercussões para a Criminologia (sobretudo, as vertentes de orientação crítica) e para o tema da presente dissertação.

De acordo com Rodrigo da Silva, existem determinados quadros discriminatórios na sociedade brasileira que envolvem a intersecção de raça, gênero e classe socioeconômica.³⁷⁸ O grupo mais emblemático deste entrecruzamento certamente é o das mulheres negras, na medida em que o desequilíbrio salarial é um traço característico, bem como os postos de trabalho que ocupam (em comparação às mulheres brancas) e a escolaridade exigida para ganhar o mesmo salário.³⁷⁹ A realidade vivida por essas mulheres – não raro, associadas às profissões menos estimadas, de domésticas, serventes, cozinheiras, lavadeiras e passadeiras – demonstra a existência de desigualdades oriundas de estruturas de subordinação específicas, onde racismo, classismo e sexismo se combinam.³⁸⁰ Há, ainda, a agravante relacionada aos estigmas historicamente construídos em nosso país, como a hipersexualização e a desvalorização da beleza negra em detrimento do estereótipo alinhado à branquitude.³⁸¹

Ao lado das mulheres negras, outro setor absolutamente vulnerável na sociedade brasileira é formado por jovens negros moradores da periferia. A violência enfrentada por esse grupo vem de autoridades policiais, cuja atuação está contaminada

³⁷⁶ “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. CRENSHAW, Kimberlé. Obra citada, p. 177.

³⁷⁷ CRENSHAW, Kimberlé. From Private Violence to Mass Incarceration: Thinking Intersectionally About Women, Race and Social Control. *UCLA Law Review*. California, vol. 59, p. 1426-1427, August/2012.

³⁷⁸ SILVA, Rodrigo da. **Discriminação múltipla como discriminação interseccional**: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 119.

³⁷⁹ SILVA, Rodrigo da. Obra citada, p. 136-137.

³⁸⁰ SILVA, Rodrigo da. Obra citada, p. 138.

³⁸¹ SILVA, Rodrigo da. Obra citada, p. 140-141.

por uma mentalidade estigmatizante. Seguindo esta lógica, jovens negros pobres³⁸² e moradores das favelas são considerados enquanto potenciais criminosos, tratando-se de uma imagem pré-constituída pela intersecção entre os marcadores de classe, raça e idade.³⁸³ Esse cenário preocupante faz com que o grupo mencionado esteja muito mais suscetível às formas de violência policial, engrossando as estatísticas nacionais de homicídio.³⁸⁴

Por conseguinte, é nítido que as teorizações acerca das categorias interseccionais são absolutamente pertinentes no Brasil, pois dizem respeito a problemas sociais concretos, atingindo grupos discriminados e vulneráveis. Note-se que a complexa realidade encarada pelos indivíduos integrantes desses setores marginalizados não seria captada em sua completude por análises unidimensionais. De tal sorte que uma investigação exclusivamente marxista não contemplaria aspectos raciais e etários da juventude que sofre com a violência policial, ao passo que um estudo de vítimas de violência doméstica baseado unicamente no gênero acabaria ignorando as dimensões de classe e de raça.

Em seguida, no que tange às Criminologias Críticas, o impacto das análises interseccionais são inquestionáveis. O grande desafio que se coloca para essas correntes consiste em avançar para um feminismo inclusivo, atento a questões de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, nacionalidade, religião e outras desigualdades relacionadas ao crime e ao desvio, advertência que vem sendo observada por criminólogas estrangeiras.³⁸⁵ A tomada de tal posição parece fundamental diante de feministas que, valendo-se do paradigma da dominação, defenderam que as mulheres têm uma experiência comum perante os efeitos do patriarcado, posição duramente criticada por seu caráter essencialista e universalista.³⁸⁶

Em suma, a abordagem interseccional reconhece que raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores de desigualdade são dinâmicos, fundados historicamente, construindo socialmente as relações de poder que operam tanto no nível

³⁸² Mesmo quando esses jovens passam por uma ascensão social – especialmente em virtude do futebol –, a mobilidade não tem como consequência o empoderamento. Isto porque os homens brancos continuam sendo donos de bancos, controladores de grandes empresas e dominantes nas carreiras política e acadêmica. Neste sentido, ver o estudo de Sueli Carneiro: CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 547-548, 2º semestre/1995.

³⁸³ SILVA, Rodrigo da. Obra citada, p. 164.

³⁸⁴ SILVA, Rodrigo da. Obra citada, p. 165.

³⁸⁵ BURGESS-PROCTOR, Amanda. Intersections of Race, Class, Gender and Crime: Future Directions for Feminist Criminology. **Feminist Criminology**. London: Sage Publications, vol. 1, n. 1, p. 28, jan/2006.

³⁸⁶ BURGESS-PROCTOR, Amanda. Obra citada, p. 34.

micro como no macroestrutural.³⁸⁷ Por isso, as criminólogas que apostam nesse modelo entendem que ele oferece às feministas a chance de transformar teoria em prática.³⁸⁸

Se os efeitos desse novo paradigma são promissores para as Criminologias Críticas e Feministas, o mesmo pode ser dito em relação ao tema deste trabalho. Ora, num viés interseccional, não há como mencionar “a prostituta” porque o exercício desta profissão costuma estar aliado a outros marcadores sociais, gerando experiências e percepções distintas sobre um mesmo fenômeno.³⁸⁹ A riqueza do enfoque interseccional nos permite compreender que, por exemplo, prostitutas travestis do baixo meretrício trabalhando nas ruas de determinada metrópole brasileira estarão muito mais propensas a sofrer com arbitrariedades e abusos policiais, se comparadas com aquelas que estão na prostituição de luxo. Esta é apenas uma das diferenças que pode ser constatada entre as prostitutas, necessariamente mencionadas no plural diante da diversidade de perfis, histórias, vivências, experiências e percepções distintas acerca da própria prostituição.

Por isso, encaixam-se perfeitamente as discussões sobre o lugar de fala, derivado da vertente do *feminist standpoint* (ponto de vista feminista). Segundo este conceito, o fato de determinados grupos não poderem acessar certos espaços (universidades, meios de comunicação, política institucional, entre outros), impossibilita que suas vozes sejam contempladas pelas epistemologias dominantes. Assim, pensar o lugar de fala significa refutar a historiografia tradicional e a hierarquização dos saberes.³⁹⁰ No caso do presente trabalho, buscou-se demonstrar até o presente momento que as prostitutas, alvo de diversos estigmas fomentados por saberes hegemônicos (em especial, os discursos médicos e criminológicos), não têm suas perspectivas e pontos de vistas levados em consideração por parte dos ramos do conhecimento mencionados. Consequentemente, as concepções reproduzidas a respeito da prostituição, além de

³⁸⁷ BURGESS-PROCTOR, Amanda. Obra citada, p. 37.

³⁸⁸ BURGESS-PROCTOR, Amanda. Obra citada, p. 42.

³⁸⁹ A disparidade é captada com maestria por Rogério Araújo, que realizou pesquisa empírica sobre prostituição de rua numa das regiões de Goiânia, chamada de “Dergo”: “A aparência e a *performance* das mulheres profissionais do sexo observadas pela autora [Maria Dulce Gaspar], mulheres jovens de classe média que se prostituem em boates da zona sul do Rio de Janeiro correspondem à imagem que, geralmente, se tem da prostituta. As profissionais do sexo do Dergo, entretanto, **não se enquadram nesse perfil, em razão de serem provenientes de camadas populares e de se prostituírem nas ruas**. E mesmo que o corpo da mulher profissional do sexo, em geral, passe por um processo de treinamento no que se refere à maneira de andar e de se comportar para atrair o cliente, as percepções que as mulheres profissionais aqui entrevistadas têm em relação aos usos e representações do corpo divergem em alguns aspectos do que foi observado em outras pesquisas” (grifo nosso). ARAÚJO, Rogério. **Prostituição: artes e manhas do ofício**. Goiânia: Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2006, p. 106.

³⁹⁰ RIBEIRO, Djamilá. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017, p. 64.

desconsiderarem os lugares de fala das trabalhadoras sexuais, reforçam estereótipos machistas que silenciam e enclausuram suas experiências.

É importante esclarecer, contudo, que o conceito mencionado, desenvolvido pelo *feminist standpoint*, não se resume às vivências, pois há uma preocupação para compreender como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala e à humanidade. Isto significa que as discussões são principalmente de caráter estrutural, e não pós-modernas, como costumam afirmar os críticos desse conceito.³⁹¹ O ponto de vista feminista dialoga intensamente com o olhar interseccional, pois ambas as perspectivas negam a existência de uma hierarquia das opressões, justamente porque as posições ocupadas por cada grupo (classe, raça, gênero e sexualidade) não podem ser pensadas de forma separada.³⁹²

Tomando essas considerações como premissa, nota-se que o lugar que ocupamos socialmente faz com que tenhamos experiências distintas, colocando em xeque as visões universalistas sobre mulheres, negritudes,³⁹³ ou mesmo sexualidades desviantes.

Neste contexto, a pertinência do enfoque interseccional e do lugar de fala é ainda mais reforçada quando se observam as narrativas de prostitutas brasileiras que adquiriram notoriedade, seja ela através da literatura, do cinema ou das redes sociais. Bruna Surfistinha, cuja origem social é de uma família de classe média/alta, definindo-se como “filha mimada, adolescente sem freio e mentirosa”, acabou ingressando na prostituição quando saiu de casa, decisão tomada como decorrência das constantes brigas familiares, encarando a profissão como algo rotineiro.³⁹⁴ Não obstante sua perspectiva aparentemente liberal – a prostituição seria um trabalho como outro qualquer –, Bruna Surfistinha apresenta oportunas problematizações a respeito do ofício: i) o uso de drogas (maconha e cocaína) por parte de muitas garotas de programa que trabalhavam em boates noturnas, como um meio imprescindível para atender as demandas de diversos clientes num curto espaço de tempo;³⁹⁵ ii) a defesa de que a prostituição possui uma função social, de realizar fantasias ocultas e reprimidas.³⁹⁶

³⁹¹ RIBEIRO, Djamila. Obra citada, p. 67-68.

³⁹² RIBEIRO, Djamila. Obra citada, p. 71.

³⁹³ RIBEIRO, Djamila. Obra citada, p. 69.

³⁹⁴ SURFISTINHA, Bruna. **O doce veneno do escorpião**: o diário de uma garota de programa. São Paulo: Panda Books, 2005, p. 10-20.

³⁹⁵ SURFISTINHA, Bruna. Obra citada, p. 24-25.

³⁹⁶ “Na putaria, a gente entra em contato com um lado mais verdadeiro e menos hipócrita das pessoas. Elas não escondem seus desejos mais secretos, liberam fetiches que não confessariam a ninguém, nem sob tortura. Com uma garota de programa, ninguém precisar fazer jogo de cena (...). Trabalhando nos

Se nesta ótica, a prostituição é encarada sem rótulos, o mesmo não pode ser dito sobre os relatos de Andressa Urach, cuja trajetória se deu no mercado da prostituição de luxo, caracterizado pela autora enquanto um submundo de fama, drogas e devassidão.³⁹⁷ Sua perspectiva é exatamente oposta àquela de Bruna Surfistinha,³⁹⁸ utilizando no decorrer do seu livro uma linguagem depreciativa, na qual o mercado do sexo é retratado como um mundo de sujeira, onde as pessoas são engolidas pela ambição.³⁹⁹ É preciso esclarecer, todavia, que se trata de um mundo específico, por ter exercido a prostituição de luxo, adquirindo fama nacional e internacional.⁴⁰⁰ Sem adentrar nos pormenores de cada história, é nítido o discurso de Urach num sentido profundamente pejorativo de sua própria trajetória, contando que transformou seu corpo em mercadoria, entregou sua intimidade para milhares de homens, jogou sua honra no lixo, e por derradeiro, consentiu vender sua dignidade.⁴⁰¹ É provável que tenha assumido uma postura com feições mais conservadoras acerca da prostituição considerando que, depois de se recuperar de um coma no hospital, devido a cirurgias plásticas para injeção de hidrogel, decidiu mudar radicalmente, assumindo uma vida religiosa na Igreja Universal.

Temos, portanto, dois modelos de vivência diametralmente opostos da prostituição: em um deles, ela é encarada como trabalho desempenhado rotineiramente, com naturalidade; em outro, prepondera uma visão negativa, com elementos que inferiorizam a atividade exercida por tantas mulheres. Entre esses dois polos, existem narrativas intermediárias, reconhecendo situações de vulnerabilidade da prostituição, e ao mesmo tempo, lutando por direitos através de movimentos organizados, numa perspectiva militante. Nesta categoria discursiva, podemos citar Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada, Amara Moira e Indianara Alves Siqueira.

prives, descobri que tem muitos homens casados, muitos mesmo, geralmente entre 25 e 45 anos, que querem é que você seja “ativa” pra eles. “Você tem brinquedinhos?”, eles perguntam ao telefone. “Sim, muitos”. “E quais são?”. “Tem de tudo. Basta me dizer com o que você gosta de brincar”. “Tem vibrador?”. SURFISTINHA, Bruna. Obra citada, p. 76.

³⁹⁷ URACH, Andressa. **Morri para viver: meu submundo de fama, drogas e prostituição**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015, p. 15.

³⁹⁸ Contudo, existem convergências pontuais, principalmente quando Urach, assim como Bruna Surfistinha, fala sobre o uso de drogas por parte dos clientes e das prostitutas, que também encerravam as noites com estimulantes sexuais. URACH, Andressa. Obra citada, p. 155.

³⁹⁹ URACH, Andressa. Obra citada, p. 117.

⁴⁰⁰ “Com o passar do tempo, infelizmente, eu me tornei uma das prostitutas mais caras do Brasil. Meu corpo estava torneado, perfeito, em decorrência de cirurgias plásticas e anabolizantes, e despertava a atenção. Ainda cobrando por programas em Porto Alegre, sabia que existia um só caminho para aumentar o meu valor e trilhar uma escalada ainda mais audaciosa: eu precisava ser famosa”. URACH, Andressa. Obra citada, p. 167.

⁴⁰¹ URACH, Andressa. Obra citada, p. 218-219.

Gabriela Leite, um dos expoentes do movimento organizado de prostitutas no Brasil, também foi estudante de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Nos livros sobre sua história, a ativista denuncia constantemente a violência institucional que atinge as prostitutas, principalmente por parte da polícia,⁴⁰² legitimando o *status* marginal no qual a profissão se encontra. Critica incisivamente as contradições das esquerdas quando abordam a temática, as quais sustentam que a prostituição é pura e simplesmente uma decorrência do capitalismo selvagem, fazendo com que as prostitutas sejam vítimas despidas de cidadania.⁴⁰³ Mas também aposta numa agenda propositiva, destacando a importância de vencer “um sem-número de pequenas batalhas”,⁴⁰⁴ fazendo um trabalho informativo com as prostitutas sobre saúde, saneamento e drogas.⁴⁰⁵ Dentre essas batalhas, é curioso notar que existe uma demanda bastante específica pela descriminalização das condutas tipificadas no Código Penal:

No código penal é onde somos criminalizadas, não é? E a maioria das mulheres que está na prostituição pensa que é criminalizada, porque está no ideário popular que prostituição é crime. (...) Nossa posição, enquanto movimento, é bastante radical em relação ao código, que é nossa meta final. A gente vai fazendo o que pode. Nossa posição é de que se retire tudo o que diz respeito à prostituição no código penal, e que as questões da prostituição sejam redigidas por leis trabalhistas. Nós nos consideramos profissionais e pensamos que só poderemos controlar o dono do bordel quando o encararmos como simples patrão.

Nós não podemos, por exemplo, se estamos trabalhando em uma casa que não tem nenhum saneamento básico, não podemos ir reclamar sobre isso à justiça do trabalho, nada disso, porque é uma relação de crime, uma relação da “cafetina” conosco e, aí, a justiça do trabalho nos manda à justiça penal e chegando lá o sujeito se chama “cafetina”. A “Cafetina” dá um dinheiro por baixo, qualquer coisa (...). E tudo continua como antes, e a questão da zona, a questão do saneamento, a questão dos direitos, então, é muito precária.

(...)

As pessoas dizem que o que acaba com as prostitutas é fazer sexo. Nós não acreditamos nisso. O que acaba com a pessoa é a absoluta falta de condições de trabalho.⁴⁰⁶

Lourdes Barreto, por sua vez, foi prostituta no norte do Brasil, em regiões de garimpo, adotando argumentos semelhantes àqueles de Gabriela Leite. Uma das principais bandeiras levantadas é de que não sente vergonha de ser prostituta, profissão

⁴⁰² LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 78-79.

⁴⁰³ LEITE, Gabriela. Obra citada, p. 131.

⁴⁰⁴ LEITE, Gabriela. Obra citada, p. 146.

⁴⁰⁵ LEITE, Gabriela. Obra citada, p. 144.

⁴⁰⁶ LEITE, Gabriela. Prostituição: máscaras antigas, nova cidadania. In: CLADEM-Brasil. **Mulheres: vigiadas e castigadas**. São Paulo: KMK, 1995, p. 466-467.

que desempenha relevante papel de educação sexual dos homens.⁴⁰⁷ Além disso, preocupa-se com os níveis de discriminação que essas trabalhadoras sofrem, pois a sociedade costuma não enxergar os outros papéis exercidos por essas mulheres, enquanto mães, irmãs, filhas e companheiras, fatores que, em conjunto com outras questões, comprometem a cidadania das prostitutas.⁴⁰⁸ Esclarece que essas lutas não pretendem incentivar a prostituição, mas permitir que mulheres inseridas neste trabalho tenham autonomia, direitos e capacidade de falar em público,⁴⁰⁹ reunindo condições para que exerçam o trabalho sexual com dignidade.⁴¹⁰

Amara Moira – prostituta, travesti, escritora e doutora⁴¹¹ – traz à tona um universo constantemente silenciado, o da prostituição de mulheres trans. Se os programas de Urach lhe rendiam cifras vultuosas, as possibilidades de ganhos para prostitutas trans são muito mais restritas.⁴¹² Amara Moira conta que, em determinadas ocasiões, seus serviços prestados giravam em torno de trinta reais, acrescentando-se a isso a insistência dos clientes pela realização do programa sem o uso de preservativo.⁴¹³ Não bastando as múltiplas violências às quais estão submetidas, essas mulheres lidam não somente com a falta de oportunidades oferecidas no mercado de trabalho, mas também com o estigma social que associa diretamente a prostituição com a transgeneridade.⁴¹⁴ Inclusive, o fato de acumularem essa dupla discriminação (prostituta e transgênero) faz com que a sociedade lhes restrinja mais um direito: o desenvolver relações afetivas e amorosas.⁴¹⁵

⁴⁰⁷ BARRETO, Maria de Lourdes. Todos calam, nós falamos. In: CLADEM-Brasil. **Mulheres: vigiadas e castigadas**. São Paulo: KMK, 1995, p. 448.

⁴⁰⁸ BARRETO, Maria de Lourdes. Obra citada, p. 448-449.

⁴⁰⁹ BARRETO, Maria de Lourdes. Obra citada, p. 451.

⁴¹⁰ Aqui, percebe-se que o significado que atribui a sua profissão faz com que ela seja equivalente às demais: “Eu penso que fazer prostituição é dignidade, ainda que a gente saiba que a questão do falso moralismo é muito forte, a gente sabe também que, de uma maneira ou de outra, as pessoas se vendem. Não é que só a prostituta se vende; eu penso que todos nós nos vendemos; vendemos nossas cabeças, nossas mãos, nossos pés. Só que nós vendemos nossas vaginas. Vendemos não, alugamos por alguns minutos. Não as vendemos, nós a alugamos”. BARRETO, Maria de Lourdes. Obra citada, p. 457.

⁴¹¹ Em 08/02/2018, Amara defendeu sua tese de doutorado em literatura pela Unicamp, tornando-se a primeira travesti doutora da referida universidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/unicamp-tem-1-travesti-doutora-universidade-aprendeu-a-se-transformar-para-que-pessoas-como-eu-caibam-ali.ghtml>. Acessado em: 09/02/2018.

⁴¹² “(...) muito homão hétero convicto, desses que jamais assumiria publicamente desejo nos nossos corpos, procura travestis para um oral barato, pois essa opção mais “em conta” inexistente do lado das mulheres não-travestis”. MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016, p. 166.

⁴¹³ MOIRA, Amara. Obra citada, p. 108-109.

⁴¹⁴ “É como se a palavra puta estivesse tatuada em minha testa, e muito antes de eu fazer rua a primeira vez. Me veem como travesti e já me imaginam puta, e qual seu preço, se sou ativa, assédio como nunca vi antes, coisa de enlouquecer”. MOIRA, Amara. Obra citada, p. 122.

⁴¹⁵ “Quem se permite sentir atração por nós, nossos corpos, existências? T-lovers, travequeiros, fetichistas, gente que só assume nos desejar na calada da noite, longe dos olhares públicos, gente que só

Este brevíssimo apanhado, que reúne sucintamente os percursos de algumas conhecidas prostitutas brasileiras, é indicativo das interseccionalidades que perpassam o(s) mundo(s) da prostituição. A classe social dos clientes influencia diretamente na renda percebida pelas trabalhadoras sexuais; observe-se que Andressa Urach chegou ao topo da carreira, fazendo programas com celebridades, jogadores de futebol, empresários, etc., que ultrapassam facilmente dez mil reais. Amara Moira, por sua vez, dentre as prostitutas apontadas, parece ter exercido precariamente a profissão se comparada a Urach, principalmente em virtude de sua identidade de gênero (trans) e da localidade (ruas) em que trabalhava.

Neste sentido, fatores relacionados à localidade e à região aparentemente estão entrelaçados à classe social, tanto das prostitutas como dos clientes. Assim, a prostituição exercida nas ruas – onde geralmente prepondera o baixo meretrício, protagonizado por muitas prostitutas trans – parece oferecer, por um lado, salários inferiores, e por outro, muito mais riscos do que aquela desempenhada em boates, saunas, ou de forma autônoma (hotéis, motéis, *flats* ou atendimento em domicílio). Reflexões semelhantes podem ser feitas quanto ao aspecto regional: a prostituição praticada nos meios urbanos se mostra distinta daquela que ocorre em regiões mais afastadas, como nos garimpos.⁴¹⁶

No tocante à decisão para ingressar na prostituição, a origem social relativamente abastada e a cisgeneridade de Bruna Surfistinha, ao que tudo indica, lhe proporcionaram muito mais liberdade de decisão quanto à entrada no trabalho sexual, se comparada com Amara Moira. Conforme já mencionamos nesta dissertação, existe uma tendência perversa que limita as possibilidades profissionais das pessoas trans, para quem as portas da prostituição costumam ser as primeiras a se abrirem. Em relação ao significado que atribuem à prostituição, este possivelmente está vinculado às experiências que cada uma dessas mulheres obteve em suas trajetórias: Bruna

consegue nos ver como aberrações. É necessários “desconstruir-se” para ser capaz de gostar de gente como nós, é necessário coragem pra nos tratar como gente. (...) A verdade é que a gente precisa de casca grossa pra suportar essa metralhadora de olhares. Mas quando o alvo dessa metralhadora é, não você, mas a pessoa com quem você está, por quem você nutre afeto, amor, a situação é bem outra. (...) só então, me lembro dum dos porquês de eu ter começado a me prostituir: uma vez travesti, esse é o afeto que existirá para gente como a gente, esse é o afeto que você poderá viver sem colocar a outra pessoa em risco”. MOIRA, Amara. Obra citada, p. 187-188.

⁴¹⁶ Gabriela Leite reconhece expressamente essa diferenciação: “(...) é muito diferente ser prostituta ser prostituta em São Paulo, como eu fui, nascida e criada nesta cidade, e ser prostituta no lado norte, no Garimpo, com outra realidade, e ser assim tão lúcida como Lourdes é. Uma sobrevivente, eu me sinto muito orgulhosa de poder sentar-me ao lado dela, em mesa de debate”. LEITE, Gabriela. Obra citada, p. 463.

Surfistinha vislumbrou oportunidades de desenvolver uma carreira que se consolidou, alcançando notoriedade através do seu *blog*. Gabriela Leite, Lourdes Barreto e Amara Moira encaram sua profissão com orgulho porque estabeleceram um vínculo do trabalho sexual com a militância por direitos dessa categoria de profissionais. Por fim, Andressa Urach, ainda que tenha atingido o auge de uma posição privilegiada, sonhada por muitas mulheres, enxerga sua caminhada com certa vergonha, uma história de excessos, culminando no episódio traumático da cirurgia que injetou hidrogel em seu corpo.

Enfim, a exposição das perspectivas das prostitutas elencadas, embora resumida, tem a importância de: i) demonstrar a complexidade dos universos da prostituição; ii) refutar estereótipos que encerram “a prostituta” em determinada narrativa universal, apesar das possibilidades de detectar experiências comuns; iii) destacar a relevância do lugar de fala e do enfoque interseccional, defendido neste trabalho; iv) apontar que, mesmo dentro desta corrente, existem silêncios a serem rompidos, principalmente quando se observa que, dentre as prostitutas apontadas, praticamente nenhuma delas é negra, revelando a necessidade de atentar à invisibilidade da questão racial, entrelaçada com os demais marcadores sociais.

Apesar de o enfoque interseccional, aplicado às prostitutas, aos feminismos e às criminologias, se mostre como uma interessante saída para todos os impasses mencionados nesta dissertação – especialmente aqueles atinentes ao crime e ao desvio – é evidente que a adoção do referido modelo não traz respostas prontas e fáceis. Pelo contrário: na medida em que trabalha com a simultaneidade dos sistemas de subordinação, cuja atuação efetivamente é complexa, abre novos caminhos para as pesquisas criminológicas e deixa interrogações a serem sanadas pelas atuais e futuras gerações de penalistas, criminólogas e criminólogos.

Finalmente, encerradas as considerações sobre a prostituição e os discursos criminológicos que a tangenciam, saímos deste campo e ingressamos no Direito Penal, com o intuito de abordar aspectos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais que dizem respeito tanto ao fenômeno supracitado, como àquelas que se dedicam a essa profissão.

4. PROSTITUIÇÃO E DIREITO PENAL: NOS MEANDROS SEXISTAS DA LEI, DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

O questionamento central a ser feito neste capítulo é bastante simples, embora tenha um teor intrigante: como o Direito lida com a prostituição?

Sabe-se que a articulação mundial do movimento de prostitutas – ao menos, que ganhou evidência – ocorreu nas décadas de 60 e 70, enquanto que a organização do primeiro encontro brasileiro de prostitutas se deu em 1987,⁴¹⁷ impulsionada pela constante discriminação e pela violência policial contra estas profissionais,⁴¹⁸ cenário que impulsionou os movimentos de trabalhadoras sexuais a formular demandas jurídicas, tais como a descriminalização e o reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários. Também é sabido que o senso comum define a prostituição como “a profissão mais antiga do mundo”,⁴¹⁹ não raro, vinculada diretamente à criminalidade. Apesar destas constatações, a pesquisa jurídica brasileira mostra-se reticente diante de um tema que já vem sendo debatido nas ciências humanas, marcado por polêmicas e divergências entre os feminismos.

Compreender a relação entre Direito e prostituição no Brasil implica, necessariamente, abordar os discursos que perpassam a legislação, a doutrina e a jurisprudência.

No âmbito legislativo, analisaremos numa perspectiva geral os sistemas jurídicos de enquadramento da prostituição, ao passo que numa perspectiva específica, abordaremos como o Código Penal disciplinou a matéria desde sua data de vigência (1940), bem como os projetos de lei que tramitaram no Congresso Nacional (CN).

Em seguida, examinaremos os posicionamentos doutrinários, posteriores à reforma de 2009 (Lei nº 12.015), verificando se os penalistas contemporâneos estão em sintonia com o novo bem jurídico tutelado pelas normas penais constantes nos arts. 227 a 230 (dignidade sexual, em detrimento dos costumes).

Finalmente, investigaremos as decisões dos tribunais superiores e da corte local paranaense sobre o assunto em tela, com o intuito de apreciar os entendimentos em relação à mudança legislativa supracitada.

⁴¹⁷ BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história**: prostituição e feminismos em Belo Horizonte. Florianópolis, 2015, 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴¹⁸ TEIXEIRA RODRIGUES, Marlene. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan/jun. 2009, p. 69.

⁴¹⁹ Aspecto devidamente explorado no capítulo 2.

4.1 Possibilidades jurídicas no Brasil: criminalizar, abolir ou legalizar?⁴²⁰

Não são os homens que devem se sentir responsáveis quando eles são três a estuprar uma menina. Não são os homens que devem se sentir responsáveis quando frequentam putas sem votar leis para que elas possam trabalhar tranquilamente. Não é a sociedade que deve se responsabilizar quando, nos filmes, vemos mulheres no papel de vítimas das violências mais atrozes. Somos nós que devemos nos sentir responsáveis. Do que acontece conosco, de nos recusarmos a morrer, de termos que viver com isso. De não nos calarmos. Conhecemos bem essa velha canção, essa que estipula que deveríamos nos sentir responsáveis pelo que acontece conosco.⁴²¹

Basicamente, existem três sistemas de enquadramento jurídico da prostituição: proibicionista, abolicionista e regulamentarista,⁴²² embora alguns penalistas detectem um quarto sistema, de natureza mista.⁴²³

No sistema proibicionista, todas as condutas que envolvem a prostituição são criminalizadas, desde a atividade do cliente até a daquela que se prostitui, incluindo neste rol de ações puníveis o rufianismo (tirar proveito da prostituição alheia) e a manutenção de estabelecimento em que ocorra exploração econômica do comércio do sexo. É adotado em alguns estados dos Estados Unidos, como também na China, em Malta, na Eslovênia e em outros países do leste europeu.⁴²⁴

Quanto ao sistema abolicionista, são punidas todas as condutas que estão no entorno da prostituição, isentando de penalidades as profissionais do sexo. Parte-se do pressuposto de que a prostituição deve ser abolida, por ser um mal social que oprime a

⁴²⁰ O ponto 4.1 foi desenvolvido inicialmente como um artigo apresentado na disciplina “Fundamentos Epistemológicos dos Direitos Humanos”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Ana Carla Harmatiuk Mattos. Na sequência, foi submetido e publicado na Revista Brasileira de Ciências Criminais: ROMFELD, Victor Sugamoto. Criminalizar, abolir ou legalizar? Explorando as possibilidades de enquadramento jurídico da prostituição no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: RT, ano 25, vol. 138, dez-2017, p. 305-340. Para a versão final que consta nesta dissertação, foram feitos uma série de acréscimos e aprimoramentos, especialmente depois de todos os debates travados nas demais disciplinas do Mestrado.

⁴²¹ DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 102.

⁴²² No mesmo sentido, a classificação adotada por André Estefam. **ESTEFAM, André. Homossexualidade, prostituição e estupro: um estudo à luz da dignidade humana**. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 181.

⁴²³ Segundo Nucci, “No Brasil, temos um sistema misto, pois não se pune a prostituta, nem o cliente, mas todos os que favorecerem, auxiliarem ou obtiverem lucro desta atividade. Não se reconhece a prostituição como atividade laboral em lei, mas isso é feito em ato administrativo do Ministério do Trabalho. Em suma, nem está regulamentada, nem se está buscando, autenticamente, a sua abolição”. NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas: aspectos constitucionais e penais**. São Paulo: RT, 2014, p. 71.

⁴²⁴ TAVARES, Manuela. **Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista**. Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>. Acessado em: 05/09/2017.

mulher, representando uma forma de violência que fere a sua dignidade,⁴²⁵ ao torná-la objeto de consumo em prol do prazer masculino.⁴²⁶ Trata-se de um modelo que tem forte apoio de algumas correntes do feminismo, sendo adotado pela maioria dos países europeus.⁴²⁷ Tal influência repercutiu no Brasil, que aderiu a esse sistema desde 1890, com o Código Criminal do período republicano.⁴²⁸

O terceiro sistema reconhece a prostituição como uma atividade lícita, procurando regulamentar a prestação de serviços sexuais, registrando as trabalhadoras do sexo e fiscalizando suas atividades.⁴²⁹

Ocorre que mesmo dentro deste sistema, há formas distintas de regulamentação: numa perspectiva sanitarista, há um controle estatal rígido no qual as prostitutas são obrigadas, a partir de normas administrativas, a se submeter a exames médicos periódicos e a exercerem o seu ofício somente em determinadas localidades urbanas, previamente definidas. Parte-se da premissa de que são potenciais agentes de disseminação de doenças sexualmente transmissíveis. Ou seja: apesar do caráter lícito da atividade, prevalece uma lógica estigmatizante em relação àquelas que se prostituem.⁴³⁰

Numa perspectiva laboral, a prostituição é tida como uma profissão, assim como as demais, na qual são conferidos aos trabalhadores sexuais direitos e deveres inerentes a este ofício, tais como acesso ao sistema público de saúde, seguridade social, direito de associação, cobrança de impostos, dentre outros, modelo que foi implementado na Holanda.⁴³¹

Ainda que sejam nítidos os seus avanços, há uma série de obstáculos para serem superados por países que o adotam: i) a fiscalização estatal deficitária compromete a concretização de direitos previstos em lei; ii) a legalização da atividade não impede que as pessoas continuem trabalhando informalmente, para manter o

⁴²⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 70.

⁴²⁶ Ainda que não se intitule como abolicionista, muitos dos argumentos críticos a respeito da prostituição, numa vertente feminista e marxista, podem ser encontrados na obra de Carole Pateman. PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 279-318.

⁴²⁷ TAVARES, Manuela. Obra citada, p. 3.

⁴²⁸ ESTEFAM, André. Obra citada, p. 186.

⁴²⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 69.

⁴³⁰ Neste ponto, oportuna a crítica de André Estefam: “Parece-nos, contudo, que a mais dura crítica que sobre tal sistema merece recair reside em seu caráter segregacionista. A imposição às meretrizes de registrarem-se periodicamente, efetuarem exames médicos compulsórios, confinarem-se em hospitais e exercerem sua atividade apenas em determinadas regiões da cidade somente faria reforçar os padrões de dominação existentes em função de classe e sexo”. ESTEFAM, André. Obra citada, p. 184.

⁴³¹ TAVARES, Manuela. Obra citada, p. 4.

anonimato; iii) também não evita o comportamento de empresários do sexo que intencionalmente não mantêm vínculos trabalhistas com as e os profissionais, com o intuito de se esquivarem do cumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias.⁴³²

Em suma, pode-se dizer que em cada um dos sistemas elencados, a prostituta é encarada de formas absolutamente distintas: i) no sistema proibicionista, é rotulada como uma delinquente a ser ressocializada e reinserida na sociedade; ii) no sistema abolicionista, é vista enquanto uma vítima explorada que deve escapar das garras da indústria do sexo; iii) no sistema regulamentarista, ou é considerada uma ameaça à saúde e ordem pública (perspectiva sanitarista), ou é reconhecida como uma trabalhadora (perspectiva laboral).

Feitos os devidos esclarecimentos, passamos a desenvolver o tópico atinente ao Código Penal, que será analisado em suas rupturas e permanências, desde o contexto histórico que antecedeu a sua promulgação (fim do século XIX e começo do século XX), até as suas reformas mais recentes.

4.1.1 O Código Penal de 1940: rupturas e permanências

Tratar de um setor do ordenamento jurídico que define crimes e estipula as penas correspondentes pode dar a impressão de que, desde a Idade Moderna, o Direito Penal vem sendo utilizado como um dos mecanismos repressores da sexualidade. Pertinentes, neste sentido, as teorizações de Michel Foucault, que coloca dúvidas quanto à referida “hipótese repressiva”, inserindo-a numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas, a partir do século XVII.⁴³³ Para o filósofo francês, colocar o sexo em discurso significa buscar as instâncias de produção discursiva, isto é, levar em consideração quem fala, de que lugar se fala e as instituições que incitam a fazê-lo.⁴³⁴ Nestes termos, o autor sugere que falar sobre sexo está além de condenação ou tolerância, pois se trata de “(...) gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”.⁴³⁵

Apesar da hipocrisia moral de sociedades capitalistas e burguesas, elas acabam sendo forçadas a determinadas concessões: sexualidades ilegítimas (tais como a da

⁴³² ESTEFAM, André. Obra citada, p. 222.

⁴³³ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 16.

⁴³⁴ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 16-18.

⁴³⁵ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 27.

prostituta) devem incomodar em outros lugares⁴³⁶ – “se não nos circuitos da produção, nos do lucro”⁴³⁷ – onde o prazer incondicionado estaria autorizado de maneira insular e silenciosa.⁴³⁸ “Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo”.⁴³⁹ Assim, ao que tudo indica, há uma teia de discursos e de saberes entre o Estado e o indivíduo, lógica na qual o sexo tornou-se objeto de disputa.⁴⁴⁰

Ainda sobre os discursos, Foucault assinala que existe uma série de procedimentos que permitem o seu controle, sendo um deles determinar suas condições de funcionamento, de tal forma que ninguém ingressa na ordem do discurso sem satisfazer certas exigências ou se não for qualificado para fazê-lo.⁴⁴¹ Como o presente capítulo pretende versar sobre os discursos jurídicos da prostituição (legislação, doutrina e jurisprudência), não há como dissociar tais discursos de um ritual que confere propriedades singulares e papéis preestabelecidos para os sujeitos que falam.⁴⁴² Embora o próprio Foucault negue a constituição de um discurso unitário e regular da sexualidade – dotado de um sentido universal –,⁴⁴³ percebe-se que grande parte dos juristas e legisladores, ao falarem a respeito da prostituição e das prostitutas, está atrelado à defesa da moral sexual e dos bons costumes, como veremos na sequência.

No entanto, antes de discorrer a respeito do Código Penal, vigente no Brasil a partir de 1940, é imperioso trazer à tona o contexto histórico que antecedeu a sua promulgação (fim do século XIX e começo do século XX). Isto porque muitas das diretrizes adotadas inicialmente pelo Código quanto à prostituição podem ser melhor compreendidas diante dos debates que foram travados no período mencionado.

Ao contrário do que se imagina, no Brasil do século XIX, as discussões atinentes à regulamentação da prostituição não estavam sendo encabeçadas por juristas, mas protagonizadas pelos discursos médicos. De acordo com uma linha de estudos históricos, desde 1850 na Academia Imperial de Medicina havia um embate entre

⁴³⁶ Não por acaso, as casas de prostituição já foram denominadas enquanto “casas de tolerância”.

⁴³⁷ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 8.

⁴³⁸ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 8-9.

⁴³⁹ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 9.

⁴⁴⁰ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 30.

⁴⁴¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 34-35.

⁴⁴² FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 37.

⁴⁴³ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 63-66.

aqueles que defendiam o projeto de regulamentação sanitária da prostituição⁴⁴⁴ e aqueles que sustentavam o abolicionismo.⁴⁴⁵ Para o primeiro grupo, quanto mais delimitado o espaço da prostituição permitida, mais fácil seria vigiá-la, e eventualmente, acionar mecanismos de repressão.⁴⁴⁶ Para o segundo, a prostituição, definida como doença ocasionada por elementos identificáveis (ignorância, miséria, falta de orientação religiosa), seria um mal não atacável pela regulamentação, criando condições para que a atividade perpetuasse.⁴⁴⁷

Independente das vertentes, constata-se o rígido controle social em face de certas categorias sexuais destoantes do homem-pai e da mãe higiênica,⁴⁴⁸ como a prostituta, assegurando uma sexualidade normal circunscrita à família saudável⁴⁴⁹ nos termos ditados pela ordem médica.⁴⁵⁰ Segundo Magali Engel, esses discursos revelam um projeto de normalização higiênica do corpo em diversos sentidos:

Fixando os limites entre a *normalidade* e a *doença* no campo da sexualidade, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normatização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social. Observando a prostituição através de lentes reveladoras de cada uma destas dimensões, o médico constrói as categorias básicas de classificação: a *perversão* (a doença física); a *depravação* (a doença moral); e o *comércio do corpo* (a doença social). Na elaboração de um diagnóstico minucioso, o médico desempenha o seu papel incorporando vários personagens: o cientista, o educador, o moralista, o economista, o legislador, o político.⁴⁵¹

⁴⁴⁴ Recorde que, àquela época, as propostas de regulamentar a prostituição tinham viés autoritário. Nas palavras de Margareth Rago, “[aqueles que se posicionaram contra o sistema regulamentarista] chamavam a atenção para a ineficácia de um sistema que humilhava a mulher, fazendo recair apenas sobre ela o peso de uma relação amorosa condenável; que acabava por institucionalizar uma profissão que poderia ser vivida apenas temporariamente; que expunha a mulher a devassamentos médicos obrigatórios e intermináveis; e que segregava as meretrizes em guetos, aprisionando-as seja em bordéis, seja nos hospitais, quando doentes”. RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 152.

⁴⁴⁵ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 118.

⁴⁴⁶ ENGEL, Magali. Obra citada, p. 114.

⁴⁴⁷ ENGEL, Magali. Obra citada, p. 119.

⁴⁴⁸ ENGEL, Magali. Obra citada, p. 84.

⁴⁴⁹ PEDRINHA, Roberta Duboc. **Sexualidade, Controle Social e Práticas Punitivas: do signo sacro religioso ao modelo científico médico higienista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 149-150.

⁴⁵⁰ “Nessa seara, o saber médico se fortaleceu, tinha como substrato a “cientificidade” plena, buscava delinear uma normalização da sexualidade, inscrita nos parâmetros do modelo europeu de civilização. Entrou em cena o sexo higiênico – para combinar com o modelo de cidade higiênica; limpo e organizado no espaço. O sexo higiênico se inscreve na dimensão do quarto do casal burguês, heterossexual, branco, com integrantes das classes média e alta, ligados pelos vínculos do matrimônio, através do casamento oficial. A instituição do casamento produziu a família higiênica no Brasil, em meados do século XIX e início do século XX, quando se deu a passagem do controle da sexualidade, da ordem religiosa para a ordem médica”. PEDRINHA, Roberta Duboc. Obra citada, p. 150.

⁴⁵¹ ENGEL, Magali. Obra citada, p. 69-70.

Verifica-se, portanto, que os discursos médicos estavam engajados contra o perigo venéreo representado pela prostituição, numa empreitada em defesa da saúde pública, instituindo padrões de comportamento entre a mulher honesta e a vagabunda.⁴⁵² A honestidade feminina estaria estreitamente vinculada à maternidade, à submissão e à dedicação ao espaço doméstico, ao passo que a sua contraparte (prostituta) – símbolo de perdição e de monstrosidade, preguiçosa e avessa ao trabalho –, representaria a busca desenfreada por seus desejos libidinosos e devassos.⁴⁵³ Desse modo, o imaginário do discurso médico era habitado pela referida dicotomia, na medida em que a prostituta simbolizava a negação dos valores dominantes; sendo uma ameaça, deveria ser enclausurada em casas de tolerância⁴⁵⁴ vigiadas por autoridades policiais, médicas e sanitárias, nos termos do projeto regulamentarista.⁴⁵⁵

Entretanto, as propostas neste sentido fracassaram no Brasil diante do fortalecimento das campanhas abolicionistas e o entendimento de que a prostituição, exercida segundo as diretrizes mencionadas, acarretaria ofensa à moral e aos bons costumes.⁴⁵⁶ Essa nova corrente passa a predominar inclusive nos meios médicos, tendo em vista as inúmeras falhas dos métodos de vigilância utilizados pelo regulamentarismo: i) responsabilizava apenas a prestadora de serviços sexuais, quando a relação também envolvia um cliente masculino; ii) encarava a prostituta como transmissora de doenças venéreas, sendo intensamente vigiada, reprimida e fichada por médicos e policiais; iii) some-se o fato de que o sistema teve efeitos opostos aos pretendidos, pois aumentou a prostituição clandestina.⁴⁵⁷

Assim, de acordo com as obras históricas analisadas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Brasil presenciou a derrocada das propostas de regulamentação sanitaria da prostituição, consolidando-se o abolicionismo, que foi expressamente incorporado como política criminal na década de quarenta. Tal corrente contou com notável apoio dos setores médicos, os quais há algumas décadas já discutiam o fenômeno de maneira acirrada. Disputa que certamente

⁴⁵² RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890 – 1930). São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 118.

⁴⁵³ RAGO, Margareth. Obra citada, p. 120.

⁴⁵⁴ Sobre as ambiguidades da noção de tolerância, ver: BENATTI, Antônio Paulo. **O Centro e as Margens**: boemia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina: 1930-1970). Curitiba: 1996, 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

⁴⁵⁵ RAGO, Margareth. Obra citada, p. 122.

⁴⁵⁶ RAGO, Margareth. Obra citada, p. 125.

⁴⁵⁷ RAGO, Margareth. Obra citada, p. 127.

repercutiu na adoção do sistema abolicionista pela legislação criminal brasileira, classificando as condutas do entorno da prostituição como “crimes contra os costumes”.

Apesar das inúmeras reformas que o sucederam, o Código Penal (CP) brasileiro atualmente vigente foi promulgado pelo Decreto-Lei nº 2.848, em dezembro de 1940, durante o regime ditatorial de Getúlio Vargas.⁴⁵⁸ Desde o seu surgimento até meados de 2009, os delitos localizados no Título VI do CP eram considerados enquanto crimes contra os “costumes”, terminologia nebulosa que não encontra maiores explicações na redação originária do referido Decreto-Lei. Mesmo a Exposição de Motivos da Parte Especial do CP é inconclusiva (item n.º 69), estabelecendo que os crimes contra os costumes podem ser também denominados “crimes sexuais”, ou seja, aqueles reconhecidos pelo código anterior (1890) sob a extensa rubrica “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”.⁴⁵⁹

Uma parcela da doutrina penalista da década de quarenta – em especial, um dos revisores do código, Nélson Hungria – defendia a existência de crimes contra os costumes a partir de uma adesão do Direito Penal à “ética sexual”, criminalizando fatos que afetassem a disciplina e a conveniência sociais.⁴⁶⁰ Neste contexto, os costumes representariam os hábitos da vida sexual aceitos socialmente, resguardando um “mínimo ético” ditado pela experiência social em relação aos fatos sexuais.⁴⁶¹

A princípio, nem a Exposição de Motivos do CP nem a doutrina parecem ser capazes de delimitar o bem jurídico em destaque: afinal, o que seriam os tais costumes? Uma breve análise dos crimes previstos no referido código, quando foi promulgado (1940), aponta alguns caminhos para responder a indagação.

O primeiro crime que inaugura o Título VI é o de estupro (art. 213), que em sua redação originária, apresentava a seguinte definição legal: “*Constranger mulher à*

⁴⁵⁸ Segundo o estudo feito por José Henrique Pierangeli, o projeto foi elaborado pelo professor paulista Alcântara Machado, tendo sido submetido a revisão por uma comissão por diversos juristas (dentre eles, Nélson Hungria), sob a presidência do Ministro da Justiça Francisco Campos. PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 77-81.

⁴⁵⁹ Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibmlink.php?numlink=1-96-15-1940-12-07-2848-CP>. Acessado em: 06/02/2017.

⁴⁶⁰ “O direito penal presta sua adesão à ética sexual, mas tão somente para, dentre os fatos reprovados por esta, incriminar aqueles que por sua maior gravidade, afetam a disciplina, utilidade e conveniência sociais”. HUNGRIA, Nélson. **Comentários ao Código Penal** (vol. VIII). Rio de Janeiro: Forense, 1947, p. 80.

⁴⁶¹ Novamente, nas palavras do próprio Hungria: “O vocábulo ‘costumes’ é aí empregado para significar (sentido restritivo) os hábitos da vida sexual aprovados pela moral prática, ou, o que vale o mesmo, a conduta sexual adaptada à conveniência e disciplina sociais. O que a lei penal se propõe a tutelar, *in subjecta materia*, é o interesse jurídico concernente à preservação do *mínimo ético* reclamado pela experiência social em torno dos fatos sexuais”. HUNGRIA, Nélson. Obra citada, p. 95-96.

conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: Pena – reclusão de três a oito anos”. Evidente, portanto, que da maneira como este delito foi pensado, somente podia ser praticado por homens (“sujeito ativo”) contra mulheres (“sujeito passivo”), quando há conjunção carnal (penetração do pênis na vagina). Isto significa que o sexo oral e o sexo anal não estariam enquadrados neste tipo penal, considerados como atos libidinosos diversos da conjunção carnal, no crime de atentado violento ao pudor (art. 214, revogado posteriormente em 2009).

Logo na sequência (art. 215), a posse sexual era o delito no qual um homem, mediante fraude, praticava conjunção carnal com “mulher honesta”, termo que se repetia nos crimes de atentado ao pudor mediante fraude (art. 216) e rapto (art. 219).⁴⁶² A criminologia feminista de Vera Andrade denuncia que o sistema penal, através dos tipos penais mencionados, exercia (e ainda exerce, por outros meios) o controle sobre a sexualidade feminina, a partir do critério “honestidade”: as mulheres que não se adequam aos padrões de moralidade sexual impostos pelo patriarcado não são consideradas vítimas pelo sistema penal.⁴⁶³

À primeira vista, os costumes se apresentam como um bem jurídico indeterminado, mas os crimes correspondentes indicam justamente o contrário. Fica nítido que o objetivo deste setor do CP era defender os costumes de uma sociedade machista,⁴⁶⁴ na qual somente a sexualidade das mulheres “honestas” merecia

⁴⁶² Os crimes são mencionados na perspectiva da redação originária do legislador de 1940. Muitos deles sofreram mudanças, ou foram revogados nas reformas de 2005 e 2009, as quais serão comentadas na sequência.

⁴⁶³ “O diferencial é que há outra lógica específica acionada para a criminalização das condutas sexuais – que denomino “*lógica da honestidade*” –, que pode ser vista como uma sublógica da seletividade na medida em que se estabelece uma grande linha divisória entre mulheres consideradas *honestas* (do ponto de vista da moral sexual dominante) e vítimas, pelo sistema, e mulheres *desonestas* (das quais a prostituta é o modelo radicalizado), que o sistema abandona por que não se adequam aos padrões de moralidade sexual impostos pelo patriarcado à figura feminina” (grifo nosso). ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 147.

⁴⁶⁴ Segundo Marlene Teixeira Rodrigues, com a promulgação do Código Penal em 1940, as chamadas “Delegacias de Costumes” representaram a concretização da intervenção direta dos poderes públicos sobre a prostituição. A autora relata, em estudo etnográfico realizado em uma dessas delegacias em Brasília (DF), que os agentes policiais em seus discursos não distinguiam a prostituição (lícita) do lenocínio (ilícito, por consistir na exploração da prostituição), indicando a atuação absolutamente arbitrária por parte da polícia. Ademais, Rodrigues destaca a seletividade dessa atuação, na medida em que, por um lado, imperava um silêncio absoluto dos policiais quando se tratava da prostituição de alta renda, e por outro, eram realizadas operações esporádicas para coibir o exercício da prostituição em locais públicos (baixo meretrício), incluindo-se as operações “caça viado”, expressão que englobava tanto travestis como homossexuais. TEIXEIRA RODRIGUES, Marlene. **Polícia e prostituição feminina em Brasília**: um estudo de caso. Brasília: 2003, 369 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

proteção,⁴⁶⁵ ou seja, aquelas que se encontravam casadas, ou se solteiras, preferencialmente virgens.⁴⁶⁶ Sendo assim, a expressão costumes estava não apenas vinculada a um modelo hegemônico que delineava a sexualidade brasileira da época,⁴⁶⁷ mas também deixava clara a opção política do legislador, ao valorizar a família e as relações sexuais legítimas para o Estado, criminalizando as sexualidades que não se encaixassem nos padrões morais positivados.⁴⁶⁸ Conforme argumentação de Túlio Vianna, a criminalização da prostituição nunca foi bem sucedida quanto à extinção do comércio sexual, mas, de outro vértice, cumpriu a finalidade não declarada de estigmatizar e causar sofrimento às pessoas que, com seu trabalho, desafiavam a moralidade dominante contrária ao sexo casual.⁴⁶⁹ Especialmente quando esta forma de prazer se converte em prestação de serviços e fonte de renda.

Após mais de sessenta anos de vigência deste capítulo específico da Parte Especial do CP, a Lei nº 11.106/2005 trouxe mudanças significativas nos crimes contra os costumes, revogando os delitos de rapto (arts. 219 a 222) e de sedução (art. 217). Consequentemente, foi extinta a incômoda terminologia da “mulher honesta”. Além disso, o Capítulo V do Título VI do CP teve sua redação alterada, passando a vigorar com a seguinte forma: “Do lenocínio e do tráfico de pessoas”. Como bem observado por Bittencourt, houve considerável ampliação de sua abrangência,⁴⁷⁰ visto que a redação anterior previa somente o tráfico de mulheres, mais um resquício machista do CP. Porém, setores críticos da doutrina ressaltavam que as modificações introduzidas pela

⁴⁶⁵ Como bem apontou Margareth Rago, “(...) o que importava no estupro para o jurista não era a violência em si da ação exercida contra outra pessoa, mas a perda da virgindade. Esse seria o dano maior, em sua opinião, que um homem indigno poderia causar à jovem honesta. Aquele que estuprasse uma moça casta cometeria um crime contra sua honra, enquanto o que atacasse uma meretriz atentaria apenas contra sua liberdade pessoal, pois ela não teria mais honra. Portanto, não causava mal irreparável à vítima”. RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 172.

⁴⁶⁶ Não por um acaso, o crime de sedução (art. 217), revogado apenas em 2005, previa como sujeito passivo a mulher virgem, menor de dezoito e maior de quatorze anos. Conforme os apontamentos feitos pela criminóloga Luana Gusso, “A virgindade de mulheres (entre 14 e 18 anos) é reiterada como um bem, no qual “costumes” sociais devem continuar investindo evitando o perigo da “sexualidade” feminina para a ordem de poder patriarcal e machista, entendida como a “proprietária” do corpo imaculado da mulher”. GUSSO, Luana de Carvalho Silva. **Carne e culpa**: notas sobre a gestão penal do sexo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 78.

⁴⁶⁷ GUSSO, Luana de Carvalho Silva. Obra citada, p. 72.

⁴⁶⁸ GUSSO, Luana de Carvalho Silva. Obra citada, p. 71.

⁴⁶⁹ VIANNA, Túlio. **Um outro direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 45.

⁴⁷⁰ BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**, 4: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 39.

lei supracitada foram insuficientes, mantendo tipos penais incompatíveis com a liberdade e com a autodeterminação sexual do indivíduo.⁴⁷¹

Na sequência, mudanças ainda mais substanciais foram trazidas pela Lei nº 12.015/2009, responsável por uma transição entre paradigmas quanto ao bem jurídico tutelado no Título VI do CP: não mais os “crimes contra os costumes”, mas aqueles cometidos contra a “dignidade sexual”.

O penalista Paulo Cesar Busato descreve o processo de criação desta lei, que merece destaque:

O ponto de partida da alteração legislativa foi uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito iniciada através do Requerimento 02/2003, encarregada de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, bem como os casos de pedofilia.

Essa comissão encerrou seus trabalhos no mês de agosto do ano de 2004, produzindo relatos aterradores a respeito da situação de exploração sexual de crianças no Brasil.

Daí se originou o Projeto de Lei nº 253/2004, o qual, depois de tramitar pelas casas legislativas correspondentes, converteu-se na Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.

Esta trouxe várias alterações ao Código Penal, a começar pelo próprio direcionamento da pretensão legislativa.

O eixo deixava de ser os costumes, enquanto modo de se comportar sexualmente, coisa que já não interessava para a sociedade atual, e passou a ser a dignidade sexual, esta sim, uma forma de expressão da dignidade da pessoa humana, que é elemento fundamental da estrutura jurídica dos nossos tempos.

Na verdade, a lei veio para reformar um Título do Código Penal que já há muito tempo necessitava de reforma (grifo nosso).⁴⁷²

As principais modificações da lei em comento foram as seguintes: i) conferir nova redação ao tipo penal do estupro (art. 213), entendido não apenas como a prática de conjunção carnal, mas também englobando os atos libidinosos, prevendo ainda a possibilidade de que o sujeito ativo do crime seja uma mulher; ii) incluir, no Capítulo V

⁴⁷¹ Neste sentido, os apontamentos de Alberto Silva Franco, pouco tempo depois da reforma de 2005: “Não há cogitar, na atualidade, de sexualidade fora do espaço da pessoa humana, **não cabendo a delimitação de sua área de significado segundo parâmetros éticos, de moralidade pública ou de bons costumes.** A sexualidade está inserida no ser humano, e como tal, comporta definição multifacetada, abrangendo ângulos biológicos, éticos, espirituais, psicológicos, culturais etc. É ela, em resumo, um dos principais atributos da própria condição humana. Bem por isso, **as pessoas podem expressar sua sexualidade através de uma gama de opções, todas elas respeitáveis já que, numa sociedade pluralista e laica, deve ser admitida a diversidade de valores e crenças a respeito dessa matéria.** Só não pode encontrar suporte a sexualidade exercida com coerção ou explorada. Assim, para regular a sexualidade, **não têm o menor relevo padrões ético-sociais, os bons costumes, ou mesmo sentimentos gerais de moralidade sexual.** O que, em verdade, interessa é a possibilidade de cada um direcionar livremente sua sexualidade” (grifo nosso). FRANCO, Alberto Silva; STOCCO, Rui (Coords.). **Código penal e sua interpretação:** doutrina e jurisprudência. 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007, p. 1018.

⁴⁷² BUSATO, Paulo Cesar. **Direito penal:** parte especial 1. São Paulo: Atlas, 2014, p. 786.

do Título VI, “outras formas de exploração sexual”, para além da prostituição; iii) readequar as penas do crime de rufianismo (art. 230), bem como a redação dos tipos penais casa de prostituição (art. 229) e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228).

Desde a década de 40, o Código Penal adotou – no tocante aos crimes envolvendo a prostituição – o sistema abolicionista,⁴⁷³ no qual as condutas que estão no seu entorno (rufianismo e manutenção de casa de prostituição, por exemplo) são criminalizadas, exceto a prestação de serviços sexuais propriamente dita. Observe-se que o discurso abolicionista é defendido por correntes feministas, e no Brasil, também passou a ser incorporado no Congresso Nacional pela “bancada evangélica”.⁴⁷⁴

Antes da reforma de 2009, esses delitos eram considerados “crimes contra os costumes”, uma vez que a moral sexual dominante (patriarcal e heteronormativa) repudiava – em seu discurso – o *fomento* e a *exploração* da prostituição. Depois da reforma mencionada, passaram a ser chamados “crimes contra a dignidade sexual”, a partir da seguinte compreensão: i) a prostituição é uma atividade degradante, violadora da dignidade e de direitos fundamentais; ii) a prostituta continua sendo vítima de exploração, seja por parte dos cafetões, dos clientes ou da indústria do sexo que promove o tráfico de pessoas e a exploração sexual, realidades supostamente entrelaçadas.⁴⁷⁵

Segundo Estefam, o “novo” discurso abolicionista da prostituição, incorporado recentemente pela legislação penal brasileira, apostou numa roupagem politicamente correta: prostituir-se, outrora encarada como prática imoral, passou a ser uma atividade atentatória à dignidade humana.⁴⁷⁶ Orientação que causa estranhamento, por separar atos sexuais dignos de atos sexuais indignos, quando em matéria de sexualidade, deveria importar se o sexo foi realizado com liberdade ou se foi posto em prática mediante violência ou coação,⁴⁷⁷ afastando regras penais de cunho estritamente moralizador.

⁴⁷³ Existem basicamente três sistemas de enquadramento jurídico da prostituição: abolicionista, proibicionista e regulador, cada um deles permeado por correntes do pensamento criminológico. Neste sentido: ROMFELD, Victor Sugamoto. **Uma análise criminológica dos sistemas jurídicos de enquadramento da prostituição feminina**. Monografia de Graduação em Direito. Universidade Federal do Paraná, 2013, p. 34-54.

⁴⁷⁴ ESTEFAM, André. Obra citada, p. 211.

⁴⁷⁵ ESTEFAM, André. Obra citada, p. 211-212.

⁴⁷⁶ ESTEFAM, André. Obra citada, p. 212.

⁴⁷⁷ FRANCO, Alberto Silva; STOCCO, Rui. Obra citada, p. 1019.

Apesar da evidente mudança quanto aos bens jurídicos tutelados, sempre se buscou através do sistema abolicionista o combate à prostituição. Para que o Direito Penal cumprisse esta meta, a profissão de trabalhadora sexual não foi diretamente criminalizada, mas somente as condutas que orbitam a prestação de serviços sexuais.

Não obstante o caráter aparentemente benéfico para prostitutas, o sistema abolicionista mantém esse grupo de trabalhadoras num *status* nebuloso, que se constitui em verdadeiro limbo jurídico.⁴⁷⁸ Isto porque não há relação de emprego, reconhecida pelo direito brasileiro, entre o dono da casa de prostituição e aquelas que se prostituem, na medida em que os empresários do sexo mantêm estabelecimento em que ocorre exploração sexual, tirando proveito da prostituição alheia com a participação direta nos seus lucros. Incidem, a um só tempo, nas condutas tipificadas nos arts. 229 e 230 do CP.

No entanto, a mera existência destes crimes não significa que as casas de prostituição deixaram de existir, ou que os seus donos se sentem intimidados pela ameaça da pena prevista para os referidos crimes.⁴⁷⁹ Pelo contrário: os locais continuam funcionando,⁴⁸⁰ sob o disfarce de *night clubs*, casas de *shows*, massagens, entre outros, não raro contando com a conivência das instituições policiais. Neste sentido, a pesquisa empírica conduzida por Guilherme Nucci indica que 34% dos delegados de polícia entrevistados não atenderam nenhuma ocorrência envolvendo a prostituição.⁴⁸¹

⁴⁷⁸ TABUCHI, Mariana Garcia. **Mulheres prostituídas**: o olhar do Direito sobre a produção do mercado do sexo (Monografia de Graduação em Direito). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015, p. 68.

⁴⁷⁹ Assim, mostra-se totalmente falha a função da pena de “prevenção geral negativa”, ou seja, de dissuadir os indivíduos a praticarem crimes pela ameaça da pena privativa de liberdade. Segundo a criminóloga Maria Lúcia Karam, “A história demonstra que a função de prevenção geral negativa nunca funcionou: a ameaça, mediante normas penais, não evita a prática de delitos ou a formação de conflitos; ao contrário, eles se multiplicaram e se sofisticaram. O efeito dissuasório não se comprovou, estando, ao contrário, demonstrado que a aparição do delito não está relacionada com o número de pessoas punidas, ou com a intensidade das penas impostas”. KARAM, Maria Lúcia. **De Crimes, Penais e Fantasias**. Niterói: Luam, 1991, p. 175.

⁴⁸⁰ A constatação é feita por alguns setores da criminologia crítica: “Sobre o tema é fácil visualizar em nossos grandes centros “outdoors” fazendo publicidade de casas de “prazer”, de “massagem”, de “tolerância”, em que a mediação da lascívia é vendida ou a que a exploração da prostituição seja velada. **Mesmo com o endurecimento da lei penal, as “casas de prazer” não parecem ter diminuído ou que seus donos tenham sido punidos.** Apesar da lei se expandir para abarcar condutas de risco, **a exploração da prostituição em nosso país ainda permanece um negócio lucrativo e vantajoso, em que o Brasil figura como uma importante rota de turismo sexual**” (grifo nosso). GUSSO, Luana de Carvalho Silva. Obra citada, p. 154-155.

⁴⁸¹ “Demonstra-se apenas o óbvio, bastando checar a estatística de qualquer tribunal do país em relação ao número de lenocínios (arts. 227 a 230 do CP) e tráfico de pessoas (arts. 231 e 231-A do CP) existentes em tramitação, para se constatar a *desnutrição* dos referidos tipos penais incriminadores. Há proxenetas, rufões e casas de prostituição em plena atividade? [...] Certamente que sim, porém, **a maioria passa despercebida do Estado ou, no mínimo, seus órgãos repressores são ineficientes para descobri-los.** A terceira hipótese, muito provável, é a adequação social, vale dizer, a sociedade assimila, com naturalidade, ou indiferença, os locais de prostituição e os seus agenciadores” (grifo nosso). NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas**: aspectos constitucionais e penais. São Paulo: RT, 2014, p. 255.

Este dado é bastante sintomático dos efeitos negativos e perversos que o sistema abolicionista acarretou para a rotina de trabalho das (e dos) profissionais do sexo, fomentando uma espiral ascendente de corrupção, abrindo margem para que a polícia exija dos “cafetões” e “cafetinas” (ou até dos clientes) o pagamento de propinas, garantido que seus negócios continuem funcionando dentro de uma suposta “normalidade”.⁴⁸² Criminalizar o entorno da prostituição, em termos práticos, pode ser considerado uma “delinquência útil”, conceito desenvolvido por Foucault para explicar como determinadas criminalizações servem para extrair lucros de uma sexualidade reprimida, gerando outros tipos de ilegalidades.⁴⁸³ Nas palavras do autor:

A delinquência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes. A implantação das redes de prostituição no século XIX é característica a respeito: os controles de polícia e de saúde sobre as prostitutas, sua passagem regular pela prisão, a organização em grande escala dos lupanares, a hierarquia cuidadosa que era mantida no meio da prostituição, seu enquadramento por delinquentes-indicadores, tudo isso permitia canalizar a recuperação, através de uma série de intermediários, os enormes lucros sobre um prazer sexual que uma moralização cotidiana cada vez mais insistente votava a uma semiclandestinidad e tornava naturalmente dispendioso; na computação do preço do prazer, na constituição do lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o meio delinquente era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais. Os tráficos de armas, os de álcool nos países de lei seca, ou mais recentemente os de droga, mostrariam da mesma maneira esse funcionamento da “delinquência útil”; a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis pela organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades.⁴⁸⁴

⁴⁸² A prostituta ativista Gabriela Leite destaca justamente este aspecto: “As cafetinas tinham como rotina fazer o famigerado “PP”, pagamento à polícia. Mas às vezes a Rota, uma polícia especial de São Paulo, entrava no prédio com a prerrogativa de “caçar” bandidos. Parava aqueles operários que só tinham ido ao prédio para ter uma satisfação sexual e tirava todo o dinheiro deles, chamando-os de otário para baixo”. LEITE, Gabriela. **Filha mãe e avó puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 56.

⁴⁸³ Aqui, é possível fazer um diálogo entre Foucault e Zaffaroni, na medida em que o criminólogo argentino, ao abordar o fenômeno das ilegalidades praticadas por agências executivas do Estado, no contexto latino-americano, desenvolveu o conceito de sistemas penais paralelos e subterrâneos. Esta categoria criminológica foi desenvolvida por Zaffaroni, defendendo que todas as agências executivas (entre elas, a polícia) exercem algum poder punitivo à margem de qualquer legalidade, sempre fora do poder jurídico. Nas palavras do criminólogo argentino, “Isto suscita o paradoxo de que o poder punitivo se comporte fomentando atuações ilícitas. (...) Este é o *sistema penal subterrâneo*, que institucionaliza a pena de morte (execuções sem processo), desaparecimentos, torturas, sequestros, roubos, saques, tráfico de drogas, **exploração do jogo, da prostituição**, etc” (grifo nosso). ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**: primeiro volume. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 69.

⁴⁸⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 264-265.

Desse modo, é possível afirmar que o sistema adotado pelo CP fracassou durante décadas,⁴⁸⁵ tanto no combate ao favorecimento da prostituição como no recente intuito (a partir de 2009) de “proteger” a dignidade sexual daquelas que se dedicam ao meretrício. A reforma mais recente nesse setor do código⁴⁸⁶ manteve os problemas anteriores, criminalizando condutas sem qualquer lesividade a partir da tutela de uma suposta dignidade sexual, à qual é atribuída um sentido moralista.⁴⁸⁷ Na prática, os efeitos da legislação mostram-se contrários aos desejados⁴⁸⁸: se aqueles que cercam as prostitutas são considerados criminosos, este estigma, de alguma forma, é transferido para as pessoas que exercem o trabalho sexual.⁴⁸⁹

4.1.2 Criminalização do cliente: Projeto de Lei nº 377/2011⁴⁹⁰

O PL nº 377/2011, de autoria do Deputado Federal João Campos⁴⁹¹ (PSDB/GO),⁴⁹² tem como objetivo inserir no CP o crime referente à contratação de

⁴⁸⁵ A constatação é feita por prostitutas ativistas como Monique Prada, conhecedoras da complexa realidade da prostituição: “[...] é importante perceber que **a falência do modelo sueco já está mais do que clara e a descriminalização é um mecanismo que empodera as trabalhadoras, trazendo mais controle sobre as relações de trabalho e criando mecanismos legais para que cobrem seus direitos, assim como facilitando a fiscalização e denúncia de irregularidades tais como exploração sexual de menores e outros abusos**. Tudo isso que temos dito há tanto tempo é contestado por mulheres que jamais exerceram o nosso trabalho mas aparentemente sabem mais do que nós a respeito dele” (grifo nosso). PRADA, Monique. **De estrelas e putas vidas**. Disponível em: <http://lugardemulher.com.br/de-estrelas-e-putas-vidas/>. Acessado em: 12/02/2017.

⁴⁸⁶ Para além da reforma ocorrida em 2009, também é pertinente citar o projeto conhecido como a “reforma do Código Penal” (PL Nº 236/2012) propõe a extinção dos tipos penais mencionados, o que nos parece bastante positivo diante da falência do sistema abolicionista: “Discordamos quanto à manutenção desse modelo em nosso país, uma vez que durante anos de vigência, pouco ou nada fez quanto à proteção da dignidade sexual e integridade física das prostitutas, muito menos em relação ao combate daquilo que considera crime. Não podemos perder de vista que no sistema já mencionado o comportamento da prostituta continua sendo encarado como desviante em relação àquilo que se considera “normal”. Apesar da descriminalização do meretrício, o estigma permanece”. ROMFELD, Victor Sugamoto. A reforma do código penal e os crimes envolvendo a prostituição. **Revista Jurídica Themis (nº 25)**. Curitiba: Centro Acadêmico Hugo Simas, 2013/2014, p. 78.

⁴⁸⁷ MARGOTTI, Alessandra. **Direito à prostituição: legalização e regulamentação do lenocínio** no Brasil. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017, p. 181.

⁴⁸⁸ LEITE, Gabriela. Obra citada, p. 61.

⁴⁸⁹ Novamente, imprescindíveis as críticas de Gabriela Leite: “É uma hipocrisia da legislação e da sociedade considerarem crime a cafetinagem. **Ao invés de proteger a prostituta, essa lei na realidade nos desprotege**. Na clandestinidade se pode tudo, mas havendo algumas normas para assegurar direitos, o patrão e o empregado têm que se entender. **Essa lei hipócrita só serve mesmo para impedir esses direitos**. O Código Penal em vigor ainda considera contravenção a cafetinagem, assim como o jogo do bicho ou qualquer outro jogo de azar. **Mas nenhum banqueiro de bicho é preso, nem mesmo qualquer cafetina, salvo por motivos econômicos escusos**” (grifo nosso). LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 75.

⁴⁹⁰ Para uma análise crítica e feminista deste projeto, ver: SÁ, Priscilla Placha; ROMFELD, Victor Sugamoto. Criminalizar os clientes da prostituição: uma análise crítica e feminista do projeto de lei n. 377/2011. In: PINTO, Amanda Luiza; BERTOTTI, Bárbara Mendonça; FERRAZ, Miriam Olivia Knopik (Orgs.). **Reformas Legislativas de um Estado em Crise**. Curitiba: Íthala, 2018, p. 349-366.

serviço sexual.⁴⁹³ Na justificativa do projeto, afirma-se que a venda do corpo não é um comportamento tolerado pela sociedade, sendo a integridade sexual um bem indisponível da pessoa humana. Por isso, seria impossível considerá-lo como objeto contratual visando a remuneração. O congressista menciona, ademais, que a atividade é tradicionalmente acompanhada de outras práticas prejudiciais à sociedade, como o crime organizado, lesões corporais, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de drogas. A finalidade do projeto consistiria em proteger as pessoas e combater a opressão sexual.

O PL é inspirado na iniciativa da Suécia, país que aprovou lei semelhante, com amplo apoio de parlamentares e grupos feministas, partindo do pressuposto de que a necessidade de exercer a prostituição como forma de subsistência é um encargo gerado pelas circunstâncias sociais.

O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2011.⁴⁹⁴ Dois anos depois (11/06/2013), houve parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), elaborado pelo relator Deputado Federal Marcos Rogério (PDT/RO). Neste parecer, são repetidos os argumentos utilizados na justificativa do PL, destacando que embora a prostituição seja uma prática milenar, deve ser combatida pelo Estado brasileiro a fim de que sejam minorados os prejuízos acarretados às pessoas e à sociedade.

Neste lapso temporal, foi apensado ao PL nº 377/2011 o PL nº 7.001/2013, de autora de Acelino Popó (PRB/BA), o qual dispunha sobre a majoração das penas para o crime de favorecimento à prostituição ou outra forma de exploração sexual. Porém, no fim da legislatura (2014), o projeto foi arquivado, nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).⁴⁹⁵

⁴⁹¹ Antes de ingressar na carreira política, João Campos foi Delegado de Polícia em Goiânia. Atualmente, também é autor do PL que versa sobre a “cura gay”.

⁴⁹² Importante esclarecer que o pertencimento partidário dos políticos (deputados) citados se refere à época em que os projetos foram propostos.

⁴⁹³ Art. 231-A. Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração.

⁴⁹⁴ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491833>.

⁴⁹⁵ Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

I – com pareceres favoráveis de todas as Comissões;

II – já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;

III – que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias;

IV – de iniciativa popular;

O autor do projeto em questão, através do Requerimento nº 48/2015, pleiteou o seu desarquivamento, com fundamento no mesmo dispositivo regimental. Remetido novamente à CCJC, a Deputada Federal Cristiane Brasil (PTB/RJ) proferiu voto em separado, no qual se posicionou pela *inconstitucionalidade* do projeto, e no mérito, pela sua rejeição, concluindo que não se deve cercear o direito das profissionais do sexo de utilizar o seu corpo para trabalhar.

Alegou, em linhas gerais que: i) decisões da Câmara podem acarretar prejuízos severos aos que tiram sustento do próprio corpo; ii) a ausência de opções de vida para aqueles que exercem este ofício; iii) a existência de liberdade para que, num Estado Democrático de Direito, as pessoas optem, se assim quiserem, pela prostituição, sendo invioláveis os direitos à intimidade e à vida privada; iv) o reforço da marginalidade da profissão, na hipótese da aprovação do PL, impedindo que profissionais do sexo trabalhem por livre escolha ao ofício; v) a ausência de ligação direta entre a prostituição e os crimes citados pelo autor do projeto (tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes, crime organizado); vi) a necessidade de formular políticas públicas para os trabalhadores sexuais, em detrimento da criminalização.⁴⁹⁶

Ao final de 2016, foi apresentado parecer pelo relator n.3, Deputado Federal Marcos Rogério (DEM/GO), integrante da CCJC, opinando pela constitucionalidade do PL, e no mérito, pela sua aprovação. Curioso notar que este parecer é praticamente o mesmo do que aquele oferecido na legislatura anterior (2014), com discretas alterações.

O PL debatido neste tópico deve ser severamente criticado. O primeiro fato que salta aos olhos é que uma temática complexa como a prostituição é tratada de maneira simplista, contando com justificativa de uma página e meia, sem quaisquer citações de pesquisadores da área, muito menos trazendo a perspectiva daqueles que serão mais atingidos pelo PL, ou seja, as trabalhadoras sexuais. Um indicativo de que a atividade legislativa no Brasil, em sua maioria, carece de debates qualificados. A redação do

V – de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

⁴⁹⁶ Conforme as considerações da Deputada Federal em seu parecer: “E, por isso, seu combate se deve dar por meio de legislação específica acerca de sua matéria, de políticas públicas, **e não por meio da criminalização de cada vez mais condutas, levando cada vez mais cidadãos à cadeia, os privando de sua liberdade, e prejudicando, ainda, inúmeros profissionais com a perda de sua clientela**” (grifo nosso, p. 5). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1414748&filename=Tramitacao-PL+377/2011. Acessado em: 12/02/2017.

projeto está repleta de lugares comuns, com afirmações genéricas e levianas que expressam, no máximo, as impressões pessoais e preconceituosas de seu autor.

Ao contrário do que apontou o Deputado Federal, um dos comportamentos mais tolerados pela sociedade brasileira do século XXI é a venda do corpo, considerando as indústrias da moda e da pornografia. Novamente, em oposição àquilo que defendeu o deputado, a integridade sexual é um bem *disponível*: depois da promulgação da Constituição Federal (CF-1988), sobram argumentos que respaldam esse entendimento, segundo o qual os indivíduos são livres para dispor de suas sexualidades como quiserem,⁴⁹⁷ desde que sejam maiores de 18 (dezoito) anos e que a prática sexual seja efetivamente consentida. Neste contexto, importante recordar que a prostituição é uma profissão absolutamente lícita, inclusive catalogada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).⁴⁹⁸

O terceiro argumento apresentado pelo membro da Câmara dos Deputados – de que a prostituição estaria vinculada a outros crimes – não pode ser aceito integralmente e acriticamente. De acordo com as investigações de Nucci, que teve a participação de autoridades policiais, 17% dos entrevistados respondeu que já atendeu ocorrência abrangendo prostituição e qualquer forma de crime organizado, ao passo que 40% (um percentual mais expressivo) já registraram ocorrências envolvendo prostituição e tráfico de drogas.⁴⁹⁹ Evidente que esses dados não representam a totalidade da prostituição brasileira, mas servem como elemento que desmistifica o senso comum a respeito da temática, relativizando certezas e inserindo o debate em um patamar de racionalidade, longe de preconceitos machistas e concepções religiosas fundamentalistas.

Prosseguindo nos demais fundamentos citados na justificativa, o PL vale-se de um argumento de autoridade: a sua inspiração no chamado “modelo sueco”, que tem como diretriz a criminalização dos clientes. Surge um primeiro problema decorrente desta lógica: a simples “importação” de uma lei estrangeira, pensada num país europeu desenvolvido, diretamente para o Brasil, país colonizado, de proporções continentais,

⁴⁹⁷ A dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, CF), a promoção do bem de todos como objetivo, da República, sem quaisquer formas de discriminação (art. 3º, IV, CF), a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade e à igualdade (art. 5º, *caput*, CF), a inviolabilidade da intimidade e da vida privada (art. 5º, X, CF), o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (art. 5º, XIII, CF), o trabalho enquanto direito social (art. 6º, CF).

⁴⁹⁸ Profissional do Sexo (nº 5198-05). Descrição Sumária: “Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. as atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão”. Disponível em: <http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>. Acessado em: 12/02/2017.

⁴⁹⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 248.

que ostenta uma história de séculos de opressão e exclusão. Ainda que seja considerado economicamente “emergente” nos últimos anos, pesquisas indicam que se trata de um dos países mais desiguais do mundo.⁵⁰⁰

O autor do projeto também mencionou o apoio de grupos feministas a tal iniciativa. Todavia, deixou de esclarecer que a prostituição é um dos temas mais polêmicos do feminismo, que enseja uma série de discordâncias, colocando em lados opostos feministas abolicionistas – que militam pelo fim da prostituição – e feministas que lutam pelo reconhecimento de direitos às (e aos) profissionais do sexo.

Neste cenário conflituoso, prostitutas ativistas denunciam que as abolicionistas – as quais, no geral, nunca vivenciaram a profissão – assumem um ponto de vista arrogante, julgando-se mais conhecedoras desta realidade do que as próprias trabalhadoras sexuais.⁵⁰¹

A crítica, das prostitutas para as abolicionistas, é bem sintetizada por Amara Moira:

Do ponto de vista do conservadorismo radical (movimento mais conhecido como *radcon*), é um absurdo alguém defender que mulheres possam vender prazer a um homem, negociar esse prazer, pôr a ele um preço. Dar lucro a um patrão ok, mas vender prazer e ainda ousar saciar desse prazer, ousar fazer disso o seu ganha-pão, isso nunca! E não importa os valores da negociação, cinquenta, cem ou quinhentos reais a hora, pois, para o *radcon*, a prostituta será sempre vítima, sempre “explorada” pelo homem perverso vulgo seu cliente. Para esse feminismo o sexo não poderá jamais ser considerado serviço, sexo jamais poderá merecer um valor, ainda que seja uma das experiências humanas mais essenciais, mais incontornáveis.⁵⁰²

Como se não bastassem todas as objeções colocadas em relação ao PL, pertinente retomar as contribuições da Criminologia Crítica (nacional e internacional), no sentido de desaconselhar a criminalização como estratégia para solucionar questões sociais. O sistema de justiça criminal é instituído com a função *declarada* de garantir

⁵⁰⁰ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/desigualdade-levaria-brasil-cair-20-posicoes-no-ranking-18287486>. Acessado em: 12/02/2017.

⁵⁰¹ Mais uma vez, imprescindíveis as palavras de Monique Prada: “Há sempre por perto uma pessoa que já leu sobre prostitutas, e então as prostitutas sobre quem ela leu valem mais do que as prostitutas com quem convivi e a quem conheço tão bem. **Elas sabem mais de nós do que nós mesmas, ou pensam saber – e seguir deixando que mulheres corram risco por conta do estigma sobre suas profissões não lhes dói, o saber teórico delas parece ter mais valor do que nossas putas vidas. Elas, que nunca exerceram ou exercerão o trabalho sexual, questionam por que é que prostitutas organizadas podem falar pela maioria** – o que eu de fato não compreendo é de onde sai tanta empáfia. Se as trabalhadoras sexuais organizadas não podem falar pela “maioria”, **por que devemos admitir que alguém que odeia nosso trabalho sem nunca tê-lo exercido fale por nós?** De nenhum outro lugar tiraram essas ideias, se não da imensa arrogância que carregam consigo” (grifo nosso). Disponível em: <http://lugardemulher.com.br/de-estrelas-e-putas-vidas/>. Acessado em: 17/02/2017.

⁵⁰² MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016, p. 141.

uma ordem social justa, protegendo bens jurídicos para promover o bem comum, a partir das funções de prevenção e retribuição da pena.⁵⁰³ No entanto, esse sistema é construído a partir de uma cultura burguesa-individualista, enfatizando a proteção à propriedade privada, fazendo com que sejam alvos mais vulneráveis os indivíduos oriundos das classes sociais inferiores.⁵⁰⁴

Assim, as pretensões do congressista contidas no PL acabam por legitimar as funções da pena, sobretudo a de prevenção geral negativa (intimidação penal que coagiria psicologicamente os indivíduos, inibindo a prática de delitos). Porém, a crítica tem demonstrado que esta função específica da pena é ineficaz para coibir ou evitar comportamentos criminosos;⁵⁰⁵ no Brasil, a existência de centenas de crimes (e suas respectivas penas) no Código Penal e na legislação extravagante não resolveu o problema da violência, não diminuiu a prática de crimes⁵⁰⁶ e muito menos conteve as taxas de encarceramento.⁵⁰⁷

Diante do caráter seletivo e classista da justiça penal, a criminalização dos clientes da prostituição em nosso país certamente não seria capaz de prender os usuários da prostituição de luxo, mas possivelmente os clientes do baixo meretrício, que engrossariam a massa carcerária de uma maioria masculina, pobre e negra. Ao que tudo indica, o PL está inserido numa lógica de abandono do Estado Social, concomitante ao fortalecimento de um Estado Penal.⁵⁰⁸

Para além das classes sociais atingidas por essa modalidade de criminalização, restariam prejudicados as trabalhadoras do sexo, que dependem justamente de sua clientela para pagar pelos serviços sexuais prestados. Se as repercussões decorrentes da aprovação deste tipo penal são preocupantes em relação aos clientes da prostituição, é possível prever que os efeitos serão ainda mais perversos para as prostitutas. Ainda que

⁵⁰³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal – Parte Geral**. 4. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 10-11.

⁵⁰⁴ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 176.

⁵⁰⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 427.

⁵⁰⁶ De acordo com os dados coletados no Mapa da Violência (2016), desde 1980 até 2014, o número de vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo cresceu 415,1%. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acessado em: 21/09/2017.

⁵⁰⁷ Recorde-se que, segundo notícia publicada no endereço eletrônico do Conjur, em 2014, o Brasil, à época, apresentava a 3ª maior população carcerária do mundo. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-jun-05/brasil-maior-populacao-carceraria-mundo-segundo-estudo>. Acessado em: 21/09/2017.

⁵⁰⁸ Uma análise aprofundada deste movimento de transição – que iniciou nos países ocidentais, notadamente na Inglaterra e nos Estados Unidos, atingindo posteriormente a América Latina – pode ser conferida em: ARGÜELLO, Katie. Do Estado Social ao Estado Penal: Invertendo o Discurso da Ordem. In: BITTAR, Walter Barbosa (Coord.). **A Criminologia no Século XXI**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 119-144.

a prestação de serviços sexuais não seja criminalizada, trata-se de uma atividade carregada de preconceitos, sociais e institucionais, que sempre esteve na mira da repressão policial.⁵⁰⁹ Considerando que a prostituição continuará na marginalidade, o rótulo dos criminosos que estão no seu entorno (rufiões, cafetões, e possivelmente, os clientes) de alguma forma acabará atingindo essas mulheres, reforçando o estigma de que se dedicam a uma “vida fácil”, vadia, clandestina, imoral e indigna.

Além disso, há um risco de que, com a aprovação do projeto, se perpetue um ciclo de violências historicamente vivenciado pelas prostitutas. Se o PL não rompe com a tendência de manter a prostituição na marginalidade, legitimando-a através da criação de um novo tipo penal, então as trabalhadoras sexuais possivelmente estarão submetidas à atuação policial arbitrária e às práticas de clientes abusivos.⁵¹⁰ Com a prostituição imersa numa esfera clandestina, as mulheres que se dedicam a esta atividade seguem ocupando um *status* de vítima potencial, expostas ao arbítrio dos sujeitos que orbitam a profissão.⁵¹¹

Por essas razões, o PL nº 377/2011 está na contramão das reivindicações por direitos, acentuando a indesejada marginalidade que caracteriza a profissão.

⁵⁰⁹ Neste sentido, vale conferir a tese de doutoramento de Renan Quinalha, que a partir de pesquisa documental junto aos acervos do Arquivo Nacional e ao Arquivo Público (Rio de Janeiro e São Paulo), narra as múltiplas violências que se direcionaram contra homossexuais, travestis e prostitutas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Quinalha observa que as prostitutas foram um dos segmentos da sociedade brasileira mais perseguidos e reprimidos pela ditadura, na sua empreitada pela defesa da família tradicional e dos valores cristãos. QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. São Paulo: 2017, 369 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

⁵¹⁰ Como narra a prostituta e ativista Amara Moira em seu livro: “Vinte e nove anos vivendo como homem, mais especificamente o homenzinho padrão, branco, nada afeminado, lido como hétero mesmo sendo bi, classe média, e foi só transicionar e passar a ser lida como travesti para viver minha primeira experiência de violência sexual. Eu, que me achava poderosona, em condições de peitar quem quer que fosse por conta da criação que tive, não dei conta de evitar que o cliente me forcesse a seguir com o programa mesmo depois de ele ter me machucado, mesmo depois de eu sem vontade alguma, eu sentindo as dores não só físicas, mas também as de não conseguir dizer não. Sinalizar sofrimento não foi o bastante para evitar que ele continuasse e, na verdade, hoje me parece até que ele se excitou mais em imaginar que, com seu pau, conseguiu machucar uma profissional do sexo”. MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016, p. 58.

⁵¹¹ “Mas há um elemento decisivo nessa história toda, que é a clandestinidade da prostituição. Exatamente por ser um negócio tão encoberto, por ser contravenção, é que ocorrem práticas como o tráfico de meninas. Enquanto for assim, tudo protegido pela própria ilegalidade, essas transgressões continuarão a acontecer com a maior facilidade. Num mundo ilegal, excluído, tudo pode acontecer, tudo faz parte da mesma coisa, tudo é aparentemente o mesmo emaranhado, mesmo não sendo. Na clandestinidade as pessoas fazem o que querem”. LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 166.

4.1.3 Legalização: proteger a prostituição ou as prostitutas?

Uma vez examinados o sistema abolicionista adotado pelo CP e o PL que propõe a criminalização do cliente, passamos para um terceiro bloco de propostas legislativas, que têm como finalidade a regulamentação da prostituição.

4.1.3.1 Projeto de Lei nº 98/2003

4.1.3.1.1 Teor do projeto e justificativa

De autoria do Deputado Federal Fernando Gabeira (PT/RJ), o PL, apresentado no Plenário em fevereiro de 2003, contém basicamente três artigos, dispondo a respeito da exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual, revogando os arts. 228 (favorecimento à prostituição), 229 (casa de prostituição) e 231 (tráfico de mulheres) do CP.⁵¹² Nos termos do projeto, o pagamento pelo referido serviço é devido pelo tempo em que a pessoa permanece disponível para realizá-los (art. 1º, §1º).

Na Justificativa do PL, o deputado relata que houve reiteradas tentativas de regulamentar a prostituição, todas elas frustradas pela inaceitável hipocrisia que costuma pairar sobre esse tema, na medida em que a sociedade, paradoxalmente, condena e contribui para sua manutenção. O parlamentar frisa a necessidade de amenizar os malefícios decorrentes da marginalização aos quais prostitutas e prostitutos estão submetidos.

Gabeira sustenta que o primeiro passo para fugir de falsos moralismos e superar o estado de marginalidade é reconhecer que as pessoas prestadoras de serviços sexuais têm direito ao pagamento por tais serviços, abordagem inspirada na lei alemã que entrou em vigor no ano de 2002.

⁵¹² O art. 231 é citado no projeto como “tráfico de mulheres” porque, à época de propositura do PL (2003), o CP ainda previa essa redação para o tipo penal, modificada somente após o advento da Lei nº 11.106/2005, que substituiu o termo “mulheres” para “pessoas”. Note-se, ainda, que o PL absteve-se de descriminalizar a conduta do rufião, atualmente prevista no art. 230 do CP.

4.1.3.1.2 Trâmites legais

Pelo menos três pareceres foram elaborados pela Comissão de Constituição e Justiça, entre os anos 2003 e 2005.

O primeiro deles, do Deputado Federal Chico Alencar (PT/RJ),⁵¹³ ressaltou que embora a prostituição seja “a mais antiga das profissões”, a sociedade se contradiz ao condená-la por questões morais, mas ao mesmo tempo mantendo esses serviços sempre à disposição quando lhes são convenientes. Segundo o seu entendimento, esse antagonismo é revelador da hipocrisia, do egoísmo e da falta de solidariedade que impedem que essa atividade seja tirada do submundo, e assim, trazida para o campo da licitude, onde seriam garantidos direitos de qualquer trabalhador, como carteira de trabalho assinada, filiação à previdência social, assistência médica, entre outros. Além disso, cita como consequência benéfica do projeto a dissolução de toda a criminalidade que envolve a prostituição.

No segundo, formulado pelo Deputado Federal Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP),⁵¹⁴ o congressista afirma que o projeto tem duas facetas: uma delas voltada ao Direito Civil (ao estabelecer uma modalidade contratual de prestação de serviços de natureza sexual) e outra ao Direito Penal (com a supressão dos tipos penais supracitados). Entretanto, menciona que a tipificação de contrato relativo à prostituição não seria compatível com o ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista a cláusula geral da função social do contrato (art. 421 do Código Civil), que limitaria a autonomia privada ao interesse social e ao respeito à ordem pública. Desse modo, opina pela supressão do art. 1º do PL, por entender que a prostituição não deve merecer tratamento legal do ponto de vista do Direito Civil. Sob o viés do Direito Penal, concorda com a revogação do art. 229 do CP, ante a tolerância da sociedade no tocante às casas de prostituição, mas discorda da supressão dos outros tipos penais (arts. 228 e 231).⁵¹⁵

⁵¹³

Disponível

em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=167741&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acessado em: 12/02/2017.

⁵¹⁴

Disponível

em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=253652&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acessado em: 12/02/2017.

⁵¹⁵ O parlamentar cita, em seu parecer, passagens da obra do jurista Heleno Cláudio Fragoso (Lições de Direito Penal), utilizado no início deste artigo.

O terceiro parecer, do Deputado Federal Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA),⁵¹⁶ tem trechos integralmente copiados do voto anterior, contando com alguns acréscimos subsequentes. O deputado esclarece que seria ilusão imaginar a extinção do meretrício apenas através da repressão policial, pois se trata de uma prática que “se perde nos milênios da história”. Ainda, destaca a importância de políticas públicas voltadas à geração de emprego, para que os jovens brasileiros desempenhem atividades “produtivas” e “socialmente justas, livrando-se da praga da prostituição”. Outra preocupação do parlamentar, que consta em seu voto, é que crianças sejam obrigadas a se prostituir, sendo imprescindíveis ações sociais por parte dos entes da federação – combate que transcenderia a esfera penal – garantindo ampla assistência às crianças para que elas não encontrem nas ruas o “fácil caminho da prostituição”. Ao final, manifesta-se pela rejeição do PL.

Em 31 de janeiro de 2007, o projeto debatido foi arquivado, nos termos do art. 105 do RICD. Com o Requerimento nº 271/2007, o Deputado Federal Fernando Gabeira requereu o seu desarquivamento.

Novamente encaminhado à CCJC, o Deputado Federal Régis de Oliveira (PSC/SP) apresentou voto em separado⁵¹⁷, ocasião na qual analisou o PL sob as vertentes constitucional, contratual e sociológica, opinando pela sua rejeição, diante de flagrante inconstitucionalidade e má técnica legislativa.

Contratualmente, conclui que o objeto seria lícito, inexistindo óbices diante da liberdade de contratar (art. 421 do Código Civil) e da prostituição enquanto um comportamento aceito socialmente.

Penalmente, sustenta que a proposta de revogar os crimes dos arts. 228, 229 e 230 do CP não teria qualquer consistência, pois o fato de legalizar a prostituição não significa que os seus exploradores poderiam continuar se beneficiando.⁵¹⁸

Sociologicamente, afirma que ainda não existe “clima” para a alteração buscada: fazendo um resgate teórico sobre o direito à privacidade – diferenciando

⁵¹⁶ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=308020&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acessado em: 13/02/2017.

⁵¹⁷ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=518382&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acessado em: 13/02/2017.

⁵¹⁸ “Ao contrário, a subsistência dos crimes impõe a liberação da mulher de quem a possa forçar à prestação dos serviços ou que deixe de prestá-los. Daí, sem consistência a pretensão do ilustre proponente” (p. 3). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=518382&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acessado em: 13/02/2017.

intimidade de vida privada –, o deputado indica uma série de dificuldades que podem resultar de um contrato de prestação de serviços sexuais.⁵¹⁹ Esses obstáculos envolvem os bons costumes e a moral média da sociedade, que ainda não acataria uma modificação abrupta do ordenamento jurídico. Retomando os aspectos de intimidade e privacidade, o congressista menciona a possibilidade de eventuais usuários inadimplentes dos serviços sexuais serem acionados em juízo, o que acabaria expondo suas vidas íntimas, colocando-os em “situações delicadas”,⁵²⁰ o que comprometeria o direito constitucional à intimidade.

Em 21 de novembro de 2007, foi apresentado o Requerimento nº 2033/2007, para que fosse incluída no processo legislativo a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), considerando que o projeto tinha como finalidade regularizar o exercício de determinada profissão. O pedido foi deferido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Foi designado como relator da comissão supracitada o Deputado Federal João Campos, que em seu parecer,⁵²¹ emitido em 2010, posiciona-se pela rejeição do PL. O parlamentar elenca os três sistemas de enquadramento jurídico da prostituição (abolicionista, proibicionista e regulador), recordando que o Brasil já passou por um

⁵¹⁹ “Sob tal ângulo, ainda que admissível o contrato de prestação de serviços sexuais, não se poderia aprovar o projeto, uma vez que carente de solução das maiores dificuldades que possam dele resultar. Por exemplo: Como se faz a prova do contrato, na hipótese de insatisfação do resultado? como calcular e de que forma o tempo da prestação dos serviços, se são eles prestados com total intimidade? Quais os critérios de estipulação dos valores? Que tipo de serviço será prestado e qual sua gradação para criar parâmetros aceitáveis? Quando se considerar consumado o contrato? É assegurado o arrependimento? É contrato submetido a condição, termo ou encargo? Pode estar subordinado a evento futuro e incerto (definição de condição, prevista no art. 121 do Código Civil)? Quando forem várias ou vários os prestadores de serviço, como será feita a divisão do pagamento?” (p. 8). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=518382&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acessado em: 13/02/2017.

⁵²⁰ “Imaginemos que uma prostituta celebra o contrato de prestação de serviços sexuais e, na intimidade, por qualquer razão que se queira imaginar, o contrato não se consume. Seja por descoberta, por parte do parceiro, de que há moléstia existente ou de impotência do homem ou defeito físico imperceptível quando vestido, haja resistência à consumação do ato sexual. A solução seria a ida a juízo para que houvesse a composição dos danos. Como ficariam as partes? Pode-se pensar na restrição que o juiz possa impor de segredo de justiça. No entanto, os autos permanecem existentes, seja na estrutura tradicional do andamento dos processos, seja no foro digital. Como ficaria a vida privada de uma pessoa exposta à publicidade? Imaginemos que sejam pessoas de reconhecimento público, como ficariam protegidas em sua intimidade? Imaginemos que um prostituto não logre satisfazer a parceira e que, mesmo assim, pretenda receber o que fora pactuado. Como resolver a pendência, sem expor ambos à execração pública, ao riso, à maledicência. Não creio que ainda estejamos preparados para aceitar a proposta do digno deputado Fernando Gabeira. É possível que em alguns anos mais, tais situações possam se tornar corriqueiras que, então, haja oportunidade para que se volte ao assunto” (p. 11-12). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=518382&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acessado em: 13/02/2017.

⁵²¹ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=825922&filename=Tramitacao-PL+98/2003. Acessado em: 13/02/2017.

período no qual a prostituição era regulamentada, através do Decreto nº 7.223/35, por meio do qual cumpria à Delegacia de Costumes fiscalizar o meretrício, exigindo registros e carteiras obrigatórias para os profissionais do sexo. Depois de cinco anos, ressalta que com a edição do CP (1940), o Brasil passou a adotar o sistema abolicionista, signatário da Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (1950). Além disso, faz referência a diversos documentários que apresentam a realidade da prostituição no Brasil, “evidenciando a indignidade dessa atividade”⁵²² e indicando que sistema jurídico em vigor não tem sido capaz de evitar ou reduzir a prostituição.

Nesta linha de raciocínio, argumenta que aceitar a contratação de serviços de natureza sexual, como estabelece a proposição, não seria jurídico: porque não promove a solidariedade social – no sentido da reinserção do prostituído – nem a construção de uma sociedade mais justa, ofendendo a “moral brasileira” e a dignidade da pessoa humana. Alega, ademais, que a medida legislativa contraria aquilo que vem sendo feito na seara trabalhista, caracterizada pela luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O congressista mostra-se surpreso diante da existência de um código específico da profissão no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – precisamente, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – pois o governo estaria se adiantando em relação ao Parlamento. Neste contexto, entende a sua legalização simultaneamente como facilitadora da indústria sexual e um incentivo aos jovens para que ingressem no “submundo da exploração do corpo”.⁵²³ Em outras palavras, uma escravatura incompatível com a dignidade humana. Adiciona, ao final do parecer, que a prostituição alimenta o vício, a violência doméstica, a violação de direitos individuais, a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, o consumo excessivo de álcool, o tráfico de drogas, aumentando a criminalidade e causando o desmantelamento das famílias.⁵²⁴ No início de 2011, o PL nº 98/2003 foi arquivado, com base no art. 105 do RICD.

522

Disponível

em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=825922&filename=Tramitacao-PL+98/2003 (p. 5). Acessado em: 13/02/2017.

523

Disponível

em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=825922&filename=Tramitacao-PL+98/2003 (p. 7). Acessado em: 13/02/2017.

⁵²⁴ “Indago: que pais gostariam de ver os seus filhos e filhas optarem por tal prática profissional? Defender a legalização da prostituição é um discurso simplista e vazio, sendo um desserviço a sociedade” Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=4E278F046F6E2430A34A53

4.1.3.1.3 Críticas

Segundo o nosso entendimento, é nítido que o projeto pecou pela simplicidade com que a prostituição foi tratada à época, limitando-se à previsão de que seria exigível o pagamento pela prestação de serviço de natureza sexual. A revogação dos tipos penais apontados sequer é fundamentada, e aqui, o autor perdeu a oportunidade de expor que o sistema anterior (abolicionista), diante de suas insuficiências e fracassos, deveria ser substituído pela legalização.

A posição tomada pelo Deputado Federal Aloysio Nunes, segundo parecerista da CCJC, causa espanto porque invoca o princípio da função social do contrato como limitador da autonomia da vontade das prostitutas. Além disso, utiliza expressões vagas como o “interesse social” e o “respeito à ordem pública”, enquanto obstáculos diante das lutas das trabalhadoras sexuais, ocultando seu conservadorismo ao lidar com uma questão bastante séria para aquelas e aqueles que se dedicam à profissão. Chega a ser revoltante o fato de que uma suposta “maioria” parlamentar, que nunca exerceu – e dificilmente exercerá – o trabalho sexual tenha o poder de deliberar sobre direitos historicamente reivindicados. As profissionais do sexo continuarão existindo, mas políticos e juristas parecem obstinados em negar esta realidade, buscando argumentos “jurídicos” para tanto, verdadeiras cortinas de fumaça que escondem suas posições ideológicas retrógradas.

Igualmente preconceituosas as palavras usadas pelo Deputado Federal Antônio Magalhães. Ainda que a história de prostitutas e de prostitutos demonstre que os programas efetuados consistem na sua fonte de renda, não havendo que se falar em trabalho “desonesto”, o congressista utiliza um repertório linguístico peculiar, insinuando que jovens brasileiros devem se dedicar a atividades “produtivas”, justas, escapando dos caminhos fáceis da prostituição,⁵²⁵ classificada como uma “praga”.

E87C9FA88E.proposicoesWebExterno2?codteor=253652&filename=Tramitacao-PL+98/2003 (p. 8). Acessado em: 19/03/2018.

⁵²⁵ A concepção segundo a qual as prostitutas exercem um trabalho ilegítimo remonta ao Brasil Imperial. Neste período histórico, havia um debate médico que gerava divergências sobre a regulamentação da prostituição. No entanto, os textos analisados pela historiadora Magali Engel indicam convergência dos médicos no seguinte sentido: “O ato de vender o corpo apresenta-se como um outro aspecto que distingue a prostituta nos textos examinados. Apesar de designada, muitas vezes, como ocupação, ofício e comércio, **a prostituição é vinculada à ociosidade e contraposta a trabalho**. Assim, **considerada uma atividade remunerada ilegítima, é inserida na categoria da desordem social** que, compreendendo desde a noção de delito até a noção de crime, classifica a prostituta entre os tipos considerados

Contudo, esta facilidade é questionável, tendo em vista uma série de situações enfrentadas por esta categoria de trabalhadores: i) exposição ao risco das doenças sexualmente transmissíveis que podem ser adquiridas através do contato sexual com os clientes; ii) a falta de acesso à justiça, já que via de regra, não é possível pleitear judicialmente o valor do programa que não foi pago; iii) a exposição a atitudes violentas por parte dos clientes, policiais, muitas vezes sem poder recorrer a instituições sociais.

Quanto ao parecer do Deputado Federal Régis de Oliveira, a afirmação de que ainda não existiria conjuntura política e social para aprovação do projeto é perigosa, na medida em que procrastina a demanda por direitos trabalhistas desta categoria. Ora, é idealismo imaginar que existirá um momento no qual haverá consenso absoluto a respeito da prostituição, e somente a partir desta convergência, a legalização dos serviços sexuais seja aprovada. Além disso, é extremamente injusto e antidemocrático que a decisão de uma suposta maioria – que não será atingida negativamente pela legalização – seja um obstáculo para concretizar direitos historicamente pleiteados por movimentos de profissionais do sexo.

As considerações subsequentes realizadas pelo deputado demonstram que, com argumentos jurídicos, é possível embasar qualquer posicionamento, mesmo que ele seja contrário a direitos fundamentais de uma minoria estigmatizada.

Neste caso, os direitos à intimidade e à privacidade são utilizados de maneira perversa para inverter a relação entre o cliente inadimplente e aquela que presta determinado serviço sexual: na perspectiva adotada pelo congressista, parece mais razoável que o programa não seja pago – contrariando inclusive princípios liberais do próprio Direito Civil –, pois seria inaceitável eventual exposição, em juízo, da intimidade do cliente.

Sendo assim, o parlamentar está mais preocupado com a defesa dos “bons costumes” ou da “moral média da sociedade”, colocando demandas legítimas em segundo plano. Apesar do caráter aparentemente abstrato dos valores invocados pelo deputado, sabemos que se trata da moral patriarcal e dos costumes machistas, que

socialmente doentes, tais como o mendigo, o vagabundo, o vadio, o capoeiro, o jogador, o bêbado, o ratoneiro, o estelionatário, o ladrão, o malfeitor e o criminoso” (grifo nosso). ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 94.

repudiam a prostituição e todas as relações que não estejam enquadradas no casamento heterossexual e na família triangular (homem-mulher-filhos).⁵²⁶

A última crítica neste tópico diz respeito ao parecer do deputado João Campos, que emprega a equivocada e indesejada terminologia de “reinserção do prostituído”, como se as pessoas que se dedicassem à prostituição fossem criminosas e/ou degeneradas, necessitando recuperação, ressocialização, reintegração social, ou seja, as “ideologias re”, mencionadas pela criminóloga Vera Malaguti Batista quando estuda o funcionamento do sistema penal.⁵²⁷ Partindo das premissas do congressista, retira-se totalmente a complexidade desse fenômeno, inserido numa lógica simplista na qual a sociedade é o bem e a prostituição é um mal a ser combatido, sendo imprescindível salvar aquelas e aqueles que foram engolidos pelo “submundo” da prostituição.

Essas ideias, ainda que pinceladas com aspectos contemporâneos, vem sendo reproduzidas no Brasil pelo menos desde o período imperial. Neste sentido, os estudos históricos da feminista Magali Engel indicam que a prostituição era diagnosticada praticamente como uma doença, ameaçando a sociedade urbana do Rio de Janeiro de acordo com os discursos médicos (1840-1890).⁵²⁸

Por fim, verifica-se a tática rasteira de associar diretamente a prostituição à exploração de crianças e adolescentes, mais um argumento populista – desprovido de qualquer estudo ou pesquisa empírica – que gera pânico na sociedade como um todo, contribuindo para que se torne cada vez mais avessa à pauta de legalização.

⁵²⁶ Observe-se que o próprio exemplo dado pelo Deputado Federal é marcado por essa lógica sexista: “a” prostituta e “o” cliente, numa situação em que clientes inadimplentes são vítimas e prostitutas, as algozes, pela ousadia de expor as sagradas intimidade e privacidade (masculinas). Além disso, a situação trazida pelo congressista reforça estereótipos de gênero (o cliente, homem, e a prostituta, mulher), ignorando o fato de que mulheres também podem ser clientes, e que não raro, existem homens prestadores de serviços sexuais, invertendo completamente a lógica do exemplo supracitado.

⁵²⁷ “Enfim, a prisão é uma máquina de infligir dor para certos comportamentos entre certas classes sociais e também entre os resistentes de cada ordem social [...]. Com isto, temos de dizer adeus às *ilusões re*, tão presentes no discurso das equipes encarregadas de “humanizar” os sistemas penais. É toda essa multidão de sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e que tais que insistem em trabalhar a ilusão de uma prisão feliz e funcional, de onde os reeducandos sairiam melhor do que entraram”. BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 91.

⁵²⁸ “Tomada como objeto da reflexão médica enquanto um dos aspectos característicos da cidade doente, **a prostituição, consensualmente, é diagnosticada como um mal que ameaça a saúde física, moral e social do conjunto da população urbana**. Mas, se de um lado as medidas profiláticas contra a prostituição apresentam-se como uma preocupação comum, de outro o discurso manifesta discordâncias quanto às formas que deveriam ser empregadas no tratamento da doença. O objetivo almejado por todos era o de controlá-la, mas a idéia de controle revela significados distintos. Para uns, controlar seria limitar, isolar e manter a prostituição, convertendo-a em espaço útil para a sociedade, através de medidas higiênicas e policiais. **Para outros, controlar seria diminuir e, se possível, eliminar o mal da sociedade, através da repressão policial rigorosa, ativada com base nos princípios legais já existentes**” (grifo nosso). ENGEL, Magali. Obra citada, p. 103-104.

Prosseguindo nos demais fundamentos, causa perplexidade a acusação de que o trabalho sexual fomenta a criminalidade e ameaça as famílias, visto que não há explicação alguma para tal causalidade, colocada como se fosse um dado facilmente constatável. Igualmente infundada a alegação de comprometimento das famílias, pois correntes feministas demonstraram que, em determinados períodos históricos, o casamento tem a prostituição como o seu correlato imediato.⁵²⁹

Uma vez elencadas as críticas cabíveis, passamos a examinar o próximo projeto.

4.1.3.2 Projeto de Lei nº 4.244/2004

4.1.3.2.1 Teor do projeto e justificativa

O PL apresentado pelo Deputado Federal Eduardo Valverde (PT/RO) tramitou praticamente na mesma época do projeto anteriormente analisado. Com o objetivo de instituir a profissão “trabalhadores da sexualidade”, estes são definidos (art. 1º) como a pessoa adulta que, habitualmente e de forma livre, submete o próprio corpo para ter relações sexuais com terceiros, mediante remuneração previamente combinada. São elencadas ao menos sete categorias destes trabalhadores, desde a prostituta/prostituto, até o gerente da casa de prostituição (art. 2º). É possível que a prestação de serviços seja subordinada, sendo necessário que as condições de trabalho estejam estabelecidas contratualmente (art. 3º). Dentre os direitos previstos (art. 4º), o mais relevante parece ser o acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventiva, de combate às doenças sexualmente transmissíveis, pois reforça os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS): a universalidade de acesso e a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie (art. 7º, I e IV, da Lei nº 8.080/90).

Para que a profissão em destaque seja exercida, é imprescindível o registro expedido pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), renovado a cada 12 (doze) meses, desde que seja apresentada a inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), bem como o “atestado de saúde sexual”, emitido pela autoridade de saúde pública (art. 5º, §1º e §3º). O funcionamento regular dos

⁵²⁹ Conforme Simone de Beauvoir, “É preciso que haja esgotos para assegurar a salubridade dos palácios [...]”. BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, p. 323.

estabelecimentos – que podem se constituir enquanto cooperativas de trabalho ou empresas (art. 7º) – é garantido mediante autorização das autoridades competentes, em matéria de vigilância sanitária e de segurança pública (art. 6º).

A justificativa do projeto é bastante singela, contando com apenas três parágrafos, nos quais o autor menciona que, não obstante as divergências ensejadas pela prostituição, em alguns países (como a Holanda) ela é legalizada. A iniciativa partiu da premissa de que milhares de pessoas exercem a prostituição no Brasil, e por isso, seria necessário dotar os órgãos competentes de melhores condições de controle e de contenção de abusos.

4.1.3.2.2 Trâmites legais

Se comparado aos outros dois projetos examinados neste artigo, a tramitação do PL nº 4.244/04 foi bastante reduzida.⁵³⁰ Após três meses de apresentação do projeto (outubro de 2004), a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados o encaminhou às seguintes Comissões: i) Trabalho, de Administração e de Serviço Público; ii) Constituição e Justiça e de Cidadania. Porém, em setembro de 2005, o Deputado Eduardo Valverde, através do Requerimento nº 3302/2005, solicitou a retirada de tramitação do PL. Considerando que no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados não há meios para acessar o teor do requerimento, as razões do pedido ficam desconhecidas. Possivelmente tal estratégia foi adotada para concentrar os esforços políticos no PL nº 98/2003, cujo autor, à época, pertencia ao mesmo partido político que Eduardo Valverde.

4.1.3.2.3 Críticas

Em relação ao projeto de Fernando Gabeira, este PL é muito mais desenvolvido ao ingressar em detalhes da profissão que pretende regulamentar. A técnica legislativa adotada – ao inserir “dentre outros” nos direitos e modalidades laborais (arts. 2º e 4º) – não restringe nem as possibilidades de trabalho sexual nem os seus direitos correspondentes, por se tratar de uma lista meramente exemplificativa.

⁵³⁰ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=266197>. Acessado em: 17/02/2017.

Outro ponto positivo é o reconhecimento, na justificativa, de um dado que deveria ser óbvio para os demais congressistas, ou seja, a existência de milhares de pessoas que exercem a prostituição no Brasil.⁵³¹ Eleger a via da legalização, tirando a prostituição da mira do Direito Penal, e trazendo-a para o Direito do Trabalho, parece ser uma opção menos hipócrita e mais condizente com os anseios dos movimentos de prostitutas.⁵³²

Contudo, o caráter do registro nas Delegacias Regional de Trabalho deve ser ponderado com outros aspectos.

Será que uma mulher se sentiria confortável em ter registrada na sua carteira de trabalho que, durante certo período, foi uma profissional do sexo? Caso optasse por deixar a prostituição, buscando outro emprego, seria vista com “bons olhos” pelas demais empresas em seus processos internos de seleção? Mesmo que se tratasse de um concurso público, a candidata que outrora foi trabalhadora sexual não seria prejudicada na etapa de avaliação social, referente à sua vida pregressa?

O medo de sofrer preconceito e carregar o estigma da prostituição poderia fazer com que este ofício continuasse sendo exercido de forma clandestina, sem anotações na carteira de trabalho. Evidente que as indagações não passam de hipóteses, sem comprovação empírica, mas considerando a persistência do machismo na sociedade brasileira, imagina-se que a legalização, por si só, desacompanhada de outras políticas públicas, não será capaz de erradicar as concepções distorcidas acerca da prostituição.

Questiona-se, ainda, a exigência de apresentação do “atestado de saúde sexual”, como condição para revalidar o registro profissional. Em primeiro lugar, toda

⁵³¹ O deputado, não por um acaso, deixa de citar fontes que embasem a sua afirmação. Isto porque praticamente não existem, no Brasil, pesquisas empíricas, relatórios e estudos consolidados que sejam capazes de mapear a prostituição em todo o país, indicando quantas pessoas efetivamente se dedicam à atividade. Apesar deste *déficit*, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), em conjunto com a OnG DAVIDA “[...] tomou a decisão de realizar uma análise dos contextos da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde, *dada a inexistência de análises relacionadas ao tema* que partam da compreensão dos diferentes campos de força estabelecidos na arena das políticas públicas brasileiras” (p. 6, grifo nosso). Neste documento, destaca-se justamente que a invisibilidade do tema contribui para a inexistência de políticas públicas específicas, bem como para a ausência de informações de âmbito nacional. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil**: levantamento nacional e contexto internacional. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. Disponível em: http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2014/03/analise_contexto_abia-davida.pdf. Acessado em: 17/02/2017.

⁵³² “Sento, laminto e choro, mas prefiro dar voz a nós prostitutas, ouvir nossas próprias histórias e demandas, lutar para que tenhamos plenas condições de escolher o caminho que quisermos, seguir na prostituição sendo um deles. Ninguém aqui acredita, em sã consciência, que viverá pra ver o fim da prostituição. **O mais urgente, portanto, é lutar por melhores condições para que essas que estão na atividade possam exercê-la em segurança, melhor remuneradas, sem o peso do estigma**”. MOIRA, Amara. Obra citada, p. 141.

cautela é necessária quando se trata da relação entre prostituição e os discursos médicos, que historicamente a encararam como meio de propagação de patologias venéreas, sendo a própria prostituição considerada enquanto uma doença.⁵³³ Por isso, no período imperial da história brasileira, estudado por Magali Engel, incumbia aos médicos investigar esta ameaça, à higiene e à saúde pública. Assim, o que antes estava oculto, poderia ser descoberto, conhecido e classificado, para que então, fosse controlado.⁵³⁴

Esta certamente não seria uma orientação desejada pelas prostitutas organizadas, pois além do viés patológico, coloca em seus ombros a responsabilidade pela transmissão de moléstias. Embora o projeto não seja claro suficiente a respeito do atestado de saúde, costuma prevalecer a lógica preconceituosa de que a prostituta deve se encarregar do uso de preservativo nas relações sexuais, isentando completamente o cliente. Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que o foco de eventuais patologias sempre estará naquele ou naquela que se prostitui. Mais um sinal de que as políticas públicas de saúde destinadas a este grupo devem ser formuladas na perspectiva das trabalhadoras sexuais.

4.1.3.3 Projeto de Lei nº 4.211/2012⁵³⁵

4.1.3.3.1 Teor do projeto e justificativa

Batizado de “Lei Gabriela Leite” – por conta de sua militância histórica na prostituição brasileira⁵³⁶ –, o PL conceitua o profissional do sexo como o indivíduo maior de dezoito anos que, voluntariamente, presta serviços sexuais mediante

⁵³³ ENGEL, Magali. Obra citada, p. 66.

⁵³⁴ ENGEL, Magali. Obra citada, p. 66-67.

⁵³⁵ Para uma análise feminista marxista deste projeto, ver: TABUCHI, Mariana Garcia; ROMFELD, Victor Sugamoto. **À margem da sociedade, ao centro do capital**: o mercado barato de mulheres – apontamentos acerca do Projeto de Lei Gabriela Leite. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/11/Jornada-1%C2%BA-lugar.-Mariana-e-Victor1.pdf>. Acessado em: 18/02/2017. Tal artigo foi apresentado em 2013, na XV Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ocasião na qual obteve o primeiro lugar.

⁵³⁶ De acordo com a justificativa do projeto: “a lei aqui proposta se intitula “Gabriela Leite” em homenagem a profissional do sexo de mesmo nome, que é militante de Direitos Humanos, mais especificamente dos direitos dos profissionais do sexo, desde o final dos anos 70. Gabriela Leite iniciou sua militância em 1979, quando se indignou com atitudes autoritárias, arbitrarias e violentas por parte do Estado que, através da Polícia de São Paulo, promovia perseguições a travestis e prostitutas” (p. 8). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829&filename=Tramitacao-PL+4211/2012. Acessado em: 17/02/2017.

pagamento (art. 1º). Um de seus méritos consiste na diferenciação entre o ato de se prostituir e a exploração sexual, que ocorre: i) quando há apropriação, por terceiro, maior do que 50% do rendimento do prestador de serviço; ii) se não for efetuado o pagamento pelo serviço contratado, ou ainda; iii) na hipótese de alguém ser forçado a praticar prostituição, mediante violência ou grave ameaça (art. 2º, parágrafo único, incisos I-III).

As possibilidades de trabalho vão além da modalidade autônoma, abarcando a prestação de serviços em regime de cooperativa, ou mesmo numa casa prostituição, desde que neste estabelecimento não haja exploração sexual (art. 3º). O projeto também garante a aposentadoria especial de 25 anos (art. 5º) e em relação à esfera penal, mantém os artigos do CP (arts. 228-231), retirando-se o termo “prostituição”, com o intuito de criminalizar apenas as situações de exploração sexual.

Prosseguindo para a justificativa, o deputado afirma que a existência da prostituição é alimentada pela própria sociedade que a condena, a partir de um moralismo superficial e injusto, que fundamenta a negação de direitos. Consta que o projeto dialoga com a lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas e com os projetos anteriores, apresentados pelos deputados Fernando Gabeira e Eduardo Valverde.

O autor esclarece que, com a iniciativa, não se trata de estimular o ingresso na profissão, mas sim reduzir riscos da atividade, efetivando a dignidade humana, para combater um pensamento hipócrita que priva pessoas de direitos elementares. Argumenta que, na realidade, a legalização se coloca como instrumento do Estado de enfrentamento do tráfico de pessoas e da exploração sexual, diante da possibilidade de fiscalização e controle estatal nas casas de prostituição. A descriminalização destes locais, no entendimento do congressista, promoveria melhores condições de trabalho, higiene e segurança, evitando também a cobrança de propinas por parte dos policiais, em troca do silêncio e funcionamento às margens da lei.

4.1.3.3.2 Trâmites legais

Encaminhado em junho de 2013 para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM),⁵³⁷ contando com um parecer do relator, o Deputado Federal Pastor Eurico (PSB/PE). Este, por sua vez, inicia seu voto afirmando que os defensores da legalização da prostituição partem de um pressuposto falso, na medida em que o indivíduo plenamente livre para escolher se prostituir não existe. As escolhas estariam condicionadas a fatores sociais, econômicos e culturais, além da interferência da lógica perversa da indústria do sexo,⁵³⁸ que transforma o corpo em objeto de consumo. Seguindo esta linha argumentativa, alega que o fato de a pessoa ser tratada enquanto mercadoria seria incompatível com a dignidade humana, visão compartilhada por movimentos feministas e por estudiosos da área.

Para embasar seu parecer, o deputado recorre a argumentos de uma organização não governamental internacional de viés feminista (Coalização contra o Tráfico Internacional de Mulheres – CATW), contrários à legalização da prostituição diante do enriquecimento dos empresários do sexo, do estímulo ao tráfico de pessoas, do aumento da prostituição de rua, do turismo sexual decorrente dos grandes eventos, entre outras preocupações.

Menciona, a título ilustrativo, o exemplo da França que possui políticas de abolição da prostituição, encabeçadas à época (2012) pela Ministra dos Direitos das Mulheres, Najat Vallaud-Belkacem.

Aponta que, mesmo dentro do partido de Jean Wyllys (PSOL) existem correntes que se contrapõem quanto à regulamentação. Utiliza-se, ainda de uma série de autores para questionar lugares comuns, relativizando a “profissão mais antiga do mundo” a partir do pensamento da historiadora Tânia Navarro Swain, especialista em estudos de gênero pela Universidade de Brasília (UnB), considerando que a prostituição da sociedade contemporânea difere bastante daquela que se verifica em outros períodos históricos.

⁵³⁷ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acessado em: 18/02/2017.

⁵³⁸ “Em contato estreito com a prostituição, bares, restaurantes, boates, motéis, hotéis, pequenas pensões, sex shops, confecções, maquiagem, produtoras de filmes pornográficos e outros obtêm grandes lucros decorrentes dessa atividade” (p. 2). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1100071&filename=Tramitacao-PL+4211/2012. Acessado em: 18/02/2017.

Como não poderia deixar de ser, o pastor de manifesta sobre questões bíblicas, esclarecendo que, segundo o seu ponto de vista, Jesus Cristo defende a pessoa que cometeu o pecado, e não a prostituição propriamente dita.

Tendo em vista o final de legislatura (2014), o projeto foi arquivado, mas posteriormente desarquivado pelo Requerimento nº 124/2015, apresentado após a reeleição de Jean Wyllys para o mesmo cargo de representação política. Entretanto, notícias recentes informam que o projeto está parado na Câmara dos Deputados, aguardando a composição de uma comissão temporária para analisá-lo.⁵³⁹

4.1.3.3.3 Críticas

É possível dizer que o PL Gabriela Leite representa um avanço em relação aos seus antecessores, pois esclarece que somente poderiam ser considerados trabalhadores sexuais indivíduos maiores de dezoito anos e delimita o conceito de exploração sexual, ainda nebuloso da forma como foi inserido no CP. Outro mérito do projeto está no fato de que foi elaborado e debatido em conjunto com integrantes da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), organização que luta por direitos das trabalhadoras sexuais.⁵⁴⁰ Na contramão da maioria esmagadora dos congressistas, Jean Wyllys, através do projeto, procurou valorizar o protagonismo dos movimentos de prostitutas,⁵⁴¹ discutindo a regulamentação da profissão com aquelas que seriam diretamente afetadas pelas decisões de um congresso majoritariamente masculino, branco, elitista, conservador e heterossexual.⁵⁴²

Isto não significa que o projeto esteja isento de críticas. O próprio conceito de exploração sexual, a princípio, mostra-se mais favorável ao empresário do sexo do que àqueles que se prostituem, pois somente se configura com a apropriação de mais de

⁵³⁹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/projeto-que-regulamenta-atividade-de-profissionais-do-sexo-esta>. Acessado em: 18/02/2017.

⁵⁴⁰ BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas da nossa própria história: prostituição e feminismos** em Belo Horizonte. Florianópolis: 2015, 287 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵⁴¹ Dando voz ao ativismo dessas mulheres, condição essencial que vem sendo destacada por pesquisadores da área: GARCIA, Tamires de Oliveira. “Pagando bem, que mal tem? Ponderações sobre a regulamentação da atividade do sexo, marginalização e criminalização”. **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: EST, v. 4, 2016, p. 118.

⁵⁴² Inclusive, o autor do PL Gabriela Leite denuncia que apesar do tema ser tratado como tabu pelos políticos, cerca de 60% dos homens do Congresso Nacional seria usuário dos serviços de prostituição em Brasília. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/01/1216594-jean-wyllys-diz-que-se-baseou-em-sociedade-ao-falar-de-prostituicao.shtml>. Acessado em: 03/01/2018.

50% dos rendimentos da trabalhadora sexual, percentual aparentemente elevado e desfavorável para esses profissionais.

O que mais surpreende neste projeto não é o seu teor e a forma com que procura regulamentar o trabalho sexual, mas sim o seu trâmite na Câmara dos Deputados, especialmente no parecer formulado pelo Pastor Eurico.

O deputado religioso aproveita-se das divergências dentro de setores progressistas para denunciar uma suposta incoerência e também utilizar os argumentos contrários ao seu favor (alguns deles, distorcidos de forma perversa). Trata-se de reflexões desenvolvidas pelos movimentos feministas abolicionistas, empregadas estrategicamente como fundamentos “de ocasião” pelo congressista.

A despeito de seu inconformismo com a objetificação do corpo, este se tornou uma mercadoria há muito tempo, seja nas capas de revistas, nos meios virtuais, na mídia, na indústria da moda e da estética. Não temos conhecimento de nenhum projeto de lei tramitando nas casas legislativas que impeça o trabalho de modelos nas passarelas, de dançarinos e dançarinas – praticamente nus em programas televisivos de grande audiência – ou mesmo das atrizes e dos atores de filmes pornográficos. Todas essas modalidades de trabalho, que também lidam com o corpo enquanto uma mercadoria a ser exposta e explorada, curiosamente não causam a ira nem a perseguição de políticos conservadores e fundamentalistas.

De acordo com a linha argumentativa defendida pelo autor do parecer, o sistema jurídico atualmente vigente (abolicionismo) é melhor do que aquele proposto no PL, quando na realidade este setor específico do CP tem oito décadas de vigência de um absoluto fracasso em termos de política criminal, representando um objetivo frustrado de erradicar a prostituição através da repressão policial.

O pastor trata as prostitutas como se fossem exclusivamente vítimas, negando as vivências e anseios destas profissionais, além de ignorar o fato de que Jean Wyllys formulou o PL junto com a própria Gabriela Leite e com outros representantes de movimentos sociais que lutam por direitos dos trabalhadores sexuais.⁵⁴³ Em nenhuma passagem do parecer, o pastor se interessa pela perspectiva *diversa*, ou seja, daquelas que exercem a prostituição. A prostituta ativista Monique Prada, por exemplo, destaca a

⁵⁴³ “[...] compreendo que estender a cidadania às pessoas que se prostituem é um passo importante no sentido da efetivação da dignidade humana. O projeto foi concebido em parceria com representantes dos movimentos sociais que lutam pelos direitos dos profissionais do sexo, inclusive com a própria Gabriela Leite, que infelizmente nos deixou em 2013, vítima de câncer”. WYLLYS, Jean. **Tempo bom, tempo ruim**: identidades, políticas e afetos. São Paulo: Paralela, 2014, p. 161.

importância do projeto para proteger trabalhadores sexuais em situação de vulnerabilidade social, apesar de reconhecer as falhas do PL Gabriela Leite.⁵⁴⁴

4.1.3.4 Considerações finais

Considerando o cenário político absolutamente hostil para a conquista das pautas descritas no tópico anterior, fica a pergunta: até quando deixaremos as trabalhadoras sexuais sem acesso aos seus direitos fundamentais?⁵⁴⁵

Para além das inúmeras divergências que a prostituição enseja na sociedade e nas correntes do feminismo, é preciso tomar como ponto de partida a necessidade de reconhecimento e de proteção dos direitos humanos daquelas que se prostituem.⁵⁴⁶ Conforme as lições de Herrera Flores, os direitos humanos são um tema de alta complexidade, tendo em vista a incidência de elementos ideológicos e culturais, bem como o fato de ser uma temática intimamente vinculada à vida concreta das pessoas.⁵⁴⁷ Por isso, uma visão crítica dos Direitos Humanos deve: i) assumir a perspectiva dos oprimidos e excluídos, vítimas de graves violações de direitos e de toda a sorte de injustiças,⁵⁴⁸ e ii) rechaçar a hegemonia do padrão cultural ocidental, que historicamente ditou as formas de interpretação do mundo, estabelecidas por um homem branco, proprietário, adulto, europeu e cristão.⁵⁴⁹

⁵⁴⁴ “Entretanto, o projeto é de grande importância para proteger as prostitutas em situação de maior vulnerabilidade social. Deixar a profissão não-regulamentada só favorece a existência de prostíbulos baratos e insalubres, só estimula o trabalho das máfias, o tráfico humano, a escravidão. **Lembremos que trabalho escravo não é inerente apenas à prostituição: há mão-de-obra escrava farta na indústria da construção civil, do vestuário, da mineração. E a situação do trabalhador doméstico nos pontos mais longínquos do país, como anda?**” (grifo nosso). PRADA, Monique. **As prostitutas e o direito de existir**. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/as-prostitutas-tambem-tem-o-direito-de-existir/>. Acessado em: 18/02/2017.

⁵⁴⁵ FEIJÓ, Maurício Eduardo de Vasconcelos; PEREIRA, Jesana Batista. “Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana”. **Cadernos de Graduação (Ciências Humanas e Sociais)**. Maceió, v. 2, n. 1, maio/2014, p. 53.

⁵⁴⁶ A Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH), ao analisar o caso “B.S. vs. Espanha”, destacou que B.S., enquanto prostituta, sofreu uma série de discriminações por parte da polícia e do Poder Judiciário espanhol, e por isso, condenou o Estado a ressarcir os danos sofridos pela vítima. O caso é bastante positivo para os movimentos organizados de prostitutas, quanto aos seus efeitos práticos, pois os julgadores encararam a trabalhadora sexual como cidadã e detentora de direitos. Para uma análise crítica e feminista deste julgado, ver: LIMA, Débora Dossiatti de; ROMFELD, Victor Sugamoto. Prostituição e Direitos Humanos: reflexões a partir do caso “B.S. vs. Espanha”. In: FACHIN, Melina Girardi (Org.). **Direito Constitucional Multinível: diálogos a partir do Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Curitiba: Prismas, 2017, p. 163-183.

⁵⁴⁷ HERRERA FLORES, Joaquín. “Hacia una visión compleja de los derechos humanos”. **El vuelo de Anteo: Derechos humanos y crítica de la razón liberal**. Bilbao: Desclée de Brouwer, S.A., 2000, p. 19.

⁵⁴⁸ HERRERA FLORES, Joaquín. Obra citada, p. 58.

⁵⁴⁹ SÁNCHEZ RUBIO, David. **Encantos y desencantos de los derechos humanos**. Barcelona: Icaria editorial, 2011, p. 25.

Este modelo de pensamento é responsável por silenciar as vozes das profissionais do sexo, que nunca foram contempladas pela legislação brasileira, pelas polícias ou pelo Poder Judiciário enquanto sujeitos de direito,⁵⁵⁰ no máximo enquanto vítimas ou criminosas. O Código Penal, vigente a partir da década de quarenta, encarava a prostituição como um “crime contra os costumes”: nesta lógica, a atividade de prostitutas era tida como um “mal necessário”, desviante da sexualidade aceita como “normal”, mas controlável através da repressão penal de condutas que estavam no seu entorno. Muitos anos depois, a reforma de 2009 trouxe mudanças no sentido de tutelar a dignidade sexual daquela que se prostitui, embora a alteração não tenha repercutido positivamente na vida e na rotina das trabalhadoras sexuais. Por isso, a manutenção do sistema abolicionista representa um obstáculo para a garantia de direitos, sendo o Direito Penal uma via inadequada para lidar com a prostituição.

Igualmente criticável a iniciativa de criação de um tipo penal que incida sobre os clientes dos serviços sexuais. Além de reforçar a ineficácia do sistema abolicionista, que somente atinge estratos sociais vulneráveis, prejudicaria consideravelmente os prestadores de tal serviço. A proposta criminalizadora não contribui para a concretização de direitos, fortalecendo o estigma da profissão e reiterando o seu *status* de clandestinidade.

Avançando para os projetos de legalização da prostituição, percebe-se que os seus defensores denunciam a hipocrisia generalizada e o falso moralismo dos representantes políticos, responsáveis pela marginalização da atividade que carece da garantia de direitos. Noutro giro, os autores dos PL's pecam ao caracterizar a prostituição como a “profissão mais antiga do mundo”, partindo da premissa de que sempre existiu, independentemente de suas nuances históricas, naturalizando o fenômeno numa perspectiva evolucionista, diretrizes típicas do positivismo.

⁵⁵⁰ Este aspecto é sublinhado por Tamires de Oliveira Garcia, que fez pesquisa com prostitutas junto ao Núcleo de Estudos de Prostituição (NEP) em Porto Alegre: “Nos relatos que presenciei, uma das reivindicações das profissionais que mais me chamou atenção diz respeito à forma como são tratadas pelo sistema de justiça quando resolvem registrar alguma ocorrência de fato que envolve o trabalho. Nesses fatos, já foram indicados furtos, estupros e ameaças de clientes. Quando recebem a orientação do Núcleo para procurar a polícia e registrar ocorrência, a reação é sempre a mesma: resistência e frustração. Dificilmente querem recorrer ao sistema de justiça, porque sabem que vão receber tratamento diferenciado (e discriminatório) por serem prostitutas e que para sua demanda provavelmente não será dado prosseguimento investigatório. Para as profissionais do sexo, fica claro o tratamento distinto que recebem do sistema de justiça por serem prostitutas. Um estupro não é considerado estupro quando praticado contra uma prostituta, já que o corpo dessas mulheres é considerado sempre à disposição. Um assalto cometido em um espaço de prostituição não é tratado com seriedade, já que os proventos vindos desse trabalho não são vistos como legítimos de atenção e proteção, visto que oriundos de uma prestação de serviços moralmente condenada”. GARCIA, Tamires de Oliveira. Obra citada, p. 124-125.

Por outro lado, aqueles que se manifestaram contrariamente à prostituição, em seus pareceres apresentados no curso do processo legislativo, reproduzem diversos posicionamentos que sintetizam o senso comum machista a respeito do tema, concluindo que o ato de se prostituir não seria um comportamento aceito, afrontando a dignidade sexual dos indivíduos, que devem ser reinseridos na sociedade, preferencialmente num trabalho “produtivo”.

Apesar dos avanços trazidos pelos projetos de lei, instigando o Poder Legislativo brasileiro a discutir um tema que, via de regra, é tratado como se não existisse, eles se mostraram insuficientes para efetivar a demanda legítima das profissionais do sexo, dando indícios de que, com a legalização, os empresários estariam se beneficiando mais do que as próprias prostitutas.⁵⁵¹

É preciso ter em mente que mera regulamentação desta atividade, sem o acompanhamento de outras iniciativas estatais – políticas públicas de segurança, saúde e educação –, não será capaz de melhorar significativamente as condições de vida das trabalhadoras sexuais. Também é necessário considerar que a própria ideia de cidadania, reivindicada pelo movimento de prostitutas, foi construída tendo como modelo a posição do homem (sobretudo, branco e proprietário), numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, de raça e de classe.⁵⁵² Apesar de tais ressalvas, pensar estratégias jurídicas para a prostituição significa, a um só tempo, combater os estigmas que perpassam esta atividade e buscar a superação do *stauts* de subcidadania ocupado historicamente pelas prostitutas.⁵⁵³

Desse modo, a regulamentação é o caminho mais indicado para concretizar as demandas das trabalhadoras sexuais,⁵⁵⁴ desde que as propostas: i) estejam atentas às

⁵⁵¹ TABUCHI, Mariana Garcia; ROMFELD, Victor Sugamoto. Obra citada, p. 25.

⁵⁵² MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia.

Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 64.

⁵⁵³ Quanto a subcidadania, nos valem das considerações de Jessé Souza: “Em sociedades periféricas modernizadas de fora para dentro, como a brasileira, “gente” vai ser o “europeu”. (...) Com a designação de “europeu” eu não estou me referindo, obviamente, à entidade concreta “Europa”, nem muito menos a um fenótipo ou tipo físico, mas ao lugar e à fonte histórica da concepção culturalmente determinada de ser humano que vai se cristalizada na ação empírica de instituições como mercado competitivo e Estado racional centralizado (...). O “europeu” e a “europeidade” (...) vão se transformar na linha divisória que separa “gente” de “não gente” e “cidadão” de “subcidadão””. SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 181-182.

⁵⁵⁴ A mesma posição é assumida no imprescindível trabalho de Alessandra Margotti: “Defende-se aqui a implementação desse modelo legal no Brasil, atendendo a demanda de inúmeras pessoas trabalhadoras do sexo, em especial de prostitutas mulheres ligadas a movimentos de prostitutas feministas que exercem a prostituição como profissão. Muitas são as pessoas que escolhem seu exercício sem qualquer forma de violência imposta por terceiros e que não têm acesso a direitos básicos, individuais e sociais,

desigualdades e vulnerabilidades dentro do próprio grupo das prostitutas (classe, gênero, raça orientação sexual, identidade de gênero); ii) sejam formuladas com a incorporação das vivências e dificuldades narradas por estas profissionais, valorizando o seu protagonismo e priorizando os lugares de fala dos indivíduos que se prostituem, acima de qualquer interesse econômico por parte da indústria do sexo.

4.2 Penalistas contemporâneos: doutrina “moderna” enraizada na moral sexual e nos bons costumes

Sejam elas putas de luxo ou ocasionais, putas de calçada, velhas, jovens, talentosas, dominadoras, drogadas ou mães de família, não faz, a priori, nenhuma diferença. Trocar um serviço sexual por dinheiro, mesmo em boas condições, mesmo voluntariamente, é um atentado à dignidade da mulher. A prova: se elas tivessem escolha, não seriam prostitutas. Ah, essa retórica...⁵⁵⁵

No Título VI do CP, existe um grupo de crimes pouco estudado pelas ciências criminais, localizado no Capítulo V: do lenocínio e do tráfico de pessoa⁵⁵⁶ para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual.⁵⁵⁷ Este é o objeto específico que pretende ser analisado: precisamente, os posicionamentos dos penalistas brasileiros contemporâneos a respeito desses delitos (arts. 227-230), que de alguma forma envolvem a prostituição.

O objetivo deste tópico consiste em demonstrar que, mesmo com a reforma que ocorreu em 2009, modificando o bem jurídico tutelado pela norma penal (dos costumes para a dignidade sexual), a maioria da doutrina continua imersa no paradigma anterior, compreendendo estes crimes como atentatórios à moral sexual e aos bons costumes. Sendo assim, analisaremos os discursos dos doutrinadores sobre os crimes supracitados, expondo seus posicionamentos não apenas sobre aspectos dogmáticos, mas também acerca da prostituição propriamente dita, ainda que esta não seja tipificada enquanto uma conduta ilícita.

simplesmente pelo preconceito moral que permeia a profissão e o sexo, de modo geral, e pela suposição de que a prostituição sempre é motivada por violência”. MARGOTTI, Alessandra. Obra citada, p. 101.

⁵⁵⁵ DESPENTES, Virginie. Obra citada, p. 48.

⁵⁵⁶ Observe-se que, embora constem no capítulo V, os crimes referentes ao tráfico de pessoas (arts. 231 e 231-A) foram revogados pela Lei nº 13.344/2016. Tais condutas foram deslocadas para os crimes contra a liberdade pessoal, tipificados no art. 149-A pela lei mencionada. A princípio, a mudança é positiva porque desvincula a prostituição (exercida livremente) do tráfico de pessoas (no qual há violência, coação).

⁵⁵⁷ Na redação originária, o legislador penal denominou este capítulo da seguinte maneira: “do lenocínio e do tráfico de mulheres”.

Nesta empreitada, necessário traçar o caminho que será percorrido: inicialmente, apresentar a metodologia utilizada para investigar o(s) pensamento(s) dos penalistas brasileiros, para, na sequência, examinar o que cada um deles afirma em relação aos crimes do Capítulo V (Título VI) do CP, quais sejam: mediação para servir à lascívia de outrem, favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, casa de prostituição e rufianismo.

Por fim, com um panorama dos entendimentos destes autores, será possível fazer um balanço da concepção que existe sobre a prostituição, apurando se defendem sua regulamentação, abolição ou criminalização⁵⁵⁸ e verificando qual destes sistemas se conforma aos princípios de um Direito Penal Mínimo, num Estado que se intitula como Democrático.

4.2.1 Bem jurídico⁵⁵⁹ em disputa: moralidade sexual e bons costumes ou dignidade sexual?

Antes de ingressar nas correntes doutrinárias acerca dos crimes envolvendo a prostituição, é necessário explicar a metodologia utilizada, que justifica a escolha dos autores selecionados e a divisão dos tópicos.

De início, importante esclarecer que não se trata de examinar todos os penalistas conhecidos, nacionais e estrangeiros. O espaço amostral desta pesquisa está adstrito aos penalistas brasileiros contemporâneos, ou seja, autores de livros recentes, publicados a partir de 2010, tendo em vista a reforma empreendida pela Lei nº 12.015/2009.

⁵⁵⁸ Segundo Romfeld: “O sistema proibicionista criminaliza praticamente todas as manifestações da prostituição: a prostituta, o ‘cafetão’ e o cliente. [...] O sistema de descriminalização (também conhecido como sistema abolicionista), por sua vez, é aquele em que a prestação de serviços sexuais não é objeto de sanção pelo Direito Penal. No entanto, são criminalizados tanto o cliente como aquele que vive da prostituição de outro, com o intuito de atacar a demanda existente pelo serviço sexual. [...] Por fim, o sistema de legalização (também chamado de sistema regulador) encara a prostituição como um fenômeno social não erradicável: a prostituta, nesta perspectiva, é vista como uma prestadora de serviços”. ROMFELD, Victor Sugamoto. Os discursos criminológicos e sexistas nos sistemas de enquadramento jurídico da prostituição feminina. **Revista Jurídica Themis (nº 24)**. Curitiba: Centro Acadêmico Hugo Simas, 2012/2013, p. 232-234.

⁵⁵⁹ Quando se fala a respeito do bem jurídico, não se desconhecem as controvérsias que atingem o seu conceito. Entretanto, considerando que não é objeto desta dissertação o desenvolvimento da categoria mencionada, é importante esclarecer que nos filiamos ao conceito de bem jurídico formulado a partir de uma política criminal fundada em preceitos constitucionais, como forma de conter o poder punitivo estatal. Neste sentido, ver: BOZZA, Fábio da Silva. **Bem Jurídico e Proibição de Excesso como Limites à Expansão Penal**. São Paulo: Almedina, 2015, p. 146-150.

As obras investigadas versam sobre a Parte Especial do CP (os chamados manuais/cursos), ou então são focadas nos crimes contra a dignidade sexual (também intitulados de “crimes sexuais”). Também foram levados em consideração os artigos publicados em revistas especializadas, que apresentassem como tema a prostituição, os crimes contra a dignidade sexual, ou que abordassem os crimes previstos nos arts. 227-230 do CP.

Quanto aos livros – manuais e cursos de Direito Penal, Parte Especial –, houve o cuidado de apreciar aqueles publicados posteriormente à reforma de 2009, haja vista que a hipótese desenvolvida parte do seguinte pressuposto: a maioria da doutrina, não obstante a mudança do bem jurídico tutelado no Título VI do CP, continua imersa no paradigma anterior, qual seja, o da moral sexual e dos bons costumes.

Desse modo, as reflexões dos criminalistas serão agrupadas em relação a cada um dos delitos supracitados, perpassando algumas questões da Dogmática Penal, tais como o bem jurídico protegido pela norma penal, o sujeito ativo, o sujeito passivo, entre outras nuances, destacando os comentários doutrinários que vão além da Dogmática, sintomáticos a respeito do que esses autores pensam sobre um tema tão polêmico e controverso como a prostituição.

4.2.1.1 Mediação para servir à lascívia de outrem⁵⁶⁰

O crime que inaugura o Capítulo V (Título VI) do CP (art. 227) causa perplexidade, configurando-se quando o agente induz alguém a satisfazer a lascívia de outrem. Ao que parece, criminaliza uma conduta relativamente corriqueira da vida adulta⁵⁶¹: determinada pessoa (A) tem dois amigos, B e C, este se interessa por aquele, que não lhe conhece. Sabendo disso, e querendo que os dois amigos fiquem juntos, A conversa com B, comentando a respeito de C e suas qualidades, tentando convencê-lo para saíam juntos um dia, envolvimento que pode inclusive resultar na ocorrência de

⁵⁶⁰ Mediação para servir a lascívia de outrem

Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de um a três anos.

⁵⁶¹ No mesmo sentido, as reflexões de Nucci: “Praticamente, se aplicado literalmente, seria a punição das más ações, dos pecados, das imoralidades hipócritas. **O que interessa ao bem jurídico dignidade sexual se alguém dá a ideia a outrem para ter uma relação sexual?** Se são adultos e capazes, absolutamente nada. Aliás, mesmo que se trate de maior de 14 e menor de 18, pois já existe consentimento sexual válido nessa idade” (grifo nosso). NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas: aspectos constitucionais e penais**. São Paulo: RT, 2014, p. 184.

relação sexual no primeiro encontro.⁵⁶² Se A acabou induzindo B a satisfazer a “lascívia” de C, então restou caracterizado o delito em comento.⁵⁶³

O enquadramento desta conduta poderia fazer sentido no paradigma anterior (antes de 2009), quando considerada um “crime contra os costumes”, condenando a mediação sexual nos termos expostos, mesmo que se tratasse de pessoas maiores de 18 (dezoito) anos. Isto porque se procurava punir a intermediação da lascívia de outrem, entendida como a propensão à luxúria, a sexualidade exagerada, fora daquilo que o Código, em 1940, pretendia proteger: os “bons” costumes, a organização familiar tradicional (pai, mãe e filhos), na qual o sexo entre homem e mulher até poderia ser permitido, mas dentro dos moldes do casamento.

Ocorre que a partir de 2009, o foco de proteção não está mais na moral sexual ou nos costumes, mas sim na dignidade do indivíduo, sob o ponto de vista sexual, como um dos aspectos da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Brasileira com o advento da Constituição Federal em 1988. Sendo assim, segundo o nosso entendimento, é estranha a permanência desse crime diante da mudança do bem jurídico tutelado, pois ele está em sintonia com o modelo antecedente, de controle da sexualidade através da lei penal, que prevê delitos contrários aos costumes de uma sociedade da década de quarenta. Ao menos, esta foi a ideologia patriarcal que inspirou o legislador daquele período.⁵⁶⁴

A par de tais considerações iniciais, em termos técnicos, o crime está localizado no Título VI do CP, isto é, como um crime contrário à dignidade sexual,

⁵⁶² O mesmo exemplo é trabalhado na obra de Alessandra Margotti: “Isso pode resultar na criminalização da conduta de uma pessoa que incentive o envolvimento entre terceiros, caso estas venham a se relacionar sexualmente. Ou seja, da maneira como descrito, o tipo penal criminaliza um favor, a ação de tentar unir duas pessoas, o que é, inclusive, praticado o tempo todo por todas as pessoas em convívio social, restando o tipo totalmente inadequado”. MARGOTTI, Alessandra. Obra citada, p. 228.

⁵⁶³ A redação do tipo penal beira ao absurdo, sendo possível, inclusive, criminalizar o fetiche sexual *voyeur*, no qual existe prazer em observar duas pessoas fazendo sexo, conforme o exemplo dado por Pierangeli e Souza: “Como o Código apenas se refere a ato capaz de satisfazer a lascívia de outrem, o delito se aperfeiçoa até quando o destinatário se satisfaça em presenciar o ato libidinoso praticado entre o sujeito ativo e o induzido, o que ocorre com a pessoa que tem prazer em ver cenas íntimas (*voyeur*)”. PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. **Crimes sexuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015, p. 95.

⁵⁶⁴ Na Exposição de Motivos da Parte Especial do Código Penal, consta, ao final do item 71, a seguinte colocação: “Certamente, o direito penal não pode abdicar de sua função ética, para acomodar-se ao afrouxamento dos costumes”. Oportunas, neste sentido, as palavras de João Paulo Orsini Martinelli: “A redação original da Parte Especial do Código Penal previa os crimes sexuais – entre os quais aqueles referentes ao lenocínio – no Título VI denominado ‘Dos Crimes contra os Costumes’. **A postura do legislador à época reproduzia uma cultura social da ‘moral’ e dos ‘bons costumes’, particularmente quando o objeto em análise era o padrão de comportamento sexual.** Tais conceitos são relativamente vagos, a considerar que as normas penais devem ser interpretadas restritivamente” (grifo nosso). MARTINELLI, João Paulo Orsini. Casa de prostituição: A adequação social e a moral pública. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Ed. RT, ano 22, v. 110, set-out, 2014, p. 464.

ainda que sua manutenção neste setor específico soe incoerente. Mesmo assim, parcela expressiva da doutrina identifica como bem jurídico tutelado pelo art. 227 a moral sexual, atrelados ao paradigma antecessor, dos bons costumes.

Para Nucci,⁵⁶⁵ seria o regramento e a moralidade na vida sexual,⁵⁶⁶ para Damásio de Jesus, a disciplina da vida sexual de acordo com os bons costumes, a moralidade pública e a organização da família,⁵⁶⁷ para Bittencourt, a moralidade pública sexual com o objetivo de evitar o incremento e o desenvolvimento da prostituição,⁵⁶⁸ e finalmente, para Pierangeli e Souza, a disciplina da vida sexual com o intuito de impedir ou dificultar o ingresso da pessoa no mundo da prostituição.⁵⁶⁹

Num segundo bloco de penalistas, embora haja o reconhecimento de que o bem jurídico tutelado pelo art. 227 seja a dignidade sexual, a moral sexual continua sendo citada, como bem jurídico acessório, ou secundário.

Desta forma se posiciona Fernando Capez, aceitando o valor da pessoa humana como objeto jurídico, mas reconhece em segundo plano que a moral média da sociedade também é foco de proteção jurídica, incriminando um estágio anterior de suposto estímulo da prostituição.⁵⁷⁰ Em sentido semelhante, Rogério Greco, para quem a norma tutela, numa perspectiva ampla, a dignidade sexual, e também a moral sexual,⁵⁷¹

⁵⁶⁵ A colocação do autor em seu manual causa estranhamento, na medida em que Nucci é um dos únicos penalistas que dedicou um estudo específico a respeito da prostituição, defendendo, a um só tempo, a descriminalização dos crimes previstos no Código Penal, e consequente legalização da prestação de serviços sexuais. No estudo mencionado, Nucci define o art. 227 do CP como uma “vitruve de inoperância legislativa”, argumentando que extirpá-lo por completo não faria nenhuma falta. NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas: aspectos constitucionais e penais**. São Paulo: RT, 2014, p. 183-184.

⁵⁶⁶ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 897.

⁵⁶⁷ JESUS, Damásio de. **Direito penal, parte especial: crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública** (v. 3). 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 187.

⁵⁶⁸ BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, 4: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fê pública**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 151.

⁵⁶⁹ “Protege-se, em especial, a disciplina da vida sexual, com o intuito de impedir ou dificultar o ingresso da pessoa no mundo da prostituição [...]. Por via de consequência, tenta-se impedir ou pelo menos dificultar o fomento e a proliferação da prostituição e **todos os outros males que gravitam em torno dela, inclusive, e principalmente, o tráfico e consumo de drogas**” (grifo nosso). PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. Obra citada, p. 93.

⁵⁷⁰ “O valor da pessoa humana passa a ser o objeto jurídico dos delitos contemplados nos Capítulos IV e V. Procura-se, no entanto, também com esse amparo legal, impedir o desenvolvimento desenfreado da prostituição, o qual é, comumente, estimulado pela ação de terceiros que exploram o “comércio carnal”. A moral média da sociedade, portanto, em segundo plano, também é foco da proteção jurídica. Embora esse tipo penal não puna a ação de induzir o menor a satisfazer a lascívia de um número indeterminado de pessoas, isto é, a prostituição, ele incrimina um estágio que podemos considerar inicial ao estímulo da prostituição, qual seja o de induzir alguém a satisfazer a lascívia de pessoa(s) determinada(s)”. CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, volume 3, parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública** (arts. 213 a 359-H). 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 96.

⁵⁷¹ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte especial, volume III**. 13. ed. Niterói: Impetus, 2016, p. 142.

orientação igualmente adotada por Cleber Masson.⁵⁷² Na mesma esteira, Marcão e Gentil, embora os autores classifiquem a conduta tipificada no art. 227 como abjeta, caracterizada pela “baixeza moral”.⁵⁷³

O único autor – ao menos entre aqueles que escrevem sobre Parte Especial do Direito Penal – que se posiciona de maneira crítica em relação ao bem jurídico protegido pelo art. 227 é Paulo Busato. Suas explicações são esclarecedoras, indicando que a conduta descrita no delito, se praticada entre pessoas maiores e capazes, sequer poderia ser punida, em virtude do princípio da intervenção mínima. Vejamos:

A verdade é que o ato de prostituir-se ou de entregar-se sexualmente a quem quer que seja, praticado por pessoas maiores e capazes, é parte da autonomia e liberdade sexual que cada um tem, pelo que as condutas acessórias a essa não deveriam, de modo algum, receber carga punitiva, independentemente do conteúdo moral que possam ter. [...] Desse modo, é possível concluir, criticamente, que esse bem jurídico, diante do perfil de fragmentariedade do princípio de intervenção mínima, seria insuscetível de proteção penal, ao menos na forma como é colocado neste artigo. [...] A nosso sentir, portanto, o princípio de intervenção mínima torna impune, no mínimo, a figura do *caput* do art. 227.⁵⁷⁴

Se por um lado, há um silêncio de parcela considerável da doutrina sobre a permanência do delito em comento enquanto um crime contra a dignidade sexual, por outro, essa mesma doutrina majoritária se limita a repetir o modelo que existia antes da reforma de 2009, reproduzindo a ideologia dos bons costumes de maneira acrítica, dando a impressão de que seus cursos e manuais não foram devidamente atualizados.

Além disso, alguns autores acabam ultrapassando os bens jurídicos em debate – bons costumes, antes de 2009, e dignidade sexual, depois de 2009 –, incluindo questões que não parecem estar abarcadas pela redação do tipo penal delimitado pelo art. 227, tais como impedir o crescimento da prostituição, ou o ingresso de indivíduos nesta profissão. No entanto, a conduta descrita nesse crime não menciona a prostituição e o seu incremento, mas tão somente a transação que tem a finalidade de satisfazer a

⁵⁷² “O bem jurídico penalmente é a dignidade sexual, bem como a moralidade pública, em seu aspecto sexual”. MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**, vol. 3: parte especial, arts. 213 a 359-H. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016, p. 97.

⁵⁷³ “A conduta abjeta e delituosa tratada no art. 227 tem por escopo a proteção do valor *dignidade sexual*, e tal conclusão se extrai da postura adotada na Lei n. 12.015/2009. A opção do legislador brasileiro por tipificar a modalidade de lenocínio ora tratada não está a salvo de severas críticas, nada obstante a *baixeza moral* das condutas tipificadas no artigo sob análise [...]. Na apuração dos fatos, em regra **se trará à luz seres desprovidos de qualquer freio moral; habitantes do submundo das perversões e do desprezo ao ente humano**” (grifo nosso). MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual**: comentários ao Título VI do Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 285-286.

⁵⁷⁴ BUSATO, Paulo Cesar. Obra citada, p. 899.

lascívia de outro indivíduo. Não faria sentido que o art. 227 procurasse punir o estímulo à prostituição, visto que esta conduta é punida na norma penal subsequente (art. 228).

Neste aspecto, os penalistas mencionados incorrem em interpretação extensiva, ampliando o campo de possibilidades hermenêuticas de uma norma jurídica, de tal sorte que previsões originalmente não previstas passam a estar compreendidas no âmbito de aplicação de determinada norma.⁵⁷⁵ Todavia, no que diz respeito à Dogmática Penal, a interpretação extensiva é absolutamente proibida, pelo princípio da legalidade.⁵⁷⁶

Verifica-se que as considerações tecidas pela maioria dos penalistas apresentados neste tópico, além de contrariar princípios basilares da Dogmática Penal, extrapolam o enfoque técnico. Revelam, acima de tudo, o preconceito manifesto dos penalistas ao tratar da prostituição como um fenômeno abjeto, violador da “moral média da sociedade”, cujos “praticantes” (prostitutas) não passam de “habitantes do submundo das perversões” (como afirmam Marcão e Gentil). É neste momento que o discurso jurídico, em tese tecnicista, se funde com o discurso machista e moralista, demonstrando que parcela expressiva dos juristas das ciências criminais é avessa à prostituição, inserida numa esfera de imoralidade.

Em última instância, é possível dizer que esses autores são coniventes com a existência de crimes risíveis⁵⁷⁷ como aquele previsto no art. 227, embora seja evidente a fragilidade dos argumentos usados, reveladores do machismo que atinge a legislação penal e a autonomia das mulheres (prostitutas ou não).⁵⁷⁸

⁵⁷⁵ MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 176.

⁵⁷⁶ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal – Parte Geral**. 4. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 61.

⁵⁷⁷ Esta denominação é utilizada por Nucci quando se refere ao art. 227 do CP: “Alguns tipos penais incriminadores, existentes no Código Penal, chegam a ser risíveis, tais como o delito de induzimento à lascívia (art. 227, *caput*). Convencer alguém a satisfazer o prazer sexual de outrem, pura e simplesmente, sem violência, ameaça ou pagamento é considerado crime no Brasil. Cuida-se de visível ofensa à intimidade e lastimável golpe na dignidade humana”. NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas: aspectos constitucionais e penais**. São Paulo: RT, 2014, p. 45.

⁵⁷⁸ Segundo os apontamentos de Túlio Vianna: “O machismo da nossa legislação penal reflete o machismo da sociedade em que vivemos e não está estrito a grupos religiosos e conservadores, mas pulula mesmo em ambientes sociais tradicionalmente liberais. [...] A sociedade não se limita a restringir o guarda-roupa das mulheres, mas limita a própria autonomia em relação ao exercício da sua sexualidade, impondo-lhe restrições moralistas quanto ao número de parceiros sexuais, à iniciativa do início do relacionamento e, até mesmo, quanto ao momento oportuno da primeira relação sexual”. VIANNA, Túlio. **Um outro direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 31-32.

4.2.1.2 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual⁵⁷⁹

Aparentemente, o delito previsto no art. 228 do CP está em sintonia com o modelo abolicionista, visto que se pretende punir o indivíduo que induz ou atrai alguém à prostituição, impedindo ou dificultando o seu abandono. Ocorre que o tipo penal foi redigido para criminalizar não apenas o favorecimento da prostituição, mas também outra forma de exploração sexual.

O primeiro problema que se coloca, a nosso ver, diz respeito ao próprio conceito de exploração sexual. Não há qualquer referência no Código apontando o seu significado, criando obstáculos ao julgador para aplicar o tipo penal ao caso concreto. Evidente, portanto, que o art. 228 representa grave ofensa ao princípio da legalidade, em virtude da indeterminação do tipo legal,⁵⁸⁰ sem definição exata do que significa a exploração sexual. Leis penais indefinidas ou obscuras acabam oportunizando interpretações judiciais idiossincráticas, ou mesmo impossibilitando o conhecimento da proibição.⁵⁸¹ Por isso, violam o referido princípio, que exige certeza da lei,⁵⁸² colocando em xeque a própria constitucionalidade desse crime.⁵⁸³

O segundo impasse consiste na equivocada equiparação que o tipo penal faz entre a prostituição e a exploração sexual. Adotamos, aqui, o conceito de André Estefam,⁵⁸⁴ para quem a prostituição é atividade profissional exercida com

⁵⁷⁹ Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

⁵⁸⁰ A mesma preocupação é verificada em Nucci: “Por outro lado, prostituição, ao menos, sabe-se o que vem a ser. Mas *exploração sexual* não tem significado seguro, perturbando – e muito – a aplicação justa deste preceito criminal, cuja pena é elevada (reclusão, de dois a cinco anos, e multa)”. NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas: aspectos constitucionais e penais**. São Paulo: RT, 2014, p. 185.

⁵⁸¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 23.

⁵⁸² “Seja como for, o *princípio da legalidade* pressupõe um mínimo de *determinação* das proibições ou comandos da lei penal – em geral conhecido como *princípio da taxatividade*, mas indissociável do *princípio da legalidade*, como exigência de *certeza* da lei –, cuja ausência impede o conhecimento das proibições e rompe com a constitucionalidade da lei penal, regida pela fórmula *lex certa*. CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 23-24.

⁵⁸³ A constitucionalidade deste crime também é questionada por André Estefam, sobre outros aspectos: “[...] cuida-se de disposição divorciada de lastro constitucional. O valor que ela busca defender não encontra suficiente amparo no plexo de direitos consagrados no Texto Maior. Colide, ademais, com o princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III). Somente se pode cogitar de ilícitos penais sexuais quando há emprego de violência, grave ameaça ou fraude (de modo que se atinge a liberdade de autodeterminação do ofendido), a livre e sadia formação da personalidade de pessoas em desenvolvimento ou a intangibilidade sexual de pessoas vulneráveis”. ESTEFAM, André. **Direito Penal, volume 3: parte especial** (arts. 184 a 285). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 213.

⁵⁸⁴ ESTEFAM, André. **Homossexualidade, prostituição e estupro: um estudo à luz a dignidade humana**. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 204.

habitualidade e mediante remuneração, cujo objeto reside na livre e consentida prestação de serviços sexuais.⁵⁸⁵ Se o ato de se prostituir é atividade profissional, absolutamente lícita, então não é possível relacioná-la com alguma forma de exploração sexual, independente do sentido conferido a esta expressão, sob pena de desconsiderar o consentimento daquelas e daqueles que optaram por exercer a prostituição.

Neste sentido, oportunas as reflexões de Alessandra Margotti:

Considerá-la [a prostituição] como forma de exploração sexual reflete o constante aviltamento da autodeterminação individual, ofendendo – agora sim – a dignidade sexual das pessoas que se prostituem, vez que não respeita a escolha profissional individualmente feita para suas vidas. Além disso, deixa à mostra a hipocrisia da legislação penal, que permite a atividade sexual, mas a impossibilita por meio da condenação das ações de lenocínio dos que participam da atividade sexual alheia, sem utilizar qualquer forma de violência ou ameaça.⁵⁸⁶

Tentando encontrar no próprio Código alguma definição, esta não pode ter viés econômico,⁵⁸⁷ uma vez que já existem tipos penais para criminalizar a manutenção de “bordéis” (art. 229) e a extração de lucros da prostituição (art. 230). A exploração sexual também não poderia significar a prostituição realizada sob coação, violência ou grave ameaça, pois esta conduta está contemplada pelo tipo penal do tráfico de pessoas (art. 149-A). Ora, se a prostituição livremente exercida é uma conduta atípica, não

⁵⁸⁵ Conceito diametralmente oposto é formulado por Marcão e Gentil, que entendem a prostituição como uma forma de exploração sexual. “*Prostituição* é elemento normativo do tipo que **pressupõe determinado estado de degradação da moral sexual**. Significa a prática de ato sexual ou libidinoso, **diverso da conjunção carnal** em troca de pagamento de quantia em dinheiro ou recebimento de vantagem de qualquer natureza. Em algumas situações não reclama, necessariamente, a ocorrência de contato físico. **É uma forma de exploração sexual**, tanto que o *nomen juris* do tipo em comento é exatamente favorecimento da prostituição *ou outra forma de exploração sexual*” (grifo nosso). MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 307. O caráter degradante também é mencionado por Bittencourt: “A prostituição, que não é crime, **é outro comportamento humano degradante** e, embora lícita, é **moralmente censurável**, que, com o passar dos séculos, a sociedade também não conseguiu eliminar. Incrimina-se, em verdade, o favorecimento ou a exploração da prostituição que, em si mesma, não é crime” (grifo nosso). BITTENCOURT, Cezar Roberto. Obra citada, p. 157.

⁵⁸⁶ MARGOTTI, Alessandra. Obra citada, p. 217.

⁵⁸⁷ Em sentido contrário, Mirabete e Fabbrini, os quais compreendem a exploração num viés material e econômico: “Não há na doutrina um consenso sobre o exato significado e abrangência de *exploração sexual* e o termo *exploração* comporta, no vernáculo, diferentes acepções. No contexto legal, porém, deve-se entender exploração como o ato ou efeito de *explorar* que tem, entre outros, o sentido de tirar proveito, beneficiar-se, extrair lucro ou compensação material de uma situação ou de alguém. Assim, explorar sexualmente uma pessoa deve significar tirar proveito, beneficiar-se ou extrair lucro ou compensação material de sua sexualidade”. MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal, volume 2**: parte especial (arts. 121 a 234-B do CP). 33. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016, p. 455.

criminalizada, inviável que seja igualada à exploração sexual, porque não apresenta significado e alcance delimitados.⁵⁸⁸

Estas considerações iniciais indicam que o art. 228 do CP traz uma série de problemas técnicos, decorrentes de sua redação e localização dentro do Código. Em outras palavras, trata-se de uma incógnita para a Dogmática Penal.

Pertinente, neste momento, analisar o que dizem os penalistas sobre este delito. Quanto ao bem jurídico, Damásio de Jesus defende que é o interesse social de que a função sexual se exerça normalmente de acordo com os bons costumes e a moralidade pública,⁵⁸⁹ posição igualmente adotada por Pierangeli e Souza.⁵⁹⁰

Outro entendimento – firmado por Marcão e Gentil – é o de que a norma procura proteger as pessoas que estão sendo exploradas,⁵⁹¹ que nem sempre conseguem resistir às ameaças e às demais formas de coação.⁵⁹² Uma leitura apressada poderia concluir que os penalistas citados, ao discutir o bem jurídico tutelado no art. 228 do CP, voltam suas atenções para a vítima de exploração sexual, seja ela prostituta ou não. Contudo, ao revés, os autores demonstram em seus comentários uma visão discriminatória da prostituição, enquanto um estado de degradação da moral sexual, estigma que também acaba atingindo as trabalhadoras sexuais, dotadas de “contornos morais frouxos”, deficientes moral e intelectualmente.

⁵⁸⁸ Bittencourt, em seu tratado, faz a mesma constatação: “O legislador, na verdade, abusou da utilização do vocábulo *exploração sexual*, empregando-o em sentidos distintos (arts. 218-B, 228, 229, 231, 231-A), embora não tenha declinado com alguma clareza qual o significado que lhe atribui em cada hipótese”. BITTENCOURT, Cezar Roberto. Obra citada, p. 168.

⁵⁸⁹ JESUS, Damásio de. Obra citada, p. 191.

⁵⁹⁰ “A doutrina, em uníssono, conclui que **a tutela jurídica está na defesa da disciplina da vida sexual, dos bons costumes e da moralidade pública. [...] O bem jurídico que o dispositivo tutela é o de disciplina da vida sexual, de acordo com os bons costumes, a moralidade pública e a organização da família.** Existe um interesse social em reprimir a ação torpe daquele que impele alguém a satisfazer a lascívia de outrem, atentando dessarte contra as normas de pudor e do decoro, necessárias à vida em comunhão” (grifo nosso). PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. Obra citada, p. 106. Os autores, contudo, se equivocam pois não há consenso na doutrina em relação ao bem jurídico tutelado por esta norma penal, conforme será demonstrado na sequência. Curioso notar que apesar de os autores falarem em doutrina uníssona, não apontam quais os juristas pesquisados para se chegar a tal constatação.

⁵⁹¹ “As pessoas que se entregam à prostituição, por opção ou destino, nem sempre dispõem de condições intelectuais em paridade de armas com o proxeneta, daí decorrendo sua natural incapacidade de resistência. **Até por conta de sua deficiência moral e/ou intelectual é que, muitas vezes, se dedicam ao velho ofício.** A regra tem por escopo proteger aquelas pessoas que estão em condições de, ou já estão sendo efetivamente exploradas” (grifo nosso). MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 301-302.

⁵⁹² “A capacidade de resistir e/ou reagir a determinadas ameaças ou formas de coação variam de pessoa para pessoa. Sofrem influências de valores e estão condicionadas a níveis de conhecimento e cultura em patamares de proporcionar resistência, **atributos que nem sempre identificados em pessoas de contornos morais frouxos, como aquelas que se dedicam à prostituição** ou outra forma de exploração sexual” (grifo nosso). MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 306.

A concepção de Marcão e Gentil pode ser observada quando estes discutem as condutas que configuram o tipo penal supracitado e a exigência de habitualidade para caracterização da prostituição. Vejamos:

Ao contrário do que sustentam alguns doutos, entendemos que haverá prostituição mesmo quando não houver habitualidade na venda dos prazeres do sexo. Imaginemos a seguinte hipótese: a vítima, já determinada a exercer a prostituição, se instala em prostíbulo e na primeira noite recebe um cliente. Pratica sexo com ele e recebe o valor cobrado. Na manhã seguinte, por qualquer razão que aqui desimporta, resolve abandonar a ‘vida fácil’ e retornar à vida honesta. Pergunta-se: é correto dizer que não exerceu prostituição? Se for *impedida* pelo proxeneta de abandonar a ‘função’, não estarão presentes as elementares do crime previsto no art. 228? A resposta a estas duas questões e tantas outras que poderiam ser feitas com base nos verbos do tipo penal sob análise é exatamente a mesma: sim. É claro que exerceu a prostituição, ainda que efêmera, e bem por isso não deve reclamar habitualidade na mercancia do sexo para fins de tipificação penal. Se a pessoa se prostituiu é correto afirmar que exerceu a prostituição, ainda que se forma breve. O recebimento da contraprestação em dinheiro ou outra vantagem é que distingue a prostituta da dissoluta. A mulher de contornos sexuais frouxos, que distribui sexo com pouco ou nenhum critério, não pode ser considerada prostituta.⁵⁹³

Este trecho, aliado a outras citações desses autores, confirmam as ideias já mencionadas nessa dissertação, no sentido de que a prostituição (“vida fácil”) e aquelas que a exercem são encaradas numa perspectiva estigmatizante, nos termos de uma dicotomia “honestidade x desonestidade”,⁵⁹⁴ muito embora o conceito de mulher honesta tenha sido extirpado da legislação penal desde 2005, através da Lei nº 11.106/05.

Curioso notar que os exemplos colocados pelos penalistas estão sempre no feminino: *a prostituta*, ou então, *a mulher* que se entrega a uma vida sexual livre. Afinal, certamente para eles o homem que tem vida sexual ativa e “se entrega” sem critério para várias mulheres não tem “contornos sexuais frouxos”, mas corresponde ao modelo absolutamente normal e aceito de virilidade, festejado e incentivado por uma sociedade patriarcal, como a sociedade brasileira.

Em suma, Marcão e Gentil expressam a ideologia machista que, além de inferiorizar as mulheres, é responsável por dividi-las: honestas (recatadas sexualmente)

⁵⁹³ MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 307-308.

⁵⁹⁴ Veja-se que julgar a honestidade de uma mulher significa, necessariamente, manifestar preconceitos sexistas que podem transformar uma vítima em ré. Assim pontua Renato Silveira: “A declaração de um estado de não honestidade consiste verdadeiramente em um preconceito. Mais do que resguardar uma pseudo-honestidade feminina, a estipulação desta condição poderá, em certos casos, vir a transformar uma vítima em verdadeira ré”. SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Por um novo direito penal sexual – A moral e a questão da honestidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: RT, ano 9, v. 33, jan-mar, 2001, p. 157.

e desonestas (grupo no qual estão as prostitutas e todas aquelas que de alguma forma não se encaixam no primeiro perfil).⁵⁹⁵ Ao que tudo indica, a dignidade feminina não foi aceita sem ressalvas pela maior parte dos penalistas, em sua maioria homens.

Se uma parcela da doutrina procura justificar a existência do art. 228 na atual configuração do CP, em contrapartida, alguns penalistas tecem duras críticas a essa norma penal.

Segundo Bittencourt, o falso moralismo impediu que o legislador excluísse um tipo penal inaplicável ao longo de praticamente sete décadas de vigência. A reforma de 2009 (Lei nº 12.015/09) teria recaído na incoerência de criminalizar o exercício da liberdade sexual que pretendia ser resguardado por esta lei, sendo inaceitável a punição daquele que favorece a prostituição entre adultos, sem violência ou grave ameaça.⁵⁹⁶

Igualmente críticas as considerações de Paulo Busato, que se manifesta da seguinte forma: se entendido que a atividade de quem atrai outra pessoa à prostituição atinge a dignidade sexual, conseqüentemente, reconhece-se que o ato de prostituir-se aflige a dignidade.⁵⁹⁷ Busato detecta, neste ponto, anacronismo e equívoco do legislador, justamente por identificar o bem jurídico como sendo certa classe de moral pública, embora esta não possa ser objeto de tutela jurídico-penal,⁵⁹⁸ por ofensa ao princípio da intervenção mínima.⁵⁹⁹

⁵⁹⁵ É inevitável citar algumas conclusões da criminologia feminista de Vera Andrade sobre este assunto. Ao criticar o caráter seletivo do sistema penal, acrescenta que há outra lógica acionada para os crimes sexuais, que denomina “lógica da honestidade”. Nas palavras da autora: “O diferencial é que há outra lógica específica acionada para a criminalização das condutas sexuais – que denomino “lógica da honestidade” –, que pode ser vista como uma sublógica da seletividade na medida em que estabelece uma grande linha divisória entre mulheres consideradas *honestas* (do ponto de vista da moral sexual dominante) e vítimas, pelo sistema, e mulheres *desonestas* (das quais a prostituta é o modelo mais radicalizado), que o sistema abandona por que não se adequam aos padrões de moralidade sexual impostos pelo patriarcado à figura feminina”. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 147-148. Ao que parece, a lógica da honestidade não apenas faz parte do funcionamento do sistema penal, como também acaba influenciando o pensamento da doutrina majoritária.

⁵⁹⁶ BITTENCOURT, Cezar Roberto. Obra citada, p. 156-157.

⁵⁹⁷ BUSATO, Paulo Cezar. Obra citada, p. 907.

⁵⁹⁸ BUSATO, Paulo Cezar. Obra citada, p. 908.

⁵⁹⁹ “Esta figura típica fere o princípio da intervenção mínima, pois completamente insignificante, de modo que deveria ser simplesmente revogada. [...] Cuidaria melhor o legislador de proteger apenas o menor de idade ou aquele que é vítima de atos violentos, ameaçadores, ou fraudulentos, mas não a pessoa adulta que foi convencida a levar vida promíscua. Mais uma vez ressaltamos: se tal conduta fosse realmente relevante e danosa à sociedade, não se teria a proliferação de anúncios e propagandas de toda ordem nessa área, com o beneplácito das autoridades”. NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 899.

A despeito de divergências minoritárias, trata-se de mais um crime que acaba reforçando o caráter supostamente imoral da prostituição.⁶⁰⁰ Por essa razão, o art. 228 deve ser revogado do CP, ou reformulado, para que seja punido aquele que introduz ou dificulta alguém de sair da prostituição em virtude de violência ou grave ameaça.⁶⁰¹

4.2.1.3 Casa de prostituição⁶⁰²

Possivelmente este seja o delito mais controverso dentre aqueles analisados. Com o advento da reforma de 2009, não houve grandes mudanças no tipo penal: a expressão *casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso* foi substituída por *estabelecimento em que ocorra exploração sexual*; manteve-se, contudo, o *nomen juris* do crime como *casa de prostituição*.⁶⁰³

Parte da doutrina chega a afirmar que após décadas de vigência, este tipo penal (art. 229, CP) não passaria de um “crime de moldura”, pois a incriminação não se mostrou efetiva,⁶⁰⁴ visto que as casas de prostituição sempre existiram “desde os tempos mais remotos”, toleradas socialmente ainda que de maneira dissimulada.⁶⁰⁵

Noutro giro, o Estado também está integrado nesta relação de convivência, pois a criminalização da conduta não impede o funcionamento, a pleno vapor, de diversos estabelecimentos que exploram economicamente a prostituição, especialmente em grandes metrópoles brasileiras.

A permanência destes lugares é garantida pela parceria realizada, entre os “empresários do sexo” e alguns agentes públicos: não raro, a casa de prostituição é protegida em troca de propinas e/ou favores sexuais.⁶⁰⁶ Rogério Greco acredita que este

⁶⁰⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas**: aspectos constitucionais e penais. São Paulo: RT, 2014, p. 184.

⁶⁰¹ No mesmo sentido, a proposta de Nucci: “O tipo penal do art. 228, **atentatório à dignidade humana, por invadir a intimidade alheia, deve ser eliminado e transformado em outra espécie de delito**. Somente quem insere ou impede alguém de sair da prostituição ou qualquer outra atividade sexual por força de violência, grave ameaça ou fraude deve ser punido” (grifo nosso). NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 186.

⁶⁰² Casa de prostituição

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

⁶⁰³ BUSATO, Paulo Cezar. Obra citada, p. 915.

⁶⁰⁴ PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo de. Obra citada, p. 115.

⁶⁰⁵ DELMANTO, Celso... [et al]. **Código Penal comentado**. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 732.

⁶⁰⁶ “O Estado, na maioria das vezes, faz vista grossa. E pior. Muitos agentes públicos protegem as casas de prostituição e seus beneficiários, em troca de propinas e até mesmo de favores sexuais. De vez em

cenário, propício para a corrupção, acaba trazendo descrédito e desmoralizando o sistema de justiça criminal, diante da inércia das autoridades públicas para coibir a existência dos bordéis.⁶⁰⁷ Numa perspectiva ainda mais crítica, Paulo Queiroz denuncia a hipocrisia de uma sociedade que, apesar de rechaçar a prostituição em seus discursos hegemônicos, na prática contribui para a sua divulgação.⁶⁰⁸

Enfim, no que diz respeito ao bem jurídico protegido pelo art. 229 do CP, Greco⁶⁰⁹, Delmanto e seus colaboradores⁶¹⁰ acreditam que seja a moralidade pública sexual. Pierangeli e Souza, por sua vez, entendem, diversamente, que “[...] a proteção dirige-se à dignidade sexual, procurando o legislador impedir, ou pelo menos dificultar, o funcionamento de local destinado à exploração sexual”.⁶¹¹

Existem, ademais, posições intermediárias, que procuram mesclar os dois bens jurídicos. Capez, por exemplo, diz que a proteção jurídica tem como foco a dignidade do indivíduo, sob o ponto de vista sexual, e secundariamente, a tutela dos bons costumes.⁶¹² Bittencourt segue orientação semelhante, vejamos:

O bem jurídico protegido, genericamente como ocorre com todos os crimes constantes do Título VI da Parte Especial do CP, é a *dignidade sexual* do ser humano, como parte integrante da personalidade do indivíduo. A proibição constante do art. 229 tem a pretensão de proteger a *moralidade sexual pública*, objetivando, particularmente, evitar ou restringir o incremento e o desenvolvimento da prostituição. Trata-se, a nosso juízo, de um *falso*

quando, são efetuadas ações policiais, principalmente em busca da exploração sexual de crianças e adolescentes, mas nada de concreto acontece. Os estabelecimentos mudam de local e de nome, mas a atividade subsiste. Forma-se um ciclo vicioso, invariavelmente relacionado com o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro”. MASSON, Cleber. Obra citada, p. 112.

⁶⁰⁷ “A existência de tipos penais como o do art. 229 **somente traz descrédito e desmoralização para a Justiça Penal (Polícia, Ministério Público, Magistratura, etc.), pois, embora sendo do conhecimento da população em geral que essas atividades são contrárias à lei, ainda assim o seu exercício é levado a efeito com propagandas** em jornais, revistas, *outdoors*, até mesmo em televisão, e nada se faz para tentar coibi-lo. **Nas poucas oportunidades em que se resolve investir contra os empresários da prostituição, em geral, percebe-se, por parte das autoridades responsáveis, atitudes de retaliação, vingança, enfim, o fundamento não é o cumprimento rígido da lei penal, mas algum outro motivo, muitas vezes escuso, que impulsiona as chamadas blitz em bordéis, casas de massagem e similares.** Nessas poucas vezes em que ocorrem essas batidas policiais, também o que se procura, como regra, é a descoberta de menores que se prostituem, demonstrando, assim, que não é o local em si que está a merecer a repressão do Estado, mas sim, o fato de ali se encontrarem pessoas que exigem a sua proteção” (grifo nosso). GRECO, Rogério. Obra citada, p. 162.

⁶⁰⁸ “[...] hipocrisia, porque, não fosse suficiente o fato de casas de prostituição existir em praticamente todas as grandes cidades do país, há hoje divulgação, venda ou oferecimento de sexo, mais ou menos explicitamente, na tv, no cinema, nas revistas, nos jornais, na internet, hotéis, casas de massagem etc., sendo por vezes difícil diferenciar a prostituição do que não o é. Em semelhante contexto, ignorar a prostituição constitui uma manifesta hipocrisia, sobretudo numa sociedade de consumo e hedonista”. QUEIROZ, Paulo. **Ensaio crítico:** direito, política e religião. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 66.

⁶⁰⁹ GRECO, Rogério. Obra citada, p. 164.

⁶¹⁰ DELMANTO, Celso... [et al]. Obra citada, p. 732.

⁶¹¹ PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. Obra citada, p. 116.

⁶¹² CAPEZ, Fernando. Obra citada, p. 106.

moralismo, que não é privilégio do legislador atual, o qual apenas não tem coragem de enfrentar a questão com a *racionalidade* que os tempos atuais exigem, separando moral, direito e religião, e de *secularizar* o Direito Penal. A *exploração da prostituição*, no entanto, é um dos comportamentos mais degradantes e moralmente censuráveis que a civilização ao longo de sua história não conseguiu eliminar. Contudo, não será criminalizando as condutas que a sociedade conviverá melhor com essa verdadeira chaga da humanidade, um mal que aflige todos os países do mundo, ricos e pobres, democráticos e totalitários, sem exceção.⁶¹³

Como é possível que, simultaneamente, o art. 229 do CP proteja a dignidade sexual e a moral pública sexual (ou mesmo os bons costumes)? Segundo nosso entendimento, não há como adotar uma solução eclética neste ponto. Veja-se que a Lei nº 12.015/2009, responsável por reformar o Título VI do Código, abandonou por completo a terminologia anterior (crimes contra os costumes), na tentativa de harmonizá-lo com a Constituição Federal e o princípio fundante da República Brasileira, qual seja, a dignidade da pessoa humana.⁶¹⁴

Entretanto, mesmo partindo do pressuposto de que o bem jurídico tutelado é, efetivamente, a dignidade sexual, percebe-se certa incoerência na manutenção desse crime, na forma como se encontra disposto. Se o ato de se prostituir não é proibido pelo Direito, por que se criminaliza aquele que mantém local onde os indivíduos se prostituem, angariando clientes? A permanência de delitos como esse deixa a impressão de que prostitutas seriam despidas de dignidade sexual, incorrendo em discriminação expressamente vedada pela Constituição Federal.⁶¹⁵

Concordamos com Bittencourt quando afirma que a proibição em comento não passa de um falso moralismo, impedindo a retirada de todas as condutas envolvendo a prostituição da legislação penal. Mas divergimos totalmente do autor ao rotular a prostituição como uma chaga da humanidade, um mal que atinge todos os países do mundo, pois esta concepção somente se presta a reforçar a perspectiva estigmatizante que enclausura as trabalhadoras e os trabalhadores sexuais num *status* permanente de clandestinidade e de violação de direitos.

⁶¹³ BITTENCOURT, Cezar Roberto. Obra citada, p. 165.

⁶¹⁴ “O legislador brasileiro não fez mais do que acompanhar a tendência moderna de alteração de substituição de aspectos do Código Penal relacionados à moral pública por outros relacionados aos fundamentos básicos de humanidade, como a dignidade da pessoa humana. [...] Ademais, pretendeu o legislador também **aproximar a interpretação dos crimes sexuais da previsão constitucional, e encontrou na dignidade uma referência para remeter a interpretação dos crimes sexuais ao art. 1º da Carta Magna**” (grifo nosso). BUSATO, Paulo Cezar. Obra citada, p. 787.

⁶¹⁵ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

IV - promover o bem de todos, **sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação**. (grifo nosso)

É surpreendente que, a um só tempo, Bittencourt critique o legislador pelo falso moralismo e se valha desta mesma orientação para adjetivar negativamente a prestação de serviços sexuais. A rigor, a maioria dos juristas citados neste tópico não tem contribuído para o avanço da Dogmática Penal no que diz respeito à prostituição. Pelo contrário: ao classificá-la no âmbito da indignidade e da imoralidade, acabam, inevitavelmente, legitimando a moral sexual dominante,⁶¹⁶ que é conservadora, sexista e heteronormativa, avessa à própria existência da prostituição.

A par das ressalvas sobre o bem jurídico, a doutrina também discute o sujeito ativo deste crime, cuja redação gera diversos entraves: “Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente”. Não bastasse toda a problemática da delimitação do que seria a exploração sexual,⁶¹⁷ o tipo penal tem potencial para alcançar outras situações, para além do indivíduo que mantém casa de prostituição.⁶¹⁸

Aquela ou aquele que mantém ou gerencia um cinema *privé* – no qual se alugam salas para assistir filmes pornográficos – pode, hipoteticamente, ser enquadrado neste delito, pois é sabido que nestes locais acontecem encontros libidinosos, muitos deles mediante pagamento.⁶¹⁹ Trata-se, portanto, de estabelecimento em que ocorre

⁶¹⁶ Paulo Busato se manifesta em sentido similar: “Em primeiro lugar, **é criticável que na sociedade do século XXI uma moral sexual coletiva ainda possa ser algo digno de preocupação do legislador que cuida do controle social de *ultima ratio***. A partir dos anos 60 do século XX, com a liberação sexual como expressão de cultura que atingiu âmbitos tão diferentes quanto a política, a moda, a música, a literatura e o comportamento, não é crível que se possa impingir, no que tange à atividade sexual, qualquer classe de moral. Por outra, ainda que se pudesse pretender que um valor moral possa resultar suficientemente digno para permitir a intervenção jurídico-penal é certo também que não corresponde à sociedade do século XXI a *padronização* moral do ponto de vista sexual. Nesses termos, os limites morais lograram independência suficiente para serem autônomos, **não podendo ser impostos, menos ainda pelo Estado**” (grifo nosso). BUSATO, Paulo Cezar. Obra citada, p. 916-917.

⁶¹⁷ Alguns doutrinadores tentam completar esta lacuna legislativa, a exemplo de Marcão e Gentil: “Por *exploração sexual* entenda-se a prostituição; o comércio do sexo; a mercancia de favores sexuais ou libidinosos; a prática de qualquer conduta voltada à satisfação da lascívia. A *exploração* pressupõe a *retirada de vantagem* dessa natureza. A prostituição é apenas uma das formas de exploração sexual, e tanto isso é exato que o Capítulo V em que se insere o tipo penal sob análise está desta maneira denominado: Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de *prostituição ou outra forma de exploração sexual*”. MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 328.

⁶¹⁸ De acordo com a orientação de Marcão e Gentil, está aberta a possibilidade de imputação em qualquer estabelecimento em que ocorra a exploração sexual com habitualidade: “Portanto, se independentemente das atividades desenvolvidas, e qualquer que seja o tipo de estabelecimento (bar, cinema, boate, hotel, motel, sauna, etc.), se nele ocorrer exploração sexual habitual estará aberta a possibilidade de imputação”. MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 326.

⁶¹⁹ Nucci entende que, neste exemplo, o delito não se configuraria, pois apesar de verificar a prostituição nos cinemas, não se trata de local destinado especificamente para tanto. Nas palavras do penalista: “Em qualquer estabelecimento pode ocorrer, ilustrando, prostituição: motel, hotel, quarto de pensão, cinema, boate, bar etc. Não significa, portanto, que o proprietário ou responsável por um cinema deva ser punido porque, no escuro, pessoas praticam atos libidinosos, mediante paga. Afinal, cinemas não são *destinados* a isso. O mesmo ocorre com outros lugares comerciais, de finalidade diversa do cultivo à exploração

exploração sexual, mesmo que a pessoa proprietária/gerente não faça mediação direta nem lucre com os programas acordados entre profissional do sexo e cliente.

Além disso, não raro, garotos de programa frequentam boates *gays* para angariar clientes, e em alguns casos, chegam a fazer os programas dentro dos banheiros dos referidos estabelecimentos. Por isso, considerando a abrangência do tipo penal quanto ao sujeito ativo, os proprietários e/ou gerentes da boate poderiam ser criminalizados pelo art. 229 do CP, partindo da premissa de que em seus estabelecimentos há exploração sexual, sob um viés econômico. O mesmo pode ser dito do (ou da) profissional do sexo que utiliza o seu apartamento como local onde ocorrem as relações sexuais com os clientes,⁶²⁰ embora existam juristas que discordem da possibilidade de incriminação neste caso.⁶²¹

No tocante ao sujeito passivo, parcela expressiva da doutrina defende que é o corpo social,⁶²² haja vista que a ação (manter estabelecimento em que ocorra a exploração sexual) seria atentatória à dignidade sexual.⁶²³ Penalistas como Damásio de Jesus, ainda que aponte a sociedade como sujeito passivo, usa fundamentação diversa, entendendo que o crime ofende os bons costumes.⁶²⁴

Todavia, recorde-se que: i) com a reforma de 2009, o legislador deu um passo adiante, retirando a moralidade como bem jurídico tutelado, substituindo-a pela dignidade sexual;⁶²⁵ ii) mesmo depois desta mudança, o CP continuou adotando o sistema abolicionista, criminalizando as condutas que estão no entorno da prostituição, para que esta seja abolida; iii) o legislador entendeu – de maneira equivocada, segundo

sexual”. NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 904.

⁶²⁰ Damásio de Jesus, neste caso, destaca a necessidade de ao menos dois sujeitos ativos para a caracterização do delito: “É sujeito ativo a pessoa que mantém prostíbulo individual? Não, uma vez que esta pessoa estará apenas exercendo sozinha o meretrício, que, **apesar de imoral**, não é crime. Há necessidade de, pelo menos, mais duas pessoas, para a caracterização do delito” (grifo nosso). JESUS, Damásio de. Obra citada, p. 195.

⁶²¹ “Se o ato de prostituir-se é lícito, qual seria a razão para castigar quem mantém o lugar de realização de um ato lícito? Mais do que isso, seria a casa da prostituta – mantida por ela, é claro – uma casa de prostituição, se ela exerce sua atividade no local? Poderia ela ser apenada por manter casa, mas não por realizar o ato sexual? Considerando-se que a casa somente seria de prostituição porque ela própria – proprietária – se dedicaria a tal atividade, seria possível falar que sua atividade seria de cumplicidade no crime de casa de prostituição? Se algum senhorio aluga uma casa para a prostituta, realizando ele próprio os consertos e as benfeitorias úteis ou necessárias na mencionada casa, uma vez que a prostituta lá mesmo exerça sua profissão, com conhecimento daquele, estaria ele mantendo casa de prostituição? A resposta para todas essas perguntas está na óbvia conclusão de que a previsão legal do crime em apreço não corresponde à realidade sociológica em que se vê inserido. A sua preversão é fruto, sem dúvida, de um ‘moralismo exagerado’”. BUSATO, Paulo Cezar. Obra citada, p. 916.

⁶²² MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 321.

⁶²³ PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. Obra citada, p. 118.

⁶²⁴ JESUS, Damásio de. Obra citada, p. 196.

⁶²⁵ MARTINELLI, João Paulo Orisni. Obra citada, p. 465.

nossa avaliação – que a pessoa que se prostitui estaria sendo explorada nas casas de prostituição, partindo de uma presunção absoluta de vulnerabilidade daquelas e daqueles que se dedicam a esta atividade.⁶²⁶

Por estas razões, entendemos que o sujeito passivo do crime sob análise é o indivíduo que se prostitui, posição mais coerente com o modelo adotado pelo CP (abolicionista), ainda que exista divergência minoritária na doutrina a respeito desta questão.⁶²⁷

Porém, isto não significa que concordamos com o sistema eleito pelo CP. Mesmo que o legislador, em 2009, tivesse o intuito de compatibilizar o Código – cuja redação originária remonta a 1940 – com a Constituição Federal, tal objetivo restou frustrado, dando margem à ideia de que as pessoas que se prostituem não têm dignidade sexual. Ocorre que a Constituição reconhece a dignidade da pessoa humana sem distinções, e por isso, não há argumentos sólidos que sustentem a suposta indignidade sexual das pessoas que têm a prostituição como sua fonte de renda.

Interpretação contrária pode recair em inevitável inconstitucionalidade do art. 229 do CP,⁶²⁸ crime cuja manutenção ofende princípios elementares do Direito Penal, bem como direitos fundamentais consolidados na seara constitucional. Partindo da premissa de que o comércio sexual entre adultos é conduta absolutamente lícita, a criminalização de condutas que estão no entorno da prostituição, ao que parece, fere os

⁶²⁶ “A legislação brasileira despreza o consentimento da pessoa prostituída porque presume uma situação de vulnerabilidade que retira sua autonomia e a expõe a uma situação prejudicial por presunção. No entanto, diante da estrutura constitucional, que protege a liberdade individual, a exploração que se pretende reprimir com o Direito Penal deve ser comprovada em cada caso concreto a fim de permitir fundamentação adequada às decisões condenatórias. Uma vez que não seja comprovada a relação de exploração, o exercício da prostituição é a tradução da liberdade de ação de uma pessoa autônoma que decidiu por prestar serviços sexuais em troca de pagamento”. MARTINELLI, João Paulo Orisni. Obra citada, p. 466.

⁶²⁷ “A pessoa que se prostitui não é sujeito passivo, tendo em vista que o ato em si não é considerado ilícito penal, além do que ela também está ferindo os bons costumes, ao ter vida sexualmente desregrada, de modo que não pode ser vítima de sua própria liberdade de ação”. NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 902. Surpreendente a postura adotada por Nucci, pois o autor tem obra específica na qual critica o falso moralismo do legislador, defendendo a descriminalização de praticamente todos os crimes que estão no entorno da prostituição. Possivelmente, por conta da velocidade exigida do mercado editorial para atualização dos livros, não houve oportunidade de harmonizar este posicionamento com aqueles contidos em seu manual, causando a disparidade apresentada.

⁶²⁸ “Dito isto, cumpre observar que tal incriminação [...] soa inconstitucional, pois fere o princípio da dignidade da pessoa humana e seus correlatos princípios da autonomia/soberania pessoal (que todos os seres humanos são portadores), os quais devem ser compatibilizados com a esfera de autonomia do outro. Não cabe a um Estado Democrático de Direito punir condutas ‘meramente imorais’, especialmente quando a prostituição não for imposta mediante coação, violência ou fraude, se consentidas e desejadas e não envolverem pessoa vulnerável”. LYRA, José Francisco Dias da Costa. O paternalismo jurídico-penal e a (in)constitucionalidade do crime de manter estabelecimento destinado à prostituição ou à exploração sexual (art. 229 do CP). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Ed. RT, ano 22, v. 111, nov-dez, 2014, p. 29.

princípios da legalidade e da intervenção mínima, além de representar afronta aos direitos de intimidade, liberdade e autodeterminação sexual.⁶²⁹

Posicionamento similar é defendido por Alessandra Margotti:

A manutenção de local destinado à prostituição deveria ser totalmente descriminalizada, para que as pessoas profissionais possam se prostituir em segurança da maneira como preferirem, seja individualmente (inclusive na prostituição de rua), seja por meio de associação entre elas, ou por meio de terceirização da mão de obra e contratação por um empresário do ramo. Desse modo, estariam resguardadas a dignidade e liberdade sexual, por meio do respeito à autodeterminação individual.⁶³⁰

As reflexões realizadas neste tópico indicam que a solução para os impasses apontados consiste na revogação do tipo penal, proposta que inclusive vem sendo acolhida por parcela da doutrina.⁶³¹

4.2.1.4 Rufianismo⁶³²

O último delito diz respeito àquele que se aproveita da prostituição alheia, participando direta ou indiretamente dos seus lucros, ou fazendo-se sustentar, total ou parcialmente, por quem a exerça.⁶³³

O nome do crime remete à atividade da cafetina e do cafetão, isto é, pessoas que agenciam as profissionais do sexo, fazendo a intermediação entre estas trabalhadoras e os clientes, lucrando a partir desta transação econômica ao reterem uma parcela do valor do programa. Alguns autores chegam a defender que a conduta ilícita

⁶²⁹ Comentários equivalentes são feitos por Nucci: “O Direito Penal da intervenção mínima, peculiar ao Estado Democrático de Direito, que preza a dignidade da pessoa humana, jamais pode interferir na intimidade das pessoas, a ponto de sancionar atitudes tipicamente individuais, a pretexto de se estar defendendo a própria *dignidade humana*. Um autêntico sofisma. Utiliza-se, como escudo, a dignidade da pessoa humana para punir o estigmatizado, o que, em verdade, é completamente indigno”. NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas**: aspectos constitucionais e penais. São Paulo: RT, 2014, p. 97.

⁶³⁰ MARGOTTI, Alessandra. Obra citada, p. 234-235.

⁶³¹ “Pensamos da mesma forma [que Nucci] e acreditamos que o legislador perdeu uma grande oportunidade de eliminar da relação dos crimes sexuais a estabelecimentos em que ocorra a exploração sexual. Ao invés de remodelar o artigo 229, deveria tê-lo revogado, abolindo a figura, como vem ocorrendo nas legislações mais atuais”. PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. Obra citada, p. 117.

⁶³² Rufianismo

Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

⁶³³ Segundo Marcão e Gentil: “Tal tipo de ilícito campeia o submundo da desonra; da *louca vida*, e traz à superfície indivíduos de nenhum valor socialmente útil, de moral, quando existente, apenas putrefata”. MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 337.

se configura mesmo que a trabalhadora sexual disponha livremente de parte do lucro obtido.⁶³⁴ A lei penal, por sua vez, ignora completamente a possibilidade de que esta parceria possa ser, em determinados casos, vantajosa para quem se prostitui, aspecto que evidencia o caráter ultrapassado desta figura típica.⁶³⁵

Acontece que este tipo penal, na forma em que se encontra disposto, também atinge outras condutas. É preciso recordar que prostitutas, além de serem cidadãs dotadas de dignidade, também têm família: mães, pais, irmãos, maridos, esposas, companheiras, companheiros, avós, entre outros arranjos familiares. Se por acaso a trabalhadora sexual amparar financeiramente algum (ou alguns) membro(s) do círculo familiar, estas pessoas podem ser enquadradas pelo art. 230 do CP, pois este indivíduo tira proveito da prostituição alheia, fazendo-se sustentar (total ou parcialmente) por quem a exerce. Este exemplo demonstra o absurdo da legislação penal brasileira ao tratar da prostituição: mesmo com a reforma de 2009, o moralismo permanece, dando espaço para tipos penais que violam princípios basilares do Direito Penal.⁶³⁶

Quanto ao bem jurídico protegido pela norma, com a reforma supracitada, passa a ser a dignidade sexual daquela ou daquele que se prostitui e é explorado economicamente pelo rufião.⁶³⁷ Uma parte dos penalistas, entretanto, entende que a tutela recai tanto sobre a dignidade sexual como sobre a moralidade e os bons costumes, a exemplo de Pierangeli e Souza.⁶³⁸

Um olhar atento perceberá que ambas as correntes são inconsistentes. Partindo da premissa de que a moral sexual e os bons costumes são bens jurídicos abarcados pelo

⁶³⁴ “O crime estará configurado ainda que a *decaída*, assim considerada aquela que se entrega aos amores pagos, venha dispor livremente de parte do lucro obtido com o recebimento da contraprestação de seus serviços sexuais”. MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Obra citada, p. 342.

⁶³⁵ “No Brasil, permanece-se atrelado a uma figura típica ultrapassada: pune-se quem tira algum proveito da prostituição alheia sem examinar se o quadro merece intervenção penal, vale dizer, o simples agenciamento da prostituição alheia pode ser altamente interessante para a pessoa que se prostitui, consistindo em medida natural para a repartição do lucro com quem presta o auxílio. [...] Assim fazendo, parece-nos difícil sustentar a existência do delito previsto no art. 230, *caput*, do Código Penal”. NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 909.

⁶³⁶ Neste sentido, as indagações de André Estefam: “É de se perguntar: é válida a incriminação do ato de usufruir, materialmente, dos ganhos obtidos com a prostituição voluntária de adultos? O meretrício não é ato ilícito, somente imoral. Por que razão não se pune aquele que lucra com a própria prostituição, mas somente o terceiro que toma parte dos proveitos, direta ou indiretamente? A resposta só pode ser uma: por razões morais. Se assim o é, não há por que deva o Direito Penal ser chamado a tutelar semelhante comportamento”. ESTEFAM, André. **Direito Penal, volume 3**: parte especial (arts. 184 a 285). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 226.

⁶³⁷ CAPEZ, Fernando. Obra citada, p. 113.

⁶³⁸ “Mesmo que se possa aceitar que a tutela jurídico-penal recaia sobre a moralidade e os bons costumes e possa também, em um plano inferior, perseguir outros objetivos, para nós não se pode afastar da tutela jurídica a prostituta explorada, sob pena de se confundir moral com direito, realçando aquela e desprezando este”. PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. Obra citada, p. 128.

art. 230 do CP, há um equívoco de ordem legislativa, visto que depois da reforma de 2009, os costumes não estão mais tutelados pelo Direito Penal, setor que não pode impor um padrão específico de moral sexual. Noutro vértice, assumir que a lei protege a dignidade do indivíduo que se prostitui, supostamente explorado pelo rufião, significa incidir em incoerência: não há em sentido em punir quem tira proveito de uma atividade lícita e consentida, presumindo que, necessariamente, existe relação intrínseca de exploração, coação ou violência entre o agenciador e o profissional do sexo.

Esta imprecisão é captada por Paulo Busato:

Caso reconhecido que o bem jurídico é a moralidade sexual, parece evidente que se considera a atitude do rufião imoral, com o que se adota, ao menos aparentemente, um padrão específico de moral pública. A vítima, nesse caso, é a coletividade.

Se, ao contrário, o reconhecimento é o de que o bem jurídico seria a dignidade sexual da prostituta, esta seria a vítima. Ocorre que, sendo a prostituição uma atividade absolutamente lícita, não faz o menor sentido que se castigue quem tira proveito consentido de tal atividade.⁶³⁹

A mesma contradição pode ser verificada nas discussões da doutrina sobre o sujeito passivo desse delito, que reconhece ser a pessoa que se prostitui, em primeiro plano, e secundariamente a coletividade, considerando que o delito envolve a moralidade sexual.⁶⁴⁰ Apesar disso, Rogério Sanches Cunha adverte que admitir a coletividade como sujeito passivo nos crimes sexuais tem como resultado a moralização do Direito Penal.⁶⁴¹

As incongruências expostas parecem não se limitar ao crime de rufianismo, mas se estendem para todos os demais, sinalizando que existe uma concepção predominante entre os penalistas a respeito da prostituição, em especial, a prostituição feminina.

4.2.2 Afinal, o que pensam os penalistas sobre a prostituição?

A primeira conclusão extraída dos discursos colocados é de que a doutrina, em sua maioria, continua atrelada ao paradigma da moral sexual e dos bons costumes,

⁶³⁹ BUSATO, Paulo Cezar. Obra citada, p. 923.

⁶⁴⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. Obra citada, p. 907.

⁶⁴¹ CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte especial (arts. 121 ao 361). 8. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2016, p. 500.

apesar da reforma de 2009. Desse modo, seria possível dividir os penalistas em dois grupos antagônicos: críticos e conservadores.

Os primeiros (Busato, Nucci, Estefam e Margotti, por exemplo), minoritários, tecem duras críticas aos delitos dos arts. 227-230 do CP, questionando sua própria manutenção no código, contrária aos princípios elementares do Direito Penal. Os segundos (Marcão e Gentil, Pirangeli e Souza, Damásio, Capez, entre outros), majoritários, ainda que formulem críticas pontuais,⁶⁴² em geral não se opõem expressamente aos crimes supracitados, procurando inclusive justificar sua existência na legislação penal, como condutas que contrariam os bons costumes e a moral sexual.

Demonstramos, todavia, que estes bens jurídicos não estão mais abarcados pelo CP em decorrência da reforma de 2009 nos crimes sexuais, e nem poderiam estar, diante da prevalência da dignidade da pessoa humana e de outros vetores que têm orientado a política criminal neste setor.⁶⁴³ Alertamos, igualmente, todas as problemáticas e incoerências que orbitam em torno da reforma mencionada, que acabou desperdiçando uma grande oportunidade para revogar tipos penais anacrônicos,⁶⁴⁴ os quais, mesmo classificados enquanto crimes contra a dignidade sexual, continuam deixando brechas legais que fortalecem concepções moralistas sobre a prostituição.⁶⁴⁵

Neste contexto, a forma com que a maioria dos penalistas interpreta o bem jurídico “dignidade sexual” acaba conferindo-lhe um significado de proteção da moral sexual e dos bons costumes, exatamente como ocorria antes da reforma de 2009.⁶⁴⁶

⁶⁴² A exemplo de Rogério Greco: “Entendemos que a revogação de alguns delitos que giram em torno da prostituição de pessoas maiores e capazes contribuiria para a diminuição da corrupção existente no Estado, pois a licitude de determinados comportamentos, hoje tidos como criminosos, impediria solicitações, ou mesmo exigências indevidas por parte de determinados funcionários públicos, que fazem “vista grossa” quando obtêm alguma vantagem indevida e, ao contrário, retalias quando seus interesses ilegais não são satisfeitos. [...]. Acreditamos que o controle social informal, praticado pela própria sociedade, seria suficiente para efeitos de conscientização dos males causados pela prática de determinados comportamentos que envolvem a prostituição, não havendo necessidade de sua repressão por parte do Direito Penal, que deve ser entendido como *extrema* ou *ultima ratio*”. GRECO, Rogério. Obra citada, p. 163.

⁶⁴³ Como bem destaca Renato Silveira: “É de se ter, portanto, que considerações mais recentes têm entendido que o objetivo fim do Direito Penal é a proteção a bens jurídicos. Isso leva a inarredável conclusão de que, **como a moral não é um bem jurídico, não lhe devem caber disposições penais.** [...]. **Mais do que ‘moral’ dos ‘bons costumes’, o direito comparado tende a ter como bens juridicamente protegidos a liberdade e a autodeterminação sexual**” (grifo nosso). SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Obra citada, p. 156-157.

⁶⁴⁴ A mesma opinião é manifestada por Paulo Busato. BUSATO, Paulo Cezar. Obra citada, p. 897.

⁶⁴⁵ “De qualquer modo, acreditamos oportuno reiterar que, em nossa impressão, as condutas descritas nos arts. 227 a 230 prendem-se exclusivamente à proteção de normas morais (de “costumes”), o que as torna constitucionalmente insustentáveis, salvo quando houver, juntamente com a infração, ofensa à liberdade de autodeterminação ou violação à intangibilidade sexual de vulneráveis”. ESTEFAM, André. **Direito Penal, volume 3:** parte especial (arts. 184 a 285). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 222.

⁶⁴⁶ MARGOTTI, Alessandra. Obra citada, p. 204.

Contudo, se várias pessoas escolhem a prostituição como meio de sustento próprio – ainda que feministas discutam a liberdade e o consentimento dessa escolha –, então não se pode dizer que a atividade representa um atentado contra a dignidade sexual desses indivíduos.⁶⁴⁷ Pelo contrário, trata-se do exercício da autodeterminação sexual,⁶⁴⁸ direito que permite ao indivíduo guiar sua vida sexual,⁶⁴⁹ inclusive optando pela prostituição como atividade remunerada. Essas reflexões colocam dúvidas preocupantes quanto ao bem jurídico tutelado pelos crimes abordados,⁶⁵⁰ além de evidenciar o silêncio eloquente da doutrina majoritária acerca de todos os obstáculos apresentados.

A rigor, parte considerável dos criminalistas seguramente não está comprometida com o debate sobre a prostituição, limitando-se a reproduzir em seus livros, manuais e cursos o senso comum machista e conservador que paira sobre a temática. Ademais, ignoram por completo as contribuições do(s) feminismo(s) e da(s) Criminologia(s) Feminista(s),⁶⁵¹ em âmbito nacional e internacional, correntes que vêm estudando a questão há algumas décadas. Todavia, há vozes de resistência que se manifestam abertamente pela regulamentação da prostituição, tendo como exemplos André Estefam,⁶⁵² Guilherme Nucci,⁶⁵³ Paulo Queiroz,⁶⁵⁴ Túlio Vianna⁶⁵⁵ e Alessandra Margotti.

⁶⁴⁷ MARGOTTI, Alessandra. Obra citada, p. 207-208.

⁶⁴⁸ MARGOTTI, Alessandra. Obra citada, p. 209.

⁶⁴⁹ PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes. Prostituta e Vítima. In: REALE JÚNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína. **Mulher e direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 102.

⁶⁵⁰ “Em síntese, considerando que a moralidade e o pudor públicos não podem ser objetos de tutela penal e que a dignidade e liberdade sexual só são atingidas quando a prostituição é exercida contra a vontade da pessoa (ou então quando exercida por pessoas menores ou incapazes), conclui-se que os crimes previstos no Capítulo V do Título VI do Código Penal Brasileiro, da maneira como estão, **simplesmente não apresentam bem jurídico válido**, contrariando premissas importantíssimas do Direito Penal em um Estado Democrático de Direitos, definidos pelas teorias do bem jurídico e do garantismo penal” (grifo nosso). MARGOTTI, Alessandra. Obra citada, p. 227.

⁶⁵¹ Colocamos no plural em virtude da diversidade de posições existentes, que podem se polarizam basicamente entre as feministas abolicionistas (militam pelo fim da prostituição, que é tida como uma forma de exploração e opressão das mulheres) e feministas que lutam pelos direitos das prostitutas, encaradas enquanto trabalhadoras sexuais. RODRIGUES, Heloísa Barbosa Pinheiro. “Prostituta, puta, profissional do sexo ou mulher prostituída...políticas públicas para quem?”. **Boletim do IBCCrim**. São Paulo, ano 22, nº 263, out/2014, p. 15.

⁶⁵² “Revela-se fundamental, destarte, regulamentar, por meio de lei autônoma, a atividade dos profissionais do sexo [...]”. ESTEFAM, André. **Homossexualidade, prostituição e estupro: um estudo à luz a dignidade humana**. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 244.

⁶⁵³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas: aspectos constitucionais e penais**. São Paulo: RT, 2014, p. 163-194.

⁶⁵⁴ “Ademais, deixar de legalizar e regulamentar a prostituição adulta, ao contrário do que pretende o parecer, não é combatê-la, mas apenas ignorá-la e mantê-la na clandestinidade, condenando-a à marginalidade, sem nenhum tipo de controle ou proteção (sanitário, policial, trabalhista, previdenciário, etc.), a permitir todo tipo de abuso e danos relativamente às prostitutas e clientes”. QUEIROZ, Paulo. Obra citada, p. 66.

⁶⁵⁵ “A legalização das casas de prostituição é uma necessidade de política pública para reduzir a violência principalmente contra mulheres, mas também contra travestis e homens que prestam serviços sexuais e

Portanto, os grandes desafios que se colocam consistem, por um lado, na descriminalização de todas as condutas tipificadas no Título VI, Capítulo V do CP, e por outro, na regulamentação da prostituição, já que esta, exercida individualmente por indivíduos capazes e maiores de 18 (dezoito) anos, é atividade lícita sem quaisquer vedações por parte da lei.

Para descriminalizar e regulamentar a prostituição, a dignidade sexual deve ser compreendida como a autodeterminação da sexualidade entre adultos, sendo ilegítimas intervenções penais de cunho moralista.⁶⁵⁶ Considerando que inexistem requisitos específicos que condicionem o exercício dessa profissão, a pessoa deverá dispor de autodeterminação sexual, isto é, possuir capacidade para orientar sua vida sexual da maneira que melhor entender a partir de sua maioridade (civil e penal).⁶⁵⁷ Até o presente momento, este parece ser o único caminho jurídico viável para os profissionais do sexo, que serão condenados à marginalidade caso a legislação penal seja mantida em detrimento da garantia de direitos.

Diagnóstico semelhante é realizado por Renato Muçouçah:

Podemos concluir, portanto, que os profissionais do sexo estão, de fato, *marginalizados*: as sociedades (pois não apenas assim é no Brasil) os enxergam como vítimas *presumidas*, negando-lhes qualquer autonomia da vontade e, por consequência, sua autodeterminação sexual. Em assim agindo, negam-lhes a própria dignidade sexual, de maneira a demonstrar qual seria o caminho *moralmente* mais correto de subsistir. Toda argumentação contrária ao ato de prostituir-se tem, em si, uma forte conotação moral, por mais que seja negado tal plano de fundo. Esses conceitos, porém, só se traduzem em um signo: ausência de qualquer proteção social ao trabalhador do sexo, pela ausência de um modelo que regule sua prática profissional.⁶⁵⁸

Entretanto, por mais que sejam relevantes as pautas mencionadas (descriminalizar e regulamentar), o machismo arraigado na sociedade brasileira, bem como a pressão moralista contrária de setores políticos do Congresso Nacional,⁶⁵⁹

são alvos das mais variadas agressões motivadas pelo preconceito social legitimado e incentivado por uma lei criminal que condena o comércio do sexo”. VIANNA, Túlio. Obra citada, p. 44.

⁶⁵⁶ MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. **Trabalhadores do sexo e seu exercício profissional**: delimitações entre a esfera penal e trabalhista. São Paulo: LTr, 2015, p. 117.

⁶⁵⁷ MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Obra citada, p. 121.

⁶⁵⁸ MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Obra citada, p. 131.

⁶⁵⁹ “Parece que o legislador, como costuma acontecer, não conseguiu resistir à pressão dos gestores atípicos da moral (notadamente os grupos de pressão da Igreja, bem representados no Congresso Nacional), que se valem, de forma perversa, de sua influência na opinião pública para gerar atitudes punitivas violadoras dos princípios básicos do Direito Penal. Cuida-se, efetivamente, de um indevido paternalismo rígido, que despreza a autonomia da pessoa em dispôr quanto ao sexo, notadamente quando tal conduta se dá de forma consentida e sem danos à pessoa”. LYRA, José Francisco Dias da Costa. Obra citada, p. 32.

representam verdadeiros obstáculos à concretização de direitos das pessoas que têm a prostituição como trabalho e fonte de subsistência.

Mesmo assim, entendemos que a formulação de políticas públicas⁶⁶⁰ para este grupo, vulnerável socialmente, não pode perder fôlego nem apoiadores, especialmente diante de uma realidade historicamente marcada pela violência e pela violação de direitos fundamentais. Considerando o cenário adverso legitimado pela doutrina majoritária, talvez seja o momento de feministas se debruçarem sobre a Dogmática Penal, produzindo um saber crítico que se contraponha às concepções discriminatórias e estigmatizantes da prostituição.

4.3 Investigação dos discursos das cortes

A decisão política que transforma as prostitutas em vítimas preenche sua função assim: marcar o desejo masculino, confiná-lo em sua ignomínia. Que ele possa gozar pagando se quiser, mas que frequente então a podridão, a vergonha, a miséria. O pacto da prostituição “eu te pago, você me satisfaz” é a base da relação heterossexual. Fingir que esse pacto é estranho à nossa cultura é uma hipocrisia. Muito pelo contrário, a relação entre cliente macho heterossexual e puta é um contrato saudável e claro entre sexos. Por isso, torna-se necessário complicá-lo, culpabilizá-lo.⁶⁶¹

À primeira vista, estudar a jurisprudência pode parecer tarefa simples, considerando que bastaria acessar o endereço eletrônico de qualquer tribunal nacional, escolher um termo de busca e obter uma infinidade de resultados. Contudo, é necessário diferenciar o uso acadêmico da jurisprudência da sua utilização instrumental. Para a prática forense, citar um apanhado de julgados que embasam a tese defendida em juízo certamente é suficiente. No entanto, o mesmo não pode ser dito a respeito da pesquisa acadêmica, que exige a adoção de uma série de critérios delimitadores do espaço amostral da pesquisa desenvolvida.

Por essas razões, antes de ingressar nos dados propriamente ditos da investigação jurisprudencial, é imprescindível expor a metodologia e os marcadores (espaciais, temporais, materiais) utilizados, que serviram para orientar o presente trabalho. Veja-se, ainda, que existem formas distintas de examinar decisões judiciais: explorar correntes jurisprudenciais ou estudar casos jurisprudenciais de referência. Conforme ensina Salo de Carvalho:

⁶⁶⁰ RODRIGUES, Heloísa Barbosa Pinheiro. Obra citada, p. 15.

⁶⁶¹ DESPENTES, Virginie. Obra citada, p. 69.

O uso acadêmico da jurisprudência, portanto, não pode ser exclusivamente instrumental, inserido apenas como mais um argumento para amparar a hipótese central defendida no trabalho. Se assim for, a inserção da fonte jurisprudencial será um mero apêndice da pesquisa.

Entendo que são no mínimo duas as formas de trabalho possíveis com decisões judiciais: a exploração de temas a partir de *correntes jurisprudenciais* ou o estudo de *casos jurisprudenciais de referência*.

No primeiro caso (*correntes jurisprudenciais*) cabe ao estudante e ao orientador estabelecer um critério primeiro (metodológico) de seleção de julgados representativos do Tribunal objeto de investigação, ou seja, definir a Corte, delimitar o período de tempo de pesquisa e criar marcadores (palavras-chave) que permitam selecionar os julgados relacionados com o tema de pesquisa. A partir deste levantamento, cria-se o banco de dados que será o campo de investigação. O trabalho consistirá, pois, em verificar o direcionamento do Tribunal e os argumentos utilizados pelos julgadores sobre o tema em investigação. A riqueza deste tipo de análise consiste em expor um perfil decisório dos julgamentos em determinados temas.⁶⁶²

Diante das referidas possibilidades, optamos por investigar as correntes jurisprudenciais acerca da prostituição e dos crimes previstos nos arts. 227 a 230 do CP, nos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal – STF e Superior Tribunal de Justiça – STJ) e na corte estadual (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR). Este foi o critério espacial, restringindo a análise aos tribunais mencionados, cujas escolhas se justificam: i) pela relevância que as cortes superiores vêm adquirindo no Direito brasileiro, fenômeno amplamente reconhecido pelos juristas, em especial por aqueles que estudam o Direito Processual; ii) pela impossibilidade de selecionar julgados de todos os tribunais estaduais.

De acordo com o que discurremos na Introdução, a hipótese central desta dissertação é de que mesmo com a reforma de 2009 na Parte Especial do CP, o entendimento predominante na doutrina e na jurisprudência continua sendo a moral sexual e os bons costumes, bens jurídicos tutelados anteriormente à referida mudança. Sendo assim, o critério temporal da pesquisa está alinhado com a hipótese supracitada, consistindo em decisões julgadas entre 2010 e 2016.

Desse modo, foram acessados – pelos meios virtuais – os campos de busca jurisprudencial de cada um dos tribunais mencionados, inserindo a palavra-chave “prostituição”, além dos marcadores temporais, inicial (01/01/2010) e final (31/12/2016), referentes à data de julgamento. Com esses critérios estabelecidos, é possível separar os julgados das cortes que foram objeto de análise, verificando a

⁶⁶² CARVALHO, Salo de. **Como não se faz um trabalho de conclusão**: provocações úteis para orientadores e estudantes de direito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 37-38.

existência de correntes jurisprudenciais dos crimes que atingem o entorno da prostituição. Além disso, também é pertinente observar quais as fontes argumentativas utilizadas pelos ministros e desembargadores, isto é, se elas se concentram em lei, doutrina ou entendimentos consolidados pelos tribunais.

4.3.1 Supremo Tribunal Federal: em defesa da moralidade sexual e dos bons costumes

Com a aplicação dos critérios de busca, obteve-se como resultado inicial o total de 19 (dezenove) acórdãos. No entanto, nem todos diziam respeito ao objeto de estudo do presente trabalho, razão pela qual foram excluídos: i) processos de extradição; ii) decisões envolvendo crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90); iii) decisões versando sobre crimes alheios àqueles ora estudados (arts. 227-230, do Código Penal); iv) decisões com segredo de justiça. Sendo assim, restaram 2 (dois) julgados.⁶⁶³

Merece especial atenção o HC 104.467/RS, cuja relatoria foi atribuída à ministra Carmen Lúcia.⁶⁶⁴ O *habeas corpus* foi impetrado pela Defensoria Pública da União (DPU) em face de dois assistidos acusados pela suposta prática do crime de manter casa de prostituição (art. 229 do CP). Foram absolvidos em primeira instância, considerando o entendimento do magistrado de que a conduta imputada seria atípica, em razão da liberação dos costumes, decisão mantida em segunda instância pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Contudo, o Ministério Público interpôs Recurso Especial (REsp) provido monocraticamente no STJ. Contra essa decisão, a DPU interpôs Agravo Regimental, que teve seu provimento negado, motivo que levou o órgão defensor impetrar o *habeas corpus*.

Nesta ocasião, os principais argumentos utilizados para cassar a decisão do STJ, restabelecendo-se a absolvição conferida em primeira e segunda instância, foram a aplicação dos princípios da fragmentariedade e da adequação social, visto que a conduta praticada pelos pacientes não seria materialmente típica. Todavia, a ordem pleiteada foi denegada por unanimidade, conforme a ementa transcrita a seguir:

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. CASA DE PROSTITUIÇÃO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA

⁶⁶³ HC 96986/MG e HC 104467/RS.

⁶⁶⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 104.467. Relatora Ministra Carmen Lúcia. Primeira Turma. Julgado em 08/02/2011.

FRAGMENTARIEDADE E DA ADEQUAÇÃO SOCIAL: IMPOSSIBILIDADE. CONDUTA TÍPICA. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO.

1. No crime de manter casa de prostituição, imputado aos Pacientes, os bens jurídicos protegidos são a moralidade sexual e os bons costumes, valores de elevada importância social a serem resguardados pelo Direito Penal, não havendo que se falar em aplicação do princípio da fragmentariedade.
2. Quanto à aplicação do princípio da adequação social, esse, por si só, não tem o condão de revogar tipos penais. Nos termos do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (com alteração da Lei n. 12.376/2010), “não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue”.
3. Mesmo que a conduta imputada aos Pacientes fizesse parte dos costumes ou fosse socialmente aceita, isso não seria suficiente para revogar a lei penal em vigor.
4. Habeas corpus denegado.

Surpreendentemente, a ministra relatora em seu voto entendeu que no delito previsto no art. 229, os bens jurídicos protegidos seriam a moralidade sexual e os bons costumes, valores de elevada importância que devem ser resguardados pelo Direito Penal, não havendo que se falar na aplicação do princípio da fragmentariedade.⁶⁶⁵ Segundo Carmen Lúcia, confirmando a importância dos referidos bens jurídicos, a Lei nº 12.015/2009, embora tenha alterado o tipo penal supracitado, manteve como típica a conduta imputada aos pacientes, qual seja, a manutenção de casas de prostituição, locais onde ocorre exploração sexual. No que diz respeito ao princípio da adequação social, a posição adotada pela corte constitucional limita-se à constatação de que o princípio, por si só, não é capaz de revogar tipos penais. As fontes utilizadas no acórdão – que conta com cinco páginas de fundamentação propriamente dita – estão adstritas a breves comentários sobre a nova redação do crime em comento e um julgado de 1987 que representaria o entendimento já consolidado pela corte.

A decisão tomada pelo STF mostra-se absolutamente problemática, por uma série de questões. Inicialmente, causa espanto o fato de a Lei nº 12.015/2009 ter sido citada no voto da relatora, e mesmo assim, ter prevalecido o entendimento de que no crime de manter casa de prostituição, os bens jurídicos tutelados são a moral sexual e os bons costumes,⁶⁶⁶ sem qualquer menção à dignidade sexual.

⁶⁶⁵ Curioso notar que o Ministro Lewandowski, em seu voto, convergindo com a relatora, afirma que “considerações de ordem moral não cabem, evidentemente, numa discussão jurídica como esta”. Apesar de tal afirmação, o que o STF fez neste caso foi justamente legitimar a moralidade dominante, alçando-a, ao lado dos bons costumes, como bem jurídico relevante para ser protegido pelo Direito Penal.

⁶⁶⁶ Como bem observou Luís Greco, ao comentar a decisão do STF: “A intenção declarada da *recente reforma legislativa* foi excluir do Código a proteção dos costumes e da moral sexual. Assim sendo, nem mesmo segundo o tradicional conceito dogmático de bem jurídico parece ser acertado afirmar que o art. 229 do CP protege os bens que a decisão lhe atribuiu”. GRECO, Luís. Casa de prostituição (art. 229 do

Por mais que os fatos da denúncia oferecida em primeira instância sejam anteriores à reforma de 2009, no momento de julgamento pelo STF (2011) a lei supracitada já estava vigente, sendo possível que a lei penal retroaja em favor dos réus. Supondo que tal manobra fosse adotada, problemas de técnica legislativa⁶⁶⁷ trariam obstáculos: primeiro, porque há incompatibilidade na defesa do bem jurídico “dignidade sexual” e, ao mesmo tempo, considerar a prostituição como atividade indigna; segundo, porque a lei não define o que seria exploração sexual.⁶⁶⁸ Ao mencionar a reforma de 2009, e simultaneamente, sustentar que a moral sexual e os bons costumes continuam sendo bens jurídicos tutelados na seara penal, fica a impressão de que o STF não atentou para a mudança legislativa em destaque.⁶⁶⁹

Um segundo problema está relacionado ao princípio da fragmentariedade, que segundo Luís Greco, deve ser considerado característica do Direito Penal, e não como princípio.⁶⁷⁰ De fato, em obras de autores consagrados da Dogmática penal, verifica-se que a fragmentariedade: i) não é elencada como princípio;⁶⁷¹ ii) é abordada enquanto uma das vertentes (características) do princípio da intervenção mínima;⁶⁷² iii) é incisivamente criticada, mesmo quando considerada uma característica do Direito Penal.⁶⁷³

Críticas semelhantes podem ser tecidas em relação ao princípio da adequação social, o qual, para determinados penalistas, sequer ocupa o *status* de princípio,⁶⁷⁴ no

CP) e Direito Penal Liberal: reflexões por ocasião do recente julgado do STF (HC 104.467). Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Ed. RT, ano 19, v. 92, set-out, 2011, p. 445.

⁶⁶⁷ “É verdade que quem em primeiro lugar andou mal não foi o STF, e sim o legislador, que, ao invés de deixar clara a situação jurídica, legal ou ilegal, das casas de prostituição, preferiu valer-se de um conceito obscuro, até então desconhecido na nossa tradição legislativa e, portanto, sem precedentes interpretativos na doutrina e na jurisprudência”. GRECO, Luís. Obra citada, p. 450.

⁶⁶⁸ Fazemos referência às considerações feitas anteriormente, no tópico 4.2, quanto à interpretação do bem jurídico “dignidade sexual” e à indeterminação da “exploração sexual”.

⁶⁶⁹ No mesmo sentido, Luís Greco: “Enfim: a decisão do STF, ao entender que o bem jurídico protegido pelo art. 229 do CP é a moralidade sexual, manifestou indiferença pelos avanços teóricos do direito penal e pela ampla produção literária da doutrina não apenas estrangeira, mas também nacional. Não está claro que o STF sequer tenha tomado em consideração a mudança de perspectiva da legislação vigente desde o advento da Lei 12.016/2009”. GRECO, Luís. Obra citada, p. 446.

⁶⁷⁰ “Não é por acaso que é mais comum falar-se em *caráter* fragmentário do direito penal do que em *princípio* da fragmentariedade: fragmentariedade significa apenas que o direito penal não protege todos os bens contra todas as formas de agressão, mas que ele formula uma seleção, com base em certos critérios. A respeito desses critérios, entretanto, nada esclarece a noção de fragmentariedade. Ela tem, portanto, natureza descritiva, e dificilmente poderá ser usada como argumento em favor de determinada conclusão em um caso concreto”. GRECO, Luís. Obra citada, p. 442-443.

⁶⁷¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal – Parte Geral**. 4. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 19-32.

⁶⁷² BUSATO, Paulo Cesar. **Direito penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013, p. 55-59.

⁶⁷³ ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 178.

⁶⁷⁴ GRECO, Luís. Obra citada, p. 441.

máximo, é considerado critério hermenêutico,⁶⁷⁵ que orienta a criação e a interpretação da lei penal.⁶⁷⁶ Sem ingressar nesta discussão dogmática, alguns autores questionam se a manutenção de casas de prostituição é um comportamento completamente tolerado pela sociedade, destacando, ademais, que a aceitação social de um fato é circunstância irrelevante para avaliar a tipicidade de um comportamento.⁶⁷⁷

A par das divergências doutrinárias, causa estranhamento que a relatora do *habeas corpus* tenha consignado que o princípio da adequação social, isoladamente, não é capaz de revogar tipos penais. Isto porque, de acordo com a argumentação desenvolvida pela DPU, o que se buscava não era a revogação do art. 229 do CP, mas o reconhecimento da ausência de tipicidade material na conduta imputada aos pacientes, em virtude da adequação social de suas condutas, bem como a inexistência de ofensa relevante ao bem jurídico tutelado pela norma (dignidade sexual).

Embora sejam criticáveis os argumentos defensivos pela forma com que foram colocados e desenvolvidos, é notável e preocupante a posição firmada pelo STF nesse caso específico. Aparentemente, a corte constitucional ignorou as alterações trazidas pela Lei nº 12.015/2009, legitimando a concepção anterior segundo a qual a prostituição e as condutas que estão ao seu redor contrariam a moralidade sexual e os bons costumes. Além do conservadorismo marcante da decisão, a carência argumentativa se evidencia pela escassez de fontes utilizadas em um tema tão complexo como os crimes que envolvem a prostituição. Some-se a isto a completa desconsideração da doutrina, que, conforme vimos, apresenta vozes minoritárias de resistência e estudos críticos fundamentais sobre o tema, a exemplo dos livros de Margotti, Nucci e Estefam, todos citados nessa dissertação.

A falta de esmero com a Dogmática Penal, aliada às sucintas e precárias cinco páginas de voto, são sintomáticas da negligência dos tribunais superiores com os fundamentos de suas decisões,⁶⁷⁸ ao menos no tocante à esfera criminal. Demonstram, ademais, a necessidade de indicação de um (ou uma) penalista de viés crítico para compor o STF, considerando que nenhum dos atuais ministros é especialista em ciências criminais (Direito Penal, Processo Penal, Criminologia e Política Criminal).

⁶⁷⁵ MARTINELLI, João Paulo Orsini. Casa de prostituição: A adequação social e a moral pública. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Ed. RT, ano 22, v. 110, set-out, 2014, p. 469.

⁶⁷⁶ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Obra citada, p. 105.

⁶⁷⁷ GRECO, Luís. Obra citada, p. 440.

⁶⁷⁸ GRECO, Luís. Obra citada, p. 447.

Se, por um lado, a corte suprema tomou decisões relativamente progressistas em temas polêmicos da sociedade brasileira – tais como violência doméstica⁶⁷⁹ e união homoafetiva⁶⁸⁰ –, por outro, é possível dizer que quando o assunto é prostituição, a corte constitucional assume inevitavelmente a vanguarda do retrocesso.

4.3.2 Superior Tribunal de Justiça: tradição e resistência

A partir dos parâmetros fixados, foram encontrados 90 (noventa) acórdãos. Contudo, algumas decisões foram descartadas da pesquisa, tendo em vista que: i) tratavam de crimes do ECA; ii) abordavam o crime de tráfico (internacional/interno) de pessoas para fim de exploração sexual; iii) discutiam questões eminentemente processuais ou relativas à dosimetria da pena; iv) versaram sobre o delito de tráfico de drogas; v) diziam respeito a crime cometido antes da reforma promovida pela Lei nº 12.015/2009; vi) faziam referência a determinado caso fora da seara penal. Com esses filtros adicionais, remanesceram 10 (dez) decisões para análise neste subitem.

Em síntese, nota-se que a jurisprudência do STJ – alinhada ao entendimento do STF – orienta-se no sentido de que eventual tolerância de parte da sociedade e de algumas autoridades públicas não implicaria a atipicidade material das condutas de manter casa de prostituição ou favorecer a prostituição, que mesmo após as alterações legislativas promovidas pela reforma de 2009, continuaram a ser criminalizadas nos arts. 228 e 229 do CP.⁶⁸¹ O posicionamento é repetido reiteradamente em outras decisões,⁶⁸² sempre com menção à inaplicabilidade do princípio da adequação social, acrescentando-se em um determinado caso que, se a indiferença social ao combate de determinada modalidade de crime pudesse ser considerada causa de atipicidade, isto implicaria o incentivo ao caos.⁶⁸³

⁶⁷⁹ Quando o STF, em 2012, decidiu pela constitucionalidade da Lei Maria da Penha, ao apreciar a ADC nº 19 e a ADI nº 4424.

⁶⁸⁰ Em 2011, o STF reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo, no julgamento da ADI nº 4277 e da ADPF nº 132.

⁶⁸¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.508.423. 6ª Turma. Rel. Min. Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP). Julgado em 01/09/2015.

⁶⁸² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 214.445. Rel. Min. Laurita Vaz. 5ª Turma. Julgado em 17/09/2013. No mesmo sentido: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.045.907. Rel. Marco Aurélio Bellizze. 5ª Turma. Julgado em 25/09/2012.

⁶⁸³ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 238.688. Rel. Min. Felix Fischer. 5ª Turma. Julgado em 06/08/2015. Para fundamentar a colocação, curioso anotar que o ministro utilizou o manual do penalista Damásio de Jesus.

Ainda sobre o art. 229 do CP, um debate interessante foi travado nesse tribunal, no REsp. nº 1.435.872/MG, de relatoria vencedora do ministro Rogério Schietti Cruz. Em primeira instância, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia contra determinado réu pela manutenção de casa de prostituição, embora tenha sido absolvido em segunda instância, pela aplicação do princípio da adequação social, considerando que a conduta não mais seria censurada pela sociedade. Inconformado, o órgão ministerial interpôs o referido Recurso Especial, obtendo sucesso para reconhecer a ocorrência de crime na conduta imputada, reestabelecendo a sentença condenatória.⁶⁸⁴

Em seu voto vencedor, Schietti entende que a aplicação do princípio no exame da tipicidade deve ser realizada com excepcional cautela, tendo em vista que cabe ao legislador eleger as condutas que serão criminalizadas. Alguns trechos de seu voto vencedor merecem destaque:

Mais a mais, a ação imputada ao recorrido não pode ser considerada como socialmente tolerável, pois não foi realizada no âmbito da normalidade. A manutenção de estabelecimento em que ocorra a exploração sexual de outrem viola a moralidade sexual e os bons costumes, bens jurídicos tidos como de elevada importância para a sociedade, e vai de encontro ao próprio princípio da dignidade da pessoa humana. Descabe concluir, de forma inequívoca, que é um comportamento considerado correto por toda a comunidade.

A exploração sexual de terceiros, muitas vezes, pelas próprias circunstâncias em que se desenvolve, em um contexto social de vulnerabilidade ou pobreza, implica a coisificação da pessoa, com grave comprometimento de sua dignidade.

Impõe-se ressaltar, também, que a disposição do próprio corpo para fins libidinosos – prática essa permitida no quadro da liberdade de ação social – não pode ser confundida com a exploração sexual de terceiros, muitas vezes acompanhada de outros tantos ilícitos como a exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de drogas e de pessoas.

Por tais motivos a conduta de manter casa de prostituição continuou a ser criminalizada, mesmo com as recentes alterações legislativas promovidas pela Lei nº 12.015/2009, que apenas tornou atípica a manutenção de estabelecimento destinado a encontros sexuais, tais como motéis.⁶⁸⁵

Os fundamentos de Schietti são indicativos de que a reforma de 2009 não foi capaz de extirpar do imaginário doutrinário e jurisprudencial a moralidade sexual e os bons costumes. O ministro se vale do conceito indeterminado de exploração sexual, sem esclarecimentos acerca do seu conteúdo, para legitimar uma postura conservadora e

⁶⁸⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.435.872. Relator p/ acórdão Min. Rogério Schietti Cruz. 6ª Turma. Julgado em: 03/06/2014.

⁶⁸⁵ Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=36005017&num_registro=201400373319&data=20140701&tipo=64&formato=PDF (p. 4/6). Acessado em: 19/03/2018.

paradoxal, de que os referidos bens jurídicos iriam de encontro ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Entretanto, a argumentação não se sustenta: se todas as pessoas são dotadas de dignidade, então não é possível considerar aquelas que trabalham em casas de prostituição como indignas. Na visão de Schietti, sempre ocorrerá exploração das trabalhadoras sexuais nos referidos estabelecimentos (embora não exista consenso sobre o que seria a referida exploração). Da mesma forma, generaliza a prostituição como atividade que vitimiza os indivíduos, desenvolvendo-se em contexto de vulnerabilidade social e pobreza, ignorando a existência de trabalhadores sexuais cuja clientela é oriunda das elites econômicas e políticas do país. Por fim, recorre ao mito de que a prostituição, necessariamente, estaria acompanhada de outros ilícitos (exploração de crianças e adolescentes, tráfico de drogas e de pessoas), reforçando a concepção de que o ato (lícito) de se prostituir é contaminado de ilicitudes adjacentes.

Outra dúvida pode ser extraída do voto de Schietti: em termos de liberdade de ação, qual a diferença de dispor do próprio corpo para fins libidinosos na prostituição, atuando individualmente como profissional, e dispor dessa mesma liberdade sendo trabalhador sexual em um determinado estabelecimento, muitos dos quais existem no Brasil com pleno conhecimento e conivência das autoridades e órgãos públicos? Obviamente, as inquietações e indagações aqui colocadas partem de uma premissa, qual seja, de que a prostituição é uma atividade laboral desempenhada voluntariamente por maiores de 18 (dezoito) anos, sem que exista violência, coação ou grave ameaça.

O entendimento vencedor, neste caso, é insustentável porque discute a manutenção de prostíbulos a partir de dicotomias completamente estranhas à dogmática penal: certo/errado, moral/imoral, digno/indigno. Além de reforçar a mentalidade jurídica dominante – de que a prostituição e as atividades do seu entorno afrontam a moralidade sexual e os bons costumes – a decisão presta um desserviço para os movimentos organizados de prostitutas, que têm demandas jurídicas sistematicamente ignoradas. Na realidade, verifica-se que as brechas deixadas pela legislação penal, mesmo depois das mudanças promovidas pela Lei nº 12.015/2009, dão margem a interpretações idiossincráticas dos julgadores, os quais acabam manifestando seus preconceitos acerca da prostituição, inserida numa esfera de imoralidade e indignidade, na contramão do reconhecimento da atividade enquanto profissão.

Contudo, imprescindível citar as considerações divergentes no voto vencido do ministro Sebastião Reis Júnior – referente ao mesmo caso penal –, que negou

provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público. Contrariando o entendimento sedimentado no STJ sobre a tipificação do art. 229 do CP, o magistrado defende ser cabível a aplicação do princípio da adequação social no caso concreto. Ademais, questiona a razão pela qual a conduta continuaria sendo criminalizada: “(...) é por todos sabido que a prostituição não constitui conduta típica no Direito Penal pátrio. Portanto, qual seria a razão do proprietário da casa de prostituição responder por um delito penal? Qual seria o modelo de conduta desvalorada socialmente?”.⁶⁸⁶ Prossegue criticando o sistema adotado pelo CP (abolicionista), visto que a proibição do funcionamento dos estabelecimentos (casas de prostituição) apenas condena a atividade à clandestinidade, onde não há qualquer controle oficial por parte do Estado. Classifica a intervenção penal na prostituição como absolutamente inadequada e contraproducente, criando mais problemas do que os resolvendo.

Segundo a avaliação feita por Sebastião Reis Júnior em seu voto divergente, diante da radical modificação dos costumes, não há bem jurídico a ser tutelado nem vítima a ser protegida em normais penais como o art. 229, pois as casas de prostituição teriam se tornado comum no meio social, confirmando a descriminalização do artigo em questão. Neste contexto, citamos o seguinte trecho do seu voto:

Percebe-se facilmente que, *in casu*, o estabelecimento mantido pelo recorrido, como é comum em casos semelhantes, funcionava com a tolerância das autoridades locais. Ademais, salta aos olhos que na indústria sexual proliferam serviços de telessexo, desenvolve-se a indústria pornográfica, expandem-se as redes de motéis, saunas, *drive in*, boates e uma variedade de casas noturnas, onde se promove a mercancia sexual à luz do dia, tudo devidamente licenciado e autorizado pelo poder público.

De igual forma, com exceção da hipótese de manutenção de casa de prostituição em que se permite ou explore o comércio carnal de crianças e adolescentes, prática que deve ser severamente combatida, a exploração de prostíbulo é conduta que só a cega hipocrisia pode entender não descriminalizada pelos costumes. No caso em exame, não ficou comprovada a exploração sexual de crianças e adolescentes no estabelecimento comercial administrado pelo recorrido.

Não se trata aqui de se desprezar princípios – em particular o princípio da legalidade – nem está a fazer apologia à conduta praticada, mas sim de constatar que tais locais funcionam às escâncaras, com plena aprovação não só das autoridades, como já dito, como de toda a população, que já não os considera ofensivos, não sendo, portanto, relevantes para o Direito Penal, visto que, embora presente a tipicidade formal, a figura é atípica por faltar-lhe tipicidade material.⁶⁸⁷

⁶⁸⁶

Disponível

em:

https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=35376897&num_registro=201400373319&data=20140701&tipo=51&formato=PDF (p. 6/17). Acessado em: 19/03/2018.

⁶⁸⁷

Disponível

em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=35376897&>

Os embates contidos no REsp. nº 1.435.872/MG revelam que, apesar de preponderar no STJ o entendimento tradicional (e conservador) a respeito da manutenção de casa de prostituição, há notáveis resistências, como a tese adotada pelo ministro Sebastião Reis Júnior.

Conquanto a maioria dos julgados analisados se concentre nas discussões atinentes ao art. 229 do CP, existem alguns casos em que os outros crimes relacionados à prostituição são abordados. Em situação isolada apreciada pelo STJ, na qual se pleiteia o trancamento da ação penal movida pelo cometimento do crime previsto no art. 228 do CP, a ministra relatora Laurita Vaz se vale de precedente da própria corte, para se manifestar no sentido de que quem dá condições favoráveis à continuação ou desenvolvimento da prostituição pratica o crime supracitado.

Mais do que isso, a magistrada assinala que para a caracterização do tipo penal, é irrelevante o fato de a vítima ser prostituta à época dos fatos; a própria lei penal pressupõe a circunstância de a vítima ser corrompida sexualmente, pois o objetivo da referida lei com tal dispositivo seria tutelar a moralidade sexual pública.⁶⁸⁸ Aqui, prevalece a equivocada concepção, *contra legem*, de que a moralidade seria um bem jurídico resguardado pela norma em comento. Além disso, reforça o inaceitável estereótipo de que a prostituta é sempre uma vítima, inclusive “corrompida sexualmente”, ideia que não contribui para reconhecer a dignidade e os direitos daquelas e daqueles que efetivamente são trabalhadores sexuais.

Um último caso merece ser objeto de análise minuciosa. Trata-se do HC nº 211.888/TO, relatado pelo ministro Rogério Schietti Cruz.⁶⁸⁹ A paciente, J. D. de S., foi denunciada pela prática de roubo impróprio qualificado por emprego de arma (art. 157, §1º e §2º, inciso I, do CP), pois segundo a acusação do Ministério Público, teria subtraído para si um cordão com pingente folheado, de propriedade de R.F. de S. Logo após a subtração, a ré teria supostamente empregado grave ameaça, utilizando-se de faca para assegurar a impunidade do crime e a detenção do objeto roubado.

[num_registro=201400373319&data=20140701&tipo=51&formato=PDF](#) (p. 13/17). Acessado em: 19/03/2018.

⁶⁸⁸ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 171.019. Rel. Min. Laurita Vaz. 5ª Turma. Julgado em 13/11/2012. Para sustentar a afirmação, a ministra cita “lições” do doutrinador Mirabete em seu livro “Código Penal Interpretado”.

⁶⁸⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 211.888. Rel. Min. Rogério Schietti Cruz. 6ª Turma. Julgado em: 17/05/2016.

Entretanto, em primeira instância o magistrado desclassificou a conduta imputada à paciente para o crime do art. 345 do CP (exercício arbitrário das próprias razões). Isto porque, de acordo com a fundamentação do juiz, a acusada, enquanto prostituta, apenas agiu arbitrariamente porque o cliente recusou-se a pagar pelo serviço sexual prestado. Significa dizer que a ré procurou satisfazer pretensão legítima (remuneração pelo programa), excedendo-se em tal cobrança ao arrancar a corrente do cliente, apontando-lhe uma faca para assegurar seu pagamento. Todavia, o órgão ministerial recorreu e o tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso, para condenar a paciente pelo cometimento do delito previsto no art. 157, *caput*, do CP (roubo simples).

A Defensoria Pública, atuando em favor da paciente mencionada, impetrou *habeas corpus* perante do STJ, que concedeu a ordem postulada de ofício, a fim de restabelecer o conteúdo decisório da sentença de primeiro grau, a qual desclassificou o art. 157, §1º e §2º, I, do CP, para o art. 345 do CP. A ementa do voto do ministro Schietti é digna de transcrição, na sua integralidade:

HABEAS CORPUS. ROUBO IMPRÓPRIO. NULIDADE DA SENTENÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NULIDADE DO ACÓRDÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES. PRETENSÃO LEGÍTIMA E PASSÍVEL DE DISCUSSÃO JUDICIAL. REGRA. MORAL E DIREITO. SEPARAÇÃO. MUTAÇÃO DOS COSTUMES. SERVIÇO DE NATUREZA SEXUAL EM TROCA DE REMUNERAÇÃO. ACORDO VERBAL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO. USO DA FORÇA COM O FIM DE SATISFAZER PRETENSÃO LEGÍTIMA. CARACTERIZAÇÃO DO DELITO PREVISTO NO ART. 345 DO CÓDIGO PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. OCORRÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A matéria atinente à nulidade da sentença não foi submetida à análise pelo colegiado do Tribunal estadual, circunstância que impede seu conhecimento por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

2. Não mais se sustenta, à luz de uma visão secular do Direito Penal, o entendimento do Tribunal de origem, de que a natureza do serviço de natureza sexual não permite caracterizar o exercício arbitrário das próprias razões, ao argumento de que o compromisso assumido pela vítima com a ré - de remunerar-lhe por serviço de natureza sexual - não seria passível de cobrança judicial.

3. A figura típica em apreço relaciona-se com uma atividade que padece de inegável componente moral relacionado aos "bons costumes", o que já reclama uma releitura do tema, mercê da mutação desses costumes na sociedade hodierna e da necessária separação entre a Moral e o Direito.

4. Não se pode negar proteção jurídica àquelas (e àqueles) que oferecem serviços de cunho sexual em troca de remuneração, desde que, evidentemente, essa troca de interesses não envolva incapazes, menores de 18 anos e pessoas de algum modo vulneráveis e desde que o ato sexual seja decorrente de livre disposição da vontade dos participantes e não implique violência (não consentida) ou grave ameaça.

5. Acertada a solução dada pelo Juiz sentenciante, ao afastar o crime de roubo - cujo elemento subjetivo não se compatibiliza com a situação versada nos autos - e entender presente o crime de exercício arbitrário das próprias razões, ante o descumprimento do acordo verbal de pagamento, pelo cliente, dos préstimos sexuais da paciente.

6. O restabelecimento da sentença, mercê do afastamento da reforma promovida pelo acórdão impugnado, importa em reconhecer-se a prescrição da pretensão punitiva, dado o lapso temporal já transcorrido, em face da pena fixada.

7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para restabelecer a sentença de primeiro grau, que desclassificou a conduta imputada à paciente para o art. 345 do Código Penal e, por conseguinte, declarar extinta a punibilidade do crime em questão.

(HC 211.888/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 07/06/2016)

Nos fundamentos utilizados para o voto, Schietti reconhece que a prostituição não é atividade ilícita, apesar de estar intimamente relacionada aos “bons costumes”, sendo imperiosa uma releitura à luz da mutação desses costumes em uma sociedade pós-moderna.⁶⁹⁰ Retoma a doutrina do jurista italiano Luigi Ferrajoli, no sentido de que o Direito Penal moderno concebido e praticado nas democracias ocidentais, foi influenciado pelo pensamento iluminista, separando o Direito da Moral. Neste contexto, interpreta as reformas promovidas pela Lei nº 12.015/2009, entendendo pela substituição da tutela do bem jurídico “costumes”, passando a conferir proteção à liberdade de autodeterminação sexual de adultos.

Orientando-se num viés muito mais progressista do que no voto anteriormente comentado, do mesmo ministro, Schietti afirma não ser possível negar proteção jurídica àquelas e àqueles, maiores de 18 (dezoito) anos, que oferecem seus serviços de natureza sexual em troca de remuneração. Com a condição de que o ato sexual seja decorrente de livre disposição da vontade dos participantes e não implique violência não consentida ou grave ameaça.

Além dos referidos argumentos, o ministro recorda que a prostituição é reconhecida pelo Estado brasileiro através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), enquanto uma categoria de profissionais (do sexo). Seguindo esta linha de raciocínio, explica que a ausência de regulamentação não implica na falta de proteção jurídica, muito menos em ilicitude.⁶⁹¹ Por isso, Schietti concordou com a solução dada

⁶⁹⁰ O voto de Schietti, ao contrário dos demais analisados, é bem fundamentado porque vai além de argumentos legais e jurisprudenciais, apoiando-se em importantes trabalhos doutrinários (Ferrajoli, Luiz Flávio Gomes, Nucci e Estefam).

⁶⁹¹ Curioso notar que parte da argumentação do ministro é oriunda da tese de doutoramento de André Estefam (“Dignidade sexual como fruto da dignidade da pessoa humana: homossexualidade, prostituição e estupro”), trabalho acadêmico que deu origem ao livro do autor, o qual foi utilizado nesta dissertação.

pelo juiz sentenciante ao afastar o crime de roubo, cujo dolo não é compatível ao caso penal narrado nos autos, principalmente diante do descumprimento do acordo verbal de pagamento dos serviços sexuais prestados pela paciente. A ilicitude em sua conduta estaria em fazer “justiça com as próprias mãos”, embora sua intenção fosse satisfazer pretensão legítima.

De modo geral, pode-se dizer que as decisões do STJ seguem a tendência conservadora de legitimar a proteção da moral sexual e dos bons costumes enquanto bens jurídicos dos crimes envolvendo a prostituição, sobretudo do art. 229 do CP. À exceção dos votos dos ministros Rogério Schietti (HC nº 211.888/TO) e Sebastião Reis Júnior (REsp. nº 1.435.872/MG), as demais decisões recorrem majoritariamente à jurisprudência como fonte argumentativa. Quando há alguma menção doutrinária, ela está limitada a autores tradicionais (tais como Damásio de Jesus e Mirabete), os quais, conforme vimos no ponto 4.2, são representantes de teses conservadoras quanto aos crimes relacionados à prostituição.

Significa dizer que as posições críticas são absolutamente minoritárias em relação à totalidade de julgados da corte superior mencionada. Conferimos especial destaque ao voto de Schietti não apenas por ser uma decisão recente, mas o único julgado – dentre aqueles selecionados na presente pesquisa – que reconhece expressamente a profissão das prostitutas, encaradas como detentoras de direitos e portadoras de dignidade.

Pelos motivos expostos, percebe-se que predomina no STJ um entendimento tradicional, que compreende a prostituição como fenômeno atentatório da moralidade sexual e dos bons costumes. A despeito da jurisprudência dessa corte não dialogar expressamente com a doutrina penalista majoritária, verifica-se que comungam da mesma concepção moralista quando de alguma forma a prostituição é abordada nas decisões. De outro vértice, nota-se que os penalistas críticos ocupam espaço diminuto, de resistência, exercendo papel fundamental nessa disputa pelos sentidos jurídicos comumente atribuídos à prostituição e àquelas que se consideram trabalhadoras sexuais. Apesar disso, juristas progressistas e movimentos organizados de prostitutas devem unir forças para pensar em alternativas e estratégias de tensionamento dos tribunais superiores, com o intuito de revisão do entendimento predominante.

4.3.3 Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: submissão às cortes superiores

A pesquisa de jurisprudência na corte estadual foi realizada não somente com os critérios gerais, mencionados inicialmente, mas também com fatores de caráter adicional. No endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR),⁶⁹² no campo referente à busca de jurisprudência, optou-se pela “pesquisa detalhada” no âmbito do 2º grau,⁶⁹³ na qual a palavra “prostituição” foi utilizada como critério de pesquisa para a ementa dos acórdãos.⁶⁹⁴ Respeitando os padrões anteriormente aplicados, foi inserida como data final do julgamento 01/01/2010, e como data final, 31/12/2016.

A partir destes critérios, foi obtido o resultado de 168 (cento e sessenta e oito) julgados. Com a palavra “prostituição”, a pesquisa alcançou acórdãos tanto de matéria cível como de matéria criminal. Por isso, usando o filtro adicional relativo ao órgão julgador, foram selecionadas apenas as decisões oriundas das 3ª, 4ª e 5ª Câmaras Criminais, ou seja, aquelas que têm a competência para julgar crimes contra a dignidade sexual, nos termos do art. 93, inciso III, alínea ‘b’, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (RITJPR). Assim, o número anterior foi reduzido para 142 (cento e quarenta e dois) julgados. Empregando um segundo critério adicional, referente ao “assunto” – oferecido pelo próprio *site* do tribunal – a busca pôde ser refinada ainda mais escolhendo os crimes específicos sobre os quais versam as decisões,⁶⁹⁵ quais sejam: i) favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228 do CP); ii) casa de prostituição (art. 229 do CP); iii) rufianismo (art. 230 do CP).⁶⁹⁶

Após o emprego desta segunda etapa de critérios, foram colhidos 84 (oitenta e quatro) acórdãos. Desta amostra, foram excluídas as decisões que julgaram fatos anteriores à reforma promovida pela Lei nº 12.015/2009, considerando não somente a hipótese do presente trabalho, mas também o fato de que antes da mencionada reforma,

⁶⁹² Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/>. Acessado em: 01/01/2018.

⁶⁹³ Foram excluídas as Turmas Recursais. Isto porque os crimes contra a dignidade sexual que se referem à prostituição (arts. 227-230 do Código Penal) têm suas penas máximas superiores a 2 (dois) anos, deixando de atrair a competência dos Juizados Especiais Criminais (e consequentemente, de suas turmas recursais), de acordo com os arts. 60 e 61 da Lei nº 9.099/95.

⁶⁹⁴ Foram excluídas as decisões monocráticas.

⁶⁹⁵ Curioso notar que, quando é selecionado o filtro das decisões por “assunto”, os crimes escolhidos para esta pesquisa (art. 227-230 CP) estão agrupados na seguinte categoria “DIREITO PENAL – Crimes contra os Costumes”.

⁶⁹⁶ Não foi encontrado nenhum julgado a respeito do crime previsto no art. 227 do CP (mediação para servir à lascívia de outrem).

tratavam-se de “crimes contra os costumes”, e não de “crimes contra a dignidade sexual”, conforme prevê atualmente o nosso Código Penal.

Sendo assim, foram retirados da análise jurisprudencial 69 (sessenta e nove) decisões, por versarem sobre fatos ocorridos antes da reforma de 2009, ou por tratarem de matéria alheia aos crimes previstos nos arts. 227-230 do CP, restando um total de 15 (quinze) julgados que foram levados em consideração.

Uma análise acurada das decisões filtradas permite discorrer sobre três assuntos fundamentais que podem ser extraídos: i) a cifra oculta da criminalidade; ii) o entendimento predominante no tribunal estadual, quando se discutem os crimes previstos nos arts. 227-229 do CP (especialmente o delito de manter casa de prostituição); iii) as fontes utilizadas para fundamentar as decisões.

A constatação de uma cifra obscura da criminalidade foi feita pela sociologia criminal, notando a distorção das estatísticas criminais oficiais, reveladoras da seletividade do sistema penal. Principalmente considerando a frequência do cometimento dos crimes de “colarinho branco”, que não costumam ser investigados e punidos,⁶⁹⁷ se comparados a outros tipos de criminalidade. Em termos de criminalização primária, determinados âmbitos sociais se sobressaem, ao passo que outros âmbitos são normativamente negligenciados; quanto à criminalização secundária, sabe-se que diversas condutas desviantes permanecem ocultas por regularidades sociológicas.⁶⁹⁸ O “modelo de funil”, descrito por Albrecht, demonstra o processamento do sistema de justiça criminal, indicando a existência de fatos puníveis que escapam totalmente às estatísticas criminais.⁶⁹⁹ Enfim, as pesquisas sobre a cifra oculta permitem concluir que a criminalidade não é um comportamento socialmente restrito, minoritário e delimitado, mas da maioria dos integrantes da sociedade.⁷⁰⁰

O conceito criminológico explanado acima se relaciona diretamente com o número de decisões obtidos na pesquisa. É curioso que o crime previsto no art. 229 do CP esteja pouco presente nas decisões, seja do tribunal estadual, seja das cortes superiores, pois se trata de uma conduta relativamente corriqueira, considerando o número expressivo de casas de prostituição que existem e angariam normalmente seus

⁶⁹⁷ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **Tortura e cultura policial no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 214.

⁶⁹⁸ ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 250.

⁶⁹⁹ ALBRECHT, Peter-Alexis. Obra citada, p. 251.

⁷⁰⁰ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 203.

clientes, em especial nos grandes centros urbanos. Contando com uma designação de fachada – casa de massagem, sauna, bar executivo, *night club*, boate,⁷⁰¹ entre outras – talvez a manutenção desses estabelecimentos seja uma das condutas menos perseguidas pelas polícias.

Não cabe, no espaço deste tópico, investigar os motivos da falta de interesse e/ou iniciativa dos órgãos investigadores na persecução criminal de tal atividade, mas é notável o número pouco expressivo de decisões referentes aos delitos supracitados, principalmente quando é público e notório o funcionamento dos estabelecimentos em comento, cuja divulgação ocorre sem maiores percalços. Ademais, é curioso reparar a partir das decisões analisadas a seguinte tendência: as comarcas originárias dos processos penais que chegaram à corte estadual são, em sua maioria, de pequenos municípios localizados no interior do Estado do Paraná.⁷⁰²

A um só tempo, observa-se tanto a cifra oculta da criminalidade como a atuação seletiva da polícia, que não raro, sabe exatamente onde se encontram as casas de prostituição. A convivência de autoridades e órgãos públicos é reveladora da hipocrisia que paira sobre a questão e das possíveis relações escusas existentes entre os donos dos estabelecimentos e as esferas públicas responsáveis pelas atribuições de fiscalização e investigação.⁷⁰³

Se a cifra obscura é uma questão de fundo, o entendimento que predomina na jurisprudência do TJPR, quanto aos crimes previstos nos arts. 227-230 do CP, está no cerne das decisões apreciadas. Em grande parte delas, a alegação defensiva de que os tipos penais estão em desuso é afastada a partir da posição consolidada nas cortes superiores, isto é, de que a tolerância social não tem o condão de rechaçar a força sancionadora da lei penal, cuja vigência se esgota somente quando é revogada por

⁷⁰¹ De acordo com notícia publicada em 2007 no jornal Gazeta do Povo, consta que em Curitiba 150 (cento e cinquenta) estabelecimentos comerciais funcionavam com o registro de “boate” junto à Prefeitura, locais que nem sempre apresentam a rotina de uma simples casa noturna. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/casas-de-prostituicao-de-luxo-operam-sem-censura-em-curitiba-alb8razhobtn55rwvjf6kyw5q>. Acessado em: 17/01/2018. O texto traz um dado aproximado, referente há mais de dez anos, sendo difícil mapear quantas casas de prostituição existem atualmente em cada capital brasileira, pela convivência das autoridades públicas e por funcionarem de forma camuflada e clandestina.

⁷⁰² Por exemplo, Realeza, Santa Helena, Pato Branco, Assis Chateaubriand, Santo Antônio do Sudoeste, Paranavaí e Guaíra. Temos apenas Londrina, Foz do Iguaçu e Maringá como metrópoles regionais.

⁷⁰³ Tais aspectos foram parcialmente tangenciados no item 4.1, quando trouxemos alguns dados da pesquisa realizada por Nucci com autoridades policiais, e também quando citamos relatos de prostitutas ativistas (Gabriela Leite), confirmando o pagamento de propinas para que determinados setores policiais mantivessem silêncio e sigilo quanto ao funcionamento de zonas de meretrício.

outra.⁷⁰⁴ Ou seja, os desembargadores, em geral, concluem pela inaplicabilidade do princípio da adequação social, além de utilizarem o julgado da Ministra Carmen Lúcia (HC nº 104.467), já comentado nesta dissertação, responsável por ressuscitar os bens jurídicos da moral sexual e dos bons costumes.⁷⁰⁵

Para além da adoção reiterada da orientação dos tribunais superiores, outras questões dogmáticas podem ser detectadas nas decisões do TJPR. Na APC nº 1523878-7, para repelir a tese defensiva de atipicidade da conduta da Apelante, prevista no art. 229 do CP, o Desembargador Lacerda Costa afirma ser impossível a exclusão da tipicidade, haja vista que a ré, em sua conduta, realizou o tipo penal em seus elementos objetivos e subjetivos. Entretanto, a discussão trazida pela tese, comumente usada pela defesa em acusações análogas, não consiste em analisar a tipicidade pelos aspectos objetivo e subjetivo, mas sim de atestar a ausência de tipicidade material na conduta, isto é, a falta de lesividade do bem jurídico tutelado pela norma penal. Outro ponto deficitário da decisão mencionada diz respeito à interpretação conferida à Lei nº 12.015/2009 e à modificação que esta promoveu em alguns tipos penais, inserindo o conceito de exploração sexual. Segundo o relator, “A expressão modificada pelo legislador tem por escopo abranger não só os prostíbulos, mas todo e qualquer estabelecimento comercial em que ocorra a exploração sexual ou que aconteçam os encontros com fins libidinosos”.⁷⁰⁶

Conforme discutido anteriormente neste capítulo, a indeterminação da lei penal quanto ao que viria a ser “exploração sexual”, violando o princípio da legalidade, deixa lacunas que acabam sendo preenchidas por interpretações idiossincráticas dos juízes ao apreciarem os casos penais. De acordo com a interpretação do Desembargador Lacerda Costa, mesmo estabelecimentos em que não ocorra a prostituição (saunas, motéis, boates, clubes de *swing*, entre outros) poderiam ser alcançados pelo art. 229 do CP. Perspectiva que certamente representa um retrocesso diante da reforma de 2009 e o bem jurídico que pretendia tutelar (dignidade sexual), dando nova roupagem à moral sexual e aos bons costumes.

⁷⁰⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 774967-1. 3ª Câmara Criminal. Rel. Des. Edvino Bochnia. Julgado em: 17/11/2011. No mesmo sentido: BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1.518.257-5. 5ª Câmara Criminal. Rel. Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Julgado em: 21/07/2016.

⁷⁰⁵ BRASIL, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1523878-7. 5ª Câmara Criminal. Rel. Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Julgado em: 25/08/2016.

⁷⁰⁶ BRASIL, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1523878-7. 5ª Câmara Criminal. Rel. Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Julgado em: 25/08/2016.

Em situação diversa, discutiu-se especificamente o significado da exploração sexual, estipulada no crime supracitado.⁷⁰⁷ Com apoio na doutrina de Marcão e Gentil, o seu conteúdo foi delimitado como exploração de atividade comercial, ou seja, num sentido econômico, exigindo, para a configuração do art. 229 do CP, que o estabelecimento retire vantagens financeiras de relações sexuais ocorridas mediante remuneração. Porém, não obstante o magistrado ter manifestado sua compreensão acerca da exploração sexual, destacamos nos tópicos anteriores a nebulosidade de tal conceito, bem como a preocupação de que interpretações extensivas dos juízes criminais acabem eventualmente prejudicando o acusado.

Por último, pertinente tecer algumas considerações sobre a APC nº 1002737-1.⁷⁰⁸ A ré, denunciada pela prática das condutas previstas nos arts. 228, §3º, 229, e 230, *caput*, todos do CP, apresentou como uma de suas estratégias defensivas a aplicabilidade do princípio da consunção entre os delitos elencados. Tese rejeitada em segunda instância, argumentando-se que, embora os bens jurídicos protegidos pelas normas penais fossem semelhantes, seriam diversos: i) no art. 228, a atitude punível seria a liberdade sexual do indivíduo que se submete à prostituição por induzimento do autor; ii) no art. 229, o interesse social de evitar o fomento e incentivo das várias modalidades de lenocínio; iii) no art. 230, estaria em jogo a retirada de proveito financeiro da prostituição alheia.

Como costuma ocorrer nos crimes contra a dignidade sexual, a decisão contém numerosas contradições e imprecisões dogmáticas. A começar pelo princípio da consunção, regra destinada a resolver o concurso aparente de normas penais incriminadoras. Segundo tal princípio, “(...) o conteúdo de injusto do tipo principal *consume* o conteúdo de injusto do tipo secundário porque o tipo *consumido* constitui meio *regular* (não necessário) de realização do tipo *consumidor* (...)”.⁷⁰⁹ Significa dizer que a norma definidora de determinado delito é ato preparatório ou meio necessário para a prática de outro crime.⁷¹⁰

Pelo exposto, percebe-se que, ao contrário da manifestação do relator do julgado, o princípio da consunção não se presta a absorver os bens jurídicos diante de

⁷⁰⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1.390.082-6. 3ª Câmara Criminal. Rel. Des. Rogério Kanayama. Julgado em: 19/05/2016.

⁷⁰⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1.022.737-1. 4ª Câmara Criminal. Rel. Des. Miguel Pessoa. Julgado em: 07/11/2013.

⁷⁰⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal – Parte Geral**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 414.

⁷¹⁰ BUSATO, Paulo César. **Direito Penal Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2013, p. 201.

um concurso aparente de normas penais, mas as condutas descritas em determinado tipo de injusto. Ora, para que certo indivíduo mantenha uma casa de prostituição (art. 229, CP), parece inevitável que ele também terá que induzir pessoas para trabalhar neste local (art. 228, CP). Consequentemente, a manutenção do estabelecimento pressupõe que o seu proprietário esteja tirando proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros (art. 230, CP). Portanto, não se trata de discutir a absorção de bens jurídicos, mas sim das condutas delineadas em cada tipo penal, sendo que, no caso debatido, alguns dos crimes se caracterizam enquanto meios para a realização de outro. Salvo melhor juízo, entendemos que a solução conferida pelo desembargador relator carece de fundamentação, rejeitando o princípio da consunção de maneira equivocada. Ao que tudo indica, não há clareza dogmática sobre a aplicabilidade desse princípio.

Igualmente questionáveis as definições que o magistrado estipula para cada bem jurídico supostamente tutelado nos delitos supracitados: i) o que se pune no art. 228 do CP não é a liberdade sexual daquele que se submete à prostituição, mas a conduta do autor que induz ou atrai alguém à tal atividade, pois presume-se que seria atentatória à dignidade sexual de quem se prostitui; ii) o art. 229 do CP, por sua vez, foi redigido para impedir o fomento e incentivo das várias modalidades de lenocínio, mas isto não significa que o bem jurídico tutelado por essa norma seja um suposto “interesse social”. As críticas indicam que há uma incompreensão dos juízes acerca dos crimes contra a dignidade sexual, em parte porque a reforma de 2009 trouxe novos problemas decorrentes da técnica legislativa deficitária, e em parte considerando que a maioria dos julgadores manteve-se ideologicamente vinculada ao bem jurídico anterior.

Encerramos este subtópico com ponderações sobre as fontes que as decisões da corte estadual ostentam. Novamente, constatamos o papel diminuto da doutrina, raramente utilizada para enriquecer o voto, mas tão somente para recheá-lo. Desse modo, quando há menção a algum penalista, a citação figura mais enquanto argumento retórico do que uma efetiva contribuição ao caso penal.

Outro aspecto inquietante é que a doutrina crítica, especificada no tópico 4.2 deste capítulo, é praticamente inexistente nos acórdãos criminais do TJPR.⁷¹¹ Na hipótese pouco verificada de menção doutrinária, os julgadores reportam-se aos livros, manuais e códigos interpretados de Bittencourt, Nucci, Gentil e Marcão, Masson e Mirabete. Com um saber sistematizado e mais simplificado do que autores renomados e

⁷¹¹ À exceção da APC nº 1.390.082-6, na qual são citados os autores Luigi Ferrajoli e Luís Greco.

estrangeiros, essas obras parecem ter tomado conta dos tribunais e das Faculdades de Direito brasileiras, repercutindo em questões amplas tais como a prática forense e o ensino jurídico.⁷¹²

A ausência de perspectivas críticas quanto aos crimes tipificados nos arts. 227-229 do CP certamente faz com que o tribunal estadual se curve diante da jurisprudência dos tribunais superiores. Essa tendência é perceptível quando se leva em conta que a maioria dos julgados analisados se refere ao emblemático HC nº 104.467, legitimando o entendimento de que os delitos supramencionados são responsáveis por proteger a moral sexual e os bons costumes.

4.3.4 Considerações finais

Um exame atento à jurisprudência dos tribunais investigados (STF, STJ e TJPR) permite discorrer sobre as decisões a partir de um denominador comum, sem deixar de lado a singularidade dos casos que tratam. Em primeiro lugar, percebe-se a total ausência do art. 227 do CP nos julgados apreciados. E pode haver uma razão para tanto, o fato de a norma penal destoar totalmente dos comportamentos sociais predominantes no Brasil, além do desinteresse dos órgãos competentes para investigação. Assim, pode-se dizer que tal delito está reduzido a “letra morta”, como bem destacaram os penalistas críticos no tópico 4.2.

Avançando deste aspecto pontual para questões de ordem geral, observa-se que as decisões, em sua maioria, são elaboradas de acordo com um *standard* que resume a argumentação dos magistrados a breves comentários legislativos – acerca do tipo penal do caso e da reforma promovida pela Lei nº 12.015/2009 – e remissão ao entendimento jurisprudencial consolidado nas cortes superiores. Trata-se, a nosso ver, de motivação relapsa (em algumas situações, *contra legem*), colocando em xeque o dever constitucional do Poder Judiciário de embasar devidamente suas decisões (art. 93, IX, CF).

⁷¹² Ainda que não seja objeto desta dissertação, este aspecto é sintomático dos efeitos nefastos da indústria cultural no direito, conforme estudo realizado por Antônio Alberto Machado: “Outro sintoma da indústria cultural nessa área pode ser apontado na intensa comercialização de obras jurídicas, independentemente do seu conteúdo científico, tanto impressas quanto veiculadas por meio de CD-ROM, bem como na expansão competitiva do mercado dessas obras, **com a numerosa publicação de manuais, monografias de pura glosa do direito positivo, trabalhos resumidos de doutrina sobre a dogmática jurídica ou simples comentários e repertórios de jurisprudência, sempre com orientação essencialmente prática e forte apelo comercial**” (grifo nosso). MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 64.

Neste cenário, um setor da doutrina participa como coadjuvante, desempenhando papel tímido em relação aos fundamentos utilizados pelos magistrados e à orientação preponderante dos tribunais. Quando há alguma menção, os penalistas tradicionais ocupam posição de destaque, considerando a popularidade que alcançaram no meio jurídico através de seus livros, manuais, códigos interpretados, entre outras modalidades oferecidas pelo mercado editorial, voltado predominantemente à prática forense e ao estudo para concursos públicos. Por outro lado, são poucos os autores críticos que têm alguma inserção entre a doutrina usada por juízes, exercendo influência praticamente insignificante nos julgados examinados. Isto nos faz repensar a relação entre academia e instituições jurídicas, avaliando outras formas de estabelecer diálogos proveitosos entre a teoria jurídica e a sua prática nos tribunais.

Ainda que os meios acadêmicos consolidados como críticos considerem a irrelevância científica do que escrevem parte dos penalistas em seus manuais, é preciso rever tal posição. Isto porque o prestígio desses autores nos tribunais é muito maior do que aqueles que tecem quaisquer críticas à Dogmática penal assentada na prática forense, numa perspectiva contra hegemônica. Ademais, é importante conhecer o que pensam os juristas tradicionais, estimados por parcela considerável dos estudantes e operadores do direito. Não raro, porque as opiniões desses autores são reproduzidas pelas cortes brasileiras, as quais, ao se depararem com os crimes envolvendo a prostituição, endossam o conservadorismo de defesa da moralidade sexual e dos bons costumes, conforme restou empiricamente comprovado.

Por mais que os julgadores não ingressem no conceito de moral sexual e de bons costumes, estes valores são colocados em contraste com a prostituição. Extrai-se disso que uma determinada sexualidade é alçada enquanto padrão do que se espera de um indivíduo “normal”, principalmente se este indivíduo for uma mulher, submetida a exigências muito mais rígidas do que aquelas impostas aos homens.

Neste contexto, evidente que não há um discurso universal a respeito da sexualidade, conforme bem destacou Foucault.⁷¹³ Não obstante tal constatação, parece existir consenso discursivo e ideológico entre a doutrina e a jurisprudência dominantes apreciadas nessa dissertação acerca da temática em destaque, no sentido de que o meretrício é atividade contrária aos valores mencionados. A sintonia entre elas, por sua

⁷¹³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014, p. 63.

vez, não significa que ocorra efetivo diálogo, visto que o discurso doutrinário raramente integra as decisões apreciadas. Por se tratarem de práticas descontínuas, tais discursos por vezes se entrecruzam, mas também se ignoram.⁷¹⁴

A despeito do cenário adverso acima descrito, juristas de resistência, aliados nas lutas travadas pelos movimentos organizados de prostitutas, devem começar a pensar em estratégias de sobreposição do entendimento conservador dos tribunais superiores. Se tais movimentos estão empenhados no reconhecimento de direitos, os embates jurídicos mostram-se essenciais para reverter a ordem argumentativa que está colocada nas cortes brasileiras: i) desvinculando a prostituição da moral sexual e dos bons costumes; ii) deslocando-a do âmbito criminal para a esfera trabalhista.

⁷¹⁴ FOUCAULT, Michel. Obra citada, p. 50.

5. CONCLUSÕES: POR UMA CRIMINOLOGIA DAS OPRIMIDAS

A prostituição não é somente um tema caro ao(s) feminismo(s), repleto de complexidades, mas um objeto de estudo praticamente inexplorado e ignorado pelas ciências criminais. Sendo assim, a pesquisa desenvolvida nessa dissertação buscou suprir tal lacuna, analisando a prostituição sob as lentes dos discursos jurídicos e criminológicos. Isto é, tangenciando o tema a partir do Direito Penal e da Criminologia.

No âmbito criminológico, constatou-se que a criminologia positivista (sobretudo, lombrosiana) foi responsável por legitimar, com argumentos pretensamente científicos, uma série de estigmas acerca das prostitutas, ou seja, atribuindo-lhes caracteres profundamente depreciativos. Lombroso empregou as ferramentas teórico-empíricas de sua época para esquadriñar a criminalidade feminina, classificando as mulheres enquanto normais, criminosas e prostitutas. A linha divisória que separa a normalidade da anormalidade, apesar de estar aparentemente construída sobre aspectos intrínsecos da natureza feminina (capacidade física inferior, inteligência reduzida, sexualidade frígida, entre outros), é fundada num ideal de feminilidade. Aquelas que destoam da passividade, dos instintos maternos e do recato sexual são imediatamente catalogadas em tipologias desviantes. Neste contexto, as prostitutas se destacam das demais mulheres, cujo comportamento é explicado não pela luxúria, mas especialmente pela insanidade moral que as atinge, pela ausência de sentimentos maternos e pela frigidez sexual. Esta característica, por sua vez, garante que a prostituta desenvolva o vício em sua atividade, entregando-se a um sem número de homens pela preguiça e aversão ao trabalho. Nota-se, portanto, que Lombroso concebe um imaginário catastrófico da prostituição, apesar de reconhecer expressamente sua utilidade social na contenção dos instintos sexuais masculinos. A ambiguidade desse discurso é reveladora do medo e da suspeição que recaía sobre as mulheres no século XIX, principalmente aquelas que extrapolavam a clausura científica a respeito do feminino.

Passando para a Criminologia Crítica *mainstream*, verifica-se que, não obstante seus méritos ao questionar as bases fundantes do positivismo criminológico e denunciar o caráter seletivo do sistema penal, há um profundo *déficit* no tocante à crítica da matriz androcêntrica da Criminologia. Por mais que os autores críticos e progressistas deste ramo do saber tenham desconstruído algumas das teses lombrosianas, pouco se fala sobre a criminosa nata e a prostituta, deixando intactos os estigmas científicos elaborados em desfavor dessas mulheres. Ademais, é importante destacar que as

explicações oferecidas pela Criminologia Crítica, por se aterem unicamente às questões de classe, são insuficientes diante de problemas sociais complexos, em especial, considerando a não recepção do paradigma de gênero em suas reflexões centrais.

Esta carência epistemológica somente foi compensada com o surgimento de uma Criminologia Feminista. Inicialmente, mencionada no singular, pela influência da segunda onda do feminismo, de viés estruturalista, cujos objetivos consistiam em dar visibilidade às mulheres (criminosas e vítimas), rechaçando o caráter machista da disciplina e o sexismo institucional no estudo do crime e dos comportamentos femininos. Um de seus maiores êxitos foi demonstrar que os discursos criminológicos até então consolidados eram produzidos por homens, para homens e sobre homens. Posteriormente, a pluralidade de feminismos implicou a diversificação de Criminologias Feministas e dos temas abordados, buscando compreender as vulnerabilidades que atingem as mulheres, sejam elas vítimas ou autoras de crimes. Desse modo, foram aprofundadas as pesquisas sobre as taxas de encarceramento feminino – particularmente em virtude do tráfico de drogas –, violência doméstica, feminicídio, aborto e estupro. Entretanto, mesmo no que tange às Criminologias Feministas, a prostituição permanece enquanto uma área pouco investigada.

Para lidar com esse impasse, apostamos num feminismo interseccional que esteja atento à simultaneidade dos sistemas de dominação-exploração e disposto a acolher o protagonismo das prostitutas e suas vivências. Trata-se de articular perspectivas macro e microsociológicas, isto é: i) compreender a interação entre sistemas de subordinação, relação necessariamente historicizada de acordo com o contexto analisado; ii) examinar como a atuação de tais sistemas interfere na formação de subjetividades, desvelando invisibilidades que existem dentro de um grupo oprimido (a exemplo das mulheres negras). O olhar interseccional também dialoga intensamente com o conceito de lugar de fala, trabalhado pelo *feminist standpoint*, mostrando que o ponto de vista de diversos grupos não foi contemplado pelas epistemologias dominantes. A pertinência desses conceitos é notória quando se leva em consideração as narrativas de prostitutas brasileiras (Amara Moira, Andressa Urach, Bruna Surfisinha, Gabriela Leite e Lourdes Barreto), relativamente a suas histórias e percepções da prostituição. Isto porque a intersecção de marcadores sociais em cada um dos relatos (classe, região, localidade da profissão, origem social, identidade de gênero) gera experiências diferenciadas, embora seja possível a luta conjunta mediante um denominador comum, como a regulamentação da profissão.

Encerrando os discursos criminológicos, partimos para os discursos jurídicos que perpassam a prostituição, ingressando na seara do Direito Penal, segmentado em legislação, doutrina e jurisprudência.

Nesse contexto, o Código Penal brasileiro, desde 1940, adotou o modelo que pretendeu abolir o meretrício a partir da criminalização das condutas que estão no seu entorno. Apesar de todas as reformas relacionadas aos delitos envolvendo a prostituição, sua nova inserção nos crimes contra a dignidade sexual não parece ter sido capaz de extirpar a ideologia anterior, a qual tinha como finalidade tutelar a moral sexual e os bons costumes. A par das imprecisões técnicas que persistem nesse setor específico do CP, existem Projetos de Lei tramitando nas casas legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) que de alguma forma procuram abordar a prostituição. De um lado, proposições que reforçam ainda mais a criminalização (inclusive do cliente dos serviços sexuais), e de outro, propostas que atendem aos anseios do movimento organizado de prostitutas, regulamentando a profissão e reconhecendo direitos historicamente reivindicados. Todavia, a hipocrisia e o moralismo com que o tema foi tratado nos debates políticos travados pelos congressistas acarretaram a rejeição das propostas de regulamentação, frustrando a concretização das demandas colocadas e legitimando o *status* de subcidadania ocupado por aquelas que exercem – não raro, precariamente – o trabalho sexual.

O cenário doutrinário, por sua vez, não se mostra promissor. Mesmo que tenham sido selecionados livros, manuais e cursos de penalistas que publicaram suas obras após 2010 – ou seja, depois da reforma efetivada pela Lei nº 12.015/2009 –, o imaginário de parcela considerável da doutrina penal brasileira, quando se manifesta sobre os crimes previstos nos arts. 227-230 do CP, continua atrelado ao paradigma da moral sexual e dos bons costumes. Além disso, os autores que integram tal corrente, de viés conservador, não questionam a paradoxal existência de tais delitos como atentatórios à dignidade sexual. Se a prostituição é atividade lícita, catalogada pela CBO, então não há como defender que as condutas vinculadas ao meretrício violam a dignidade sexual das profissionais do sexo. A compreensão da prostituição como atividade indigna, aliada a outros problemas de técnica legislativa dos tipos penais, parece revigorar o bem jurídico anterior, colocando em xeque os avanços trazidos pela lei supracitada. Contudo, é preciso dizer que existem vozes de resistência que compõem parcela minoritária dos penalistas, defendendo abertamente a total descriminalização da prostituição, acentuando a urgência de sua regulamentação.

As tendências doutrinárias predominantes, ao que tudo indica, se reproduzem na jurisprudência dos tribunais superiores e da corte estadual, analisados entre 2010 e 2016. Nos casos penais examinados, que versam sobre algum dos crimes previstos nos arts. 227-230 do CP, prevalece o entendimento de que seria impossível reconhecer a atipicidade das condutas – em especial, a do art. 229 –, na medida em que a moral sexual e os bons costumes são bens jurídicos fundamentais a serem reguardados pelo Direito Penal. A orientação preponderante adotada nas cortes investigadas contraria o bem jurídico efetivamente tutelado a partir da reforma promovida pela Lei nº 12.105/09, representando um recuo conservador, diante da proteção de um valor não mais abarcado pelo CP. Conquanto a maioria dos penalistas e magistrados citados nesse estudo manifeste consenso quanto aos crimes envolvendo a prostituição, é curioso reparar que, de acordo com o espaço amostral da pesquisa realizada, a jurisprudência pouco dialoga com a doutrina penalista.

De todos os argumentos apresentados, confirma-se a hipótese central dessa dissertação, qual seja, de que mesmo depois da reforma de 2009, a maior parte dos juristas (doutrinadores penalistas e magistrados) se mantém vinculada à ideologia sexista da moral sexual e dos bons costumes. A partir desta constatação principal, é possível extrair outros desdobramentos.

O sistema abolicionista, enquanto política criminal adotada em nosso país para abordar a prostituição, mostra-se fracassado em seus objetivos declarados. Primeiramente, porque apresenta problemas de técnica legislativa indecifráveis, sem conceituar e distinguir expressamente o que seria prostituição e exploração sexual, implicando ofensa ao princípio da legalidade. Em segundo lugar, não há eficácia no combate das condutas criminalizadas, especialmente no tocante às casas de prostituição, que continuam funcionando com a conivência de autoridades públicas e das agências policiais. Terceiro, e não menos importante, o referido sistema não protege a dignidade sexual daquelas que se prostituem.

Pelo contrário, o sistema abolicionista produz efeitos reais e perversos nas vidas das prostitutas, colocando-as num limbo jurídico que, a um só tempo, criminaliza indistintamente o entorno da prostituição e reconhece a licitude do trabalho sexual, embora não garanta direitos em uma profissão regulamentada. Desta forma, contribui para reforçar e perpetuar uma série de estigmas socialmente direcionados às prostitutas, rotuladas como criminosas, vítimas, indignas, desonestas, que vivem uma “vida fácil”.

Diante de tais circunstâncias adversas, o que pode ser feito pelas prostitutas no âmbito do Direito, sobretudo em relação às correntes críticas do Direito Penal e da Criminologia? De início, é imprescindível a descriminalização das condutas previstas nos arts. 227-230 do CP, abandonando-se por completo o sistema abolicionista. Não é incomum que trabalhadoras sexuais se queixem da forma como a legislação penal trata a profissão, encontrando obstáculos para atuarem isoladamente ou em conjunto, pois existem tipos penais que podem enquadrá-las como facilitadoras da prostituição. Neste sentido, a descriminalização resolveria parcialmente os impasses mencionados, além de estar em sintonia com as diretrizes progressistas das Criminologias Críticas.

No entanto, não basta descriminalizar, é preciso que a prostituição seja regulamentada, deslocando-a do Direito Penal para o Direito do Trabalho. Para que esta estratégia jurídica seja exitosa, vários desafios estão colocados: i) a elaboração de um projeto que contemple as dificuldades e as expectativas dos movimentos organizados de prostitutas; ii) a aprovação do projeto de regulamentação no Congresso Nacional, que atualmente se encontra numa conjuntura conservadora; iii) uma vez aprovado, capacitar os órgãos públicos (Poder Judiciário, sistema público de saúde, polícias, Defensoria Pública, Ministério Público, entre outros) para que atuem em consonância com os direitos conquistados por esse grupo de mulheres. Estes são apenas os primeiros passos de uma longa caminhada que já vem sendo trilhada pelos referidos movimentos.

No que diz respeito às Criminologias Críticas, é necessário que ocorra uma reformulação em seus aspectos teóricos e práticos, que implique uma profunda autocrítica e a revisão de suas teses fundamentais. Isto porque os criminólogos progressistas que detiveram o monopólio discursivo sobre a produção de conhecimento não incorporaram em suas reflexões o paradigma de gênero, muito menos questionaram, dentro deste grupo vulnerável, a marginalização das prostitutas. A persistência dessa postura, no campo das correntes críticas, fez com que determinados segmentos (mulheres, negros e LGBT's) não mais se sentissem representados, assumindo as rédeas de novas perspectivas. O enfoque interseccional exposto nessa dissertação, acoplado ao conceito de lugar de fala, aparentemente supre as insuficiências das análises criminológicas exclusivamente classistas, sem hierarquizar os sistemas de dominação-exploração. Também se mostram úteis ao dialogar com a realidade das prostitutas, que passam a ser compreendidas em suas complexidades e interseccionalidades. Tal modelo teórico, desenvolvido desde o ponto de vista de uma criminologia das oprimidas, parece ser o mais adequado à formulação de alternativas reais para as demandas das prostitutas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Dossiê:** Eu, Trans. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/trans>. Acessado em: 10/10/2017.

ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia:** uma fundamentação para o direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ALIMENA, Carla Marrone. **A Tentativa do (Im)Possível:** Feminismos e Criminologias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ALVES, Fábio Lopes. **Noites de cabaré:** prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona de meretrício. 2. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2012.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica:** do controle da violência à violência do controle penal. 3. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

_____. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 105-117.

_____. **Dogmática jurídica:** esboço de sua configuração e identidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. **Pelas mãos da criminologia:** o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2012.

_____. **Sistema penal máximo x cidadania mínima:** códigos da violência na era da globalização. 2. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da Libertação**. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005.

ANGOTTI, Bruna. **Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus:** o surgimento dos presídios femininos no Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2012.

ARAÚJO, Rogério. **Prostituição:** artes e manhas do ofício. Goiânia: Câne Editorial, Ed. UCG, 2006.

ARGÜELLO, Katie. Do Estado Social ao Estado Penal: Invertendo o Discurso da Ordem. In: BITTAR, Walter Barbosa (Coord.). **A Criminologia no Século XXI**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 119-144.

_____; MURARO, Mariel. Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas en Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres. **Oñati Socio-Legal Series**, v. 5, p. 389-471-471, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2611052. Acessado em: 02/12/2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil**: levantamento nacional e contexto internacional. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. Disponível em: http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2014/03/analise_contexto_abia-davida.pdf. Acessado em: 17/02/2017.

AZEREDO, Sandra. Sexo como arma e corpo como alvo: assédio sexual, prostituição e crimes sexuais. In: DORA, Denise Dourado (Org.). **Feminino, masculino: igualdade e diferença na justiça**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 97-103.

BACILA, Carlos Roberto. **Criminologia e estigmas**: um estudo sobre os preconceitos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BAKER, Milena Gordon. **A tutela da mulher no direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 19-80.

BARRETO, Daniela Lima. **O direito penal dos vulneráveis**: uma análise crítica da busca do reconhecimento por meio do direito penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história**: prostituição e feminismos em Belo Horizonte. Florianópolis, 2015, 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

BARRETO, Maria de Lourdes. Todos calam, nós falamos. CLADEM-Brasil. **Mulheres**: vigiadas e castigadas. São Paulo: KMK, 1995, p. 447-461

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. **Punidos e mal pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. Marx com Foucault: análises acerca de uma programação criminalizante. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 25-31, jul/dez 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENATTI, Antônio Paulo. **O Centro e as Margens**: boemia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina: 1930-1970). Curitiba: 1996, 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

BERGALLI, Roberto. O Pensamento Crítico e a Criminologia. In: BERGALLI, Roberto; BUSTOS-RAMÍREZ, Juan (Org.). **O Pensamento Criminológico I**: uma análise crítica. Tradução Roberta Duboc Pedrinha e Sérgio Chastinet Duarte Guimarães. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, 4**: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

BROOKS, Siobahn. Sex Work and Feminism: Building Alliances Through A Dialogue Between Siobahn Brooks and Professor Angela Davis. **Hasting Women's Law Journal**. San Francisco, vol. 10, 1999, p. 181-187.

BOZZA, Fábio da Silva. **Bem Jurídico e Proibição de Excesso como Limites à Expansão Penal**. São Paulo: Almedina, 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.508.423. Rel. Min. Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP). 6ª Turma. Julgado em 01/09/2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.045.907. Rel. Marco Aurélio Bellizze. 5ª Turma. Julgado em 25/09/2012.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 171.019. Rel. Min. Laurita Vaz. 5ª Turma. Julgado em 13/11/2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 214.445. Rel. Min. Laurita Vaz. 5ª Turma. Julgado em 17/09/2013.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 238.688. Rel. Min. Felix Fischer. 5ª Turma. Julgado em 06/08/2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 211.888. Rel. Min. Rogério Schietti Cruz. 6ª Turma. Julgado em: 17/05/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.435.872. Relator p/ acórdão Min. Rogério Schietti Cruz. 6ª Turma. Julgado em: 03/06/2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 104.467. Relatora Ministra Carmen Lúcia. Primeira Turma. Julgado em 08/02/2011.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 774967-1. 3ª Câmara Criminal. Rel. Des. Edvino Bochnia. Julgado em: 17/11/2011.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1.022.737-1. 4ª Câmara Criminal. Rel. Des. Miguel Pessoa. Julgado em: 07/11/2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1.390.082-6. 3ª Câmara Criminal. Rel. Des. Rogério Kanayama. Julgado em: 19/05/2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1.518.257-5. 5ª Câmara Criminal. Rel. Des. Marcus Vinícius de Lacerda Costa. Julgado em: 21/07/2016.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 1523878-7. 5ª Câmara Criminal. Rel. Des. Marcus Vinícius de Lacerda Costa. Julgado em: 25/08/2016.

BURGESS-PROCTOR, Amanda. Intersections of Race, Class, Gender and Crime: Future Directions for Feminist Criminology. **Feminist Criminology**. London: Sage Publications, vol. 1, n. 1, p. 27-47, jan/2006.

BUSATO, Paulo Cesar. **Direito penal**: parte especial 1. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Direito penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMPOS, Carmen Hein de. A contribuição da Criminologia feminista ao movimento de mulheres no Brasil. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de (Org.). **Verso e Reverso do Controle Penal: (Des)Aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, v. 2, 2002, p. 133-150.

_____. **Criminologia feminista: teoria feminista e crítica às criminologias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

_____. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de (coord.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 143-169.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, volume 3, parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública (arts. 213 a 359-H)**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 544-552, 2º semestre/1995.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Salo de. **Como (não) se faz um trabalho de conclusão: provocações úteis para orientadores e estudantes de Direito**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 104, p. 279-303, set./out. 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão: uma crítica ao positivismo em criminologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. **A criminologia radical**. 2. ed. Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2006.

_____. **As raízes do crime: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. Criminologia e política criminal. In: BITTAR, Walter Barbosa (Coord.). **A criminologia no século XXI**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 109-118.

_____. **Direito Penal – Parte Geral**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

COSTA, Álvaro Mayrink da. **Raízes da Sociedade Criminógena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. A construção jurídica da igualdade e da diferença. In: DORA, Denise Dourado (Org.). **Feminino masculino: igualdade e diferença na justiça**. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 17-30.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, v. 7, n. 12, p. 171-188, jan/2002.

_____. From Private Violence to Mass Incarceration: Thinking Intersectionally About Women, Race and Social Control. **UCLA Law Review**. California, vol. 59, p. 1418-1472, August/2012.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal: parte especial** (arts. 121 ao 361). 8. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2016.

D'ATRI, Andrea. **Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo**. São Paulo: Iskra, 2008.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Tradução Artur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELMANTO, Celso... [et al]. **Código Penal comentado**. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução de Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DINIZ, Débora. **Cadeia: relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

ESTEFAM, André. **Direito Penal, volume 3**: parte especial (arts. 184 a 285). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Homossexualidade, prostituição e estupro**: um estudo à luz da dignidade humana. São Paulo: Saraiva, 2016.

FACIO, Alda; CAMACHO, Rosalía. Em busca das mulheres perdidas – ou uma aproximação crítica à criminologia. In: CLADEM-Brasil. **Mulheres**: vigiadas e castigadas. São Paulo: KMK, 1995, p. 39-74.

FAYET JÚNIOR, Ney. A prostituição: considerações sócio-jurídicas. In: FAYET JÚNIOR, Ney (Org.). **Ensaio Penais em Homenagem ao Professor Alberto Rufino Rodrigues de Souza**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2003, p. 621-631.

FEIJÓ, Maurício Eduardo de Vasconcelos; PEREIRA, Jesana Batista. Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. **Cadernos de Graduação (Ciências Humanas e Sociais)**. Maceió, v. 2, n. 1, maio/2014, p. 39-57.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à história do direito**. 3. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FRANÇA, Leandro Ayres. **Inimigo**: ou a inconveniência de existir. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

FRANCO, Alberto Silva; STOCCO, Rui (Coords.). **Código penal e sua interpretação:** doutrina e jurisprudência. 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

GARCIA, Tamires de Oliveira. Pagando bem, que mal tem? Ponderações sobre a regulamentação da atividade do sexo, marginalização e criminalização. **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: EST, v. 4, 2016, p. 117-132.

GERMAN, Mariana David; ROMFELD, Victor Sugamoto. Esquerda punitiva e criminologia crítica: um diálogo possível? **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol 134, ano 25. São Paulo: RT, ago/2017, p. 411-434.

GOMES, Romeu. **O corpo na rua e o corpo da rua:** a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996.

GONÇALVES, Vanessa Chiari. **Tortura e cultura policial no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GRECO, Luís. Casa de prostituição (art. 229 do CP) e Direito Penal Liberal: reflexões por ocasião do recente julgado do STF (HC 104.467). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Ed. RT, ano 19, v. 92, set-out, 2011, p. 431-457.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal:** parte especial, volume III. 13. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GUSSO, Luana de Carvalho Silva. **Carne e culpa:** notas sobre a gestão penal do sexo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HELPE, Sintia Soares. **Vidas em jogo:** um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

HERRERA FLORES, Joaquín. Hacia una visión compleja de los derechos humanos. **El vuelo de Anteo:** Derechos humanos y crítica de la razón liberal. Bilbao: Desclée de Brouwer, S.A., 2000.

HESPAÑA, António Manuel. **Como os juristas viam o mundo (1550-1750):** direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa: Edição do Autor, 2015.

HOBBSBORN, Eric. **Como mudar o mundo:** Marx e o marxismo. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HUNGRIA, Nélson. **Comentários ao Código Penal** (vol. VIII). Rio de Janeiro: Forense, 1947.

JACINTO, Gabriela; MANGRICH, Cláudia; BARBOSA, Mario Davi. Esse é o meu serviço e eu sei que é proibido: mulheres aprisionadas por tráfico de drogas. **Captura críptica**: direito, política, atualidade. Revista Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito, n. 2., v. 2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, jan-jun/2010, p. 51-78.

JESUS, Damásio de. **Direito penal, parte especial**: crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública (v. 3). 23. ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de...[et al.]. **Transfeminismo**: teorias e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 17-32.

_____. Uma puta educadora: entrevista com Indianara Alves Siqueira. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, 2013, p. 57-67.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. In: **Revista Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, v. 1, n. 1, p. 79-92, jan/jun, 1996.

_____. **De Crimes, Penais e Fantasias**. Niterói: Luam, 1991.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos**, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, n. 93, jul/2012, p. 45-58.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOZOSVKI, Ester. Prostituição: Uma Forma de Vitimização. In: KOZOSVKI, Ester; PIEDADE JÚNIOR, Heitor (Coords.). **Temas de Vitimologia II**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001, p. 31-47.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

LARRAURI, Elena. **La herencia de la criminología crítica**. 2. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1992.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Filha mãe e avó puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

_____. Prostituição: máscaras antigas, nova cidadania. In: CLADEM-Brasil. **Mulheres**: vigiadas e castigadas. São Paulo: KMK, 1995, p. 463-470.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LIMA, Débora Dossiatti de; ROMFELD, Victor Sugamoto. Prostituição e Direitos Humanos: reflexões a partir do caso “B.S. vs. Espanha”. In: FACHIN, Melina Girardi (Org.). **Direito Constitucional Multinível**: diálogos a partir do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Curitiba: Prismas, 2017, p. 163-183.

LIMA, Francielle Elisabet Nogueira; ROMFELD, Victor Sugamoto. Regularizar a prostituição: possíveis mediações através do ativismo de prostitutas travestis. In: CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; SILVA, Elisa Maria Taborda da; SANTOS, Polianna Pereira dos. (Org.). **Mulheres na sociedade**: desafios para a visibilidade feminina. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, p. 515-542.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman**. Translated by Nicole Hahn Rafter and Mary Gibson. London: Duke University Press, 2004.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2013.

LUDWIG, Celso. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. 2. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2011.

LYRA, José Francisco Dias da Costa. O paternalismo jurídico-penal e a (in)constitucionalidade do crime de manter estabelecimento destinado à prostituição ou à exploração sexual (art. 229 do CP). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Ed. RT, ano 22, v. 111, nov-dez, 2014, p. 13-36.

MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCÃO, Renato. Casa de prostituição – O Crime do Artigo 229 do Código Penal. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**. Porto Alegre: Magister, v. 38, out-nov 2010, p. 31-36.

_____. ; GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual**: comentários ao Título VI do Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARGOTTI, Alessandra. **Direito à prostituição**: legalização e regulamentação do lenocínio no Brasil. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

MARTINELLI, João Paulo Orsini. Casa de prostituição: A adequação social e a moral pública. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Ed. RT, ano 22, v. 110, set-out, 2014, p. 457-472.

MASCARO, Alysson. **Filosofia do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Introdução ao estudo do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MASIERO, Clara Moura. **O movimento LGBT e a homofobia**: novas perspectivas de políticas sociais e criminais. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**: parte especial, arts. 213 a 359-H (vol. 3). 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016.

MATTHEWS, Roger. Female prostitution and victimization: a realist analysis. **International Review of Victimology**. London: SAGE, vol. 21, 2015, p. 85-100.

_____. Policing prostitution: ten years on. **British Journal of Criminology**. London: Oxford University Press, n. 45, may/2005, p. 877-895.

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio**: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: invisibilidade(s) e crítica ao pensamento criminológico desde uma nova ética. In: GOTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda. **Estudos feministas por um direito menos machista**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016, p. 149-172.

_____. **Criminologia feminista**: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3. ed. Trad. Ana Prata. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal, volume 2**: parte especial (arts. 121 a 234-B do CP). 33. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

MIRANDA, Isabella. **“Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?”**: uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo, 2016.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. **Trabalhadores do sexo e seu exercício profissional**: delimitações entre a esfera penal e trabalhista. São Paulo: LTr, 2015.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 6ª tiragem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas**: aspectos constitucionais e penais. São Paulo: RT, 2014.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A mulher e o fenômeno da criminalidade. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de (Org.). **Verso e Reverso do Controle Penal**: (Des)Aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, v. 1, p. 159-171.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEDRINHA, Roberta Duboc. **Sexualidade, Controle Social e Práticas Punitivas**: do signo sacro religioso ao modelo científico médico higienista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

PEIXOTO, Paula Carvalho. **Vítimas encarceradas**: histórias de vida marcadas pela violência doméstica e pela criminalidade feminina. São Paulo: IBCCRIM, 2017.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil**: evolução histórica. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

PIERANGELI, José Henrique; SOUZA, Carmo Antônio de. **Crimes sexuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes. Prostituta e Vítima. In: REALE JÚNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína. **Mulher e direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 95-110.

PRADA, Monique. **As prostitutas e o direito de existir**. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/as-prostitutas-tambem-tem-o-direito-de-existir/>. Acessado em: 18/02/2017.

_____. **De estrelas e putas vidas**. Disponível em: <http://lugardemulher.com.br/de-estrelas-e-putas-vidas/>. Acessado em: 12/02/2017.

_____. **PUTAFOBIA: Segurança diz que matava mulheres porque tinha ódio de prostitutas**. Disponível em: <http://mundoinvisivel.org/putafobia-seguranca-diz-que-matava-mulheres-porque-tinha-odio-de-prostitutas/>. Acessado em: 22/01/2017.

PRATEANO, Vanessa Fogaça; ROMFELD, Victor Sugamoto. Dez anos de Lei Maria da Penha: conquistas e desafios. **Captura Críptica**: direito, política, atualidade. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Direito, v. 5, n. 1. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016, p. 133-155.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

QUEIROZ, Paulo. **Ensaio crítico**: direito, política e religião. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). São Paulo: 2017, 369 f. Tese (Doutorado em

Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

QUINNEY, Richard. O controle do crime na sociedade capitalista: uma filosofia crítica da ordem legal. In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock (Orgs). **Criminologia crítica**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 221-247.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAMÍREZ, Juan Bustos. A Criminologia. In: BERGALLI, Roberto; RAMÍREZ, Juan Bustos (Orgs.). **O Pensamento Criminológico I**: uma análise crítica. Tradução de Roberta Duboc Pedrinha e Sérgio Chastinet Duarte Guimarães. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação**: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. Prostitutas, Michês e Travestis: uma análise crítica do discurso jurídico sobre a prostituição e de suas consequências práticas. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel; BENEDETTI, Marcos Renato (Orgs.). **Na batalha**: Identidade, Sexualidade e Poder no Universo da Prostituição. Porto Alegre: Dacasa Palmarica, 2000, p. 81-94.

RODRIGUES, Heloísa Barbosa Pinheiro. Prostituta, puta, profissional do sexo ou mulher prostituída...políticas públicas para quem?. **Boletim do IBCCrim**. São Paulo, ano 22, nº 263, out/2014, p. 15-16.

ROMFELD, Victor Sugamoto. A reforma do código penal e os crimes envolvendo a prostituição. **Revista Jurídica Themis (nº 25)**. Curitiba: Centro Acadêmico Hugo Simas, 2013/2014, p. 68-86.

_____. A prostituta na obra de Cesare Lombroso. In: ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres; SÁ, Priscilla Placha (Coords.); SIMÕES, Heloísa Vieira; ROMFELD, Victor Sugamoto (Orgs.). **Criminologias: feminismos, mídias e protestos sociais**. Curitiba: Editora Virtual Gratuita (EVG), 2018, p. 326-357. Disponível em:

<http://editoravirtualgratuita.com.br/wp-content/uploads/2018/03/criminologias-feminismos-midia-e-protestos-sociais.pdf>. Acessado em: 18/03/2018.

_____. Criminalizar, abolir ou legalizar? Explorando as possibilidades de enquadramento jurídico da prostituição no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: RT, ano 25, vol. 138, dez-2017, p. 305-340.

_____. Criminologia Crítica e Lei Maria da Penha: uma relação (in)conciliável?. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 24, vol. 129, maio-jun/2016, p. 379-408.

_____. Lei Maria da Penha: avanços e insuficiências. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 140, ano 26. São Paulo: RT, fev. 2018, p. 109-137.

_____. Os discursos criminológicos e sexistas nos sistemas de enquadramento jurídico da prostituição feminina. **Revista Jurídica Themis (nº 24)**. Curitiba: Centro Acadêmico Hugo Simas, 2012/2013, p. 229-243.

_____. **Uma análise criminológica dos sistemas jurídicos de enquadramento da prostituição feminina**. Monografia de Graduação em Direito. Universidade Federal do Paraná, 2013.

ROSA, Alexandre Moraes da; AMORIM, Fernanda Pacheco. Efetivação dos direitos da mulher no direito penal: a necessária superação da noção autoritária de ‘mulher honesta’. DIAS, Renato Duro; BIJOS, Leila Maria Da Juda; IGREJA, Rebecca Forattini Altino Machado Lemos (Coords.). **Gênero, sexualidade e direito II**. Florianópolis: CONPEDI, 2017, p. 203-220.

ROSSI, Giovana. **A culpabilização da vítima no crime de estupro**: os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica. Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

SÁ, Priscilla Placha. As ciências penais têm sexo? Têm, sim senhor!. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**. Ano 24, nº 280, mar/2016, p 9-10.

_____; ROMFELD, Victor Sugamoto. Criminalizar os clientes da prostituição: uma análise crítica e feminista do projeto de lei n. 377/2011. In: PINTO, Amanda Luiza; BERTOTTI, Bárbara Mendonça; FERRAZ, Miriam Olivia Knopik (Orgs.). **Reformas Legislativas de um Estado em Crise**. Curitiba: Íthala, 2018, p. 349-366.

_____(Org.). **Dossiê: as mulheres e o sistema penal**. Curitiba: OABPR, 2015. Disponível em: <http://www2.oabpr.org.br/downloads/dossiecompleto.pdf>. Acesso em: 02/12/2017.

_____. O sistema penal e suas *inimigas*: o controle dos corpos *femininos* de presas comunistas e traficantes. **Boletim do IBCCrim**. São Paulo, ano 23, n. 274, p. 18-19, set./2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SÁNCHEZ RUBIO, David. **Encantos y desencantos de los derechos humanos**. Barcelona: Icaria editorial, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 5. ed. rev. São Paulo: RT, 2013.

SILVA, Rodrigo da. **Discriminação múltipla como discriminação interseccional**: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Por um novo direito penal sexual – A moral e a questão da honestidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Ed. RT, ano 9, v. 33, jan-mar, 2001, p. 133-158.

SMART, Carol. **Women, crime and criminology**: a feminist critique. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

SURFISTINHA, Bruna. **O doce veneno do escorpião**: o diário de uma garota de programa. São Paulo: Panda Books, 2005.

TABUCHI, Mariana Garcia; ROMFELD, Victor Sugamoto. **À margem da sociedade, ao centro do capital**: o mercado barato de mulheres – apontamentos acerca do Projeto de Lei Gabriela Leite. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/11/Jornada-1%C2%BA-lugar.-Mariana-e-Victor1.pdf>. Acessado em: 18/02/2017.

TABUCHI, Mariana Garcia. **Mulheres prostituídas**: o olhar do Direito sobre a produção do mercado do sexo (Monografia de Graduação em Direito). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.

TAVARES, Andrea Souza. **Mulheres e tráfico de drogas no Distrito Federal**: entre os números e a invisibilidade feminina. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **The new criminology**: for a social theory of deviance. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

TEIXEIRA RODRIGUES, Marlene. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan/jun. 2009, p. 68-76.

_____. **Polícia e prostituição feminina em Brasília**: um estudo de caso. Brasília: 2003, 369 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

TELES, Gabriela Caramuru; ROMFELD, Victor Sugamoto. Penitenciária Feminina de Piraquara: um ensaio sobre vida e tráfico. **Anais da XIV Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba: Grupo PET Direito e Centro Acadêmico Hugo Simas, 2012, p. 83-105.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring 2015**. Disponível em: <http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>. Acessado em: 10/10/2017.

URACH, Andressa. **Morri para viver**: meu submundo de fama, drogas e prostituição. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

VIANNA, Túlio. **Um outro direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

WARAT, Luís Alberto. Saber crítico e senso comum teórico dos juristas. **Revista Sequência**. Florianópolis: UFSC, v. 3, n. 5, p. 48-57, 1982.

WEITZER, Ronald. Why we need more research on sex work. **Sex for sale**: prostitution, pornography and the sex industry (edited by Ronald Weitzer). Routledge: New York, 2000, p. 1-13.

WYLLYS, Jean. **Tempo bom, tempo ruim**: identidades, políticas e afetos. São Paulo: Paralela, 2014.

YOUNG, Jock. Criminologia da classe trabalhadora. In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock (Orgs). **Criminologia crítica**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 73-112.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A mulher e o poder punitivo. In: CLADEM-Brasil. **Mulheres**: vigiadas e castigadas. São Paulo: KMK, 1995, p. 23-38.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**: primeiro volume. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.